Cento e Um Participações S.A.

C.N.P.J/MF nº 21.842.138/0001-08

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de março de 2021 e 31 de março de 2022 (Em Reais)

Balanço Patrimonial

Ativo	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	131	404
Total do ativo circulante	**131**	**404**
Dividendos a Receber	1.357.634	-
Investimentos	17.133.909	-
Total do ativo não circulante	**18.491.543**	**-**
Total Ativo	**18.491.674**	**404**

Passivo	2022	2021
Empréstimos de sócios	48.329	47.829
Dividendos a Pagar	1.399.555	385.202
Total do passivo circulante	**1.447.883**	**433.031**
Passivo não Circulante		
Provisão p/ desvalorização de invests	-	13.160.465
Total do Passivo não Circulante	**-**	**13.160.465**
Patrimônio líquido		
Capital social	23.646.255	18.633.980
Reserva de Lucros	3.103.317	(153.288)
Reservas de reavaliação reflexa	497.071	575.438
Ajustes de avaliação patrimonial reflexa	(10.202.852)	(28.959.823)
Prejuízos Acumulados	-	(3.689.399)
Total do patrimônio líquido	**17.043.791**	**(13.593.092)**
Total passivo e patrimônio líq.	**18.491.674**	**404**

Demonstração do Resultado

Receitas (despesas) operacionais	2022	2021
Despesas administrativas	-	(4.600)
Resultado de equivalência patrimonial	5.675.750	(3.899.068)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**5.675.750**	**(3.903.668)**
Receitas (Despesas Financeiras)	(723)	(669)
Prejuízo do exercício	**5.675.027**	**(3.904.337)**

Demonstração de resultados abrangentes

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	5.675.027	(3.904.337)
Outros resultados abrangentes		
Perdas liquidas de *hedge* a fluxo de caixa reflexos	18.756.971	2.742.927
Resultado abrangente do exercício	24.431.998	(1.161.410)

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2022	2021
Prejuízo do exercício	5.675.027	(3.904.337)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Resultado de equivalência patrimonial	(5.675.750)	3.899.068
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	**(723)**	**(5.269)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Empréstimos tomados de sócios	450	5.100
Caixa proveniente de atividades de financiamento	**450**	**5.100**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**(273)**	**(169)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	404	573
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	131	404
	(273)	(169)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva de Lucros: Reserva de ágio/ deságio	Reserva de Lucros: Reserva Legal	Reserva de Lucros: Reserva Retenção de Lucros	Reservas de reavaliação reflexa	Ajustes de avaliação patrimonial reflexa	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de março de 2020	18.633.980	(1.389.990)	81.095	1.155.607	656.258	(31.568.632)	-	(12.431.681)
Reserva ágio decorrente subscrição a serem conferidas ao PL							-	-
Realização da reserva de reavaliação reflexa					(80.821)		80.821	-
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27						(134.118)	134.118	-
Perdas líquidas de *hegd*e de fluxo de caixa reflexo						2.742.927		2.742.927
Resultado do Exercício							(3.904.337)	(3.904.337)
Saldos em 31 de março de 2021	18.633.980	(1.389.990)	81.095	1.155.607	575.437	(28.959.822)	(3.689.399)	(13.593.091)
Aumento de Capital AGE 27/12/2021	5.012.275							5.012.275
Realização da reserva de reavaliação reflexa					(78.367)		78.367	-
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27						(139.468)	139.468	-
Perdas líquidas de *hegd*e de fluxo de caixa reflexo						18.896.439		18.896.439
Retorno Reserva Legal 31/03/20 AGO 18/10/2021			(81.095)				81.095	-
Retorno Dividendos Propostos 31/03/20 AGO 18/10/2021							385.202	385.202
Retorno Reserva Retenção Lucros 31/03/20 AGO 18/10/2021				(1.155.607)			1.155.607	-
Compensação de Prejuízos Acumulados AGE 27/12/2021							2.067.494	2.067.494
Resultado do Exercício							5.675.027	5.675.027
Destinações:								-
Reserva Legal			294.643				(294.643)	-
Dividendos Propostos							(1.399.555)	(1.399.555)
Reserva Retenção de Lucros				4.198.664			(4.198.664)	-
Saldos em 31 de março de 2022	23.646.255	(1.389.990)	294.643	4.198.664	497.070	(10.202.851)	-	17.043.791

Fernando Luiz de Mattos Oliveira – Diretor-Presidente

Ronaldo Montrezor – Tecnico Contabilidade - CRC 1SP302963/O-0

AFMSF Participações S.A.

C.N.P.J/MF nº 21.842.115/0001-01

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de Março de 2021 e 31 de Março 2022 *(Em Reais)*

Balanço Patrimonial

Ativo	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	370	342
Total do ativo circulante	**370**	**342**
Dividendos a receber	1.357.634	-
Investimentos	17.133.909	-
Total do ativo não circulante	**18.491.543**	**-**
Total Ativo	**18.491.913**	**342**

Passivo	2022	2021
Empréstimos de sócios	47.209	46.409
Dividendos a Pagar	1.399.555	385.526
Total do passivo circulante	**1.446.764**	**431.935**
Passivo não Circulante		
Provisão para desvalorização de investimentos	-	13.160.465
Total do Passivo não Circulante	**-**	**13.160.465**
Patrimônio líquido		
Capital social	23.647.613	18.633.977
Reserva de Lucros	3.103.317	(152.251)
Reservas de reavaliação reflexa	497.071	575.438
Ajustes de avaliação patrimonial reflexa	(10.202.852)	(28.959.823)
Prejuízos Acumulados	-	(3.689.399)
Total do patrimônio líquido	**17.045.149**	**(13.592.057)**
Total passivo e patrim. líquido	**18.491.913**	**342**

Demonstração do Resultado

Receitas (despesas) operacionais	2022	2021
Despesas administrativas	-	(4.600)
Resultado de equiv. patrimonial	5.675.750	(3.899.068)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**5.675.750**	**(3.903.668)**
Receitas (Despesas Financeiras)	(723)	(669)
Lucro do exercício	**5.675.027**	**(3.904.337)**

Demonstração de resultados abrangentes

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	5.675.027	(3.904.337)
Outros resultados abrangentes		
Ganhos liquidos de *hedge* a fluxo de caixa reflexos	18.896.439	2.742.927
Resultado abrangente do exercício	24.571.466	(1.161.410)

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2022	2021
Lucro do exercício	5.675.027	(3.904.337)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Resultado de equivalência patrimonial	(5.675.750)	3.899.068
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	**(723)**	**(5.269)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Empréstimos tomados de sócios	751	5.100
Caixa proveniente de atividades de financiamento	**751**	**5.100**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**28**	**(169)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	342	511
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	370	342
	28	(169)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital Social	Reserva de Lucros: Reserva de Ágio/ Deságio	Reserva de Lucros: Reserva Legal	Reserva de Lucros: Reserva Retenção de Lucros	Reservas de Reavaliação Reflexa	Ajustes de Avaliação Patrimonial Reflexa	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31/03/2020	18.633.977	(1.389.990)	81.163	1.156.577	656.258	(31.568.632)	-	(12.430.647)
Realização da reserva de reavaliação reflexa					(80.821)		80.821	-
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27						(134.118)	134.118	-
Ganhos líquidos de *hegd*e de fluxo de caixa reflexo						2.742.927		2.742.927
Resultado do Período							(3.904.337)	(3.904.337)
Saldos em 31/03/2021	18.633.977	(1.389.990)	81.163	1.156.577	575.437	(28.959.823)	(3.689.398)	(13.592.057)
Aumento de Capital AGE 27/12/2021	5.013.636							5.013.636
Realização da reserva de reavaliação reflexa					(78.367)		78.367	-
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27						(139.468)	139.468	-
Perdas líquidas de *hegd*e de fluxo de caixa reflexo						18.896.439		18.896.439
Retorno Reserva Legal 31/03/20 AGO 18/10/2021			(81.163)				81.163	-
Retorno Dividendos Propostos 31/03/20 AGO 18/10/2021							385.526	385.526
Retorno Reserva Retenção Lucros 31/03/20 AGO 18/10/2021				(1.156.577)			1.156.577	-
Compensação de Prejuízos Acumulados AGE 27/12/2021							2.066.133	2.066.133
Resultado do Exercício							5.675.027	5.675.027
Destinações:								-
Reserva Legal			294.643				(294.643)	-
Dividendos Propostos							(1.399.555)	(1.399.555)
Reserva Retenção de Lucros				4.198.664			(4.198.664)	-
Saldos em 31/03/2022	23.647.613	(1.389.990)	294.643	4.198.664	497.070	(10.202.852)	-	17.045.149

Anita Ferraz Malzoni – Diretor-Presidente

Ronaldo Montrezor – Tecnico Contabilidade - CRC 1SP302963/O-0

Cento e Um Participações S.A.

C.N.P.J/MF nº 21.842.138/0001-08

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de março de 2022 e 31 de março de 2023 (Em Reais)

Balanço Patrimonial

Ativo	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	343	131
Total do ativo circulante	**343**	**131**
Dividendos a Receber	4.946.183	1.357.634
Investimentos	23.364.962	17.133.909
Total do ativo não circulante	**28.311.145**	**18.491.543**
Total Ativo	**28.311.488**	**18.491.674**

Passivo	2023	2022
Empréstimos de sócios	49.929	48.328
Dividendos a Pagar	4.987.774	1.399.555
Total do passivo circulante	**5.037.703**	**1.447.883**
Passivo não Circulante		
Total do Passivo não Circulante	**-**	**-**
Patrimônio líquido		
Capital social	23.646.255	23.646.255
Reserva de Lucros	14.623.389	3.103.317
Reservas de reavaliação reflexa	444.965	497.071
Ajustes de avaliação patrimonial reflexa	(15.440.824)	(10.202.852)
Total do patrimônio líquido	**23.273.785**	**17.043.791**
Total passivo e patrimônio líquido	**28.311.488**	**18.491.674**

Demonstração do Resultado

Receitas (despesas) operacionais	2023	2022
Despesas administrativas	(640)	-
Resultado de equivalência patrimonial	14.941.248	5.675.750
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**14.940.608**	**5.675.750**
Receitas (Despesas Financeiras)	(748)	(723)
Prejuízo do exercício	**14.939.860**	**5.675.027**

Demonstração de resultados abrangentes

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	14.939.860	5.675.027
Outros resultados abrangentes		
Perdas liquidas de *hedge* a fluxo de caixa reflexos	(5.121.646)	18.896.439
Resultado abrangente do exercício	9.818.214	24.571.466

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2023	2022
Prejuízo do exercício	14.939.860	5.675.027
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Resultado de equivalência patrimonial	(14.941.248)	(5.675.750)
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	**(1.388)**	**(723)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Empréstimos tomados de sócios	1.600	450
Caixa proveniente de atividades de financiamento	**1.600**	**450**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**212**	**(273)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	131	404
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	343	131
	212	(273)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva de Lucros: Reserva de ágio/ deságio	Reserva de Lucros: Reserva Legal	Reserva de Lucros: Reserva Retenção de Lucros	Reservas de reavaliação reflexa	Ajustes de avaliação patrimonial reflexa	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de março de 2021	18.633.980	(1.389.990)	81.095	1.155.607	575.437	(28.959.822)	(3.689.399)	(13.593.091)
Aumento de Capital AGE 27/12/2021	5.012.275							5.012.275
Realização da reserva de reavaliação reflexa					(78.367)		78.367	-
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27						(139.468)	139.468	-
Perdas líquidas de *hegd*e de fluxo de caixa reflexo						18.896.439		18.896.439
Retorno Reserva Legal 31/03/20 AGO 18/10/2021			(81.095)				81.095	-
Retorno Dividendos Propostos 31/03/20 AGO 18/10/2021							385.202	385.202
Retorno Reserva Retenção Lucros 31/03/20 AGO 18/10/2021				(1.155.607)			1.155.607	-
Compensação de Prejuízos Acumulados AGE 27/12/2021							2.067.494	2.067.494
Resultado do Exercício							5.675.027	5.675.027
Destinações:								-
Reserva Legal			294.643				(294.643)	-
Dividendos Propostos							(1.399.555)	(1.399.555)
Reserva Retenção de Lucros				4.198.664			(4.198.664)	-
Saldos em 31 de março de 2022	23.646.255	(1.389.990)	294.643	4.198.664	497.070	(10.202.851)	-	17.043.791
Realização da reserva de reavaliação reflexa					(52.106)		52.106	-
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27						(116.326)	116.326	-
Perdas líquidas de *hegd*e de fluxo de caixa reflexo						(5.121.646)		(5.121.646)
Resultado do Exercício							14.939.860	14.939.860
Destinações:								-
Reserva Legal			755.415				(755.415)	-
Dividendos Propostos							(3.588.219)	(3.588.219)
Reserva Retenção de Lucros				10.764.658			(10.764.658)	-
Saldos em 31 de março de 2023	23.646.255	(1.389.990)	1.050.058	14.963.322	444.964	(15.440.823)	-	23.273.786

Fernando Luiz de Mattos Oliveira – Diretor-Presidente

Ronaldo Montrezor – Tecnico Contabilidade - CRC 1SP302963/O-0

Cento e Um Participações S.A.

C.N.P.J/MF nº 21.842.138/0001-08

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de março de 2023 e 31 de março de 2024 (Em Reais)

Balanço Patrimonial

Ativo	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	539	343
Total do ativo circulante	**539**	**343**
Dividendos a Receber	7.856.193	4.946.183
Investimentos	41.461.421	23.364.962
Total do ativo não circulante	**49.317.614**	**28.311.145**
Total Ativo	**49.318.153**	**28.311.488**

Passivo	2024	2023
Empréstimos de sócios	-	49.929
Dividendos a Pagar	7.948.563	4.987.774
Total do passivo circulante	**7.948.563**	**5.037.703**
Passivo não Circulante		
Total do Passivo não Circulante	**-**	**-**
Patrimônio líquido		
Capital social	23.646.255	23.646.255
Reserva de Lucros	24.145.039	14.623.389
Reservas de reavaliação reflexa	381.295	444.965
Ajustes de avaliação patrimonial reflexa	(6.802.999)	(15.440.824)
Total do patrimônio líquido	**41.369.590**	**23.273.785**
Total passivo e patrimônio líquido	**49.318.153**	**28.311.488**

Demonstração do Resultado

Receitas (despesas) operacionais	2024	2023
Despesas administrativas	-	(640)
Resultado de equivalência patrimonial	12.312.910	14.941.248
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**12.312.910**	**14.940.608**
Receitas (Despesas Financeiras)	(858)	(748)
Prejuízo do exercício	**12.312.052**	**14.939.860**

Demonstração de resultados abrangentes

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	12.312.052	14.939.860
Outros resultados abrangentes		
Perdas liquidas de *hedge* a fluxo de caixa reflexos	8.749.513	(5.121.646)
Resultado abrangente do exercício	21.061.565	9.818.214

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2024	2023
Prejuízo do exercício	12.312.052	14.939.860
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Resultado de equivalência patrimonial	(12.312.910)	(14.941.248)
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	**(858)**	**(1.388)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Empréstimos tomados de sócios	1.054	1.600
Caixa proveniente de atividades de financiamento	**1.054**	**1.600**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**196**	**212**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	343	131
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	539	343
	196	212

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva de Lucros: Reserva de ágio/ deságio	Reserva de Lucros: Reserva Legal	Reserva de Lucros: Reserva Retenção de Lucros	Reservas de reavaliação reflexa	Ajustes de avaliação patrimonial reflexa	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de março de 2022	23.646.255	(1.389.990)	294.643	4.198.664	497.070	(10.202.851)	-	17.043.791
Realização da reserva de reavaliação reflexa					(52.106)		52.106	-
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27						(116.326)	116.326	-
Perdas líquidas de *hegd*e de fluxo de caixa reflexo						(5.121.646)		(5.121.646)
Resultado do Exercício							14.939.860	14.939.860
Destinações:								-
Reserva Legal			755.415				(755.415)	-
Dividendos Propostos							(3.588.219)	(3.588.219)
Reserva Retenção de Lucros				10.764.658			(10.764.658)	-
Saldos em 31 de março de 2023	23.646.255	(1.389.990)	1.050.058	14.963.322	444.964	(15.440.823)	-	23.273.786
Realização da reserva de reavaliação reflexa					(63.670)		63.670	-
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27						(111.688)	111.688	-
Perdas líquidas de *hegd*e de fluxo de caixa reflexo						8.749.513		8.749.513
Resultado do Exercício							12.312.052	12.312.052
Destinações:								-
Reserva Legal			624.371				(624.371)	-
Dividendos Propostos							(2.965.760)	(2.965.760)
Reserva Retenção de Lucros				8.897.280			(8.897.280)	-
Saldos em 31 de março de 2024	23.646.255	(1.389.990)	1.674.428	23.860.602	381.294	(6.802.998)	-	41.369.591

Fernando Luiz de Mattos Oliveira – Diretor-Presidente

Ronaldo Montrezor – Tecnico Contabilidade - CRC 1SP302963/O-0

AFMSF Participações S.A.

C.N.P.J/MF nº 21.842.115/0001-01

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em31 de Março de 2022 e 31 de Março 2023 *(Em Reais)*

Balanço Patrimonial

Ativo	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	782	370
Total do ativo circulante	**782**	**370**
Dividendos a receber	4.946.183	1.357.634
Investimentos	23.364.962	17.133.909
Total do ativo não circulante	**28.311.145**	**18.491.543**
Total Ativo	**28.311.927**	**18.491.913**

Passivo	2023	2022
Empréstimos de sócios	49.009	47.209
Dividendos a Pagar	4.987.774	1.399.555
Total do passivo circulante	**5.036.783**	**1.446.764**
Passivo não Circulante		
Total do Passivo não Circulante	**-**	**-**
Patrimônio líquido		
Capital social	23.647.613	23.647.613
Reserva de Lucros	14.623.389	3.103.317
Reservas de reavaliação reflexa	444.965	497.071
Ajustes de avaliação patrimonial reflexa	(15.440.824)	(10.202.852)
Total do patrimônio líquido	**23.275.144**	**17.045.149**
Total passivo e patrimônio líquido	**28.311.927**	**18.491.913**

Demonstração do Resultado

Receitas (despesas) operacionais	2023	2022
Despesas administrativas	(640)	-
Resultado de equiv. patrimonial	14.941.248	5.675.750
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**14.940.608**	**5.675.750**
Receitas (Despesas Financeiras)	(748)	(723)
Lucro do exercício	**14.939.860**	**5.675.027**

Demonstração de resultados abrangentes

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	14.939.860	5.675.027
Outros resultados abrangentes		
Ganhos liquidos de *hedge* a fluxo de caixa reflexos	(5.121.646)	18.896.439
Resultado abrangente do exercício	9.818.214	24.571.466

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2023	2022
Lucro do exercício	14.939.860	5.675.027
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Resultado de equivalência patrimonial	(14.941.248)	(5.675.750)
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	**(1.388)**	**(723)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Empréstimos tomados de sócios	1.800	751
Caixa proveniente de atividades de financiamento	**1.800**	**751**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**412**	**28**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	370	342
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	782	370
	412	28

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital Social	Reserva de Lucros: Reserva de Ágio/ Deságio	Reserva de Lucros: Reserva Legal	Reserva de Lucros: Reserva Retenção de Lucros	Reservas de Reavaliação Reflexa	Ajustes de Avaliação Patrimonial Reflexa	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31/03/2021	18.633.977	(1.389.990)	81.163	1.156.577	575.437	(28.959.823)	(3.689.398)	(13.592.057)
Aumento de Capital AGE 27/12/2021	5.013.636							5.013.636
Realização da reserva de reavaliação reflexa					(78.367)		78.367	-
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27						(139.468)	139.468	-
Perdas líquidas de *hegd*e de fluxo de caixa reflexo						18.896.439		18.896.439
Retorno Reserva Legal 31/03/20 AGO 18/10/2021			(81.163)				81.163	-
Retorno Dividendos Propostos 31/03/20 AGO 18/10/2021							385.526	385.526
Retorno Reserva Retenção Lucros 31/03/20 AGO 18/10/2021				(1.156.577)			1.156.577	-
Compensação de Prejuízos Acumulados AGE 27/12/2021							2.066.133	2.066.133
Resultado do Exercício							5.675.027	5.675.027
Destinações:								-
Reserva Legal			294.643				(294.643)	-
Dividendos Propostos							(1.399.555)	(1.399.555)
Reserva Retenção de Lucros				4.198.664			(4.198.664)	-
Saldos em 31/03/2022	23.647.613	(1.389.990)	294.643	4.198.664	497.070	(10.202.852)	-	17.045.149
Realização da reserva de reavaliação reflexa					(52.106)		52.106	-
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27						(116.326)	116.326	-
Perdas líquidas de *hegd*e de fluxo de caixa reflexo						(5.121.646)		(5.121.646)
Resultado do Exercício							14.939.860	14.939.860
Destinações:								-
Reserva Legal			755.415				(755.415)	-
Dividendos Propostos							(3.588.219)	(3.588.219)
Reserva Retenção de Lucros				10.764.658			(10.764.658)	-
Saldos em 31 de março de 2023	23.647.613	(1.389.990)	1.050.058	14.963.322	444.964	(15.440.824)	-	23.275.143

Anita Ferraz Malzoni – Diretor-Presidente

Ronaldo Montrezor – Tecnico Contabilidade - CRC 1SP302963/O-0

HRJE Participações S.A.

C.N.P.J/MF nº 21.842.082/0001-91

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de Março de 2021 e 31 de Março de 2022 *(Em Reais)*

Balanço Patrimonial

Ativo	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	161	434
Total do ativo circulante	**161**	**434**
Dividendos a Receber	1.357.634	-
Investimentos	17.133.909	-
Total do ativo não circulante	**18.491.543**	**-**
Total Ativo	**18.491.704**	**434**

Passivo	2022	2021
Empréstimos de sócios	49.285	48.785
Dividendos a Pagar	1.399.555	384.982
Total do passivo circulante	**1.448.839**	**433.767**
Passivo não Circulante		
Provisão para desvalorização de investimentos	-	13.160.465
Total do Passivo não Circulante	**-**	**13.160.465**
Patrimônio líquido		
Capital social	23.645.329	18.633.980
Reserva de Lucros	3.103.317	(153.994)
Reservas de reavaliação reflexa	497.071	575.438
Ajustes de avaliação patrimonial reflexa	(10.202.852)	(28.959.823)
Prejuízos Acumulados	-	(3.689.399)
Total do patrimônio líquido	**17.042.865**	**(13.593.798)**
Total passivo e patrim. líquido	**18.491.704**	**434**

Demonstração do Resultado

Receitas (despesas) operacionais	2022	2021
Despesas administrativas	-	(4.600)
Resultado de equivalência patrimonial	5.675.750	(3.899.068)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**5.675.750**	**(3.903.668)**
Receitas (Despesas Financeiras)	(723)	(669)
Lucro do exercício	**5.675.027**	**(3.904.338)**

Demonstração de resultados abrangentes

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	5.675.027	(3.904.338)
Outros resultados abrangentes		
Perdas liquidas de *hedge* a fluxo de caixa reflexos	18.896.439	2.742.927
Resultado abrangente do exercício	24.571.466	(1.161.411)

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2022	2021
Lucro do exercício	5.675.027	(3.904.338)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Resultado de equivalência patrimonial	(5.675.750)	3.899.068
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	**(723)**	**(5.270)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Empréstimos tomados de sócios	450	5.100
Caixa proveniente de atividades de financiamento	**450**	**5.100**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**(273)**	**(170)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	434	604
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	161	434
	(273)	(170)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva de Lucros: Reserva de ágio/ deságio	Reserva de Lucros: Reserva Legal	Reserva de Lucros: Reserva Retenção de Lucros	Reservas de reavaliação reflexa	Ajustes de avaliação patrimonial reflexa	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de março de 2020	18.633.980	(1.389.991)	81.049	1.154.947	656.258	(31.568.632)	-	(12.432.387)
Realização da reserva de reavaliação reflexa					(80.821)		80.821	-
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27						(134.118)	134.118	-
Perdas líquidas de *hegd*e de fluxo de caixa reflexo						2.742.927		2.742.927
Resultado do Exercício							(3.904.337)	(3.904.337)
Saldos em 31 de março de 2021	18.633.980	(1.389.991)	81.049	1.154.947	575.437	(28.959.823)	(3.689.399)	(13.593.797)
Aumento de Capital AGE 27/12/2021	5.011.349							5.011.349
Realização da reserva de reavaliação reflexa					(78.367)		78.367	-
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27						(139.468)	139.468	-
Perdas líquidas de *hegd*e de fluxo de caixa reflexo						18.896.439		18.896.439
Retorno Reserva Legal 31/03/20 AGO 18/10/2021			(81.049)				81.049	-
Retorno Dividendos Propostos 31/03/20 AGO 18/10/2021							384.982	384.982
Retorno Reserva Retenção Lucros 31/03/20 AGO 18/10/2021				(1.154.947)			1.154.947	-
Compensação de Prejuízos Acumulados AGE 27/12/2021							2.068.420	2.068.420
Resultado do Exercício							5.675.027	5.675.027
Destinações:								-
Reserva Legal			294.643				(294.643)	-
Dividendos Propostos							(1.399.555)	(1.399.555)
Reserva Retenção de Lucros				4.198.664			(4.198.664)	-
Saldos em 31 de março de 2022	23.645.329	(1.389.991)	294.643	4.198.664	497.070	(10.202.852)	-	17.042.865

Eduardo Ferraz Malzoni – Diretor-Presidente

Ronaldo Montrezor – Tecnico Contabilidade - CRC 1SP302963/O-0

HLTM Participações S.A.

CNPJ/MF nº 19.408.870/0001-22

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de março de 2023 e 31 de março de 2024 (Em Reais)

Balanço Patrimonial

Ativo	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	2.053	599
Impostos a recuperar	23	20
Total do ativo circulante	**2.076**	**619**
Dividendos a receber	497.778	944.047
Investimentos	23.403.885	21.910.550
Total do ativo não circulante	**23.901.663**	**22.854.597**
Total Ativo	**23.903.739**	**22.855.216**

Passivo	2024	2023
Empréstimos de sócios	-	48.401
Dividendos a pagar	548.073	943.667
Total do passivo circulante	**548.073**	**992.068**
Patrimônio líquido		
Capital social	819.292	819.292
Reserva de Lucros	5.403.217	3.910.699
Reservas de reavaliação reflexa	16.343.930	16.343.930
Ajustes de avaliação patrimonial reflexa	789.227	789.227
Total do patrimônio líquido	**23.355.666**	**21.863.148**
Total passivo e patrimônio líquido	**23.903.739**	**22.855.216**

Demonstração do Resultado

Receitas (despesas) operacionais	2024	2023
Resultado de equivalência patrim.	1.991.113	1.947.777
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**1.991.113**	**1.947.777**
Receitas (Despesas Financeiras)	(1.089)	(732)
Lucro bruto do exercício antes do IR/CS	**1.990.024**	**1.947.045**
Lucro líquido do exercício	**1.990.024**	**1.947.045**

Demonstração de resultados abrangentes

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	1.990.024	1.947.045
Resultado abrangente do exercício	1.990.024	1.947.045

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2024	2023
Lucro líquido do exercício	1.990.024	1.947.045
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Resultado de equiv. patrimonial	(1.991.113)	(1.947.777)
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	**(1.089)**	**(732)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Empréstimos tomados de sócios	-	800
Caixa proveniente de atividades de financ.	**-**	**800**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**(1.089)**	**68**
Caixa e equivs de cxa no início do exerc.	599	531
Caixa e equivs de cxa no final do exerc.	2.053	599
	1.454	68

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva de Lucros: Reserva de ágio/ deságio	Reserva de Lucros: Reserva Legal	Reserva de Lucros: Reserva retenção de lucros	Reservas de reavaliação reflexa	Ajustes de avaliação patrimonial reflexa	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de março de 2022	819.292	181.677	163.858	2.104.880	16.343.930	789.227	-	20.402.864
Lucro líquido do exercício							1.947.045	1.947.045
Destinações:								
Dividendos propostos							(486.761)	(486.761)
Reserva de retenção de lucros				1.460.283			(1.460.283)	-
Saldos em 31 de março de 2023	819.292	181.677	163.858	3.565.163	16.343.930	789.227	-	21.863.148
Lucro líquido do exercício							1.990.024	1.990.024
Destinações:								
Lucros a Distribuir				-			(497.506)	(497.506)
Reserva de retenção de lucros				1.492.518			(1.492.518)	-
Saldos em 31 de março de 2024	819.292	181.677	163.858	5.057.681	16.343.930	789.227	-	23.355.666

Maria Malzoni Romanach – Diretor-Presidente

Ronaldo Montrezor – Tecnico Contabilidade - CRC 1SP302963/O-0

Zansugar Participações S.A.

C.N.P.J/MF nº 21.771.999/0001-42

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de março de 2021 e 31 de março de 2022 *(Em Reais)*

Balanço Patrimonial

Ativo	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	449	422
Total do ativo circulante	**449**	**422**
Dividendos a receber	1.357.634	-
Investimentos	17.133.909	-
Total do ativo não circulante	**18.491.543**	**-**
Total Ativo	**18.491.992**	**422**

Passivo	2022	2021
Empréstimos de sócios	48.762	47.962
Dividendos a Pagar	1.399.555	385.175
Total do passivo circulante	**1.448.317**	**433.137**
Passivo não Circulante		
Provisão para desvalorização de investimentos	-	13.160.465
Total do Passivo não Circulante	**-**	**13.160.465**
Patrimônio líquido		
Capital social	23.646.139	18.633.978
Reserva de Lucros	3.103.317	(153.375)
Reservas de reavaliação reflexa	497.071	575.438
Ajustes de avaliação patrimonial reflexa	(10.202.852)	(28.959.823)
Prejuízos Acumulados	-	(3.689.399)
Total do patrimônio líquido	**17.043.675**	**(13.593.180)**
Total passivo e patrim. líquido	**18.491.992**	**422**

Demonstração do Resultado

Receitas (despesas) operacionais	2022	2021
Despesas administrativas	-	(4.600)
Resultado de equivalência patrimonial	5.675.750	(3.899.068)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**5.675.750**	**(3.903.668)**
Receitas (Despesas Financeiras)	(723)	(669)
Lucro do exercício	**5.675.027**	**(3.904.337)**

Demonstração de resultados abrangentes

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	5.675.027	(3.904.337)
Outros resultados abrangentes		
Perdas liquidas de *hedge* a fluxo de caixa reflexos	18.896.439	2.742.927
Resultado abrangente do exercício	24.571.466	(1.161.410)

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2022	2021
Lucro do exercício	5.675.027	(3.904.337)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Resultado de equivalência patrimonial	(5.675.750)	3.899.068
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	**(723)**	**(5.269)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Integralização de capital em dinheiro		
Empréstimos tomados de sócios	751	5.100
Caixa proveniente de atividades de financiamento	**751**	**5.100**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**28**	**(169)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	421	591
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	449	422
	28	(169)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva de Lucros: Reserva de ágio/ deságio	Reserva de Lucros: Reserva Legal	Reserva de Lucros: Reserva Retenção de Lucros	Reservas de reavaliação reflexa	Ajustes de avaliação patrimonial reflexa	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de março de 2020	18.633.978	(1.389.990)	81.089	1.155.526	656.258	(31.568.631)	-	(12.431.769)
Reserva ágio decorrente subscrição a serem conferidas ao PL								
Realização da reserva de reavaliação reflexa					(80.821)		80.821	-
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27						(134.118)	134.118	-
Perdas líquidas de *hegd*e de fluxo de caixa reflexo						2.742.927		2.742.927
Resultado do Exercício							(3.904.337)	(3.904.337)
Saldos em 31 de março de 2021	18.633.978	(1.389.990)	81.089	1.155.526	575.437	(28.959.822)	(3.689.399)	(13.593.179)
Aumento de Capital AGE 27/12/2021	5.012.161							5.012.161
Realização da reserva de reavaliação reflexa					(78.367)		78.367	-
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27						(139.468)	139.468	-
Perdas líquidas de *hegd*e de fluxo de caixa reflexo						18.896.439		18.896.439
Retorno Reserva Legal 31/03/20 AGO 18/10/2021			(81.089)				81.089	-
Retorno Dividendos Propostos 31/03/20 AGO 18/10/2021							385.175	385.175
Retorno Reserva Retenção Lucros 31/03/20 AGO 18/10/2021				(1.155.526)			1.155.526	-
Compensação de Prejuízos Acumulados AGE 27/12/2021							2.067.608	2.067.608
Resultado do Exercício							5.675.027	5.675.027
Destinações:								-
Reserva Legal			294.643				(294.643)	-
Dividendos Propostos							(1.399.555)	(1.399.555)
Reserva Retenção de Lucros				4.198.664			(4.198.664)	-
Saldos em 31 de março de 2022	23.646.139	(1.389.990)	294.643	4.198.664	497.070	(10.202.851)	-	17.043.676

Roberto Malzoni Filho – Diretor-Presidente

Ronaldo Montrezor – Tecnico Contabilidade - CRC 1SP302963/O-0

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B880-D7FF-5FCF-0203.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 19/07/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link: **https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal**

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B880-D7FF-5FCF-0203.

HRJE Participações S.A.

C.N.P.J/MF nº 21.842.082/0001-91

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de Março de 2022 e 31 de Março de 2023 (Em Reais)

Balanço Patrimonial

Ativo	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	439	161
Total do ativo circulante	439	161
Dividendos a Receber	4.946.183	1.357.634
Investimentos	23.364.962	17.133.909
Total do ativo não circulante	28.311.145	18.491.543
Total Ativo	28.311.584	18.491.704

Passivo	2023	2022
Empréstimos de sócios	50.585	49.284
Dividendos a Pagar	4.987.861	1.399.555
Total do passivo circulante	5.038.446	1.448.839
Passivo não Circulante		
Total do Passivo não Circulante	-	-
Patrimônio líquido		
Capital social	23.645.329	23.645.329
Reserva de Lucros	14.623.668	3.103.317
Reservas de reavaliação reflexa	444.965	497.071
Ajustes de avaliação patrimonial reflexa	(15.440.824)	(10.202.852)
Total do patrimônio líquido	23.273.138	17.042.865
Total passivo e patrimônio líquido.	28.311.584	18.491.704

Demonstração do Resultado

Receitas (despesas) operacionais	2023	2022
Despesas administrativas	(274)	-
Resultado de equivalência patrim.	14.941.248	5.675.750
Lucro operacional antes do resultado financeiro	14.940.974	5.675.750
Receitas (Despesas Financeiras)	(748)	(723)
Lucro do exercício	14.940.226	5.675.027

Demonstração de resultados abrangentes

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	14.940.226	5.675.027
Outros resultados abrangentes		
Perdas liquidas de *hedge* a fluxo de caixa reflexos	(5.121.646)	18.896.439
Resultado abrangente do exercício	9.818.580	24.571.466

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício	14.940.226	5.675.027
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Resultado de equivalência patrimonial	(14.941.248)	(5.675.750)
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	(1.022)	(723)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Empréstimos tomados de sócios	1.300	450
Caixa proveniente de atividades de financiamento	1.300	450
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	278	(273)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	161	434
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	439	161
	278	(273)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva de ágio/ deságio (Reserva de Lucros)	Reserva Legal (Reserva de Lucros)	Reserva Retenção de Lucros (Reserva de Lucros)	Reservas de reavaliação reflexa (Reserva de Lucros)	Ajustes de avaliação patrimonial reflexa	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de março de 2021	18.633.980	(1.389.991)	81.049	1.154.947	575.437	(28.959.823)	(3.689.399)	(13.593.797)
Aumento de Capital AGE 27/12/2021	5.011.349							5.011.349
Realização da reserva de reavaliação reflexa					(78.367)		78.367	-
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27						(139.468)	139.468	-
Perdas líquidas de *hegd*e de fluxo de caixa reflexo						18.896.439		18.896.439
Retorno Reserva Legal 31/03/20 AGO 18/10/2021			(81.049)				81.049	-
Retorno Dividendos Propostos 31/03/20 AGO 18/10/2021							384.982	384.982
Retorno Reserva Retenção Lucros 31/03/20 AGO 18/10/2021				(1.154.947)			1.154.947	-
Compensação de Prejuízos Acumulados AGE 27/12/2021							2.068.420	2.068.420
Resultado do Exercício							5.675.027	5.675.027
Destinações:								-
Reserva Legal			294.643				(294.643)	-
Dividendos Propostos							(1.399.555)	(1.399.555)
Reserva Retenção de Lucros				4.198.664			(4.198.664)	-
Saldos em 31 de março de 2022	23.645.329	(1.389.991)	294.643	4.198.664	497.070	(10.202.852)	-	17.042.865
Realização da reserva de reavaliação reflexa					(52.106)		52.106	-
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27						(116.326)	116.326	-
Perdas líquidas de *hegd*e de fluxo de caixa reflexo						(5.121.646)		(5.121.646)
Resultado do Exercício							14.940.226	14.940.226
Destinações:								-
Reserva Legal			755.433				(755.433)	-
Dividendos Propostos							(3.588.306)	(3.588.306)
Reserva Retenção de Lucros				10.764.918			(10.764.918)	-
Saldos em 31 de março de 2023	23.645.329	(1.389.991)	1.050.076	14.963.583	444.964	(15.440.824)	-	23.273.139

Eduardo Ferraz Malzoni – Diretor-Presidente
Ronaldo Montrezor – Tecnico Contabilidade - CRC 1SP302963/O-0

HRJE Participações S.A.

C.N.P.J/MF nº 21.842.082/0001-91

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de Março de 2023 e 31 de Março de 2024 (Em Reais)

Balanço Patrimonial

Ativo	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	1.578	439
Total do ativo circulante	1.578	439
Dividendos a Receber	7.856.193	4.946.183
Investimentos	41.461.421	23.364.962
Total do ativo não circulante	49.317.614	28.311.145
Total Ativo	49.319.192	28.311.584

Passivo	2024	2023
Empréstimos de sócios	-	50.585
Dividendos a Pagar	7.950.521	4.987.861
Total do passivo circulante	7.950.521	5.038.446
Passivo não Circulante		
Total do Passivo não Circulante	-	-
Patrimônio líquido		
Capital social	23.645.329	23.645.329
Reserva de Lucros	24.145.046	14.623.668
Reservas de reavaliação reflexa	381.295	444.965
Ajustes de avaliação patrimonial reflexa	(6.802.999)	(15.440.824)
Total do patrimônio líquido	41.368.671	23.273.138
Total passivo e patrimônio líquido	49.319.192	28.311.584

Demonstração do Resultado

Receitas (despesas) operacionais	2024	2023
Despesas administrativas	(366)	(274)
Resultado de equiv. patrimonial	12.312.910	14.941.248
Lucro operacional antes do resultado financeiro	12.312.544	14.940.974
Receitas (Despesas Financeiras)	(848)	(748)
Lucro do exercício	12.311.696	14.940.226

Demonstração de resultados abrangentes

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	12.311.696	14.940.226
Outros resultados abrangentes		
Perdas liquidas de *hedge* a fluxo de caixa reflexos	8.749.513	(5.121.646)
Resultado abrangente do exercício	21.061.209	9.818.580

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício	12.311.696	14.940.226
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Resultado de equivalência patrimonial	(12.312.910)	(14.941.248)
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	(1.214)	(1.022)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Empréstimos tomados de sócios	2.353	1.300
Caixa proveniente de atividades de financiamento	2.353	1.300
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	1.139	278
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	439	161
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.578	439
	1.139	278

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva de ágio/ deságio (Reserva de Lucros)	Reserva Legal (Reserva de Lucros)	Reserva Retenção de Lucros (Reserva de Lucros)	Reservas de reavaliação reflexa (Reserva de Lucros)	Ajustes de avaliação patrimonial reflexa	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de março de 2022	23.645.329	(1.389.990)	294.643	4.198.664	497.071	(10.202.852)	-	17.042.865
Realização da reserva de reavaliação reflexa					(52.106)		52.106	-
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27						(116.326)	116.326	-
Perdas líquidas de *hegd*e de fluxo de caixa reflexo						(5.121.646)		(5.121.646)
Resultado do Exercício							14.940.226	14.940.226
Destinações:								-
Reserva Legal			755.433				(755.433)	-
Dividendos Propostos							(3.588.306)	(3.588.306)
Reserva Retenção de Lucros				10.764.918			(10.764.918)	-
Saldos em 31 de março de 2023	23.645.329	(1.389.990)	1.050.076	14.963.582	444.965	(15.440.824)	-	23.273.139
Realização da reserva de reavaliação reflexa					(63.670)		63.670	-
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27						(111.688)	111.688	-
Perdas líquidas de *hegd*e de fluxo de caixa reflexo						8.749.513		8.749.513
Resultado do Exercício							12.311.696	12.311.696
Destinações:								-
Reserva Legal			624.353				(624.353)	-
Dividendos Propostos							(2.965.675)	(2.965.675)
Reserva Retenção de Lucros				8.897.026			(8.897.026)	-
Saldos em 31 de março de 2024	23.645.329	(1.389.990)	1.674.429	23.860.608	381.295	(6.802.999)	-	41.368.673

Eduardo Ferraz Malzoni – Diretor-Presidente
Ronaldo Montrezor – Tecnico Contabilidade - CRC 1SP302963/O-0

JRHM Participações S.A.

CNPJ/MF nº 19.165.727/0001-57

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de março de 2023 e 31 de março de 2024 (Em Reais)

Balanço Patrimonial

Ativo	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	1.798	992
Total do ativo circulante	1.798	992
Dividendos a receber	497.778	944.047
Investimentos	23.403.885	21.910.550
Total do ativo não circulante	23.901.663	22.854.597
Total Ativo	23.903.461	22.855.589

Passivo	2024	2023
Empréstimos de sócios	-	44.171
Dividendos a pagar	542.855	944.147
Total do passivo circulante	542.855	988.318
Patrimônio líquido		
Capital social	816.612	816.612
Reserva de Lucros	5.410.837	3.917.502
Reservas de reavaliação reflexa	16.343.930	16.343.930
Ajustes de avaliação patrimonial reflexa	789.227	789.227
Total do patrimônio líquido	23.360.606	21.867.271
Total passivo e patrimônio líquido	23.903.461	22.855.589

Demonstração do Resultado

Receitas (despesas) operacionais	2024	2023
Resultado de equivalência patrimonial	1.991.113	1.947.777
Lucro operacional antes do resultado financeiro	1.991.113	1.947.777
Lucro líquido do exercício	1.991.113	1.947.777

Demonstração de resultados abrangentes

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	1.991.113	1.947.777
Resultado abrangente do exercício	1.991.113	1.947.777

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	1.991.113	1.947.777
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Resultado de equiv. patrimonial	(1.991.113)	(1.947.777)
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	-	-
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Caixa proveniente de atividades de financiamento	-	-
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	992	992
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.798	992
	806	-

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva de ágio/ deságio (Reserva de Lucros)	Reserva Legal (Reserva de Lucros)	Reserva retenção de lucros (Reserva de Lucros)	Reserva reavaliação reflexa (Reserva de Lucros)	Ajustes de avaliação patrimonial reflexa	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de março de 2022	816.612	180.425	163.322	2.112.923	16.343.931	789.226	-	20.406.439
Lucro líquido do exercício							1.947.776	1.947.776
Destinações								
Dividendos propostos							(486.944)	(486.944)
Reserva de retenção de lucros				1.460.832			(1.460.832)	-
Saldos em 31 de março de 2023	816.612	180.425	163.322	3.573.755	16.343.931	789.226	-	21.867.271
Lucro líquido do exercício							1.991.112	1.991.112
Destinações								
Dividendos propostos							(497.778)	(497.778)
Reserva de retenção de lucros				1.493.334			(1.493.334)	-
Saldos em 31 de março de 2024	816.612	180.425	163.322	5.067.089	16.343.931	789.226	-	23.360.606

Eduardo Ferraz Malzoni - Diretor-Presidente
Ronaldo Montrezor - Tecnico Contabilidade - CRC 1SP302963/O-0

LHT Participações S.A.

C.N.P.J/MF nº 21.842.173/0001-27

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de março de 2021 e 31 de março de 2022 (Em Reais)

Balanço Patrimonial

Ativo	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	595	318
Total do ativo circulante	595	318
Dividendos a Pagar	1.357.634	-
Investimentos	17.133.909	-
Total do ativo não circulante	18.491.543	-
Total Ativo	18.492.138	318

Passivo	2022	2021
Empréstimos de sócios	49.613	48.564
Dividendos a Pagar	1.399.555	385.007
Total do passivo circulante	1.449.168	433.571
Passivo não Circulante		
Provisão p/ desvalorização de invests	-	13.160.465
Total do Passivo não Circulante	-	13.160.465
Patrimônio líquido		
Capital social	23.645.434	18.633.980
Reserva de Lucros	3.103.317	(153.914)
Reservas de reavaliação reflexa	497.071	575.438
Ajustes de avaliação patrimonial reflexa	(10.202.852)	(28.959.823)
Prejuízos Acumulados	-	(3.689.399)
Total do patrimônio líquido	17.042.970	(13.593.718)
Total passivo e patrim. líquido	18.492.138	318

Demonstração do Resultado

Receitas (despesas) operacionais	2022	2021
Despesas administrativas	-	(4.600)
Resultado de equivalência patrimonial positiva	5.675.750	(3.899.068)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	5.675.750	(3.903.668)
Receitas (Despesas Financeiras)	(723)	(669)
Lucro do exercício	5.675.027	(3.904.337)

Demonstração de resultados abrangentes

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	5.675.027	(3.904.337)
Outros resultados abrangentes		
Perdas liquidas de *hedge* a fluxo de caixa reflexos	18.896.439	2.742.927
Resultado abrangente do exercício	24.571.466	(1.161.410)

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício	5.675.027	(3.904.337)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Resultado de equiv. patrimonial	(5.675.750)	3.899.068
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	(723)	(5.269)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Integralização de capital em dinheiro		
Empréstimos tomados de sócios	1.000	4.715
Caixa proveniente de atividades de financiamento	1.000	.715
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	277	(554)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	318	872
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	595	318
	277	(554)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva de ágio/ deságio (Reserva de Lucros)	Reserva Legal (Reserva de Lucros)	Reserva Retenção de Lucros (Reserva de Lucros)	Reservas reavaliação reflexa (Reserva de Lucros)	Ajustes de avaliação patrimonial reflexa	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de março de 2020	18.633.980	(1.389.990)	81.054	1.155.022	656.258	(31.568.632)	-	(12.432.307)
Reserva ágio decorrente subscrição a serem conferidas ao PL								
Realização da reserva de reavaliação reflexa					(80.821)		80.821	-
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27						(134.118)	134.118	-
Perdas líquidas de *hegd*e de fluxo de caixa reflexo						2.742.927		2.742.927
Resultado do Exercício							(3.904.337)	(3.904.337)
Saldos em 31 de março de 2021	18.633.980	(1.389.990)	81.054	1.155.022	575.437	(28.959.823)	(3.689.399)	(13.593.717)
Aumento de Capital AGE 27/12/2021	5.011.454							5.011.454
Realização da reserva de reavaliação reflexa					(78.367)		78.367	-
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27						(139.468)	139.468	-
Perdas líquidas de *hegd*e de fluxo de caixa reflexo						18.896.439		18.896.439
Retorno Reserva Legal 31/03/20 AGO 18/10/2021			(81.054)				81.054	-
Retorno Dividendos Propostos 31/03/20 AGO 18/10/2021							385.007	385.007
Retorno Reserva Retenção Lucros 31/03/20 AGO 18/10/2021				(1.155.022)			1.155.022	-
Compensação de Prejuízos Acumulados AGE 27/12/2021							2.068.315	2.068.315
Resultado do Exercício							5.675.027	5.675.027
Destinações:							-	-
Reserva Legal			294.643				(294.643)	-
Dividendos Propostos							(1.399.555)	(1.399.555)
Reserva Retenção de Lucros				4.198.664			(4.198.664)	-
Saldos em 31 de março de 2022	23.645.434	(1.389.990)	294.643	4.198.664	497.070	(10.202.852)	-	17.042.969

Maria Malzoni Romanach – Diretor-Presidente
Ronaldo Montrezor – Tecnico Contabilidade - CRC 1SP302963/O-0

LHT Participações S.A.

C.N.P.J/MF nº 21.842.173/0001-27

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de março de 2023 e 31 de março de 2024 (Em Reais)

Balanço Patrimonial

Ativo	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	1.578	1.373
Total do ativo circulante	1.578	1.373
Dividendos a Pagar	7.856.193	4.946.183
Investimentos	41.461.421	23.364.962
Total do ativo não circulante	49.317.614	28.311.145
Total Ativo	49.319.192	28.312.518

Passivo	2024	2023
Empréstimos de sócios	-	51.413
Dividendos a Pagar	7.950.416	4.987.861
Total do passivo circulante	7.950.416	5.039.274
Passivo não Circulante		
Total do Passivo não Circulante	-	-
Patrimônio líquido		
Capital social	23.645.434	23.645.434
Reserva de Lucros	24.145.047	14.623.669
Reservas de reavaliação reflexa	381.295	444.965
Ajustes de avaliação patrimonial reflexa	(6.802.999)	(15.440.824)
Total do patrimônio líquido	41.368.776	23.273.244
Total passivo e patrimônio líquido	49.319.192	28.312.518

Demonstração do Resultado

Receitas (despesas) operacionais	2024	2023
Despesas administrativas	(366)	(274)
Resultado de equivalência patrimonial positiva	12.312.910	14.941.248
Lucro operacional antes do resultado financeiro	12.312.544	14.940.974
Receitas (Despesas Financeiras)	(848)	(748)
Lucro do exercício	12.311.696	14.940.226

Demonstração de resultados abrangentes

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	12.311.696	14.940.226
Outros resultados abrangentes		
Perdas liquidas de *hedge* a fluxo de caixa reflexos	8.749.513	(5.121.646)
Resultado abrangente do exercício	21.061.209	9.818.580

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício	12.311.696	14.940.226
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Resultado de equivalência patrimonial	(12.312.910)	(14.941.248)
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	(1.214)	(1.022)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Integralização de capital em dinheiro		
Empréstimos tomados de sócios	1.419	1.800
Caixa proveniente de atividades de financiamento	1.419	1.800
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	205	778
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.373	595
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.578	1.373
	205	778

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva de ágio/ deságio (Reserva de Lucros)	Reserva Legal (Reserva de Lucros)	Reserva Retenção de Lucros (Reserva de Lucros)	Reservas de reavaliação reflexa (Reserva de Lucros)	Ajustes de avaliação patrimonial reflexa	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31/03/2022	23.645.434	(1.389.990)	294.643	4.198.664	497.070	(10.202.852)	-	17.042.970
Realização da reserva de reavaliação reflexa					(52.106)		52.106	-
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27						(116.326)	116.326	-
Perdas líquidas de *hegd*e de fluxo de caixa reflexo						(5.121.646)		(5.121.646)
Resultado do Exercício							14.940.226	14.940.226
Destinações:								
Reserva Legal			755.433				(755.433)	-
Dividendos Propostos							(3.588.306)	(3.588.306)
Reserva Retenção de Lucros				10.764.918			(10.764.918)	-
Saldos em 31/03/2023	23.645.434	(1.389.990)	1.050.076	14.963.583	444.964	(15.440.824)	-	23.273.243
Realização da reserva de reavaliação reflexa					(63.670)		63.670	-
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27						(111.688)	111.688	-
Perdas líquidas de *hegd*e de fluxo de caixa reflexo						8.749.513		8.749.513
Resultado do Exercício							12.311.696	12.311.696
Destinações:								
Reserva Legal			624.353				(624.353)	-
Dividendos Propostos							(2.965.675)	(2.965.675)
Reserva Retenção de Lucros				8.897.026			(8.897.026)	-
Saldos em 31 de março de 2024	23.645.434	(1.389.990)	1.674.429	23.860.609	381.294	(6.802.999)	-	41.368.777

Maria Malzoni Romanach – Diretor-Presidente
Ronaldo Montrezor – Tecnico Contabilidade - CRC 1SP302963/O-0

LHT Participações S.A.

C.N.P.J/MF nº 21.842.173/0001-27

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de março de 2022 e 31 de março de 2023 (Em Reais)

Balanço Patrimonial

Ativo	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	1.373	595
Total do ativo circulante	1.373	595
Dividendos a Pagar	4.946.183	1.357.634
Investimentos	23.364.962	17.133.909
Total do ativo não circulante	28.311.145	18.491.543
Total Ativo	28.312.518	18.492.138

Passivo	2023	2022
Empréstimos de sócios	51.413	49.613
Dividendos a Pagar	4.987.861	1.399.555
Total do passivo circulante	5.039.274	1.449.168
Passivo não Circulante		
Total do Passivo não Circulante	-	-
Patrimônio líquido		
Capital social	23.645.434	23.645.434
Reserva de Lucros	14.623.669	3.103.317
Reservas de reavaliação reflexa	444.965	497.071
Ajustes de avaliação patrimonial reflexa	(15.440.824)	(10.202.852)
Total do patrimônio líquido	23.273.244	17.042.970
Total passivo e patrimônio líquido	28.312.518	18.492.138

Demonstração do Resultado

Receitas (despesas) operacionais	2023	2022
Despesas administrativas	(274)	-
Resultado de equivalência patrimonial positiva	14.941.248	5.675.750
Lucro operacional antes do resultado financeiro	14.940.974	5.675.750
Receitas (Despesas Financeiras)	(748)	(723)
Lucro do exercício	14.940.226	5.675.027

Demonstração de resultados abrangentes

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	14.940.226	5.675.027
Outros resultados abrangentes		
Perdas liquidas de *hedge* a fluxo de caixa reflexos	(5.121.646)	18.896.439
Resultado abrangente do exercício	9.818.580	24.571.466

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício	14.940.226	5.675.027
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Resultado de equiv. patrimonial	(14.941.248)	(5.675.750)
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	(1.022)	(723)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Integralização de capital em dinheiro		
Empréstimos tomados de sócios	1.800	1.000
Caixa proveniente de atividades de financiamento	1.800	1.000
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	778	277
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	595	318
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.373	595
	778	277

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva de ágio/ deságio (Reserva de Lucros)	Reserva Legal (Reserva de Lucros)	Reserva Retenção de Lucros (Reserva de Lucros)	Reservas reavaliação reflexa (Reserva de Lucros)	Ajustes de avaliação patrimonial reflexa	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de março de 2021	18.633.980	(1.389.990)	81.054	1.155.022	575.437	(28.959.823)	(3.689.399)	(13.593.717)
Aumento de Capital AGE 27/12/2021	5.011.454							5.011.454
Realização da reserva de reavaliação reflexa					(78.367)		78.367	-
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27						(139.468)	139.468	-
Perdas líquidas de *hegd*e de fluxo de caixa reflexo						18.896.439		18.896.439
Retorno Reserva Legal 31/03/20 AGO 18/10/2021			(81.054)				81.054	-
Retorno Dividendos Propostos 31/03/20 AGO 18/10/2021							385.007	385.007
Retorno Reserva Retenção Lucros 31/03/20 AGO 18/10/2021				(1.155.022)			1.155.022	-
Compensação de Prejuízos Acumulados AGE 27/12/2021							2.068.315	2.068.315
Resultado do Exercício							5.675.027	5.675.027
Destinações:							-	-
Reserva Legal			294.643				(294.643)	-
Dividendos Propostos							(1.399.555)	(1.399.555)
Reserva Retenção de Lucros				4.198.664			(4.198.664)	-
Saldos em 31 de março de 2022	23.645.434	(1.389.990)	294.643	4.198.664	497.070	(10.202.852)	-	17.042.969
Realização da reserva de reavaliação reflexa					(52.106)		52.106	-
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27						(116.326)	116.326	-
Perdas líquidas de *hegd*e de fluxo de caixa reflexo						(5.121.646)		(5.121.646)
Resultado do Exercício							14.940.226	14.940.226
Destinações:								
Reserva Legal			755.433				(755.433)	-
Dividendos Propostos							(3.588.306)	(3.588.306)
Reserva Retenção de Lucros				10.764.918			(10.764.918)	-
Saldos em 31 de março de 2023	23.645.434	(1.389.990)	1.050.076	14.963.583	444.964	(15.440.824)	-	23.273.243

Maria Malzoni Romanach – Diretor-Presidente
Ronaldo Montrezor – Tecnico Contabilidade - CRC 1SP302963/O-0

Zansugar Participações S.A.

C.N.P.J/MF nº 21.771.999/0001-42

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de março de 2023 e 31 de março de 2024 *(Em Reais)*

Balanço Patrimonial

Ativo	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	1.056	861
Total do ativo circulante	1.056	861
Dividendos a receber	7.856.193	4.946.183
Investimentos	41.461.421	23.364.962
Total do ativo não circulante	49.317.614	28.311.145
Total Ativo	49.318.670	28.312.006

Passivo	2024	2023
Empréstimos de sócios	-	50.562
Dividendos a Pagar	7.949.196	4.987.774
Total do passivo circulante	7.949.196	5.038.336
Passivo não Circulante		
Total do Passivo não Circulante	-	-
Patrimônio líquido		
Capital social	23.646.139	23.646.139
Reserva de Lucros	24.145.039	14.623.390
Reservas de reavaliação reflexa	381.295	444.965
Ajustes de avaliação patrimonial reflexa	(6.802.999)	(15.440.824)
Total do patrimônio líquido	41.369.474	23.273.670
Total passivo e patrimônio líquido	49.318.670	28.312.006

Demonstração do Resultado

Receitas (despesas) operacionais	2024	2023
Despesas administrativas	-	(640)
Resultado de equivalência patrimonial	12.312.910	14.941.248
Lucro operacional antes do resultado financeiro	12.312.910	14.940.608
Receitas (Despesas Financeiras)	(858)	(748)
Lucro do exercício	12.312.052	14.939.860

Demonstração de resultados abrangentes

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	12.312.052	14.939.860
Outros resultados abrangentes		
Perdas liquidas de *hedge* a fluxo de caixa reflexos	8.749.513	(5.121.646)
Resultado abrangente do exercício	21.061.565	9.818.214

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício	12.312.052	14.939.860
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Resultado de equiv. patrimonial	(12.312.910)	(14.941.248)
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	(858)	(1.388)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Integralização de capital em dinheiro		
Empréstimos tomados de sócios	1.000	1.800
Caixa proveniente de atividades de financiamento	1.053	1.800
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	195	412
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	861	449
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.056	861
	195	412

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva de ágio/ deságio (Reserva de Lucros)	Reserva Legal (Reserva de Lucros)	Reserva Retenção de Lucros (Reserva de Lucros)	Reservas de reavaliação reflexa (Reserva de Lucros)	Ajustes de avaliação patrimonial reflexa	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de março de 2022	23.646.139	(1.389.990)	294.643	4.198.664	497.070	(10.202.851)	-	17.043.676
Realização da reserva de reavaliação reflexa					(52.106)		52.106	-
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27						(116.326)	116.326	-
Perdas líquidas de *hegd*e de fluxo de caixa reflexo						(5.121.646)		(5.121.646)
Resultado do Exercício							14.939.860	14.939.860
Destinações:								-
Reserva Legal			755.415				(755.415)	-
Dividendos Propostos							(3.588.219)	(3.588.219)
Reserva Retenção de Lucros				10.764.658			(10.764.658)	-
Saldos em 31 de março de 2023	23.646.139	(1.389.990)	1.050.058	14.963.322	444.964	(15.440.823)	-	23.273.670
Realização da reserva de reavaliação reflexa					(63.670)		63.670	-
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27						(111.688)	111.688	-
Perdas líquidas de *hegd*e de fluxo de caixa reflexo						8.749.513		8.749.513
Resultado do Exercício							12.312.052	12.312.052
Destinações:								-
Reserva Legal			624.371				(624.371)	-
Dividendos Propostos							(2.965.760)	(2.965.760)
Reserva Retenção de Lucros				8.897.280			(8.897.280)	-
Saldos em 31 de março de 2024	23.646.139	(1.389.990)	1.674.429	23.860.602	381.294	(6.802.998)	-	41.369.475

Roberto Malzoni Filho – Diretor-Presidente
Ronaldo Montrezor – Técnico Contabilidade - CRC 1SP302963/O-0

Zansugar Participações S.A.

C.N.P.J/MF nº 21.771.999/0001-42

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de março de 2022 e 31 de março de 2023 *(Em Reais)*

Balanço Patrimonial

Ativo	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	861	449
Total do ativo circulante	861	449
Dividendos a receber	4.946.183	1.357.634
Investimentos	23.364.962	17.133.909
Total do ativo não circulante	28.311.145	18.491.543
Total Ativo	28.312.006	18.491.992

Passivo	2023	2022
Empréstimos de sócios	50.562	48.762
Dividendos a Pagar	4.987.774	1.399.555
Total do passivo circulante	5.038.336	1.448.317
Passivo não Circulante		
Total do Passivo não Circulante	-	-
Patrimônio líquido		
Capital social	23.646.139	23.646.139
Reserva de Lucros	14.623.389	3.103.317
Reservas de reavaliação reflexa	444.965	497.071
Ajustes de avaliação patrimonial reflexa	(15.440.824)	(10.202.852)
Total do patrimônio líquido	23.273.670	17.043.675
Total passivo e patrimônio líquido	28.312.006	18.491.992

Demonstração do Resultado

Receitas (despesas) operacionais	2023	2022
Despesas administrativas	(640)	-
Resultado de equivalência patrimonial	14.941.248	5.675.750
Lucro operacional antes do resultado financeiro	14.940.608	5.675.750
Receitas (Despesas Financeiras)	(748)	(723)
Lucro do exercício	14.939.860	5.675.027

Demonstração de resultados abrangentes

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	14.939.860	5.675.027
Outros resultados abrangentes		
Perdas liquidas de *hedge* a fluxo de caixa reflexos	(5.121.646)	2.742.927
Resultado abrangente do exercício	9.818.214	8.417.954

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício	14.939.860	5.675.027
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Resultado de equiv. patrimonial	(14.941.248)	(5.675.750)
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	(1.388)	(723)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Integralização de capital em dinheiro		
Empréstimos tomados de sócios	1.800	751
Caixa proveniente de atividades de financiamento	1.800	751
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	412	28
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	449	421
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	861	449
	412	28

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva de ágio/ deságio (Reserva de Lucros)	Reserva Legal (Reserva de Lucros)	Reserva Retenção de Lucros (Reserva de Lucros)	Reservas de reavaliação reflexa (Reserva de Lucros)	Ajustes de avaliação patrimonial reflexa	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de março de 2021	18.633.978	(1.389.990)	81.089	1.155.526	575.437	(28.959.822)	(3.689.399)	(13.593.179)
Aumento de Capital AGE 27/12/2021	5.012.161							5.012.161
Realização da reserva de reavaliação reflexa					(78.367)		78.367	-
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27						(139.468)	139.468	-
Perdas líquidas de *hegd*e de fluxo de caixa reflexo						18.896.439		18.896.439
Retorno Reserva Legal 31/03/20 AGO 18/10/2021			(81.089)				81.089	-
Retorno Dividendos Propostos 31/03/20 AGO 18/10/2021							385.175	385.175
Retorno Reserva Retenção Lucros 31/03/20 AGO 18/10/2021				(1.155.526)			1.155.526	-
Compensação de Prejuízos Acumulados AGE 27/12/2021							2.067.608	2.067.608
Resultado do Exercício							5.675.027	5.675.027
Destinações:								-
Reserva Legal			294.643				(294.643)	-
Dividendos Propostos							(1.399.555)	(1.399.555)
Reserva Retenção de Lucros				4.198.664			(4.198.664)	-
Saldos em 31 de março de 2022	23.646.139	(1.389.990)	294.643	4.198.664	497.070	(10.202.851)	-	17.043.676
Realização da reserva de reavaliação reflexa					(52.106)		52.106	-
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27						(116.326)	116.326	-
Perdas líquidas de *hegd*e de fluxo de caixa reflexo						(5.121.646)		(5.121.646)
Resultado do Exercício							14.939.860	14.939.860
Destinações:							-	
Reserva Legal			755.415				(755.415)	-
Dividendos Propostos							(3.588.219)	(3.588.219)
Reserva Retenção de Lucros				10.764.658			(10.764.658)	-
Saldos em 31 de março de 2022	23.646.139	(1.389.990)	1.050.058	14.963.322	444.964	(15.440.823)	-	23.273.670

Roberto Malzoni Filho – Diretor-Presidente
Ronaldo Montrezor – Tecnico Contabilidade - CRC 1SP302963/O-0

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B880-D7FF-5FCF-0203.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 19/07/2024
Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B880-D7FF-5FCF-0203.

Jornal O DIA SP

Edição Digital Certificada*Sexta-feira, 19 de julho de 2024

FINVEST FINANÇAS E INVESTIMENTOS S.A - CNPJ/MF nº 04.063.042/0001-22 - NIRE 35.300.333.501

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 15 DE JULHO DE 2024.

1. DATA, HORA E LOCAL: Dia 15 de julho de 2024, às 11h00min, na sede social da Finvest Finanças Investimentos S.A. (a "Companhia"), na Avenida Santo Amaro, nº 48, 3º andar, conjunto 32, Vila Nova Conceição, Cidade de São Paulo, do Estado de São Paulo, CEP 04506-905. **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, ficando, portanto, dispensadas as formalidades de convocação, estando regularmente instalada a Assembleia, nos termos do artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404/76. **3. COMPOSIÇÃO DA MESA:** Foram indicados para conduzir a Assembleia o Sr. Marcelo de Andrade, como presidente da mesa, e o Sra. Aline Pereira Stumpf Gomes, como secretária. **4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre **(i)** a redução do capital social da Companhia, mediante a entrega das Debêntures da **Securitas Bioholdings S.A.** ao acionista **FINVEST CAPITAL PARTNERS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA IE** e a incorporação contábil de prejuízos acumulados**; (ii)** a alteração do caput do Artigo 4º do Estatuto Social da Companhia para refletir a redução do capital social mencionado no item (i); **(iii)** consolidar a nova redação do Estatuto Social. **5. DELIBERAÇÕES:** Após análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, foram tomadas as seguintes deliberações, por decisão unânime dos acionistas titulares da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia: 5.1. Aprovam **(i)** a redução do capital social da Companhia de **R$ 244.622.187,38 (duzentos e quarenta e quatro milhões, seiscentos e vinte e dois mil, cento e oitenta e sete reais, e trinta e oito centavos)** para **R$ 149.762.268,48 (cento e quarenta e nove milhões, setecentos e sessenta e dois mil, duzentos e sessenta e oito reais e quarenta e oito centavos)**, sem o cancelamento de ações, uma redução portanto de **R$ 94.859.918,90 (noventa e quatro milhoes, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e dezoito reais e noventa centavos)**, mediante a entrega de **16.281.338,367399 (Dezesseis milhões, duzentos e oitenta e um mil, trezentos e trinta e oito inteiros e trezentos e sessenta e sete milésimos, trezentos e noventa e nove centésimos de milésimos) debêntures** da **SECURITAS BIOHOLDINGS S.A.,** no valor de **R$ 41.203.196,17 (quarenta e um milhões, duzentos e três mil, cento e noventa e seis reais e dezessete centavos)** atualizado até a data base de 30/06/2024, e a entrega de **R$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais)** devolvidos em moeda nacional corrente, ambos entregues para a Acionista **Finvest Capital Partners - Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia Investimentos no Exterior,** e ainda a apuração e incorporação contábil de prejuízos acumulados no valor de **R$ 46.656.722,73 (quarenta e seis milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil, setecentos e vinte e dois reais, e setenta e três centavos)**. 5.1.1. Em razão da deliberação acima, o capital social atual da Companhia, correspondente a **R$ 244.622.187,38 (duzentos e quarenta e quatro milhões, seiscentos e vinte e dois mil, cento e oitenta e sete reais, e trinta e oito centavos)**, dividido em **2.114.419.557 (dois bilhões, cento e quatorze milhões, quatrocentos e dezenove mil, quinhentos e cinquenta e sete)** ações ordinárias, passará a ser de **R$ 149.762.268,48 (cento e quarenta e nove milhões, setecentos e sessenta e dois mil, duzentos e sessenta e oito reais e quarenta e oito centavos)** dividido em **2.114.419.557 (dois bilhões, cento e quatorze milhões, quatrocentos e dezenove mil, quinhentos e cinquenta e sete)** ações ordinárias. 5.2. Tendo em vista a redução de capital social da Companhia acima descrito, as acionistas aprovam **(ii)** a alterar a redação do caput do Artigo 4º do Estatuto Social da Companhia, passando a vigorar com a seguinte redação: *"Artigo 4º - O Capital social da Companhia é de R$ 149.762.268,48 (cento e quarenta e nove milhões, setecentos e sessenta e dois mil, duzentos e sessenta e oito reais e quarenta e oito centavos) totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, dividido em 2.114.419.557 (dois bilhões, cento e quatorze milhões, quatrocentos e dezenove mil, quinhentos e cinquenta e sete) Ações Ordinárias. Parágrafo único. A propriedade das ações será comprovada mediante escrituração em nome do acionista, a ser realizada por instituição financeira competente".* 5.3. Aprovam **(iii)** a nova redação em sua íntegra do Estatuto Social da Companhia, com a finalidade de refletir também as deliberações acima. 5.4. Aprovam a lavratura da presente ata em forma de sumário, nos termos do artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76. **6. ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a ser tratado, encerrou-se a Assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. **7. ASSINATURAS:** Presidente da Mesa: Marcelo de Andrade, Secretário: Aline Pereira Stumpf Gomes. Acionistas: Finvest Capital Partners - Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia Investimentos no Exterior; e Luis Claudio Garcia de Souza A presente ata é cópia fiel do documento lavrado em livro próprio. São Paulo/SP - 15 de julho de 2024. **Mesa: Marcelo de Andrade - Presidente, Aline Pereira Stumpf Gomes - Secretária. Acionistas: Finvest Capital Partners - Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia Investimentos no Exterior -** Representado por sua Gestora Finhealth Gestão de Recursos Ltda - Marcio Garcia de Souza e Luis Claudio Garcia de Souza; **Luis Claudio Garcia de Souza.**

ANEXO I - CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL - FINVEST FINANÇAS E INVESTIMENTOS S.A. - NIRE 35.300.333.501 - CNPJ nº 04.063.042/0001-22 - DENOMINAÇÃO E DURAÇÃO: Artigo 1º - A **FINVEST FINANÇAS E INVESTIMENTOS S.A**. é uma sociedade anônima, com prazo de duração indeterminado, regida pelo disposto no presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei 6.404 de 15.12.76 e suas alterações posteriores. **SEDE SOCIAL: Artigo 2º** - A sociedade tem sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Santo Amaro, nº 48, conjunto 32, Itaim Bibi, CEP 04506-000, podendo manter filiais e escritórios de representação em qualquer localidade do país ou do exterior por deliberação de sócios representando pelo menos ¾ (três quartos) do capital social. **Artigo 3º** - A Companhia tem por objeto social: a. a administração, negociação e gestão de ativos próprios; b. a participação, como sócia, acionista ou quotista, em outras sociedades nacionais ou estrangeiras, bem como em empreendimentos comerciais de qualquer natureza; e c. a prestação de serviços de estruturação de operações financeiras e concessão de garantias em favor de terceiros. **CAPITAL SOCIAL: Artigo 4º** - O Capital social da Companhia é de R$ 149.762.268,48 (cento e quarenta e nove milhões, setecentos e sessenta e dois mil, duzentos e sessenta e oito reais e quarenta e oito centavos) totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, dividido em 2.114.419.557 (dois bilhões, cento e quatorze milhões, quatrocentos e dezenove mil, quinhentos e cinquenta e sete) Ações Ordinárias. Parágrafo único. A propriedade das ações será comprovada mediante escrituração em nome do acionista, a ser realizada por instituição financeira competente. **Artigo 5º** - A cada ação ordinária corresponde um voto nas Assembleias Gerais. **ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS: Artigo 6º** - As Assembleias Gerais de Acionistas realizar-se-ão ordinariamente uma vez por ano, nos quatro (4) primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, a fim de que sejam discutidos os assuntos previstos em lei, sendo que as deliberações deverão ser tomadas por maioria simples dos acionistas, salvo em relação às matérias que exijam quórum qualificado nos termos da legislação aplicável em vigor. **Artigo 7º** - As Assembleias Gerais Extraordinárias serão realizadas sempre que necessário, quando os interesses sociais assim o exigirem ou quando as disposições do Estatuto social ou da Legislação aplicável exigirem deliberação dos acionistas. **Parágrafo único.** Dependerão de prévia aprovação por maioria simples em Assembleia Geral de Acionistas a celebração de todos e quaisquer atos e documentos que impliquem em alienação ou oneração de bens imóveis da Companhia, a prestação de avais ou fianças a empresas coligadas, a assinatura de escrituras públicas ou particulares de garantia hipotecária, pignoratícia ou cedular, a alienação de bens do ativo permanente e constituição de garantias em favor de terceiros de valor acima de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). **Artigo 8º** - As Assembleias Gerais, Ordinárias ou Extraordinárias, serão presididas por um membro Presidente da Diretoria. Na sua ausência ou impedimento, serão instaladas pelo seu substituto e presidida por quem for escolhido pelos acionistas. **Parágrafo único.** O secretário da mesa deverá ser indicado, dentre os presentes, pelo Presidente da Assembleia. **Artigo 9º** - Somente poderão tomar parte e votar na Assembleia Geral os acionistas cujas ações estejam registradas na conta de depósito das ações, aberta em seu nome nos livros da instituição depositária, com quarenta e oito (48) horas de antecedência da data designada para a realização da referida Assembleia Geral. **Parágrafo único.** O acionista poderá ser representado por procurador na Assembleia Geral de Acionistas nos termos do §1º do artigo 126 da Lei 6.404/1976 e alterações posteriores. **ADMINISTRAÇÃO DE COMPANHIA: Artigo 10** - A administração da Companhia compete à Diretoria, que terá as atribuições conferidas por lei e pelo presente Estatuto Social, estando os Diretores dispensados de prestar garantia para o exercício de suas funções. **Parágrafo 1º** Todos os membros da Diretoria tomarão posse mediante assinatura dos respectivos termos no livro próprio, permanecendo em seus respectivos cargos até a posse de seus sucessores. **Parágrafo 2º** A Assembleia Geral de Acionistas deverá estabelecer a remuneração total dos administradores, cabendo à Diretoria a sua distribuição. **DIRETORIA: Artigo 11** - A Diretoria será composta por, no mínimo, 2 (dois), e, no máximo, 7 (sete) Diretores sem designação específica, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pelos acionistas e por estes destituíveis a qualquer tempo. **Parágrafo 1º** Os Diretores serão eleitos pelo prazo de mandato de 3 (três) anos, sendo admitida a reeleição. **Parágrafo 2º** No caso de vacância de cargo da Diretoria, a respectiva substituição será deliberada pelos Acionistas. **Parágrafo 3º** Em caso de ausência ou impedimento temporário, e desde que não ultrapasse o prazo máximo de 2 (dois) meses, os Diretores remanescentes nomearão, por maioria, um Diretor substituto, até que o Diretor impedido ou ausente se restabeleça nas suas funções. Se o impedimento ou ausência ultrapassar o prazo máximo de 2 (dois) meses, os Diretores remanescentes deverão convocar uma Assembleia, no primeiro dia útil subsequente ao término do prazo em referência, para a eleição do novo Diretor, podendo, entretanto, o Diretor substituto permanecer no cargo até a investidura do novo Diretor. **Artigo 12** - Compete à Diretoria, por 2 (dois) Diretores, ou por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador da Companhia, ou por 2 (dois) procuradores com poderes específicos, a representação ativa e passiva da Companhia e da prática de todos os atos necessários ou convenientes à administração dos negócios sociais, respeitados os limites previstos em lei ou neste Estatuto Social. **Parágrafo 1º** As procurações outorgadas em nome da Companhia o serão sempre por 2 (dois) Diretores assinando em conjunto, devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, deverão ter um período máximo de validade de um (1) ano. **Parágrafo 2º** Somente as procurações "ad judicia" poderão ser outorgadas por prazo indeterminado. **Parágrafo 3º** A representação ativa e passiva da Companhia em juízo, para receber citação ou notificação, prestar depoimento pessoal ou atos análogos, caberá ao Diretor designado pela Diretoria. **CONSELHO FISCAL: Artigo 13** - O Conselho Fiscal somente será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante solicitação dos Acionistas, conforme previsto em lei. **Artigo 14** - O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por no mínimo três (3) e no máximo cinco (5) membros e por igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, sendo permitida a reeleição, com as atribuições e prazos previstos em lei. **Parágrafo único.** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será estabelecida pela Assembleia Geral de Acionistas que os eleger. **EXERCÍCIO SOCIAL E LUCROS: Artigo 15** - O exercício social terminará no dia 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que o balanço e as demais demonstrações financeiras deverão ser preparadas. **Parágrafo 1º** O balanço patrimonial e as demonstrações financeiras da Companhia serão anualmente auditados por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários. **Parágrafo 2º** Do lucro líquido apurado no exercício, será deduzida a parcela de cinco por cento (5%) para a constituição da reserva legal, que não excederá a vinte por cento (20%) do capital social. **Parágrafo 3º** Os acionistas terão direito à um dividendo anual não-cumulativo de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976 e alterações posteriores. **Parágrafo 4º** O saldo remanescente, após atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas, observada a legislação aplicável. **Parágrafo 5º** A Companhia poderá, a qualquer tempo, levantar balancetes em cumprimento a requisitos legais ou para atender interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendo intermediários ou antecipados. **Artigo 16** - A Companhia poderá pagar Juros sobre o capital próprio, imputando-o ao dividendo mínimo obrigatório. **LIQUIDAÇÃO: Artigo 17** - A Companhia será liquidada nos casos previstos em lei, sendo a Assembleia Geral o órgão competente para determinar o modo de liquidação e indicar o liquidante. **ARBITRAGEM: Artigo 18** - As divergências, conflitos, disputas ou controvérsias relacionadas a disputas societárias e às disposições deste Estatuto, sua interpretação, validade, cumprimento e exequibilidade devem ser resolvidos amigavelmente pelos acionistas, por meio de negociações em boa-fé, por um prazo de 30 (trinta dias), contados do recebimento da primeira correspondência enviada por qualquer dos acionistas visando resolver a controvérsia. Caso, ao final do prazo acima, os acionistas da Companhia não tenham chegado a um consenso, a disputa deverá ser submetida à arbitragem, constituindo-se o tribunal arbitral de 3 (três) árbitros, devendo cada parte nomear um árbitro de sua confiança e estes, em conjunto, o terceiro. **Artigo 19** - A arbitragem terá sede na capital do estado de São Paulo, e obedecerá às normas estabelecidas no Regulamento de Arbitragem do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá. **Artigo 20** - A parte que desejar dar início à arbitragem deverá notificar a outra parte desta intenção, indicando o nome do primeiro árbitro e o objeto do litígio, devendo a outra parte designar o segundo árbitro no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da referida notificação. **Artigo 21** - Escolhidos os árbitros, as partes instarão o procedimento arbitral perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá. O procedimento escolhido será o de Arbitragem. **Artigo 22** - Para dirimir as questões oriundas deste instrumento de caráter cautelar e executório, fica eleito o Foro da capital do estado de São Paulo, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. **PRÁTICAS DIFERENCIADAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA: Artigo 23** - É vedado à Companhia emitir partes beneficiárias. **Artigo 24** - A Companhia disponibilizará aos seus acionistas os contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia. **Artigo 25** - Na hipótese de abertura de capital da Companhia, obriga-se a mesma a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, os níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstos na Instrução nº 578 da Comissão de Valores Mobiliários, de 30.08.2016 e posteriores alterações.

AFMSF Participações S.A.

C.N.P.J. 21.842.115/0001-01

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de Março de 2023 e 31 de Março 2024 (Em Reais)

Balanço Patrimonial

Ativo	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	977	782
Total do ativo circulante	**977**	**782**
Dividendos a receber	7.856.193	4.946.183
Investimentos	41.461.421	23.364.962
Total do ativo não circulante	**49.317.614**	**28.311.145**
Total Ativo	**49.318.591**	**28.311.927**

Passivo	2024	2023
Empréstimos de sócios	-	49.009
Dividendos a Pagar	7.947.643	4.987.774
Total do passivo circulante	**7.947.643**	**5.036.783**
Passivo não Circulante		
Total do Passivo não Circulante	**-**	**-**
Patrimônio líquido		
Capital social	23.647.613	23.647.613
Reserva de Lucros	24.145.039	14.623.389
Reservas de reavaliação reflexa	381.295	444.965
Ajustes de avaliação patrimonial reflexa	(6.802.999)	(15.440.824)
Total do patrimônio líquido	**41.370.948**	**23.275.144**
Total passivo e patrimônio líquido	**49.318.591**	**28.311.927**

Demonstração do Resultado

	2024	2023
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas administrativas	-	(640)
Resultado de equivalência patrimonial	12.312.910	14.941.248
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**12.312.910**	**14.940.608**
Receitas (Despesas Financeiras)	(858)	(748)
Lucro do exercício	**12.312.052**	**14.939.860**

Demonstração de resultados abrangentes

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	12.312.052	14.939.860
Outros resultados abrangentes		
Ganhos liquidos de *hedge* a fluxo de caixa reflexos	8.749.513	(5.121.646)
Resultado abrangente do exercício	**21.061.565**	**9.818.214**

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício	12.312.052	14.939.860
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Resultado de equivalência patrimonial	(12.312.910)	(14.941.248)
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	**(858)**	**(1.388)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Empréstimos tomados de sócios	1.053	1.800
Caixa proveniente de atividades de financiamento	**1.053**	**1.800**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**195**	**412**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	782	370
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	977	782
	195	**412**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital Social	Reserva de Lucros: Reserva de Ágio/ Deságio	Reserva Legal	Reserva Retenção de Lucros	Reservas de Reavaliação Reflexa	Ajustes de Avaliação Patrimonial Reflexa	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de março de 2022	**23.647.613**	**(1.389.990)**	**294.643**	**4.198.664**	**497.070**	**(10.202.852)**	**-**	**17.045.149**
Realização da reserva de reavaliação reflexa					(52.106)		52.106	-
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27						(116.326)	116.326	-
Perdas líquidas de *hedge* de fluxo de caixa reflexo						(5.121.646)		(5.121.646)
Resultado do Exercício							14.939.860	14.939.860
Destinações:								-
Reserva Legal			755.415				(755.415)	-
Dividendos Propostos							(3.588.219)	(3.588.219)
Reserva Retenção de Lucros				10.764.658			(10.764.658)	-
Saldos em 31 de março de 2023	**23.647.613**	**(1.389.990)**	**1.050.058**	**14.963.322**	**444.964**	**(15.440.824)**	**-**	**23.275.143**
Realização da reserva de reavaliação reflexa					(63.670)		63.670	-
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27						(111.688)	111.688	-
Perdas líquidas de *hedge* de fluxo de caixa reflexo						8.749.513		8.749.513
Resultado do Exercício							12.312.052	12.312.052
Destinações:								-
Reserva Legal			624.371				(624.371)	-
Dividendos Propostos							(2.965.760)	(2.965.760)
Reserva Retenção de Lucros				8.897.280			(8.897.280)	-
Saldos em 31 de março de 2024	**23.647.613**	**(1.389.990)**	**1.674.428**	**23.860.602**	**381.294**	**(6.802.999)**	**-**	**41.370.948**

Anita Ferraz Malzoni
Diretor-Presidente

Ronaldo Montrezor
Tecnico Contabilidade - CRC 1SP302963/O-0

Cento e Três Participações S.A.

CNPJ/MF nº 19.696.474/0001-48

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de março de 2023 e 31 de março de 2024 (Em Reais)

Balanço patrimonial

Ativo	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	788	895
Total do ativo circulante	**788**	**895**
Dividendos a receber	497.778	944.047
Investimentos	23.403.886	21.910.550
Total do ativo não circulante	**23.901.664**	**22.854.597**
Total Ativo	**23.902.452**	**22.855.492**

Passivo	2024	2023
Empréstimos de sócios	-	45.195
Dividendos a pagar	543.035	943.555
Total do passivo circulante	**543.035**	**988.750**
Patrimônio líquido		
Capital social	812.045	812.045
Reserva de Lucros	5.414.215	3.921.540
Reservas de reavaliação reflexa	16.343.930	16.343.930
Ajustes de avaliação patrimonial reflexa	789.227	789.227
Total do patrimônio líquido	**23.359.417**	**21.866.742**
Total passivo e patrim. líquido	**23.902.452**	**22.855.492**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	1.990.234	1.946.626
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Resultado de equiv. patrimonial	(1.991.113)	(1.947.777)
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	**(879)**	**(1.151)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Empréstimos tomados de sócios	-	1.500
Caixa proveniente de atividades de financiamento	**-**	**1.500**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**(879)**	**349**
Caixa e equivs de cxa no início do exerc.	895	546
Caixa e equivs de cxa no final do exerc.	788	895
	(107)	349

Demonstrações de Resultados

	2024	2023
Receitas (despesas) operacionais		
Resultado de equiv. patrimonial	1.991.113	1.947.777
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**1.991.113**	**1.947.777**
Receitas (Despesas Financeiras)	(879)	(1.151)
Lucro líquido do exercício	**1.990.234**	**1.946.626**

Demonstrações de resultados abrangentes

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	1.990.234	1.946.626
Resultado abrangente do exercício	**1.990.234**	**1.946.626**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital Social	Reserva de Lucros: Reserva de ágio/ deságio	Reserva Legal	Reserva retenção de lucros	Reservas de reavaliação reflexa	Ajustes de avaliação patrimonial reflexa	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31/03/2022	**812.045**	**197.245**	**162.409**	**2.101.916**	**16.343.930**	**789.227**	**-**	**20.406.772**
Lucro líquido do exercício							1.946.626	1.946.626
Destinações:								
Dividendos propostos							(486.656)	(486.656)
Reserva de retenção de lucros				1.459.969			(1.459.969)	-
Saldos em 31/03/2023	**812.045**	**197.245**	**162.409**	**3.561.885**	**16.343.930**	**789.227**	**-**	**21.866.741**
Lucro líquido do exercício							1.990.234	1.990.234
Destinações:								
Dividendos propostos							(497.558)	(497.558)
Reserva de retenção de lucros				1.492.676			(1.492.676)	-
Saldos em 31/03/2024	**812.045**	**197.245**	**162.409**	**5.054.561**	**16.343.930**	**789.227**	**-**	**23.359.417**

Fernando Luiz de Mattos Oliveira
Diretor-Presidente

Ronaldo Montrezor
Tecnico Contabilidade - CRC 1SP302963/O-0

AEFEME Participações S.A.

CNPJ/MF nº 19.215.266/0001-80

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de março de 2023 e 31 de março de 2024 *(Em Reais)*

Balanço patrimonial

Ativo	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	861	489
Total do ativo circulante	**861**	**489**
Dividendos a receber	497.778	944.047
Investimentos	23.403.885	21.910.550
Total do ativo não circulante	**23.901.663**	**22.854.597**
Total Ativo	**23.902.524**	**22.855.086**

Passivo	2024	2023
Empréstimos de sócios	-	40.575
Dividendos a pagar	538.825	944.147
Total do passivo circulante	**538.825**	**984.722**
Patrimônio líquido		
Capital social	816.960	816.960
Reserva de Lucros	5.413.582	3.920.247
Reservas de reavaliação reflexa	16.343.930	16.343.930
Ajustes de avaliação patrimonial reflexa	789.227	789.227
Total do patrimônio líquido	**23.363.699**	**21.870.364**
Total passivo e patrim. líquido	**23.902.524**	**22.855.086**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	1.991.113	1.947.777
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Resultado de equiv. patrimonial	(1.991.113)	(1.947.777)
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	**-**	**-**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Caixa proveniente de atividades de financiamento	**-**	**-**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	-	-
Caixa e equivs de cxa no início do exerc.	489	489
Caixa e equivs de cxa no final do exerc.	861	489
	372	-

Demonstrações de Resultados

	2024	2023
Receitas (despesas) operacionais		
Resultado de equivalência patrimonial	1.991.113	1.947.777
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**1.991.113**	**1.947.777**
Lucro líquido do exercício	**1.991.113**	**1.947.777**

Demonstrações de resultados abrangentes

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	1.991.113	1.947.777
Resultado abrangente do exercício	**1.991.113**	**1.947.777**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital Social	Reserva de Lucros: Reserva de ágio/ deságio	Reserva Legal	Reserva retenção de lucros	Reserva reavaliação reflexa	Ajustes de avaliação patrimonial reflexa	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31/03/2022	**816.960**	**180.425**	**163.392**	**2.115.597**	**16.343.931**	**789.226**	**-**	**20.409.532**
Lucro líquido do exercício							1.947.776	1.947.776
Destinações:								
Dividendos propostos							(486.944)	(486.944)
Reserva de retenção de lucros				1.460.832			(1.460.832)	-
Saldos em 31/03/2023	**816.960**	**180.425**	**163.392**	**3.576.430**	**16.343.931**	**789.226**	**-**	**21.870.364**
Lucro líquido do exercício							1.991.113	1.991.113
Destinações:								
Dividendos propostos							(497.778)	(497.778)
Reserva de retenção de lucros				1.493.335			(1.493.335)	-
Saldos em 31/03/2024	**816.960**	**180.425**	**163.392**	**5.069.765**	**16.343.930**	**789.226**	**-**	**23.363.699**

Anita Ferraz Malzoni
Diretor-Presidente

Ronaldo Montrezor
Tecnico Contabilidade - CRC 1SP302963/O-0

Zanziagro Participações S.A.

CNPJ/MF nº 19.165.805/0001-13

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de março de 2023 e 31 de março de 2024 *(Em Reais)*

Balanço patrimonial

Ativo	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	1.884	787
Total do ativo circulante	**1.884**	**787**
Dividendos a receber	497.778	944.047
Investimentos	23.403.886	21.910.550
Total do ativo não circulante	**23.901.664**	**22.854.597**
Total Ativo	**23.903.548**	**22.855.384**

Passivo	2024	2023
Empréstimos de sócios	-	40.950
Dividendos a pagar	539.925	944.147
Total do passivo circulante	**539.925**	**985.097**
Patrimônio líquido		
Capital social	816.915	816.915
Reserva de Lucros	5.413.551	3.920.215
Reservas de reavaliação reflexa	16.343.930	16.343.930
Ajustes de avaliação patrimonial reflexa	789.227	789.227
Total do patrimônio líquido	**23.363.623**	**21.870.287**
Total passivo e patrimônio líquido	**23.903.548**	**22.855.384**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto

	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	1.991.113	1.947.777
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Resultado de equivalência patrim.	(1.991.113)	(1.947.777)
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	**-**	**-**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Caixa proveniente de atividades de financiamento	**-**	**-**
Aumento líquido em cx. e equivs. de caixa	-	-
Caixa e equivs de caixa no início do exerc.	787	787
Caixa e equivs de caixa no final do exerc.	1.884	787
	1.097	-

Demonstrações de resultados abrangentes

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	1.991.113	1.947.777
Resultado abrangente do exercício	**1.991.113**	**1.947.777**

Demonstrações de resultados

	2024	2023
Receitas (despesas) operacionais		
Resultado de equiv. patrimonial	1.991.113	1.947.777
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**1.991.113**	**1.947.777**
Lucro líquido do exercício	**1.991.113**	**1.947.777**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva de Lucros: Reserva de ágio/ deságio	Reserva Legal	Reserva retenção de lucros	Reserva reavaliação reflexa	Ajustes de avaliação patrimonial reflexa	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31/03/2022	**816.915**	**180.425**	**163.383**	**2.115.575**	**16.343.930**	**789.227**	**-**	**20.409.455**
Lucro líquido do exercício							1.947.777	1.947.777
Destinações:								
Dividendos propostos							(486.944)	(486.944)
Reserva de retenção de lucros				1.460.832			(1.460.832)	
Saldos em 31/03/2023	**816.915**	**180.425**	**163.383**	**3.576.407**	**16.343.930**	**789.227**	**-**	**21.870.288**
Lucro líquido do exercício							1.991.113	1.991.113
Destinações:								
Dividendos propostos							(497.778)	(497.778)
Reserva de retenção de lucros				1.493.335			(1.493.335)	-
Saldos em 31/03/2024	**816.915**	**180.425**	**163.383**	**5.069.742**	**16.343.930**	**789.227**	**-**	**23.363.623**

Roberto Malzoni Filho - Diretor-Presidente
Ronaldo Montrezor - Tecnico Contabilidade - CRC 1SP302963/O-0

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B880-D7FF-5FCF-0203.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme **MP nº 2.200-2** de **24/08/2001.**
A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 19/07/2024
Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link:
https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B880-D7FF-5FCF-0203.

Jornal O DIA SP

PUBLICAÇÕES LEGAIS - 4

Edição Digital Certificada*Sexta-feira, 19 de julho de 2024

CREDIHOME SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A. - NIRE 35.300.557.611 - CNPJ/MF nº 39.416.705/0001-20

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2024

1. **DATA, HORA E LOCAL:** no 17 dia do mês de abril de 2024, às 10:00 horas, na sede social da **Credihome Sociedade de Crédito Direto S.A.** ("Companhia"), localizada na Avenida Santo Amaro, nº 48, 2º andar, conjunto 21, Itaim Bibi, CEP 04506-000, São Paulo/SP. 2. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a publicação de Edital de Convocação e demais anúncios, conforme o disposto no artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores (a "Lei das Sociedades por Ações"), em virtude do comparecimento da totalidade dos acionistas da Companhia, conforme assinaturas constantes no livro de presença de acionistas e ao final desta ata. 3. **MESA:** Sr. Márcio Garcia de Souza - Presidente; e Sr. Flávio Borges Fortes - Secretário. 4. **ORDEM DO DIA**: (a) aumento do capital social, mediante moeda corrente; (b) alteração do Artigo 5º do Estatuto Social; e (c) consolidação do Estatuto Social. 5. **DELIBERAÇÕES**: Dando início aos trabalhos, foram lidas e discutidas as matérias constantes da Ordem do Dia, tendo sido aprovadas as seguintes deliberações pelos acionistas, por unanimidade de votos, sem ressalvas: (a) o aumento do Capital Social da Companhia em moeda corrente no valor de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), passando o capital social da Companhia de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) **para** R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), mediante a emissão de 1.000.000 (um milhão) de novas ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de R$ 1,00 (um real) cada. As novas ações emitidas são todas subscritas e integralizadas pela acionista **FINCAPITAL PARTICIPAÇÕES S.A.**, conforme Boletim de Subscrição, que passa a integrar a presente ata como "**Anexo I**", registrando que os acionistas **FINVEST FINANÇAS E INVESTIMENTOS S.A.** e **MÁRCIO GARCIA DE SOUZA** renunciam expressamente a subscrição das ações que teriam direito, conforme tabela abaixo: **Acionistas - CNPJ/CPF - Ações ON Anterior - Ações ON pós Aumento - %:** Fincapital Participações S.A. - 30.318.033/0001-45 - 1.699.999 - 2.699.999 - 89,99997%; Marcio Garcia de Souza - 425.539.042-91 - 300.000 - 300.000 - 10%; Finvest Finanças e Investimentos S.A. - 04.063.042/0001-22 - 1 - 1 - 0,00003%; **Total - 2.000.000 - 3.000.000 - 100%.** (b) em consequência da deliberação acima, a alteração do artigo 5º do Estatuto Social que passa a vigorar com a seguinte redação: ***Artigo 5º*** *- O capital social da Companhia é de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), expresso em moeda corrente nacional, dividido em 3.000.000 (três milhões) de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas pelos acionistas.* (c) a consolidação do Estatuto Social da Companhia, já contemplando a alteração acima aprovada, que passa a vigorar com a redação constante do **Anexo II** da presente ata. 6. **ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, ninguém se manifestando, declarou suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata em livro próprio, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e assinada pela Mesa que presidiu os trabalhos e pelos acionistas presentes. 7. **Assinaturas: (a) Mesa -** Márcio Garcia de Souza, Presidente, e Flávio Borges Fortes, Secretário; **(b) Acionistas -** (i) FINCAPITAL PARTICIPAÇÕES S.A., por seus diretores, (a) Marcio Garcia de Souza e (b) Flávio Borges Fortes, (ii) Finvest Finanças e Investimentos S.A., por seus diretores, (a) Aline Pereira Stumpf Gomes e (b) Marcelo de Andrade, e (iii) Márcio Garcia de Souza. *Certificamos que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio da Companhia.* São Paulo (SP), 17 de abril de 2024. Mesa: **MÁRCIO GARCIA DE SOUZA -** Presidente, **FLÁVIO BORGES FORTES -** Secretário. **Acionistas: FINCAPITAL PARTICIPAÇÕES S.A.** Marcio Garcia de Souza e Flávio Borges Fortes - Diretores, **FINVEST FINANÇAS E INVESTIMENTOS S.A.** Aline Pereira Stumpf Gomes e Marcelo de Andrade - Diretores, **MÁRCIO GARCIA DE SOUZA.** JUCESP nº 259.846/24-7 em 03.07.2024, Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

ANEXO I - ***Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Credihome Sociedade de Crédito S.A. - realizada em 17 de abril 2024.*** **CREDIHOME SOCIEDADE DE CRÉDITO S.A. -** CNPJ/MF nº 39.416.705/0001-20 - NIRE 35.300.557.611 **- BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO: Acionista - nº de Ações Ordinárias Subscritas - Valor da Subscrição - Forma e Prazo de Integralização: FINCAPITAL PARTICIPAÇÕES S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 30.318.033/0001-45, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Santo Amaro, nº 48, 2º andar, conjunto 21, parte, Itaim Bibi, CEP 04506-000. - 1.000.000 - R$ 1.000.000,00 - Moeda Corrente Nacional. São Paulo (SP), 17 de abril de 2024. **CREDIHOME SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.. MÁRCIO GARCIA DE SOUZA -** Presidente da Mesa, **FLÁVIO BORGES FORTES -** Secretário da Mesa.

ANEXO II - CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DA CREDIHOME SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A. - Denominação, Sede, Objeto e Duração: Artigo 1º - A Companhia, sob a denominação social de CREDIHOME SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado que se regerá pelo presente Estatuto Social e disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações posteriores ("Lei nº 6.404/76"). **Artigo 2º -** A Companhia tem sua sede e foro na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Santo Amaro, nº 48, 3º andar, Itaim Bibi, CEP 04506-000. Parágrafo Único - A Companhia poderá, por deliberação da Diretoria, abrir e encerrar filiais, escritórios, agências e estabelecimentos em qualquer parte do território nacional e no exterior. **Artigo 3º -** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Artigo 4º -** A Companhia tem como objeto social: (i) a realização de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios, exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio; (ii) a cessão de créditos a fundos de investimento, securitizadoras e demais hipóteses previstas na lei em vigor; (iii) a análise de crédito para terceiros; (iv) a cobrança de crédito, inclusive para terceiros; (v) a atuação como representante de seguros na distribuição de seguro relacionado com as operações mencionadas item (i), por meio de plataforma eletrônica, nos termos da regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), e (vi) a emissão de moeda eletrônica, nos termos da Resolução do Banco Central nº 4.656, de 26 de abril de 2018 e regulamentação em vigor. Parágrafo Único - Até a expedição da autorização para funcionamento da Companhia, é vedada a realização de qualquer atividade, especialmente operações privativas das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, permitidas somente aquelas necessárias ao cumprimento do disposto no artigo 7º do Regulamento que constitui o Anexo I à Resolução nº 4.122, de 2012 (Resolução 4.122/2012, Regulamento Anexo I, art. 7º, § 1º, I, Regulamento Anexo II, art. 10, caput; Circ. 3.649/2013, art. 6º, § 2º), a saber: (a) formalizar os atos societários de constituição da Companhia, levando-os, após a aprovação do Banco Central do Brasil, a arquivamento no Registro do Comércio; (b) implementar a estrutura organizacional, contemplando as estruturas de governança corporativa, de gerenciamento do negócio, de controles internos e de gerenciamento de riscos, a contratação dos sistemas eletrônicos e da mão de obra, a aquisição de equipamentos e a adoção de todas as demais providências previstas no plano de negócios e necessárias às atividades da Companhia; (c) apresentar ao Banco Central do Brasil requerimento solicitando a realização de inspeção a fim de verificar a estrutura organizacional implementada. **Capital Social: Artigo 5º -** O capital social da Companhia é de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), expresso em moeda corrente nacional, dividido em 3.000.000 (três milhões) de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas pelos acionistas. **Artigo 6º -** A Assembleia Geral que autorizar o aumento de capital social, mediante a subscrição de novas ações, disporá acerca das determinações a serem observadas quanto à espécie e classe das ações, ao preço de emissão e ao prazo de subscrição. **Artigo 7º -** A Companhia poderá adquirir, utilizando saldos de lucros ou reservas disponíveis, exceto a reserva legal, suas próprias ações para permanência em tesouraria, sem que isso implique na diminuição do capital social, visando sua posterior alienação ou cancelamento, observadas as disposições legais aplicáveis. Parágrafo Único - As ações mantidas em tesouraria não terão direito a voto, nem a dividendos ou bonificações de qualquer espécie, até sua recolocação em circulação. **Artigo 8º -** As ações da Companhia são nominativas e a sua propriedade presumir-se-á pela inscrição do nome do acionista no livro "Registro de Ações Nominativas", e a Companhia somente emitirá certificados de ações a requerimento do acionista, devendo ser cobrados deste os respectivos custos. Parágrafo Único - As ações ou títulos múltiplos e os certificados de ações serão sempre assinados por dois Diretores da Companhia. **Artigo 9º -** A cada ação ordinária nominativa corresponde um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **Artigo 10º -** A Companhia poderá emitir ações preferenciais, as quais, a critério da Assembleia Geral que deliberar por sua emissão, (i) não terão direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral; e (ii) poderão ter prioridade na distribuição de dividendos, fixo ou mínimo, e não-cumulativo ou prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia. **Assembleia Geral de Acionistas: Artigo 11º -** As Assembleias Gerais de Acionistas realizar-se-ão, ordinariamente, no prazo da Lei nº 6.404/76 e, extraordinariamente, sempre que exigirem os interesses sociais ou quando as disposições deste Estatuto Social ou da legislação aplicável exigirem deliberações dos acionistas, sendo permitida a realização simultânea de Assembleias Gerais ordinárias e extraordinárias. Parágrafo Único: A Assembleia Geral será instalada e presidida por qualquer dos Diretores ou, em sua ausência, por qualquer acionista escolhido pela maioria dos presentes, cabendo ao Presidente a escolha do Secretário. **Artigo 12º -** A Assembleia Geral será convocada por qualquer dos Diretores, por meio de anúncios publicados pela imprensa, conforme determinado em lei, deles devendo constar a ordem do dia, a data, a hora e o local da Assembleia. Parágrafo Único - Os procedimentos de convocação, instalação e deliberação em Assembleia Geral deverão seguir aqueles estabelecidos na Lei nº 6.404/76. **Artigo 13º -** As deliberações, exceto nos casos previstos em lei e neste estatuto social, serão tomadas por acionistas representantes da maioria das ações emitidas pela Companhia, sendo atribuído 1 (um) voto para cada ação ordinária. Parágrafo Primeiro - Somente poderão tomar parte e votar na Assembleia Geral os acionistas cujas ações estejam registradas em seu nome no livro próprio com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da data designada para a realização da referida Assembleia Geral. Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por mandatário, nos termos da Lei nº 6.404/76, mediante procuração com poderes específicos, a qual ficará arquivada na sede da Companhia. Parágrafo Segundo - Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procurador constituído a menos de um ano, que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira Parágrafo Terceiro - Nas deliberações da Assembleia Geral serão obrigatoriamente observadas as previsões de eventuais Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia. O presidente da Assembleia Geral não computará os votos proferidos com infração às disposições de tais Acordos de Acionistas. **Artigo 14º -** Dependerão da prévia aprovação dos acionistas titulares de, no mínimo, 90% (noventa por cento) do capital social, a aprovação em Assembleia Geral de Acionistas das seguintes matérias: (i) a reforma do estatuto social da Companhia; (ii) a eleição e destituição de membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, quando instalado; (iii) a emissão de ações preferenciais e debêntures, partes beneficiárias, bônus de subscrição; (iv) a avaliação de bens para formação do capital social; (v) a suspensão dos direitos de acionista; (vi) a aprovação de contas da administração e a deliberação sobre as demonstrações financeiras da Companhia; (vii) as reorganizações societárias ou combinações de negócios, incluindo, sem limitações, a incorporação, fusão, cisão, transformação, dissolução, liquidação ou a cessação do estado de liquidação da Companhia; (viii) o pedido de recuperação judicial, extrajudicial ou de falência; (ix) a alienação, oneração ou comodato de bens imóveis da Companhia; (x) a aquisição de bens imóveis pela Companhia e a celebração de instrumentos de financiamento para tal fim; (xi) a celebração de contratos de locação de bens imóveis. **Administração da Companhia: Artigo 15º -** A Companhia será administrada por uma Diretoria, composta de, no mínimo, 2 (dois) Diretores e, no máximo, 5 (cinco) Diretores, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Administrativo-Financeiro, um Diretor Operacional e um Diretor de Produtos, e os demais sem designação específica, todos residentes no País, acionistas ou não. A Diretoria operará em conformidade com a legislação aplicável e com este Estatuto Social. **Parágrafo Primeiro -** Os Diretores deverão atender aos requisitos estabelecidos na legislação e regulamentação do Sistema Financeiro Nacional para o exercício de cargos de administração de instituições financeiras, bem como prestar as informações e declarações exigidas nos prazos e condições previstos na legislação e regulamentação em vigor. **Parágrafo Segundo -** Atendidos aos requisitos estabelecidos na legislação e regulamentação do Sistema Financeiro Nacional para o exercício de cargos, e atendido o número mínimo de diretores, poderão os diretores ocupar de forma cumulativa mais de um cargo de Diretoria. **Artigo 16º -** Os Diretores serão eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, terão mandato unificado de 3 (três) anos, prorrogável até a posse dos respectivos substitutos, sendo permitida a reeleição. Parágrafo Primeiro - O mandato dos membros da Diretoria estender-se-á até a posse dos seus substitutos. Parágrafo Segundo - Todos os membros da Diretoria tomarão posse mediante assinatura dos respectivos termos no livro próprio, após a aprovação de suas eleições pelo Banco Central do Brasil, permanecendo em seus respectivos cargos até a posse de seus sucessores. Parágrafo Terceiro - Os Diretores terão as atribuições conferidas pela lei e pelo presente Estatuto Social, estando dispensados de prestar caução ou garantia para o exercício de suas funções. Parágrafo Quarto - A Assembleia Geral de Acionistas estabelecerá a remuneração dos membros da Diretoria. Parágrafo Quinto - É expressamente vedado e será nulo de pleno direito o ato praticado por qualquer Diretor da Companhia que a envolva em obrigações relativas a negócios e operações estranhos ao objeto social, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, se for o caso, a que estará sujeito o infrator deste dispositivo. Parágrafo Sexto - No impedimento, ausência temporária, ou vacância do cargo, por qualquer motivo, de qualquer dos Diretores, os Diretores remanescentes deverão convocar uma Assembleia Geral, a ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias, que deliberará sobre a eleição de novos Diretores. **Artigo 17º -** A Diretoria é o órgão executivo colegiado da Companhia, cabendo-lhe assegurar o funcionamento regular desta, tendo poderes para praticar todos e quaisquer atos relativos aos fins sociais, exceto aqueles que, por lei ou pelo presente Estatuto Social, dependam de prévia aprovação da Assembleia Geral. **Artigo 18º -** Compete à Diretoria, sem prejuízo das demais competências estabelecidas pelo presente Estatuto Social ou definidas pela Assembleia Geral: (a) representar, ativa e passivamente, a Companhia; (b) praticar todos os atos necessários ou convenientes à administração dos negócios sociais, respeitados os limites previstos em lei, neste Estatuto Social ou em eventual Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia; (c) zelar pela observância da Lei e deste Estatuto Social; (d) coordenar o andamento das atividades normais da Companhia, incluindo a implementação das diretrizes e o cumprimento das deliberações tomadas, tanto em Assembleias Gerais, como nas suas próprias reuniões; e (e) administrar, gerir e superintender os negócios sociais. **Artigo 19º -** Todos os atos que criarem responsabilidade para a Companhia, ou dispensarem obrigações de terceiros para com ela, dependerão sempre da assinatura de: (a) Quaisquer 2 (dois) Diretores, agindo em conjunto; ou (b) 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador nomeado na forma do parágrafo primeiro abaixo. Parágrafo Primeiro - A outorga de procurações em nome da Companhia dependerá sempre da assinatura conjunta de quaisquer 2 (dois) Diretores. As procurações outorgadas, além de mencionarem expressamente a extensão dos poderes conferidos e a finalidade da outorga, deverão, com exceção daquelas para fins judiciais, conter um período de validade limitado a 24 (vinte e quatro) meses. Parágrafo Segundo - A Companhia poderá ser representada por apenas 1 (um) Diretor ou 1 (um) procurador com poderes específicos na prática dos seguintes atos: (a) recebimento de citações ou notificações judiciais, representação da Companhia em juízo, exceto para a prática de atos que importem renúncia a direitos; (b) representação perante a Justiça do Trabalho e sindicatos, inclusive para matéria de admissão, suspensão ou demissão de empregados e/ou acordos trabalhistas; e (c) prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive perante repartições públicas, sociedades de economia mista, juntas comerciais, INSS, FGTS e seus bancos arrecadadores, e outras da mesma natureza. **Artigo 20º -** Ao Diretor Presidente caberá: estabelecer o plano estratégico dos negócios, definindo objetivos, metas e forma de atuação junto ao mercado; presidir trabalhos junto às diretorias e demais gestores de forma a garantir que os retornos sejam realizados dentro dos padrões de qualidade, rentabilidade, prazo e segurança. **Artigo 21º -** Ao Diretor Administrativo Financeiro caberá: definir, implantar e coordenar em conjunto com outras áreas, processos, procedimentos e controles para o cumprimento da missão da instituição, proporcionando e agregando segurança e continuidade das ações para atingir seus objetivos e metas de curto, médio e longo prazo, através do contínuo aperfeiçoamento, treinamento e engajamento dos colaboradores, como também pelo estabelecimento de políticas, normas e procedimentos inerentes à gestão contábil, gestão de pessoas, gestão financeira e gestão da infraestrutura e serviços administrativos, documentação corporativa e de outras atribuições inerentes ao cargo. **Artigo 22º -** Ao Diretor Operacional caberá: a correta aplicação dos recursos financeiros para realizar operações de crédito/financiamento, cumprindo os procedimentos e normativos operacionais estabelecidos nas políticas de financiamentos da Companhia, em consonância com os normativos dos órgãos reguladores e demais legislações pertinentes. Definirá, em conjunto com os demais membros da Presidência e Diretoria, políticas e alçadas e limites para aprovação das operações de créditos/financiamentos assim como será responsável por desenvolver e implantar as políticas de riscos que a Companhia pretende assumir. As atividades de originação da operação, pré-análise e análise de crédito/financiamento, formalização da operação e serviços após a concessão do financiamento, também estão subordinadas a Diretoria Operacional. **Artigo 23º -** Ao Diretor de Produtos caberá: pesquisar e desenvolver novos produtos no mercado de atuação da Companhia, prospectar e desenvolver novas parcerias comerciais, desenvolver a estratégia de marketing da Companhia, incluindo campanhas e planos de comunicação, fornecer suporte à área comercial, estruturar e implantar a área de suporte a clientes, bem como planejar, controlar e acompanhar o ciclo de vida de produtos. **Conselho Fiscal: Artigo 24º -** A Companhia terá um Conselho Fiscal, composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros e suplentes em igual número, não tendo caráter permanente, e só será eleito e instalado pela Assembleia Geral, nos casos previstos em lei. **Artigo 25º -** O funcionamento do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária após a sua instalação, podendo os seus membros ser reeleitos. **Artigo 26º -** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger. **Do Exercício Social, Balanços, Lucros e sua Aplicação: Artigo 27º -** O exercício social coincide com o ano civil, encerrando-se, portanto, em 31 de dezembro de cada ano. **Artigo 28º -** A 30 de junho e a 31 de dezembro de cada ano, proceder-se-á ao levantamento do inventário e do balanço geral, com observância das obrigações previstas em lei. Do resultado apurado, serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda. Parágrafo Primeiro - Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, a Diretoria apresentará à Assembleia Geral, observado o disposto nos artigos 193 a 203 da Lei nº 6.404/76 e neste Estatuto Social, proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício. Parágrafo Segundo - A Companhia poderá levantar balanços intermediários, inclusive mensais, em função dos quais se faculta a distribuição de dividendos conforme deliberado pela Assembleia Geral. Parágrafo Terceiro - A Diretoria poderá declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual. **Artigo 29º -** Do lucro líquido verificado, (i) será deduzida a percentagem de 5% (cinco por cento) para a constituição do Fundo de Reserva Legal até alcançar 20% (vinte por cento) do capital social; (ii) 25% (vinte e cinco por cento) será destinado ao pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas; (iii) e o saldo terá a destinação determinada pela Assembleia Geral, após apreciação da proposta da Diretoria e, se em funcionamento do Conselho Fiscal. Parágrafo Único - A Assembleia Geral poderá deliberar sobre a distribuição de dividendo inferior àquele fixado no item (ii) do Artigo 29º - supra ou a retenção de todo o lucro. **Do Componente Organizacional de Ouvidoria: Artigo 30º -** A Companhia constitui e manterá Componente Organizacional de Ouvidoria para assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor e de atuar como canal de comunicação entre essas instituições e os clientes e usuários de seus produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos. Parágrafo Primeiro - O Componente Organizacional de Ouvidoria é único para todas as empresas que façam parte do conglomerado financeiro da Companhia. Parágrafo Segundo - O Componente Organizacional de Ouvidoria será segregado da unidade executora da atividade de auditoria interna. **Artigo 31º -** Constituem atribuições da Ouvidoria: (a) prestar atendimento de última instância às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionados nos canais de atendimento primário da Companhia; (b) atuar como canal de comunicação entre a Companhia e os clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos; e (c) informar à Diretoria a respeito das atividades da Ouvidoria. Parágrafo Primeiro - As atribuições da Ouvidoria abrangem as seguintes atividades: (a) atender, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços; (b) prestar esclarecimentos aos demandantes acerca do andamento das demandas, informando o prazo previsto para resposta; (c) encaminhar resposta conclusiva para a demanda no prazo previsto; (d) manter a Diretoria informada sobre os problemas e deficiências detectados no cumprimento de suas atribuições e sobre o resultado das medidas adotadas pelos administradores da Companhia para solucioná-los; e (e) elaborar e encaminhar à auditoria interna, ao comitê de auditoria, quando existente, e à Diretoria, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria no cumprimento de suas atribuições. Parágrafo Segundo - O atendimento prestado pela Ouvidoria: (a) deve ser identificado por meio de número de protocolo, o qual deve ser fornecido ao demandante; (b) deve ser gravado, quando realizado por telefone, e, quando realizado por meio de documento escrito ou por meio eletrônico, arquivada a respectiva documentação; e (c) pode abranger: (i) excepcionalmente, as demandas não recepcionadas inicialmente pelos canais de atendimento primário; e (ii) as demandas encaminhadas pelo Banco Central do Brasil, por órgãos públicos ou por outras entidades públicas ou privadas. Parágrafo Terceiro - O prazo de resposta para as demandas não pode ultrapassar dez dias úteis, podendo ser prorrogado, excepcionalmente e de forma justificada, uma única vez, por igual período, limitado o número de prorrogações a 10% (dez por cento) do total de demandas no mês, devendo o demandante ser informado sobre os motivos da prorrogação. **Artigo 32º -** Compete à Diretoria designar o Ouvidor e o Diretor responsável pela Ouvidoria, sendo permitido ao Diretor responsável pela Ouvidoria desempenhar outras atividades na instituição. Parágrafo Primeiro - O Ouvidor e o Diretor responsável pela Ouvidoria terão mandatos de 24 (vinte e quatro) meses, cada, sempre coincidentes com o mandato dos demais Diretores, com direito a reeleição. O primeiro mandato do Ouvidor e do Diretor responsável pela Ouvidoria poderá ter prazo inferior ao aqui estabelecido, para coincidir com o mandato dos demais Diretores. Parágrafo Segundo - O Ouvidor será designado consoante os seguintes critérios: (a) comprovação de aptidão que deverá ser verificada em exame de certificação organizado por entidade de reconhecida capacidade técnica, a ser realizado nos prazos regulamentares abrangendo temas relacionados a ética, aos direitos e defesa do consumidor e à mediação de conflitos; e (b) atendimento às demais exigências que sejam ou venham a ser estabelecidas em normativos do Banco Central do Brasil. Parágrafo Terceiro - O Ouvidor poderá ser destituído no caso de ausência ou impedimento definitivo, ou a qualquer tempo, por deliberação da Diretoria da Companhia, a quem caberá indicar novo ocupante para a função. **Artigo 33º -** O Ouvidor poderá ser destituído no caso de ausência ou impedimento definitivo, ou, por deliberação da Diretoria da Companhia em caso de ausência ou impedimento do Ouvidor que perdure por período superior a 60 (sessenta) dias consecutivos. Em todo caso, caberá a Diretoria indicar novo ocupante para a função. Parágrafo Único - O Diretor responsável pela Ouvidoria deverá elaborar relatório semestral, relativo às atividades da Ouvidoria, nas datas-bases de 30 de junho e 31 de dezembro e sempre que identificada ocorrência relevante, o qual deverá ser: (a) elaborado de acordo com as disposições do Banco Central do Brasil; (b) revisado pela auditoria externa, a qual deve manifestar-se acerca da qualidade e adequação da estrutura, dos sistemas e dos procedimentos da Ouvidoria, bem como sobre o cumprimento dos demais requisitos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil; e (c) encaminhado ao Banco Central do Brasil, devidamente acompanhado da manifestação da auditoria externa, de parecer da auditoria interna e referendado pelo comitê de auditoria, quando existente, até sessenta dias da data-base ou da ocorrência do fato relevante. **Artigo 34º -** A Companhia assume o compromisso de: (a) criar condições adequadas para o funcionamento da Ouvidoria, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção; e (b) assegurar o acesso da Ouvidoria às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às demandas recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades no cumprimento de suas atribuições. **Dissolução e Liquidação: Artigo 35º -** A Companhia será dissolvida ou liquidada nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas. Compete à Assembleia Geral estabelecer a forma da liquidação e nomear o liquidante e os membros do Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação, fixando seus poderes e estabelecendo suas remunerações, conforme previsto em lei. **Das Disposições Gerais: Artigo 36º -** A Companhia observará os acordos de acionistas eventualmente registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração recusar o registro de transferências de ações ou criação de ônus sobre ações que sejam contrárias ao eventual acordo de acionistas, e ao Presidente da Assembleia Geral ou da Reunião da Diretoria, e recusar-se a computar os votos lançados contra o mesmo acordo. Os direitos, obrigações e responsabilidades resultantes de acordos de acionistas serão válidos e oponíveis a terceiros tão logo tenham sido averbados nos livros de registro de ações da Companhia. **Artigo 37º -** Os casos omissos neste Estatuto Social serão regulados pela Lei nº 6.404/76, pelas leis e regulamentos específicos sobre o tipo societário e demais normas da legislação pertinente, e pela deliberação da Assembleia Geral nas matérias que lhe caiba livremente decidir. **Artigo 38º -** Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser, para dirimir as questões oriundas da Companhia. São Paulo, 17 de abril de 2024. **Mesa: Marcio Garcia de Souza -** Presidente, **Flávio Borges Fortes -** Secretario. **Sócios: FINCAPITAL PARTICIPAÇÕES S.A -** Por seus diretores Marcio Garcia de Souza e Flávio Borges Fortes, **FINVEST FINANÇAS E INVESTIMENTO S.A. -** Por seus diretores Aline Pereira Stumpf Gomes e Marcelo de Andrade, **MARCIO GARCIA DE SOUZA.**

Captalys Companhia de Crédito

CNPJ/ME n° 23.361.030/0001-29 - NIRE 35.300.534.590

Edital de Convocação de Assembleia Geral de Debenturistas a ser realizada em 25/07/2024

Ficam convocados os debenturistas da **Captalys Companhia de Crédito** ("Companhia"), sociedade por ações de capital fechado, na forma prevista nos Arts. 71, § 2º e 124 da Lei n.º 6.404/76, e em observância à cláusula 5.1 "y" do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão Privada de Debêntures Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, da Captalys Companhia de Crédito, celebrada em 28/04/2021 ("Escritura de Debênture") a comparecerem à Assembleia Geral de Debenturistas, a ser realizada no dia 25/07/2024, às 11:00 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da Plataforma Microsoft Teams, devendo o acesso ser solicitado ao endereço eletrônico administrativo@blanchetlaw.com.br até 24/07/2024 às 17 horas (horário de Brasília), acompanhada da identificação do debenturista ou seu representante legal, para deliberar sobre a substituição dos auditores independentes da Companhia e de suas controladas. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia estarão à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, mediante solicitação prévia enviada para o e-mail administrativo@blanchetlaw.com.br. São Paulo, 17/07/2024. **Presidência do Conselho de Administração.** (17, 18 e 19/07/2024)

SECURITAS BIOHOLDINGS S.A.

NIRE: 35.300.460.537 - CNPJ/MF nº 02.998.562/0001-00

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: Assembleia realizada no dia 21 de junho de 2024, as 08:00 horas, na sede social da Companhia, na Av. Santo Amaro, 48, cj. 32, na Capital do Estado de São Paulo, CEP: 04506-000. **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação, nos termos do §4º do Artigo 124 da Lei Nº 6.404/76 e suas respectivas alterações ("lei das S.A.s") tento em vista a presença de 100% dos acionistas representantes da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes na própria ata. **3. MESA**: Presidente: Márcio Garcia de Sousa – **Secretário:** Luis Claudio Garcia de Souza. **4. ORDEM DO DIA:** deliberar sobre a aprovação dos termos modificativos da 01ª EMISSÃO PRIVADA DE DEBÊNTURES, CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA SECURITAS BIOHOLDINGS S.A., datada de 03 de maio de 2022 ("Escritura de emissão"), a fim de ajustar: **(a)** a inclusão da opção de conversibilidade das Debêntures; **(b)** ratificação dos demais termos e condições da Escritura de Emissão; e **(c)** deliberar sobre o aditamento da 01ª EMISSÃO PRIVADA DE DEBÊNTURES, CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA SECURITAS BIOHOLDINGS S.A. **5. DELIBERAÇÕES.** Os acionistas, por unanimidade e sem ressalvas, aprovaram as seguintes condições e parâmetros para alteração da Escritura de Emissão, conforme ordem do dia em Assembleia Geral de Debenturistas titulares das Debêntures em circulação a ser realizada nesta mesma data em horário posterior, nos termos abaixo consignados: (i) Ajustar à cláusula de conversibilidade da Escritura de Emissão, incluindo a opção de conversão das Debêntures em ações da Emissora e alterando o tipo das Debêntures para simples, conversíveis; (ii) Ratificam as demais condições não alteradas da 01ª EMISSÃO PRIVADA DE DEBÊNTURES, CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA SECURITAS BIOHOLDINGS S.A. **5.1.** Diante das alterações acima descritas os acionistas deliberam e aprovam **(c)** o **2º ADITAMENTO** da 01ª EMISSÃO PRIVADA DE DEBÊNTURES, CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA SECURITAS BIOHOLDINGS S.A. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente Assembleia da qual se lavrou a presente Ata que, lida e achada conforme, foi por todos assinada: **a) Presidente:** Márcio Garcia de Sousa**; b) Secretário:** Luis Claudio Garcia de Souza**; c) Acionistas:** (I) **Securitas Investimentos LTDA**, representada pelos diretores **Luis Claudio Garcia de Souza** e **Marcio Garcia de Souza** e **(II)** o Sr. **Luis Claudio Garcia de Souza**. A presente ata é cópia fiel da original registrada nos livros próprios da Companhia. São Paulo, 21 de junho de 2024. Mesa: **Márcio Garcia de Sousa - Presidente, Luis Claudio Garcia de Souza - Secretário.** JUCESP nº 256.893/24-0 em 11.07.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

SECURITAS BIOHOLDINGS S.A.

NIRE: 35.300.460.537 - CNPJ/MF nº 02.998.562/0001-00

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA PRIMEIRA EMISSÃO PRIVADA DE DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: Assembleia realizada no dia 21 de junho de 2024, as 10:00 horas, na sede social da Companhia, na Av. Santo Amaro, 48, cj. 32, na Capital do Estado de São Paulo, CEP: 04506-000. **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação, nos termos do §4º do Artigo 124 da Lei Nº 6.404/76 e suas respectivas alterações ("lei das S.A.s") tento em vista a presença de 100% dos titulares das debêntures ("Debenturistas") e representantes da emissora da **01ª EMISSÃO PRIVADA DE DEBÊNTURES, CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA SECURITAS BIOHOLDINGS S.A.**, datada de 03 de maio de 2022 ("Escritura de emissão"). **3. MESA** – Presidente: Márcio Garcia de Sousa – **Secretário:** Luis Claudio Garcia de Souza. **4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: **(a)** a inclusão da opção de conversibilidade das Debêntures; e **(b)** ratificação dos demais termos e condições da Escritura de Emissão; e **(c)** deliberar sobre o aditamento da 01ª EMISSÃO PRIVADA DE DEBÊNTURES, NÂO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA SECURITAS BIOHOLDINGS S.A. **5. DELIBERAÇÕES:** Instalada validamente a presente Assembleia, sem objeções, as matérias constantes da ordem do dia foram colocadas em discussão e votação pelos Debenturistas representando 100% (cem por cento) das debentures em circulação, que deliberaram, sem ressalvas, tudo conforme previamente aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Emissora ocorrida nesta mesma data, por: (i) Aprovar ajustes à cláusula de conversibilidade da Escritura de Emissão, incluindo a opção de conversão das Debêntures em ações da Emissora e alterando o tipo das Debêntures para conversíveis; (ii) Aprovar a ratificação dos demais termos e condições da Escritura de Emissão que não foram expressamente modificados pela presente assembleia; (iii) Aprovar, em razão das aprovações consignadas sob os Itens (i) e (ii) acima, a assinatura do 2º Aditivo à Escritura de Emissão, nos termos apresentados aos Debenturistas; (iv) Autorizar a Emissora e seus diretores a praticar todos e quaisquer atos necessários à implementação das deliberações tomadas nesta assembleia. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente Assembleia da qual se lavrou a presente Ata que, lida e achada conforme, foi por todos assinada: **a) Presidente:** Márcio Garcia de Sousa**; b) Secretário:** Luis Claudio Garcia de Souza**; c) Acionistas:** (I) **Securitas Investimentos LTDA**, representada pelos diretores **Luis Claudio Garcia de Souza** e **Marcio Garcia de Souza** e **(II)** o Sr. **Luis Claudio Garcia de Souza**. A presente ata é cópia fiel da original registrada nos livros próprios da Companhia. São Paulo, 21 de junho de 2024. **Márcio Garcia de Sousa - Presidente, Luis Claudio Garcia de Souza - Secretário.** JUCESP nº 256.894/24-3 em 11.07.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. - Secretária Geral.

EBM Incorporações SP S.A.

CNPJ nº 21.727.588/0001-50, NIRE 3530058136-9.

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Balanços Patrimoniais

Ativo	Notas	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	29	23	117	66
Contas a receber	5	-	-	300	179
Imóveis destinados à venda	6	-	-	664	1.307
Créditos diversos	8	1.906	1.919	2.130	2.142
Total do ativo circulante		**1.934**	**1.942**	**3.210**	**3.694**
Ativo não circulante					
Partes relacionadas	7	4.011	3.213	3.805	3.213
Créditos diversos	8	-	-	199	200
Investimentos	9	20.411	23.948	19.402	14.870
Imobilizado e intangível	-	17	12	17	12
Total do ativo não circulante		**24.439**	**27.173**	**23.423**	**18.295**
Total do ativo		**26.373**	**29.115**	**26.633**	**21.989**

Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Passivo circulante					
Fornecedores	-	1	2	25	32
Obrigações trabalhistas e tributárias	-	-	7	2	10
Imposto com recolhimento diferido	10.1	-	-	12	7
Partes relacionadas	7	11.265	11.764	11.265	4.496
Outros débitos	11	2	15	125	17
Total do passivo circulante		**11.269**	**11.788**	**11.429**	**4.562**
Passivo não circulante					
Provisão para demandas judiciais	12	-	-	100	100
Dividendos a pagar	7	281	176	281	176
Outros débitos	11	-	6.085	-	6.085
Total do passivo não circulante		**281**	**6.261**	**381**	**6.361**
Patrimônio líquido					
Capital social	13.1	7.929	7.929	7.929	7.929
Reserva legal	13.2	382	185	382	185
Reserva de lucros	13.3	6.512	2.952	6.512	2.952
Total do patrimônio líquido		**14.823**	**11.066**	**14.823**	**11.066**
Participação de não controladores		-	-	-	-
Total do passivo e do patrimônio líquido		**26.373**	**29.115**	**26.633**	**21.989**

Demonstrações dos resultados

	Notas	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita operacional líquida	15	-	-	241	2.926
Custo dos imóveis vendidos	16	-	-	(643)	(1.708)
Resultado bruto		**-**	**-**	**(402)**	**1.218**
Despesas e receitas operacionais:					
Despesas gerais e administrativas	17	(115)	(549)	(140)	(795)
Despesas comerciais	18	-	-	(161)	(393)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	19	(1.452)	265	(1.355)	346
Resultado de equivalência patrimonial	9	5.503	906	5.994	258
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**3.936**	**623**	**3.936**	**634**
Resultado financeiro	20	12	133	21	173
Resultado antes do IR e da CS		**3.948**	**756**	**3.957**	**807**
Imposto de renda e contribuição social	10.2	(4)	(41)	(13)	(92)
Lucro líquido do exercício		**3.944**	**715**	**3.944**	**715**

Suelen Centeno de Faria

CRC 022256/O-0

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B880-D7FF-5FCF-0203.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 19/07/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP**. Acesse também através do link: **https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal**

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B880-D7FF-5FCF-0203.

Jornal O DIA SP

Edição Digital Certificada*Sexta-feira, 19 de julho de 2024

ALTA MOGIANA AGRO

ALTA MOGIANA AGRO S.A.

C.N.P.J. 31.937.012/0001-70

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de março de 2024 e 2023. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer informações que fizerem necessárias relativamente às contas apresentadas. São Joaquim da Barra-SP, 05 de julho de 2024

A Diretoria.

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	2	1
Aplicações financeiras	8	28.786	43.680
Contas a receber de partes relacionadas	9	7.322	7.872
Impostos a recuperar		442	4
Total do ativo circulante		**36.552**	**51.557**
Não Circulante			
Outros créditos	11	28.608	-
		28.608	**-**
Propriedade para investimento	12	159.459	153.891
Imobilizado	13	2.998	-
		162.457	**153.891**
Total do ativo não circulante		**191.065**	**153.891**
Total do ativo		**227.617**	**205.448**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2024	2023
Circulante			
Fornecedores		66	-
Salários e encargos sociais		8	-
Tributos a recolher		1	211
Imposto de renda e contribuição social a pagar		730	498
Dividendos propostos a pagar	16.d	5.239	7.449
Adiantamentos de clientes		32	18
Outras contas a pagar	14	1.507	1.507
Total do passivo circulante		**7.583**	**9.683**
Não Circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	6.049	6.049
Total do passivo não circulante		**6.049**	**6.049**
Total do passivo		**13.632**	**15.732**
Patrimônio líquido	16		
Capital social		122.383	122.383
Ajuste de avaliação patrimonial		10.420	10.420
Reservas de lucros		81.182	56.913
Total do patrimônio líquido		**213.985**	**189.716**
Total do passivo e patrimônio líquido		**227.617**	**205.448**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial Custo atribuído de ativos	Reservas de lucros Reserva legal	Reservas de lucros Lucros retidos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de março de 2022		**122.383**	**10.420**	**2.163**	**30.834**	**-**	**165.800**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	31.365	31.365
Destinações:							
Constituição de reserva legal	16.b	-	-	1.569	-	(1.569)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16.d	-	-	-	-	(7.449)	(7.449)
Constituição de reservas de lucros	16.e	-	-	-	22.347	(22.347)	-
Saldos em 31 de março de 2023		**122.383**	**10.420**	**3.732**	**53.181**	**-**	**189.716**
Reversão de dividendos propostos		-	-	-	7.449	-	7.449
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	22.059	22.059
Destinações:							
Constituição de reserva legal	16.b	-	-	1.103	-	(1.103)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16.d	-	-	-	-	(5.239)	(5.239)
Constituição de reservas de lucros	16.e	-	-	-	15.717	(15.717)	-
Saldos em 31 de março de 2024		**122.383**	**10.420**	**4.835**	**76.347**	**-**	**213.985**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2024	2023
Receita líquida de vendas	17	**19.501**	**29.077**
Lucro bruto		**19.501**	**29.077**
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas		(265)	(493)
Outras receitas operacionais, líquidas		18	-
		(247)	**(493)**
Lucro operacional antes dos resultados financeiros		**19.254**	**28.584**
Despesas financeiras	18	(3)	(3)
Receitas financeiras	18	5.536	3.925
Resultado financeiro		**5.533**	**3.922**
Lucro antes dos impostos		**24.787**	**32.506**
Imposto de renda	15.a	(1.947)	(754)
Contribuição social	15.a	(781)	(387)
Lucro líquido do exercício		**22.059**	**31.365**
Lucro líquido básico e diluído por ação (Expresso em R$ por ação)	19	**3,25**	**4,62**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	**22.059**	**31.365**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**22.059**	**31.365**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		22.059	31.365
Despesa com imposto de renda e contribuição social		2.728	1.141
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) ou redução dos ativos			
Contas a receber de partes relacionadas		550	21
Impostos a recuperar - circulante e não circulante		(438)	(2)
Outros ativos a receber - circulante e não circulante		(28.608)	-
Aumento ou (redução) dos passivos			
Fornecedores		66	(1)
Salários e encargos sociais		8	-
Tributos a recolher		(210)	(45)
Adiantamentos de clientes		14	18
Outros passivos a pagar - circulante e não circulante		-	(1)
		(3.831)	**32.496**
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.496)	(1.186)
Caixa líquido (aplicado nas) decorrente das atividades operacionais		**(6.327)**	**31.310**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aplicações Financeiras	8	14.894	(24.653)
Aplicação de recursos em propriedades para investimento	12	(5.568)	(1.183)
Aplicação de recursos em imobilizado	13	(2.998)	-
Caixa líquido decorrente das (aplicado nas) atividades de investimentos		**6.328**	**(25.836)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos pagos	10	-	(5.475)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		**-**	**(5.475)**
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa, líquido		**1**	**(1)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**1**	**2**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**2**	**1**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional A Alta Mogiana Agro S.A. ("Companhia"), foi constituída em 23/10/2018, com sede em São Joaquim da Barra/SP, e tem como atividade preponderante a exploração agrícola de lavouras de cana-de-açúcar, mediante participação em contratos de parceria agrícola substancialmente com a parte relacionada Usina Alta Mogiana S.A. - Açúcar e Álcool. **2. Base de preparação a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelos administradores da Companhia em 05/07/2024. **3. Base de mensuração** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de propriedades para investimento e ativos imobilizados quando permitido pelas práticas contábeis e legislação brasileira. **4. Moeda funcional e moeda de apresentação** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real ("R$"), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **5. Uso de estimativas e julgamentos** Na preparação destas demonstrações financeiras, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. ***(i) Contas a receber de partes relacionadas*** O valor justo de contas a receber e outros recebíveis, que é determinado para fins de divulgação, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. ***(ii) Propriedade para investimento*** O valor justo das propriedades para investimento, para fins de divulgação, foi baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos por meio de preços de mercado cotados na data de transição para ativos semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. **6. Políticas contábeis materiais Mudanças nas políticas contábeis materiais** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. Além disso, a Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º/04/2023. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações sobre políticas contábeis divulgadas. *Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação* A Companhia adotou o imposto diferido relacionado a ativos e passivos que surgem de uma única transação (alterações ao CPC 32 a partir de 1º/01/2023). As alterações restringem o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias – por exemplo, arrendamentos e passivos para desativação e restauração. Para arrendamentos e passivos de desmontagem e remoção, uma entidade deve reconhecer os ativos e passivos fiscais diferidos associados desde o início do exercício comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como reserva de lucros, prejuízos acumulados ou em outros componentes do patrimônio líquido nessa data. Para todas as outras transações, a Companhia aplica as alterações às transações que ocorrem em ou após o início do exercício mais antigo apresentado. Em 31/03/2024, em sua avaliação a Companhia não identificou possíveis impactos relacionados da adoção dessa norma. *Imposto mínimo complementar global* A Companhia analisou a Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo do Pilar Dois (alterações ao CPC 32) quando da sua publicação. As alterações fornecem uma exceção obrigatória temporária da contabilização de impostos diferidos para o imposto adicional, que entra em vigor imediatamente, e exigem novas divulgações sobre a exposição ao Pilar Dois. No entanto, como nenhuma nova legislação para implementar o imposto adicional foi promulgada ou substancialmente promulgada em 31/03/2024 em qualquer jurisdição em que a Companhia operou e nenhum imposto diferido relacionado foi reconhecido nessa data, a aplicação retrospectiva não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. *Informação de políticas contábeis materiais* A Companhia também adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º/01/2023 (no caso da Companhia em 1º/04/2023). Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as Empresas a fornecerem informações úteis sobre políticas contábeis específicas da Companhia que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas nesta nota explicativa Políticas contábeis materiais (2022: Principais políticas contábeis) em determinados casos, de acordo com as alterações. **a. Capital social** As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto social, são reconhecidos como passivo. **b. Propriedade para investimento** A propriedade para investimento é mensurada pelo custo. Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa. **c. Demais passivos – circulante e não circulante** Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. **d. Outros ativos circulantes e não circulantes** Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, ajustes a valor presente, rendimentos, variações cambiais e monetárias auferidas e provisões para perdas na realização desses ativos que são constituídas com base na análise das expectativas de sua efetiva realização. **e. Parceria agrícola** Quando a Companhia atua como parceiro outorgante, determina, no início da parceria agrícola, se cada contrato é classificado como propriedade para investimento. Para realizar essa classificação, a Companhia faz uma avaliação geral se o contrato transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. De forma geral, as políticas contábeis aplicáveis como parceiro outorgante no período comparativo não foram diferentes do CPC 06(R2). À Companhia não é requerido fazer ajustes na transição para o CPC 06(R2) para contratos nos quais atua como parceiro outorgante. **f. Reconhecimento da receita** A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e/ ou bonificações concedidas ao comprador e outras deduções similares. A receita de venda de produto é reconhecida quando (i) já houve a transferência ao comprador do controle relacionado à propriedade do produto; (ii) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (iii) os benefícios econômicos associados à transação fluirão à Companhia; e (iv) os custos incorridos ou a incorrer podem ser mensurados com confiabilidade. Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as obrigações de desempenho são cumpridas. A receita é oriunda dos contratos de parceria agrícola vinculadas às propriedades para investimento mencionadas na nota 6.b, e é reconhecida como receita quando ocorre a venda da cota parte do produto fruto da parceria agrícola, conforme nota explicativa 6.e. **g. Lucro básico e diluído por ação** O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuível aos detentores de capital próprio da Companhia pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício. **h. Imposto de renda e contribuição social** A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social presumido é calculada à razão de 8% no cálculo de imposto de renda e 12% no cálculo de contribuição social sobre a receita bruta, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Por esse motivo, não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre determinadas diferenças temporárias que não impactam a base de cálculo do lucro presumido. **7. Novas normas e interpretações ainda não efetivas** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º/01/2024 (no caso da Companhia em 1°/04/2024). As seguintes normas alteradas e interpretações serão avaliadas pela Companhia e não deverão ter impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. (a) *Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26)* As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º/01/2024 (no caso da Companhia em 1°/04/2024). A Companhia não possui contratos de empréstimos e financiamentos sujeitos a *covenants* em 31/03/2024. (b) *Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40)* As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º/01/2024. A Companhia não possui transações de Risco Sacado em 31/03/2024. (c) *Outras normas* Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06). • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02). **8. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras**

Caixa e equivalentes de caixa	2024	2023
Bancos	2	1
	2	**1**
Aplicações financeiras	**2024**	**2023**
Aplicações financeiras	28.786	43.680
	28.786	**43.680**

As aplicações financeiras são resgatáveis sem qualquer carência, são mantidas em bancos de primeira linha e representadas substancialmente por operações remuneradas às taxas de 100,5% a 104,0% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (100,0% a 103,5% em 31/03/2023). O saldo é mantido para fins de investimentos. **9. Contas a receber de partes relacionadas**

	2024	2023
Por venda de produtos (mercado interno)		
Cana-de-açúcar	7.322	7.872
	7.322	**7.872**

O saldo de contas a receber, em 31/03/2024 e 2023, possui vencimento inferior a 90 dias e é resultante da participação em contratos de parceria mediante exploração agrícola de lavouras de cana-de-açúcar, realizadas com partes relacionadas. **10. Partes relacionadas Controladora** A controladora da Companhia é a Cia. Agrícola e Pecuária Lincoln Junqueira que detém 85,00% de suas ações, que por sua vez é controlada pela JLV Participações S.A., que detém 57,03% de suas ações em 31/03/2024 e 2023. **Saldos patrimoniais** Os valores registrados no contas a receber de partes relacionadas referem-se a transações com a Usina Alta Mogiana S.A. - Açúcar e Álcool. No exercício findo em 31/03/2024, o montante a receber é de R$ 7.322 (R$ 7.872 em 31/03/2023), e tem seu vencimento durante o próximo exercício social. **Principais saldos e transações que afetam o resultado** As operações mantidas com partes relacionadas resumem-se à venda de cana-de-açúcar para a Usina Alta Mogiana S.A. - Açúcar e Álcool, que tem o mesmo controle acionário da Companhia. No exercício findo em 31/03/2024, as referidas vendas foram de R$ 18.942 (R$ 21.294 em 31/03/2023). **Operações com pessoal chave** O pessoal chave da Administração da Companhia é composto pela Diretoria. A Companhia não concede ao pessoal chave da Administração benefícios com características de curto e longo prazos. Os valores pagos a títulos de remuneração no exercício de 31/03/2024 e 2023 não ocorreram pela Companhia, sendo realizados pela Usina Alta Mogiana S.A. - Açúcar e Álcool. **Remuneração aos Acionistas** A Companhia possui uma Política de Remuneração aos Acionistas (dividendos), de acordo com o estatuto social, de distribuição de dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal correspondente a 5% do lucro líquido do exercício. Em 31/03/2024 os dividendos propostos foram de R$ 5.239 (R$ 7.449 em 31/03/2023). Em assembleia geral ordinária de 20/07/2023 os acionistas decidiram incorporar à conta de Lucros Retidos os dividendos propostos de R$ 7.449. **11. Outros créditos** A rubrica "Outros créditos" refere-se a adiantamentos efetuados em negociações de aquisição de propriedades para investimento. **12. Propriedade para investimento**

Custo	Terras	Total
Em 31 de março de 2022	**152.708**	**152.708**
Aquisições	1.183	1.183
Baixas	-	-
Em 31 de março de 2023	**153.891**	**153.891**
Aquisições	5.568	5.568
Baixas	-	-
Em 31 de março de 2024	**159.459**	**159.459**

As propriedades para investimento estão avaliadas ao custo histórico. Para fins de divulgação destas demonstrações financeiras, a Companhia avaliou essas propriedades ao seu valor justo, no montante de R$ 266.922 em 31/03/2024 (R$ 268.690 em 31/03/2023). As avaliações foram realizadas utilizando evidências de mercado relacionadas a preços de transações efetuadas com propriedades similares. **13. Imobilizado**

Custo	Edifícios e dependências	Total
Em 31 de março de 2022	-	-
Aquisições	-	-
Baixas	-	-
Em 31 de março de 2023	-	-
Aquisições	2.998	2.998
Baixas	-	-
Em 31 de março de 2024	**2.998**	**2.998**

14. Outras contas a pagar	**2024**	**2023**
Por aquisição de:		
Propriedade para investimento	1.507	1.507
	1.507	**1.507**

A rubrica "Outras contas a pagar" refere-se à aquisição de propriedade para investimento em 31/03/2024 no valor de R$ 1.507, com vencimento final para dezembro de 2024. **15. Imposto de renda e contribuição social Composição dos tributos diferidos**

Débitos tributários:	2024	Movimentação no resultado do exercício	2023	Movimentação no resultado do exercício	2022
Imposto de renda sobre:					
Ajuste de avaliação patrimonial	4.448	-	4.448	-	4.448
Contribuição social sobre:					
Ajuste de avaliação patrimonial	1.601	-	1.601	-	1.601
Total dos débitos tributários	**6.049**	**-**	**6.049**	**-**	**6.049**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**6.049**	**-**	**6.049**	**-**	**6.049**

Os tributos diferidos referem-se a ajuste de avaliação patrimonial classificado no Patrimônio líquido (nota explicativa nº 16.c), como segue:

Ajuste de avaliação patrimonial	16.469
(-) Imposto de renda e Contribuição social (34%)	(6.049)
Ajuste de avaliação patrimonial líquida (Patrimônio líquido)	10.420

Conciliação do imposto de renda e da contribuição social com o resultado da aplicação direta da alíquota dos respectivos tributos sobre o resultado societário:

	2024 Imposto de renda	2024 Contribuição social	2023 Imposto de renda	2023 Contribuição social
Lucro antes dos tributos	**24.787**	**24.787**	**32.506**	**32.506**
Alíquota	25,00%	9,00%	25,00%	9,00%
	(6.197)	**(2.231)**	**(8.127)**	**(2.926)**
Ajuste diferença alíquota (lucro presumido)	**4.250**	**1.450**	**7.373**	**2.539**
Tributos no resultado do exercício	**(1.947)**	**(781)**	**(754)**	**(387)**
Efeito corrente	**(1.947)**	**(781)**	**(754)**	**(387)**

16. Patrimônio líquido a. Capital social Em 31/03/2024 e 2023, o capital social está dividido em 6.782.871 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **b. Reserva legal** A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social realizado. **c. Ajuste de avaliação patrimonial** Refere-se a reavaliação própria, líquida dos efeitos tributários, e é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados e o montante apurado da realização é transferido para lucros retidos. **d. Dividendos** De acordo com o estatuto social, aos titulares das ações serão atribuídos, em cada exercício, dividendos de 25% do lucro líquido, após a apropriação da reserva legal, correspondente a 5% do lucro líquido do exercício, os quais são calculados como segue:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	**22.059**	**31.365**
Base para cálculo das destinações:	22.059	31.365
(-) Constituição de reserva legal	(1.103)	(1.569)
Base elegível a distribuição de dividendos	**20.956**	**29.796**
Dividendos - 25% (mínimo obrigatório de acordo com Estatuto Social)	**5.239**	**7.449**

No exercício findo em 31/03/2024, a Companhia apresentou lucro líquido de R$ 22.059, constituindo base para o registro da Reserva Legal e, por conseguinte dos Dividendos mínimos obrigatórios propostos no valor de R$ 5.239. No exercício findo em 31/03/2023, a Companhia apresentou lucro líquido de R$ 31.365, constituindo base para o registro da Reserva Legal e, por conseguinte dos Dividendos mínimos obrigatórios propostos no valor de R$ 7.449. Em assembleia geral ordinária de 20/07/2023 os acionistas decidiram incorporar à conta de Lucros Retidos os dividendos propostos de R$ 7.449. **e. Reservas de lucros** Constituída com os lucros remanescentes, após as destinações legais e estatutárias, ficando à disposição da assembleia para futuras destinações. **17. Receita líquida de vendas** A receita líquida de vendas é demonstrada a seguir:

	2024	2023
Receita de vendas (mercado interno)		
Cana-de-Açúcar	19.117	21.454
Soja	704	8.197
Receita bruta	**19.821**	**29.651**
Impostos	(320)	(574)
Receita líquida	**19.501**	**29.077**

18. Resultado financeiro

	2024	2023
Receitas financeiras:		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	5.536	3.925
Total das receitas financeiras	**5.536**	**3.925**
Despesas financeiras:		
Outras despesas financeiras	(3)	(3)
Total das despesas financeiras	**(3)**	**(3)**
Resultado financeiro	**5.533**	**3.922**

19. Lucro líquido básico e diluído por ação A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e o valor por ação e a média ponderada do valor por ação utilizados para o cálculo do lucro básico.

Básico e diluído	**2024**	**2023**
Lucro líquido do exercício	**22.059**	**31.365**
Número de ações durante o exercício (milhares)	6.783	6.783
Lucro líquido por ação - básico e diluído - R$	**3,25**	**4,62**

Para os exercícios findos em 31/03/2024 e 2023, a Companhia não tinha potencial para diluição de ações ordinárias e, consequentemente, o lucro por ação diluído é equivalente ao lucro por ação básico, conforme demonstrado anteriormente. **20. Instrumentos financeiros a. Classificação contábil e valores justos** A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e o valor justo dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

31 de março de 2024	Nota	Valor contábil Custo amortizado	Valor justo Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	8	2	2	-	-
Aplicações financeiras	8	28.786	-	28.786	-
Contas a receber de partes relacionadas	9	7.322	7.322	-	-
Total		**36.110**	**7.324**	**28.786**	**-**
Passivos					
Fornecedores		66	66	-	-
Dividendos propostos a pagar	16.d	5.239	5.239	-	-
Total		**5.305**	**5.305**	**-**	**-**

31 de março de 2023	Nota	Valor contábil Custo amortizado	Valor justo Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	8	1	1	-	-
Aplicações financeiras	8	43.680	-	43.680	-
Contas a receber de partes relacionadas	9	7.872	7.872	-	-
Total		**51.553**	**7.873**	**43.680**	**-**
Passivos					
Fornecedores		-	-	-	-
Dividendos propostos a pagar	16.d	7.449	7.449	-	-
Total		**7.449**	**7.449**	**-**	**-**

b. Determinação do valor justo Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. ***Caixa e equivalentes de caixa*** Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento destes instrumentos. **c. Gerenciamento de riscos financeiros** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: Risco de crédito; Risco de liquidez; Risco de mercado; e Risco operacional Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos e políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. ***(i)* Estrutura do gerenciamento de risco** *Risco de crédito* Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento. O direcionamento dos negócios é tratado em reuniões para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados. A administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, o que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento. A Companhia opera com poucos instrumentos financeiros, sendo eles: caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Durante o exercício findo em 31/03/2024, não foi realizada nenhuma reclassificação de instrumentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*, buscando rendimentos conservadores e taxas de juros para operações financeiras com menor custo. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Ativos financeiros	Nota	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	8	2	1
Aplicações financeiras	8	28.786	43.680
Contas a receber de partes relacionadas	9	7.322	7.872
		36.110	**51.553**

***(ii)* Risco de liquidez** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos gerenciando sua geração de receita através da venda de cana-de-açúcar. Adicionalmente a Companhia possui como prática manter recursos em aplicações financeiras de liquidez imediata, visando principalmente garantir sua liquidez de curto prazo. A seguir, estão os ativos e passivos financeiros demonstrados por ano de vencimento.

2024	Fluxo de caixa	6 meses ou menos	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	2	2	-	-	-	-
Aplicações financeiras	28.786	28.786	-	-	-	-
Contas a receber de partes relacionadas	7.322	7.322	-	-	-	-
	36.110	**36.110**	**-**	**-**	**-**	**-**
Passivos						
Fornecedores	66	66	-	-	-	-
Dividendos propostos a pagar	5.239	5.239	-	-	-	-
	5.305	**5.305**	**-**	**-**	**-**	**-**

2023	Fluxo de caixa	6 meses ou menos	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	1	1	-	-	-	-
Aplicações financeiras	43.680	43.680	-	-	-	-
Contas a receber de partes relacionadas	7.872	7.872	-	-	-	-
	51.553	**51.553**	**-**	**-**	**-**	**-**
Passivos						
Fornecedores	-	-	-	-	-	-
Dividendos propostos a pagar	7.449	7.449	-	-	-	-
	7.449	**7.449**	**-**	**-**	**-**	**-**

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores diferentes. *Análise de sensibilidade – Risco de taxa de juros* A análise é feita considerando os movimentos das respectivas taxas de juros e qual seria o impacto da variação das taxas de juros no resultado ou no patrimônio líquido em diferentes cenários. A tabela a seguir resume todas as posições da situação financeira da Companhia impactada pela variação da taxa de juros.

Descrição	Valor de referência	Impactos em um cenário provável 10%	-10%	Impactos em um cenário possível 25%	-25%	Impactos em um cenário remoto 50%	-50%
Aplicações financeiras com taxa de juros flutuantes sem *"hedge"*	28.786	325	(325)	813	(813)	1.626	(1.626)
Impacto no resultado operacional		**325**	**(325)**	**813**	**(813)**	**1.626**	**(1.626)**

No cenário anterior, a taxa de juros foi combinada de duas maneiras de acordo com três cenários: provável, possível e remoto. Para o cenário provável, é suposta uma variação de +/- 10% da taxa de juros, com base em observações das condições de mercado atuais. Todas as outras variáveis dos montantes anteriores foram mantidas constantes. Seguem as principais premissas da análise: A taxa de juros que foi analisada foi o CDI. **21. Transações não envolvendo caixa**

	2024	2023
Transações que não envolvem caixa		
Adição de propriedade para investimento (Nota explicativa nº 12)	(1.507)	(1.507)
	(1.507)	**(1.507)**

22. Eventos subsequentes Em assembleia geral extraordinária de 02/05/2024 os acionistas decidiram pelo aumento do capital social da companhia mediante subscrição de 8.867.752 ações ordinárias e valor integralizado de R$ 160.000.

A Diretoria

Carlos Eduardo Lima Nozella - Contador CRC 1SP253467/O-2

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores da Alta Mogiana Agro S.A. São Joaquim da Barra - SP **Opinião** Examinamos as demonstrações financeiras da Alta Mogiana Agro S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Alta Mogiana Agro S.A. em 31 de março de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 05 de julho de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-027666/O-5 F SP

Aline Peres Eleutério

Contadora CRC 1SP263189/O-7

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B880-D7FF-5FCF-0203.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 19/07/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link: **https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal**

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B880-D7FF-5FCF-0203.

Jornal O DIA SP

Edição Digital Certificada*Sexta-feira, 19 de julho de 2024

ALTO ALEGRE AGRO S.A.

CNPJ: 32.075.683/0001-32

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de março de 2024 e 2023. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer informações que fizerem necessárias relativamente às contas apresentadas.

Presidente Prudente-SP, 05 de julho de 2024

A Diretoria.

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa		12	43
Aplicações financeiras	7	165.801	16.344
Contas a receber de partes relacionadas	8	863	1.340
Demais contas a receber		-	1
Total do ativo circulante		166.676	17.728
Não Circulante			
Propriedade para investimento	9	110.599	91.839
Total do ativo não circulante		110.599	91.839
Total do ativo		277.275	109.567

Passivo e Patrimônio Liquido	Nota	2024	2023
Circulante			
Tributos a recolher		12	11
Imposto de renda e contribuição Social a pagar		106	12
Dividendos propostos a pagar	11.d	4.005	1.658
Demais contas a pagar		851	100
Total do passivo circulante		4.974	1.781
Não Circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	2.369	2.369
Total do passivo não circulante		2.369	2.369
Total do passivo		7.343	4.150
Patrimônio líquido	11		
Capital social		237.621	87.621
Ajuste de avaliação patrimonial		4.471	4.471
Reservas de lucros		27.840	13.325
Total do patrimônio líquido		269.932	105.417
Total do passivo e patrimônio liquido		277.275	109.567

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2024	2023
Receita líquida das vendas	13	7.422	5.724
Lucro bruto		7.422	5.724
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas		(167)	(150)
		(167)	(150)
Lucro operacional antes dos resultados financeiros		7.255	5.574
Despesas financeiras	14	(1)	(2)
Receitas financeiras	14	10.379	2.746
Resultado financeiro, líquido		10.378	2.744
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		17.633	8.318
Imposto de renda	10	(540)	(959)
Contribuição social	10	(231)	(375)
Lucro líquido do exercício		16.862	6.984
Lucro líquido básico e diluido por ação			
(expresso em R$ por ação)	12	2,11	1,67

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		16.862	6.984
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização		2	2
Variação nos ativos operacionais:			
Contas a receber de partes relacionadas		477	(829)
Outras contas a receber		1	(1)
Variação nos passivos operacionais:			
Fornecedores		-	(2)
Tributos a recolher		1	7
Imposto de renda e contribuição social a pagar		865	1.344
Demais contas a pagar		751	100
		18.959	7.605
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(771)	(1.334)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		18.188	6.271
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aplicações financeiras	7	(149.457)	32.350
Aplicação de recursos em propriedade para investimentos	9	(18.762)	(37.479)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(168.219)	(5.129)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Entrada de caixa por aumento de capital	11.a	150.000	-
Dividendos pagos	8	-	(1.222)
Caixa líquido decorrente das (aplicado nas) atividades de financiamento		150.000	(1.222)
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa, líquido		(31)	(80)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		43	123
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		12	43

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	16.862	6.984
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	16.862	6.984

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reservas de lucros - Reserva legal	Reservas de lucros - Lucros retidos	Lucros acumulados	Total
Em 31 de março de 2022		87.621	4.472	524	7.474	-	100.091
Realização do custo atribuído		-	(1)	-	1	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	6.984	6.984
Constituição da reserva legal	11.b	-	-	350	-	(350)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	11.d	-	-	-	-	(1.658)	(1.658)
Constituição de reserva de retenção de lucros	11.e	-	-	-	4.976	(4.976)	-
Em 31 de março de 2023		87.621	4.471	874	12.451	-	105.417
Integralização de capital	11.a	150.000	-	-	-	-	150.000
Reversão de dividendos propostos	11.d	-	-	-	1.658	-	1.658
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	16.862	16.862
Constituição da reserva legal	11.b	-	-	843	-	(843)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	11.d	-	-	-	-	(4.005)	(4.005)
Constituição de reserva de retenção de lucros	11.e	-	-	-	12.014	(12.014)	-
Em 31 de março de 2024		237.621	4.471	1.717	26.123	-	269.932

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional A Alto Alegre Agro S.A. ("Companhia"), sediada em Presidente Prudente/SP, tem como atividade preponderante a exploração agrícola de lavouras de cana de açúcar, mediante participação em contratos de parceria agrícola em sua totalidade com a parte relacionada Usina Alto Alegre S.A. – Açúcar e Álcool. **2. Base de preparação das demonstrações financeiras Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelos administradores da Companhia em 05/07/2024. **3. Base de mensuração** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de propriedades para investimento quando permitido pelas práticas contábeis e legislação brasileira. **4. Moeda funcional e moeda de apresentação** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real ("R$"), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos** Na preparação destas demonstrações financeiras, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. ***(i) Contas a receber de clientes*** O valor justo de contas a receber e outros recebíveis, que é determinado para fins de divulgação, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. ***(ii) Propriedade para investimento*** O valor justo das propriedades para investimento, para fins de divulgação, foram baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos por meio de preços de mercado cotados na data de transição para ativos semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. **5. Políticas contábeis materiais Mudanças nas principais políticas contábeis** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. Além disso, a Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º/04/2023. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações sobre políticas contábeis divulgadas. *Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação* A Companhia adotou o imposto diferido relacionado a ativos e passivos que surgem de uma única transação (alterações ao CPC 32) a partir de 1º/01/2023. As alterações restringem o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias – por exemplo, arrendamentos e passivos para desativação e restauração. Para arrendamentos e passivos de desmontagem e remoção, uma entidade deve reconhecer os ativos e passivos fiscais diferidos associados desde o início do exercício comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como reserva de lucros, prejuízos acumulados ou em outros componentes do patrimônio líquido nessa data. Para todas as outras transações, a Companhia aplica as alterações às transações que ocorrem em ou após o início do exercício mais antigo apresentado. Em 31/03/2024, em sua avaliação a Companhia não identificou possíveis impactos relacionados da adoção dessa norma. *Imposto mínimo complementar global* A Companhia analisou a Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo do Pilar Dois (alterações ao CPC 32) quando da sua publicação. As alterações fornecem uma exceção obrigatória temporária da contabilização de impostos diferidos para o imposto adicional, que entra em vigor imediatamente, e exigem novas divulgações sobre a exposição ao Pilar Dois. No entanto, como nenhuma nova legislação para implementar o imposto adicional foi promulgada ou substancialmente promulgada em 31/03/2024 em qualquer jurisdição em que a Companhia operou e nenhum imposto diferido relacionado foi reconhecido nessa data, a aplicação retrospectiva não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. *Informação de políticas contábeis materiais* A Companhia também adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º/01/2023 (no caso da Companhia em 1º/04/2023). Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as Empresas a fornecerem informações úteis sobre políticas contábeis específicas da Companhia que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas nesta nota explicativa Políticas contábeis materiais (2023: Principais políticas contábeis) em determinados casos, de acordo com as alterações. **a. Capital social** As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto social, são reconhecidos como passivo. **b. Propriedade para investimento** A propriedade para investimento é mensurada pelo custo. Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa. **c. Demais passivos - Circulante e não circulante** Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. **d. Outros ativos circulantes e não circulantes** Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, ajustes a valor presente, rendimentos, variações cambiais e monetárias auferidas e provisões para perdas na realização desses ativos que são constituídas com base na análise das expectativas de sua efetiva realização. **e. Parceria agrícola** Quando a Companhia atua como parceiro outorgante, determina, no início da parceria agrícola, se cada contrato é classificado como propriedade para investimento. Para realizar essa classificação, a Companhia faz uma avaliação geral se o contrato transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. De forma geral, as políticas contábeis aplicáveis como parceiro outorgante no período comparativo não foram diferentes do CPC 06(R2). A Companhia realiza contrato de parceria agrícola com suas propriedades para investimento, incluindo propriedades próprias. À Companhia não é requerido fazer ajustes na transição para o CPC 06(R2) para contratos nos quais atua como parceiro outorgante. **f. Reconhecimento da receita** A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de venda de produtos é reconhecida quando (i) já houve a transferência ao comprador do controle relacionado à propriedade do produto; (ii) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (iii) os benefícios econômicos associados à transação fluirão à Companhia; e (iv) os custos incorridos ou a incorrer podem ser mensurados com confiabilidade. Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as obrigações de desempenho são cumpridas. A receita é oriunda dos contratos de parceria agrícola vinculadas as propriedades para investimento mencionadas na nota 5.b, e é reconhecida como receita quando ocorre a venda da cota parte do produto fruto da parceria agrícola, conforme nota explicativa 5.e. **g. Imposto de renda e contribuição social** A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social presumido é calculada à razão de 8% no cálculo de imposto de renda e 12% no cálculo de contribuição social sobre a receita bruta, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Por esse motivo, não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre determinadas diferenças temporárias que não impactam a base de cálculo do lucro presumido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. ***Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente*** O imposto corrente é o imposto a pagar calculado sobre a receita bruta tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos. **h. Lucro básico e diluído por ação** O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuível aos detentores de capital próprio da Companhia pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício. **6. Novas normas e interpretações ainda não efetivas** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º/01/2024 (no caso da Companhia em 1°/04/2024). As seguintes normas alteradas e interpretações serão avaliadas pela Companhia e não deverão ter impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. (a) *Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26)* As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º/01/2024 (no caso da Companhia em 1°/04/2024). A Companhia possui empréstimos que estão sujeitos a covenants específicos. Embora ambos os passivos estejam classificados como não circulantes em 31/03/2024, uma futura quebra dos covenants específicos, pode exigir que a Companhia liquide os passivos antes das datas de vencimento contratuais. A Companhia não possui contratos sujeitos a *covenants* financeiros. (b) *Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40)* As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º/01/2024 (no caso da Companhia em 1°/04/2024). A Companhia não possui transações de Risco Sacado em 31/03/2024. (c) *Outras normas* Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06). • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02). **7. Aplicações financeiras** As aplicações financeiras são resgatáveis sem qualquer carência, são mantidas em bancos de primeira linha e representadas substancialmente por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, pós-fixados, remunerados às taxas médias de 100,3% (100,5% em 31/03/2023) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. O saldo em 31/03/2024 é de R$ 165.801 (R$ 16.344 em 31/03/2023), e são mantidas para fins de investimento. **8. Partes relacionadas Controladora** A controladora da Companhia é a Companhia Agrícola e Pecuária Lincoln Junqueira que detém 93,38% de suas ações, que por sua vez é controlada pela JLV Participações S.A., que detém 57,03% de suas ações em 31/03/2024 e 2023. **Saldos patrimoniais** Os valores registrados no contas a receber de partes relacionadas, referem-se a transações com a Usina Alto Alegre S.A. – Açúcar e Álcool, no exercício findo em 31/03/2024 o montante a receber é de R$ 863 (R$ 1.340 em 31/03/2023), e tem seu vencimento durante o próximo exercício social. **Principais saldos e transações que afetam o resultado** As operações mantidas com partes relacionadas resumem-se à venda de cana-de-açúcar para a Usina Alto Alegre S.A. – Açúcar e Álcool, que tem o mesmo controle acionário da Companhia. No exercício findo em 31/03/2024, as referidas vendas foram de R$ 7.577 (R$ 5.848 em 31/03/2023), vide nota explicativa nº 13. **Operações com pessoal chave** O pessoal-chave da Administração da Companhia é composto pela Diretoria. A Companhia não concede ao pessoal-chave da Administração benefícios com características de curto e longo prazos. Os valores pagos a títulos de remuneração no exercício de 2024 e 2023 não ocorreram pela Companhia, sendo realizados pela Usina Alto Alegre S.A. – Açúcar e Álcool. **Remuneração aos acionistas** A Companhia possui uma Política de Remuneração aos Acionistas (Dividendos), de acordo com o estatuto social, de distribuição de dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal correspondente a 5% do lucro líquido do exercício. Em 31/03/2024 os dividendos propostos foram de R$ 4.005 (R$ 1.658 em 31/03/2023). Em 31/03/2024, não houve dividendos efetivamente pagos (R$ 1.222 em 31/03/2023).

9. Propriedade para investimento

Custo	Terras	Edifícios e dependências	Adiantamento a fornecedores	Total
Em 31/03/2022	68.701	65	-	68.766
Aquisições	23.079	-	-	23.079
Em 31/03/2023	91.780	65	-	91.845
Aquisições	15.124	-	3.638	18.762
Em 31/03/2024	106.904	65	3.638	110.607

Depreciação	Terras	Edifícios e dependências	Adiantamento a fornecedores	Total
Em 31/03/2022	-	(4)	-	(4)
Adições	-	(2)	-	(2)
Em 31/03/2023	-	(6)	-	(6)
Adições	-	(2)	-	(2)
Em 31/03/2024	-	(8)	-	(8)
Saldo líquido em 31/03/2023	91.780	59	-	91.839
Saldo líquido em 31/03/2024	106.904	57	3.638	110.599
Taxas médias anuais de depreciação		3,0%		

As propriedades para investimento, estão avaliadas ao custo histórico. O montante pago no período encerrado em 31/03/2024 foi de R$ 18.762 (R$ 37.479 em 31/03/2023). Para fins de divulgação destas demonstrações financeiras, a Companhia avaliou essas propriedades ao seu valor justo, no montante de R$ 237.383 em 31/03/2024 (R$ 212.980 em 31/03/2023). As avaliações foram realizadas, utilizando evidências de mercado relacionadas a preços de transações efetuadas com propriedades similares. **10. Imposto de renda e contribuição social Composição dos tributos diferidos**

	2024	Movimentação no resultado do exercício	2023	Movimentação no resultado do exercício	2022
Débitos tributários					
Imposto de renda sobre:					
. Ajuste de avaliação patrimonial	1.742	-	1.742	(1)	1.743
Contribuição social sobre:					
. Ajuste de avaliação patrimonial	627	-	627	-	627
Total dos débitos tributários	2.369	-	2.369	(1)	2.370
Imposto de renda e contribuição social líquidos	2.369	-	2.369	(1)	2.370

Os tributos diferidos se referem a ajuste de avaliação patrimonial classificados no Patrimônio líquido (nota 11.c) como segue:

Ajuste de avaliação patrimonial	6.839
(-) Imposto de renda e Contribuição social (34%)	(2.368)
Ajuste de avaliação patrimonial líquida (Patrimônio líquido)	4.471

a) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social com o resultado da aplicação direta da alíquota dos respectivos tributos sobre o resultado societário

	2024 Imposto de renda	2024 Contribuição social	2023 Imposto de renda	2023 Contribuição social
Lucro antes dos tributos	17.633	17.633	8.318	8.318
Alíquota	25%	9%	25%	9%
	(4.408)	(1.587)	(2.080)	(749)
Ajuste diferença alíquota (lucro presumido)	3.868	1.356	1.121	374
Tributos no resultado do exercício	(540)	(231)	(959)	(375)
Efeito corrente	(540)	(230)	(959)	(375)
Efeito diferido	-	-	-	-

11. Patrimônio líquido a. Capital social O capital social está dividido em 11.373.675 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal (4.193.955 em 31/03/2023). Em 20/09/2023, foi deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária (AGE) Nº 6, a capitalização de R$ 150.000 mediante aporte de capital, elevando assim o capital social de R$ 87.621 em 31/03/2023 para R$ 237.621 em 31/03/2024. **b. Reserva legal** Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social realizado. **c. Ajuste de avaliação patrimonial** Refere-se à reavaliação própria, líquida dos efeitos tributários, e é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados e o montante apurado da realização é transferido para lucros retidos. Os valores estão demonstrados líquidos do efeito do imposto de renda e da contribuição social, conforme nota explicativa nº 10. **d. Dividendos** A reversão de dividendos propostos, no montante de R$ 1.658, foi deliberada pela Assembleia Geral Ordinária (AGO) n° 5 do dia 21/07/2023. De acordo com o estatuto social, aos titulares das ações serão atribuídos dividendos de 25% do lucro líquido de cada exercício, após a apropriação da reserva legal, correspondentes a 5% do lucro líquido do exercício.

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	16.862	6.984
Base para destinações	16.862	6.984
(-) Constituição da reserva legal	(844)	(349)
Base elegível de distribuição de dividendos	16.018	6.635
Dividendos - percentual de 25% (mínimo obrigatório de acordo com estatuto social)	4.005	1.658

e. Reservas de retenção de lucros Constituída com os lucros remanescentes, após as destinações legais e estatutárias, ficando à disposição da assembleia para futuras destinações. **12. Lucro básico e diluído por ação** A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação utilizados para o cálculo do lucro/prejuízo básico e do lucro diluído por ação:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	16.862	6.984
Número médio de ações durante o exercício (milhares)	7.980	4.194
Lucro por ação - básico e diluído - R$	2,11	1,67

Para os exercícios findos em 31/03/2024 e 2023, a Companhia não tinha potencial para diluição das ações ordinárias e, consequentemente, o lucro por ação diluído é equivalente ao lucro por ação básico, conforme demonstrado anteriormente.

13. Receita líquida de vendas A receita líquida de vendas é demonstrada a seguir:

	2024	2023
Receita de Vendas		
Cana de açúcar	7.577	5.848
Receita bruta	7.577	5.848
Impostos	(155)	(124)
Receita líquida	7.422	5.724

14. Resultado financeiro	2024	2023
Despesas financeiras:		
Despesas bancárias e outras despesas financeiras	(1)	(2)
Total das despesas financeiras	(1)	(2)
Receitas financeiras:		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	10.379	2.746
Total das receitas financeiras	10.379	2.746
Total do resultado financeiro	10.378	2.744

15. Instrumentos financeiros a. Classificação contábil e valores justos A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e o valor justo dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

31 de março de 2024	Nota	Valor contábil - Custo amortizado	Valor justo - Nível 1	Valor justo - Nível 2	Valor justo - Nível 3
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa		12	12	-	-
Aplicações financeiras	7	165.801	-	165.801	-
Contas a receber de partes relacionadas	8	863	863	-	-
Total		166.676	875	165.801	-
Passivos					
Dividendos propostos a pagar	11.d	4.005	4.005	-	-
Demais contas a pagar		851	851	-	-
Total		4.856	4.856	-	-

31 de março de 2023	Nota	Valor contábil - Custo amortizado	Valor justo - Nível 1	Valor justo - Nível 2	Valor justo - Nível 3
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa		43	43	-	-
Aplicações financeiras	7	16.344	-	16.344	-
Contas a receber de partes relacionadas	8	1.340	1.340	-	-
Total		17.727	1.383	16.344	-
Passivos					
Dividendos propostos a pagar	11.d	1.658	1.658	-	-
Demais contas a pagar		100	100	-	-
Total		1.758	1.758	-	-

b. Determinação do valor justo Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. ***Caixa e equivalentes de caixa*** Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento destes instrumentos. **c. Gerenciamento de riscos financeiros** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; e • Risco operacional Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. ***Estrutura do gerenciamento de risco*** *Risco de crédito* Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento. O direcionamento dos negócios é tratado em reuniões para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados. A administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, o que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento. A Companhia opera com poucos instrumentos financeiros, sendo eles: caixa e equivalentes de caixa e créditos. Durante o exercício findo de 31/03/2024, não foi realizada nenhuma reclassificação de instrumentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*, buscando rendimentos conservadores e taxas de juros para operações financeiras com menor custo. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Ativos financeiros	Nota	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa		12	43
Aplicações financeiras	7	165.801	16.344
Contas a receber de partes relacionadas	8	863	1.340
		166.676	17.727

Risco de liquidez Risco de liquidez é o risco em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos gerenciando sua geração de receita através da venda de cana de açúcar. Adicionalmente a Companhia possui como prática manter recursos em aplicações financeiras de liquidez imediata, visando principalmente garantir sua liquidez de curto prazo. A seguir, estão os ativos e passivos financeiros demonstrados por ano de vencimento.

2024 Ativos	Fluxo de caixa	6 meses ou menos	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Caixa e equivalentes de caixa	12	12	-	-	-	-
Aplicações financeiras	165.801	82.901	82.900	-	-	-
Contas a receber de partes relacionadas	863	863	-	-	-	-
	166.676	83.776	82.900	-	-	-
Passivos						
Dividendos propostos a pagar	4.005	4.005	-	-	-	-
Demais contas a pagar	851	851	-	-	-	-
	4.856	4.856	-	-	-	-

2023 Ativos	Fluxo de caixa	6 meses ou menos	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Caixa e equivalentes de caixa	43	43	-	-	-	-
Aplicações financeiras	16.344	8.172	8.172	-	-	-
Contas a receber de partes relacionadas	1.340	1.340	-	-	-	-
	17.727	9.555	8.172	-	-	-
Passivos						
Dividendos propostos a pagar	1.658	1.658	-	-	-	-
Demais contas a pagar	100	100	-	-	-	-
	1.758	1.758	-	-	-	-

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores diferentes. *Análise de sensibilidade – Risco de taxa de juros* A análise é feita considerando os movimentos das respectivas taxas de juros e qual seria o impacto da variação das taxas de juros no resultado ou no patrimônio líquido em diferentes cenários. A tabela a seguir resume todas as posições da situação financeira da Companhia impactada pela variação da taxa de juros.

Descrição	Valor de referência (nocional)	Impactos em um cenário provável 10%	Impactos em um cenário provável -10%	Impactos em um cenário possível 25%	Impactos em um cenário possível -25%	Impactos em um cenário remoto 50%	Impactos em um cenário remoto -50%
Aplicações financeiras com taxa de juros flutuantes sem *"hedge"*	165.801	1.766	(1.766)	4.416	(4.416)	8.832	(8.832)
Impacto no resultado operacional		1.766	(1.766)	4.416	(4.416)	8.832	(8.832)

No cenário anterior, a taxa de juros foi combinada de duas maneiras de acordo com três cenários: provável, possível e remoto. Para o cenário provável, é suposta uma variação de +/- 10% da taxa de juros, com base em observações das condições de mercado atuais. Todas as outras variáveis dos montantes anteriores foram mantidas constantes. Seguem as principais premissas da análise: Aplicações Financeiras com taxa de juros flutuantes, sem "hedge". A taxa de juros que foi analisada no período é CDI.

A Diretoria

Celso Luís Tadioto - Contador - CRC 1SP181853/O-8

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores da Alto Alegre Agro S.A. Presidente Prudente - SP **Opinião** Examinamos as demonstrações financeiras da Alto Alegre Agro S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Alto Alegre Agro S.A. em 31 de março de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 05 de Julho de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-027666/O-5 F SP

Aline Peres Eleutério

Contadora CRC 1SP263189/O-7

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B880-D7FF-5FCF-0203.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 19/07/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B880-D7FF-5FCF-0203.

CENTRAL ENERGÉTICA ALTA MOGIANA S.A.

C.N.P.J. 36.328.479/0001-37

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de março de 2024 e 2023. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer informações que fizerem necessárias relativamente às contas apresentadas.

São Joaquim da Barra-SP, 05 de julho de 2024

A Diretoria.

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	30.329	1
Aplicações financeiras	8	-	21.931
Estoques	10	2.169	2.960
Impostos a recuperar	11	2.040	2.029
Outros créditos		1	1
Total do ativo circulante		**34.539**	**26.922**
Não Circulante			
Impostos a recuperar	11	1	118
		1	**118**
Imobilizado	12	17.787	18.808
Intangível	13	206	295
		17.993	**19.103**
Total do ativo não circulante		**17.994**	**19.221**
Total do ativo		**52.533**	**46.143**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2024	2023
Circulante			
Fornecedores		113	9
Salários e encargos sociais		15	14
Tributos a recolher		1	1
Imposto de renda e contribuição social a pagar		80	28
Dividendos propostos a pagar	15.c	1.558	4.829
Total do passivo circulante		**1.767**	**4.881**
Total do passivo		**1.767**	**4.881**
Patrimônio líquido	15		
Capital social		22.001	22.001
Reservas de lucros		28.765	19.261
Total do patrimônio líquido		**50.766**	**41.262**
Total do passivo e patrimônio líquido		**52.533**	**46.143**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

			Reservas de lucros			
	Nota	Capital social	Reserva legal	Lucros retidos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de março de 2022		**22.001**	**3.416**	**48.641**	**-**	**74.058**
Distribuição de dividendos complementares		-	-	(48.299)	-	(48.299)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	20.332	20.332
Destinações:						
Constituição de reserva legal	15.b	-	1.017	-	(1.017)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15.c	-	-	-	(4.829)	(4.829)
Constituição de reservas de lucros	15.d	-	-	14.486	(14.486)	-
Saldos em 31 de março de 2023		**22.001**	**4.433**	**14.828**	**-**	**41.262**
Reversão de dividendos propostos		-	-	4.829	-	4.829
Lucro líquido do exercício		-	-	-	6.233	6.233
Destinações:						
Constituição de reserva legal	15.b	-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15.c	-	-	-	(1.558)	(1.558)
Constituição de reservas de lucros	15.d	-	-	4.675	(4.675)	-
Saldos em 31 de março de 2024		**22.001**	**4.433**	**24.332**	**-**	**50.766**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2024	2023
Receita líquida de vendas	16	**20.562**	**31.304**
Custos dos produtos vendidos	17	(15.837)	(11.964)
Lucro bruto		**4.725**	**19.340**
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas		(281)	(436)
Outras receitas operacionais, líquidas		(149)	-
		(430)	**(436)**
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		**4.295**	**18.904**
Despesas financeiras	18	(4)	(8)
Receitas financeiras	18	3.261	3.935
Resultado financeiro		**3.257**	**3.927**
Lucro antes dos impostos		**7.552**	**22.831**
Imposto de renda	14	(907)	(1.745)
Contribuição social	14	(412)	(754)
Lucro líquido do exercício		**6.233**	**20.332**
Lucro líquido básico e diluído por ação (Expresso em R$ por ação)	19	**0,28**	**0,92**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	**6.233**	**20.332**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**6.233**	**20.332**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		6.233	20.332
Ajustes para conciliar o lucro do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	12 e 13	1.110	1.109
Despesa com imposto de renda e contribuição social		1.319	2.499
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) ou redução dos ativos			
Estoques	10	791	(1.749)
Impostos a recuperar - circulante e não circulante	11	106	91
Aumento ou (redução) dos passivos			
Fornecedores		104	(755)
Salários e encargos sociais		1	2
Tributos a recolher		-	(4)
		9.664	**21.525**
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.267)	(2.510)
Caixa líquido decorrente das atividades operacionais		**8.397**	**19.015**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aplicações Financeiras	8	21.931	45.517
Aplicação de recursos em imobilizado	12	-	(8)
Aplicação de recursos em intangível	13	-	-
Caixa líquido decorrente das atividades de investimentos		**21.931**	**45.509**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos pagos	9	-	(64.525)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		**-**	**(64.525)**
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa, líquido		**30.328**	**(1)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**1**	**2**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**30.329**	**1**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional A Central Energética Alta Mogiana S.A. ("Companhia"), foi constituída em 21/01/2020, com sede em São Joaquim da Barra/SP. A Companhia tem como atividade preponderante a geração e exploração de energia elétrica produzida em unidades termoelétricas próprias. **2. Base de preparação das demonstrações financeiras a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelos administradores da Companhia em 05/07/2024. **3. Base de mensuração** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de ativos imobilizados quando permitido pelas práticas contábeis e legislação brasileira. **4. Moeda funcional e moeda de apresentação** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real ("R$"), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **5. Uso de estimativas e julgamentos** Na preparação destas demonstrações financeiras, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Julgamentos** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota explicativa nº 20** - Instrumentos financeiros. A Companhia adota o CPC 48 Instrumentos Financeiros (exceto os itens relacionados a contabilidade de *hedge*), onde classifica seus ativos financeiros em: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. O cálculo de *impairment* dos instrumentos financeiros é realizado utilizando o conceito híbrido de "perdas de crédito esperadas e incorridas". Referidas provisões serão mensuradas em: (i) perdas de crédito esperadas para 12 meses, (ii) perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro e (iii) perdas de créditos incorridas pela incapacidade de realização dos pagamentos contratuais do instrumento financeiro. **b. Mensuração do valor justo** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e os passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabelece uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. **Nível 2** - inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou o passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **Nível 3** - inputs, para o ativo ou o passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota explicativa nº 20 - Instrumentos financeiros. ***(i) Imobilizado*** O valor justo dos itens do ativo imobilizado, para fins de custo atribuído, foi baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos por meio de preços de mercado cotados na data de transição para ativos semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. ***(ii) Passivos financeiros não derivativos*** Os passivos financeiros não derivativos são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e, para fins de divulgação, a cada data de apresentação. O valor justo é calculado com base no valor presente do principal e dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras, considerando os fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado. Quanto aos componentes passivos dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência em contratos de arrendamentos semelhantes. ***(iii) Outros passivos financeiros não derivativos*** O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. **6. Políticas contábeis materiais Mudanças nas principais políticas contábeis** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. Além disso, a Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º/04/2023. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações sobre políticas contábeis divulgadas. *Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação* A Companhia adotou o imposto diferido relacionado a ativos e passivos que surgem de uma única transação (alterações ao CPC 32 a partir de 1º/01/2023). As alterações restringem o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias – por exemplo, arrendamentos e passivos para desativação e restauração. Para arrendamentos e passivos de desmontagem e remoção, uma entidade deve reconhecer os ativos e passivos fiscais diferidos associados desde o início do exercício comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como reserva de lucros, prejuízos acumulados ou em outros componentes do patrimônio líquido nessa data. Para todas as outras transações, a Companhia aplica as alterações às transações que ocorrem em ou após o início do exercício mais antigo apresentado. Em 31/03/2024, em sua avaliação a Companhia não identificou possíveis impactos relacionados da adoção dessa norma. *Imposto mínimo complementar global* A Companhia analisou a Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo do Pilar Dois (alterações ao CPC 32) quando da sua publicação. As alterações fornecem uma exceção obrigatória temporária da contabilização de impostos diferidos para o imposto adicional, que entra em vigor imediatamente, e exigem novas divulgações sobre a exposição ao Pilar Dois. No entanto, como nenhuma nova legislação para implementar o imposto adicional foi promulgada ou substancialmente promulgada em 31/03/2024 em qualquer jurisdição em que a Companhia operou e nenhum imposto diferido relacionado foi reconhecido nessa data, a aplicação retrospectiva não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. *Informação de políticas contábeis materiais* A Companhia também adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º/01/2023 (no caso da Companhia em 1º/04/2023). Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as Empresas a fornecerem informações úteis sobre políticas contábeis específicas da Companhia que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas nesta nota explicativa Políticas contábeis materiais (2022: Principais políticas contábeis) em determinados casos, de acordo com as alterações. **a. Capital social** As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto social, são reconhecidos como passivo. **b. Lucro básico e diluído por ação** O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuível aos detentores de capital próprio da Companhia pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício. **c. Estoques** Mensurados pelo custo das compras, líquido dos impostos compensáveis, quando aplicável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O custo dos estoques de produtos acabados contempla valores incorridos na aquisição e nos gastos gerais de fabricação e ajustados ao valor líquido realizável, se aplicável, que corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para a conclusão e custos necessários para realizar a venda. Quando aplicável, é constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização e obsolescência dos estoques. **d. Ativos imobilizados e intangíveis** O tratamento contábil dos ativos imobilizados e intangíveis inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação e amortização, além do valor justo na data de aquisição, em particular para os ativos adquiridos em combinações de negócios. Ativos imobilizados e ativos intangíveis de vida definida que estão sujeitos a depreciação e amortização são testados para *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. **e. Demais passivos - circulante e não circulante** Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. **f. Outros ativos circulantes e não circulantes** Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, ajustes a valor presente, rendimentos, variações cambiais e monetárias auferidas e provisões para perdas na realização desses ativos que são constituídas com base na análise das expectativas de sua efetiva realização. **g. Provisão para demandas judiciais** A Companhia reconhece provisão para demandas judiciais cíveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **h. Valor justo de instrumentos financeiros** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, este é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando isto é possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. Para mais detalhes sobre os instrumentos financeiros, vide nota explicativa nº 20. **i. Reconhecimento de receita** A receita proveniente da venda da cogeração de energia (nota explicativa nº 16) é registrada com base na energia disponibilizada na rede e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. Devido ao fluxo de faturamento de determinados contratos, a energia elétrica produzida e comercializada por meio de leilão é inicialmente contabilizada como receita antecipada, reconhecida no resultado do exercício somente quando disponível para uso dos clientes. As receitas de vendas ou prestação de serviço são apresentadas líquidas dos impostos: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS"), Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), Imposto sobre serviços ("ISS"), das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. **j. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente *(i) Ativos financeiros*** *Mensuração* Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros da Companhia estão elencados na nota explicativa nº 20. *Avaliação do modelo de negócio* A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. *Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros* Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: (i) eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; (ii) termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; (iii) o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e (iv) os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). *Perda no valor recuperável dos ativos financeiros (impairment)* O principal impacto da adoção está associado à substituição do modelo de "perda incorrida" do CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração por um modelo de "perda de crédito esperada". Tal modelo de *impairment* aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais. A matriz de perda esperada adotada pela Companhia considera o agrupamento dos clientes com características de inadimplência similares, por canal de venda e *rating* (classificação de risco do cliente, mensurada internamente). ***(ii) Passivos financeiros*** São mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado. Em 31/03/2024, no caso da Companhia, compreendiam saldos a pagar a fornecedores. Os passivos financeiros da Companhia estão elencados na nota explicativa nº 20. ***(iii) Compensação de instrumentos financeiros – Apresentação líquida*** Ativos e passivos financeiros são apresentados pelo líquido no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos, e se houver a intenção de compensação ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***(iv) Desreconhecimento (baixa)*** Um ativo financeiro é baixado quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; Os pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos são classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento. **k. Contas a receber de clientes** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelo fornecimento de energia elétrica, inclusive a comercialização de energia elétrica efetuada no âmbito da Câmara Comercializadora de Energia Elétrica- CCEE, bem como os recebíveis de vendas "*spot*". Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário são apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão estimada com créditos de liquidação duvidosa. **l. Imobilizado** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Os custos dos empréstimos relativos a recursos captados para obras em andamento são capitalizados até que esses projetos sejam concluídos. O custo do item de um equipamento que deve ser substituído anualmente é contabilizado como um componente do custo do equipamento e depreciado durante a safra seguinte. Os custos da manutenção periódica normalmente são contabilizados em despesas quando incorridos, uma vez que os componentes substituídos não melhoram a capacidade produtiva ou introduzem aprimoramentos aos equipamentos. Os terrenos não são depreciados. Em 31/03/2024 e 2023, a depreciação de tais ativos foi calculada com base no desgaste da vida útil estimada de cada ativo. As taxas médias ponderadas anuais de depreciação para o exercício corrente e comparativo são demonstradas a seguir:

Classe de ativo imobilizado	Taxa média anual
Máquinas, equipamentos cogeração de energia	4,98%
Automação industrial cogeração de energia	20,00%
Móveis, utensílios e equipamentos de informática	10,98%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. **m. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros** A Companhia avalia anualmente se há indicadores de perda de valor de um ativo. Se esses indicadores são identificados, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior entre: (a) o valor justo menos custos que seriam incorridos para vende-lo, e (b) o seu valor em uso. Quando necessário, o valor em uso é comumente apurado com base no fluxo de caixa descontado (antes dos impostos) decorrentes do uso contínuo do ativo até o fim da sua vida útil. Independentemente da existência de indicadores de perda de valor, o ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, quando existentes, são testados quanto à recuperabilidade, pelo menos uma vez por ano. Quando o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável, a perda é reconhecida como despesa operacional na demonstração do resultado. **n. Provisões** As provisões são reconhecidas quando: i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e iii) o valor pode ser estimado com segurança. **o. Imposto de renda e contribuição social** A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social presumido é calculada à razão de 8% no cálculo de imposto de renda e 12% no cálculo de contribuição social sobre a receita bruta, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Por esse motivo, não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre determinadas diferenças temporárias que não impactam a base de cálculo do lucro presumido. **p. Capital social** O capital social está representado por quotas totalmente subscritas e integralizadas. Os gastos incrementais atribuíveis diretamente às quotas, quando ocorridos, são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como contribuição adicional de capital, líquido de efeitos tributários. **7. Novas normas e interpretações ainda não efetivas** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º/01/2024 (no caso da Companhia em 1°/04/2024). As seguintes normas alteradas e interpretações serão avaliadas pela Companhia e não deverão ter impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. (a) *Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26)* As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º/01/2024 (no caso da Companhia em 1°/04/2024). A companhia não possui contratos de empréstimos e financiamentos sujeitos a *covenants* em 31/03/2024. (b) *Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40)* As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º/01/2024 (no caso da Companhia em 1°/04/2024). A Companhia não possui transações de Risco Sacado em 31/03/2024. (c) *Outras normas* Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06). • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02). **8. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras**

	2024	2023
Bancos	2	1
Aplicações financeiras	30.327	21.931
	30.329	**21.932**

As aplicações financeiras são resgatáveis sem qualquer carência, são mantidas em bancos de primeira linha e representadas substancialmente por operações remuneradas às taxas de 100,0% a 105,2% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (100,0% a 103,0% em 31/03/2023). **9. Partes relacionadas Controladora** A controladora da Companhia é a Cia. Agrícola e Pecuária Lincoln Junqueira que detém 85,00% de suas ações, que por sua vez é controlada pela JLV Participações S.A., que detém 57,03% de suas ações em 31/03/2024 e 2023. **Principais saldos e transações que afetam o resultado** As operações mantidas com partes relacionadas resumem-se à compra de vapor industrial da Usina Alta Mogiana S.A. - Açúcar e Álcool, que tem o mesmo controle acionário da Companhia. No exercício findo em 31/03/2024, as referidas compras foram de R$ 12.260 (R$ 10.413 em 31/03/2023), sendo essas compras pagas durante o exercício. **Operações com pessoal chave** O pessoal chave da Administração da Companhia é composto pela Diretoria. A Companhia não concede ao pessoal chave da Administração benefícios com características de curto e longo prazos. Os valores pagos a títulos de remuneração no exercício de 31/03/2024 e 2023 não ocorreram pela Companhia, sendo realizados pela Usina Alta Mogiana S.A. - Açúcar e Álcool. **Remuneração aos acionistas** A companhia possui uma política de remuneração aos acionistas (dividendos), de acordo com o estatuto social, de distribuição de dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal correspondente a 5% do lucro líquido do exercício. Em 31/03/2024 os dividendos propostos foram de R$ 1.558 (R$ 4.829 em 31/03/2023). Em assembleia geral ordinária de 20/07/2023 os acionistas decidiram incorporar à conta de Lucros Retidos os dividendos propostos de R$ 4.829. **10. Estoques**

	2024	2023
Materiais em almoxarifado	182	29
Custos antecipados (i)	1.987	2.931
	2.169	**2.960**

(i) A rubrica de custos antecipados é referente à entressafra, abrangendo o período de 10/12/2023 à 31/03/2024, que são amortizados no próximo exercício.

11. Impostos a recuperar	2024	2023
Icms a recuperar	1.999	2.130
Imposto de renda retido na fonte (IRRF)	42	17
	2.041	**2.147**
Circulante	**2.040**	**2.029**
Não circulante	**1**	**118**

O saldo de créditos de ICMS a recuperar são oriundos da aquisição de bens incorporados no Ativo Imobilizado. **12. Imobilizado**

Custo	Máquinas, equipamentos cogeração de energia	Automação industrial cogeração de energia	Móveis, utensílios e equipamentos de informática	Total
Em 31/03/2022	**20.236**	**65**	**-**	**20.301**
Aquisições	2	-	6	8
Baixas	-	-	-	-
Transferência	-	-	-	-
Em 31/03/2023	**20.238**	**65**	**6**	**20.309**
Aquisições	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-
Transferência	-	-	-	-
Em 31/03/2024	**20.238**	**65**	**6**	**20.309**

Depreciação	Máquinas, equipamentos cogeração de energia	Automação industrial cogeração de energia	Móveis, utensílios e equipamentos de informática	Total
Em 31/03/2022	**(471)**	**(9)**	**-**	**(480)**
Adição	(1.008)	(13)	-	(1.021)
Baixas	-	-	-	-
Em 31/03/2023	**(1.479)**	**(22)**	**-**	**(1.501)**
Adição	(1.008)	(12)	(1)	(1.021)
Baixas	-	-	-	-
Em 31/03/2024	**(2.487)**	**(34)**	**(1)**	**(2.522)**
Saldo líquido em 31/03/2022	**19.765**	**56**	**-**	**19.821**
Saldo líquido em 31/03/2023	**18.759**	**43**	**6**	**18.808**
Saldo líquido em 31/03/2024	**17.751**	**31**	**5**	**17.787**
Taxas médias anuais de depreciação	**4,98%**	**20,00%**	**10,98%**	

13. Intangível

Custo	Softwares	Total
Em 31/03/2022	**443**	**443**
Aquisições	-	-
Baixas	-	-
Transferência	-	-
Em 31/03/2023	**443**	**443**
Aquisições	-	-
Baixas	-	-
Transferências	-	-
Em 31/03/2024	**443**	**443**
Amortização	**Softwares**	**Total**
Em 31/03/2022	**(60)**	**(60)**
Adições	(88)	(88)
Baixas	-	-
Em 31/03/2023	**(148)**	**(148)**
Adições	(89)	(89)
Baixas	-	-
Em 31/03/2024	**(237)**	**(237)**
Saldo líquido em 31/03/2022	**383**	**383**
Saldo líquido em 31/03/2023	**295**	**295**
Saldo líquido em 31/03/2024	**206**	**206**
Taxa média anual de depreciação	**20,00%**	

14. Imposto de renda e contribuição social Conciliação do imposto de renda e da contribuição social com o resultado da aplicação direta da alíquota dos respectivos tributos sobre o resultado societário:

	2024		2023	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes dos tributos	**7.552**	**7.552**	**22.831**	**22.831**
Alíquota	25,00%	9,00%	25,00%	9,00%
	(1.888)	**(680)**	**(5.708)**	**(2.055)**
Ajuste diferença alíquota (lucro presumido)	981	268	3.963	1.301
Tributos no resultado do exercício	**(907)**	**(412)**	**(1.745)**	**(754)**
Efeito corrente	**(907)**	**(412)**	**(1.745)**	**(754)**

15. Patrimônio líquido a. Capital social Em 31/03/2024 e 2023, o capital social está dividido em 22.001.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **b. Reserva legal** A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social realizado. **c. Dividendos** De acordo com o estatuto social, aos titulares das ações serão atribuídos, em cada exercício, dividendos de 25% do lucro líquido, após a apropriação da reserva legal, correspondente a 5% do lucro líquido do exercício.

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	**6.233**	**20.332**
Base para cálculo das destinações:	6.233	20.332
(-) Constituição de reserva legal	-	(1.017)
Base elegível a distribuição de dividendos	**6.233**	**19.315**
Dividendos - 25% (mínimo obrigatório de acordo com Estatuto Social)	**1.558**	**4.829**

No exercício findo em 31/03/2024, a Companhia apresentou lucro líquido de R$ 6.233, constituindo base para o registro da Reserva Legal e, por conseguinte dos Dividendos mínimos obrigatórios propostos no valor de R$ 1.558. No exercício findo em 31/03/2023, a Companhia apresentou lucro líquido de R$ 20.332, constituindo base para o registro da Reserva Legal e, por conseguinte os Dividendos mínimos obrigatórios propostos no valor de R$ 4.829. Em assembleia geral ordinária de 20/07/2023 os acionistas decidiram incorporar à conta de Lucros Retidos os dividendos propostos de R$ 4.829. **d. Reservas de lucros** Constituída com os lucros remanescentes após as destinações legais e estatutárias, ficando à disposição da assembleia para futuras destinações. **16. Receitas**

	2024	2023
Receita de vendas (mercado interno)		
Energia elétrica-Cogeração	21.341	32.490
Receita bruta	**21.341**	**32.490**
Impostos	(779)	(1.186)
Receita líquida	**20.562**	**31.304**

17. Custos dos produtos vendidos

	2024	2023
Aquisição de vapor	12.702	8.860
Mão de obra direta	203	157
Depreciação/Amortização	1.235	911
Gastos gerais de fabricação	1.697	2.036
	15.837	**11.964**

18. Resultado financeiro	2024	2023
Receitas financeiras:		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	3.261	3.706
Outras receitas financeiras	-	229
Total das receitas financeiras	**3.261**	**3.935**
Despesas financeiras:		
Outras despesas financeiras	(4)	(8)
Total das despesas financeiras	**(4)**	**(8)**
Resultado financeiro	**3.257**	**3.927**

19. Lucro líquido básico e diluído por ação A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e o valor por ação e a média ponderada do valor por ação utilizados para o cálculo do lucro básico.

	2024	2023
Básico e diluído		
Lucro líquido do exercício	**6.233**	**20.332**
Número de ações durante o exercício (milhares)	22.001	22.001
Lucro líquido por ação - básico e diluído - R$	**0,28**	**0,92**

Para os exercícios findos em 31/03/2024 e 2023, a Companhia não tinha potencial para diluição de ações ordinárias e, consequentemente, o lucro e o prejuízo por ação diluído é equivalente ao lucro e prejuízo por ação básico, conforme demonstrado anteriormente. **20. Instrumentos financeiros a. Classificação contábil e valores justos** A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e o valor justo dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Nota	Valor contábil	Valor justo		
31 de março de 2024		**Custo amortizado**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	8	30.329	2	30.327	-
Aplicações financeiras	8	-	-	-	-
Outros créditos		1	1	-	-
Total		**30.330**	**3**	**30.327**	**-**
Passivos					
Fornecedores		113	113	-	-
Dividendos propostos a pagar	15.c	1.558	1.558	-	-
Total		**1.671**	**1.671**	**-**	**-**

	Nota	Valor contábil	Valor justo		
31 de março de 2023		**Custo amortizado**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	8	1	1	-	-
Aplicações financeiras	8	21.931	-	21.931	-
Outros créditos		1	1	-	-
Total		**21.933**	**2**	**21.931**	**-**
Passivos					
Fornecedores		9	9	-	-
Dividendos propostos a pagar	15.c	4.829	4.829	-	-
Total		**4.838**	**4.838**	**-**	**-**

b. Determinação do valor justo Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. ***Caixa e equivalentes de caixa*** Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento destes instrumentos. **c. Gerenciamento de riscos financeiros** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: Risco de crédito; Risco de liquidez; Risco de mercado; e Risco operacional Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos e políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. ***(i) Estrutura do gerenciamento de risco*** *Risco de crédito* Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento. O direcionamento dos negócios é tratado em reuniões para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados. A administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, o que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento. A Companhia opera com poucos instrumentos financeiros, sendo eles: caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Durante o exercício findo em 31/03/2024, não foi realizada nenhuma reclassificação de instrumentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*, buscando rendimentos conservadores e taxas de juros para operações financeiras com menor custo. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Ativos financeiros	Nota	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	8	30.329	1
Aplicações financeiras	8	-	21.931
Outros créditos		1	1
		30.330	**21.933**

(ii) Risco de liquidez Risco de liquidez é o risco em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos gerenciando sua geração de receita através da venda de energia elétrica Adicionalmente a Companhia possui como prática manter recursos em aplicações financeiras de liquidez imediata, visando principalmente garantir sua liquidez de curto prazo. A seguir, estão os ativos e passivos financeiros demonstrados por ano de vencimento.

2024	Fluxo de caixa	6 meses ou menos	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	30.329	30.329	-	-	-	-
Aplicações financeiras	-	-	-	-	-	-
Outros créditos	1	1	-	-	-	-
	30.330	**30.330**	**-**	**-**	**-**	**-**
Passivos						
Fornecedores	113	113	-	-	-	-
Dividendos propostos a pagar	1.558	1.558	-	-	-	-
	1.671	**1.671**	**-**	**-**	**-**	**-**

2023	Fluxo de caixa	6 meses ou menos	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	1	1	-	-	-	-
Aplicações financeiras	21.931	21.931	-	-	-	-
Outros créditos	1	1	-	-	-	-
	21.933	**21.933**	**-**	**-**	**-**	**-**
Passivos						
Fornecedores	9	9	-	-	-	-
Dividendos propostos a pagar	4.829	4.829	-	-	-	-
	4.838	**4.838**	**-**	**-**	**-**	**-**

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores diferentes. *Análise de sensibilidade – Risco de taxa de juros* A análise é feita considerando os movimentos das respectivas taxas de juros e qual seria o impacto da variação das taxas de juros no resultado ou no patrimônio líquido em diferentes cenários. A tabela a seguir resume todas as posições da situação financeira da Companhia impactada pela variação da taxa de juros.

Descrição	Valor de referência	Impactos em um cenário provável		Impactos em um cenário possível		Impactos em um cenário remoto	
		10%	-10%	25%	-25%	50%	-50%
Aplicações financeiras com taxa de juros flutuantes sem *"hedge"*	30.327	326	(326)	815	(815)	1.630	(1.630)
Impacto no resultado operacional		**326**	**(326)**	**815**	**(815)**	**1.630**	**(1.630)**

No cenário anterior, a taxa de juros foi combinada de duas maneiras de acordo com três cenários: provável, possível e remoto. Para o cenário provável, é suposta uma variação de +/- 10% da taxa de juros, com base em observações das condições de mercado atuais. Todas as outras variáveis dos montantes anteriores foram mantidas constantes. Seguem as principais premissas da análise: A taxa de juros que foi analisada foi o CDI.

A Diretoria

Carlos Eduardo Lima Nozella - Contador CRC 1SP253467/O-2

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores da Central Energética Alta Mogiana S.A. São Joaquim da Barra - SP **Opinião** Examinamos as demonstrações financeiras da Central Energética Alta Mogiana S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Energética Alta Mogiana S.A. em 31 de março de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 05 de julho de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-027666/O-5 F SP

Aline Peres Eleutério

Contadora CRC 1SP263189/O-7

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 19/07/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B880-D7FF-5FCF-0203.

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B880-D7FF-5FCF-0203.

Jornal O DIA SP

Edição Digital Certificada*Sexta-feira, 19 de julho de 2024

LINCOLN JUNQUEIRA AGRO S.A.

CNPJ 32.087.360/0001-69

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de março de 2024 e 2023. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer informações que fizerem necessárias relativamente às contas apresentadas. Presidente Prudente-SP, 05 de julho de 2024. **A Diretoria.**

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa		103	51
Aplicações financeiras	7	21.398	11.895
Contas a receber de partes relacionadas	8	4.275	5.127
Demais contas a receber		-	1
Total do ativo circulante		25.776	17.074
Não Circulante			
Outras contas a receber		38	38
		38	38
Propriedades para investimento	9	122.943	116.047
Total do ativo não circulante		122.981	116.085
Total do ativo		148.757	133.159

Passivo e Patrimônio Liquido	Nota	2024	2023
Circulante			
Tributos a recolher		24	167
Imposto de renda e contribuição social a pagar		30	39
Dividendos propostos a pagar	11.d	3.694	3.643
Demais contas a pagar		276	78
Total do passivo circulante		4.024	3.927
Não Circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	16.013	16.019
Total do passivo não circulante		16.013	16.019
Total do passivo		20.037	19.946
Patrimônio líquido	11		
Capital social		63.206	63.206
Ajuste de avaliação patrimonial		19.455	19.467
Reservas de lucros		46.059	30.540
Total do patrimônio líquido		128.720	113.213
Total do passivo e patrimônio liquido		148.757	133.159

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	15.558	15.338
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	15.558	15.338

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2024	2023
Receita líquida das vendas	13	15.115	15.138
Lucro bruto		**15.115**	**15.138**
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas		(619)	(497)
		(619)	(497)
Lucro operacional antes dos resultados financeiros		**14.496**	**14.641**
Despesas financeiras	14	(1)	(2)
Receitas financeiras	14	1.633	1.742
Resultado financeiro, líquido		**1.632**	**1.740**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**16.128**	**16.381**
Imposto de renda	10	(372)	(720)
Contribuição social	10	(198)	(323)
Lucro líquido do exercício		**15.558**	**15.338**
Lucro líquido básico e diluído por ação (expresso em R$ por ação)	12	**6,45**	**6,36**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Lucros retidos	Lucros acumulados	Total
Em 31 de março de 2022		63.206	19.478	1.232	17.602	-	101.518
Realização do custo atribuído		-	(11)	-	11	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	15.338	15.338
Constituição da reserva legal	11.b	-	-	767	-	(767)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	11.d	-	-	-	-	(3.643)	(3.643)
Constituição de reserva de retenção de lucros	11.e	-	-	-	10.928	(10.928)	-
Em 31 de março de 2023		63.206	19.467	1.999	28.541	-	113.213
Reversão de dividendos propostos	11.d	-	-	-	-	3.643	3.643
Realização do custo atribuído		-	(12)	-	12	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	15.558	15.558
Constituição da reserva legal	11.b	-	-	778	-	(778)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	11.d	-	-	-	-	(3.694)	(3.694)
Constituição de reserva de retenção de lucros	11.e	-	-	-	14.729	(14.729)	-
Em 31 de março de 2024		63.206	19.455	2.777	43.282	-	128.720

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		**15.558**	**15.338**
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização		28	28
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(6)	(6)
Variação nos ativos operacionais:			
Contas a receber de partes relacionadas	8	852	(3.001)
Impostos a recuperar		-	4
Outras contas a receber		1	(1)
Variação nos passivos operacionais:			
Fornecedores		-	(325)
Imposto de renda e contribuição Social a pagar		(9)	33
Tributos a recolher		433	1.200
Outras contas a pagar		198	78
		17.055	13.348
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(576)	(1.049)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**16.479**	**12.299**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aplicações financeiras	7	(9.503)	660
Aplicação de recursos em propriedade para investimentos	9	(6.924)	(11.244)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		**(16.427)**	**(10.584)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos pagos		-	(1.908)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		**-**	**(1.908)**
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa, líquido		**52**	**(193)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**51**	**244**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**103**	**51**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional A Lincoln Junqueira Agro S.A. ("Companhia"), sediada em Caiabú/SP, tem como atividade preponderante a exploração agrícola de lavouras de cana de açúcar, mediante participação em contratos de parceria agrícola em sua totalidade com a parte relacionada Usina Alto Alegre S.A. – Açúcar e Álcool. **2. Base de preparação Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelos administradores da Companhia em 05/07/2024. **3. Base de mensuração** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de propriedades para investimento quando permitido pelas práticas contábeis e legislação brasileira. **4. Moeda funcional e moeda de apresentação** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real ("R$"), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos** Na preparação destas demonstrações financeiras, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. ***(i) Contas a receber de clientes*** O valor justo de contas a receber e outros recebíveis, que é determinado para fins de divulgação, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. ***(ii) Propriedade para investimento*** O valor justo das propriedades para investimento, para fins de divulgação, foram baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos por meio de preços de mercado cotados na data de transição para ativos semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. **5. Políticas contábeis materiais Mudanças nas políticas contábeis** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. Além disso, a Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º/04/2023. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações sobre políticas contábeis divulgadas. *Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação* A Companhia adotou o imposto diferido relacionado a ativos e passivos que surgem de uma única transação (alterações ao CPC 32) a partir de 1º/01/2023. As alterações restringem o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias – por exemplo, arrendamentos e passivos para desativação e restauração. Para arrendamentos e passivos de desmontagem e remoção, uma entidade deve reconhecer os ativos e passivos fiscais diferidos associados desde o início do exercício comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como reserva de lucros, prejuízos acumulados ou em outros componentes do patrimônio líquido nessa data. Para todas as outras transações, a Companhia aplica as alterações às transações que ocorrem em ou após o início do exercício mais antigo apresentado. Em 31/03/2024, em sua avaliação a Companhia não identificou possíveis impactos relacionados da adoção dessa norma. *Imposto mínimo complementar global* A Companhia analisou a Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo do Pilar Dois (alterações ao CPC 32) quando da sua publicação. As alterações fornecem uma exceção obrigatória temporária da contabilização de impostos diferidos para o imposto adicional, que entra em vigor imediatamente, e exigem novas divulgações sobre a exposição ao Pilar Dois. No entanto, como nenhuma nova legislação para implementar o imposto adicional foi promulgada ou substancialmente promulgada em 31/03/2024 em qualquer jurisdição em que a Companhia operou e nenhum imposto diferido relacionado foi reconhecido nessa data, a aplicação retrospectiva não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. *Informação de políticas contábeis materiais* A Companhia também adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º/01/2023 (no caso da Companhia em 1º/04/2023). Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as Empresas a fornecerem informações úteis sobre políticas contábeis específicas da Companhia que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas nesta nota explicativa Políticas contábeis materiais (2022: Principais políticas contábeis) em determinados casos, de acordo com as alterações. **a. Capital social** As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto social, são reconhecidos como passivo. **b. Propriedade para investimento** A propriedade para investimento é mensurada pelo custo. Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa. **c. Demais passivos - Circulante e não circulante** Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. **d. Outros ativos circulantes e não circulantes** Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, ajustes a valor presente, rendimentos, variações cambiais e monetárias auferidas e provisões para perdas na realização desses ativos que são constituídas com base na análise das expectativas de sua efetiva realização. **e. Parceria agrícola** Quando a Companhia atua como parceiro outorgante, determina, no início da parceria agrícola, se cada contrato é classificado como propriedade para investimento. Para realizar essa classificação, a Companhia faz uma avaliação geral se o contrato transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. De forma geral, as políticas contábeis aplicáveis como parceiro outorgante no período comparativo não foram diferentes do CPC 06(R2). A Companhia realiza contrato de parceria agrícola com suas propriedades para investimento, incluindo propriedades próprias. À Companhia não é requerido fazer ajustes na transição para o CPC 06(R2) para contratos nos quais atua como parceiro outorgante. **f. Reconhecimento da receita** A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de venda de produtos é reconhecida quando (i) já houve a transferência ao comprador do controle relacionado à propriedade do produto; (ii) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (iii) os benefícios econômicos associados à transação fluirão à Companhia; e (iv) os custos incorridos ou a incorrer podem ser mensurados com confiabilidade. Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as obrigações de desempenho são cumpridas. A receita é oriunda dos contratos de parceria agrícola vinculadas as propriedades para investimento mencionadas na nota 5.b, e é reconhecida como receita quando ocorre a venda da cota parte do produto fruto da parceria agrícola, conforme nota explicativa 5.e. **g. Imposto de renda e contribuição social** A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social presumido é calculada à razão de 8% no cálculo de imposto de renda e 12% no cálculo de contribuição social sobre a receita bruta, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Por esse motivo, não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre determinadas diferenças temporárias que não impactam a base de cálculo do lucro presumido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. ***Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente*** O imposto corrente é o imposto a pagar calculado sobre a receita bruta tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos. **h. Lucro básico e diluído por ação** O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuível aos detentores de capital próprio da Companhia pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício. **6. Novas normas e interpretações ainda não efetivas** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º/01/2024 (no caso da Companhia em 1°/04/2024). As seguintes normas alteradas e interpretações serão avaliadas pela Companhia e não deverão ter impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. (a) *Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26)* As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º/01/2024 (no caso da Companhia em 1°/04/2024). A Companhia possui empréstimos que estão sujeitos a covenants específicos. Embora ambos os passivos estejam classificados como não circulantes em 31/03/2024, uma futura quebra dos covenants específicos, pode exigir que a Companhia liquide os passivos antes das datas de vencimento contratuais. A Companhia não possui contratos sujeitos a *covenants* financeiros. (b) *Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40)* As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º/01/2024 (no caso da Companhia em 1°/04/2024). A Companhia não possui transações de Risco Sacado em 31/03/2024. (c) *Outras normas* Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06). • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02). **7. Aplicações financeiras** As aplicações financeiras são resgatáveis sem qualquer carência, são mantidas em bancos de primeira linha e representadas substancialmente por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, pós-fixados, remunerados às taxas médias de 99,13% (100,5% em 31/03/2023) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. O saldo em 31/03/2024 é de R$ 21.398 (R$ 11.895 em 31/03/2023), e são mantidas para fins de investimento. **8. Partes relacionadas Controladora** A controladora final da Companhia é a JLV Participações S.A., que detém 57,03% de suas ações (em 31/03/2024 e 2023). **Saldos patrimoniais** Os valores registrados no contas a receber de partes relacionadas, refere-se a transações com a Usina Alto Alegre S.A. – Açucar e Álcool. No exercício findo em 31/03/2024 o montante a receber é de R$ 4.275 (R$ 5.127 em 31/03/2023), e tem seu vencimento durante o próximo exercício social. **Principais saldos e transações que afetam o resultado** As operações mantidas com partes relacionadas resumem-se à venda de cana-de-açúcar para a Usina Alto Alegre S.A. – Açúcar e Álcool, que tem o mesmo controle acionário da Companhia. No exercício findo em 31/03/2024, as referidas vendas foram de R$ 15.431 (R$ 15.455 em 31/03/2023), vide nota explicativa nº 13. **Operações com pessoal chave** O pessoal-chave da Administração da Companhia é composto pela Diretoria. A Companhia não concede ao pessoal-chave da Administração benefícios com características de curto e longo prazos. Os valores pagos a títulos de remuneração no exercício de 2024 e 2023 não ocorreram pela Companhia, sendo realizados pela Usina Alto Alegre S.A. – Açúcar e Álcool. **Remuneração aos acionistas** A Companhia possui uma Política de Remuneração aos Acionistas (Dividendos), de acordo com o estatuto social, de distribuição de dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal correspondente a 5% do lucro líquido do exercício. Em 31/03/2024 os dividendos propostos foram de R$ 3.694 (R$ 3.643 em 31/03/2023), Em 31/03/2024, não houve dividendos efetivamente pagos (R$ 1.908 em 31/03/2023). **9. Propriedade para investimento**

Custo	Terras	Edifícios e dependências	Total
Em 31 de março de 2022	103.791	1.131	104.922
Aquisições	11.244	-	11.244
Em 31 de março de 2023	115.035	1.131	116.166
Aquisições	6.924	-	6.924
Em 31 de março de 2024	121.959	1.131	123.090

Depreciação	Terras	Edifícios e dependências	Total
Em 31 de março de 2022	-	(91)	(91)
Adições	-	(28)	(28)
Em 31 de março de 2023	-	(119)	(119)
Adições	-	(28)	(28)
Em 31 de março de 2024	-	(147)	(147)
Saldo líquido em 31 de março de 2023	115.035	1.012	116.047
Saldo líquido em 31 de março de 2024	121.959	984	122.943
Taxas médias anuais de depreciação		3,0%	

As propriedades para investimento, estão avaliadas ao custo histórico. Para fins de divulgação destas demonstrações financeiras, a Companhia avaliou essas propriedades ao seu valor justo, no montante de R$ 524.587 em 31/03/2024 (R$ 511.334 em 31/03/2023). As avaliações foram realizadas, utilizando evidências de mercado relacionadas a preços de transações efetuadas com propriedades similares. **10. Imposto de renda e contribuição social Composição dos tributos diferidos**

	2024	Movimentação no resultado do exercício	2023	Movimentação nas contas patrimoniais	2022
Débitos tributários					
Imposto de renda sobre:					
Ajuste de avaliação patrimonial	11.774	(5)	11.779	(4)	11.783
Contribuição social sobre:					
. Ajuste de avaliação patrimonial	4.239	(1)	4.240	(2)	4.242
Total dos débitos tributários	16.013	(6)	16.019	(6)	16.025
Imposto de renda e contribuição Social líquidos	16.013	(6)	16.019	(6)	16.025

Os tributos diferidos se referem a ajuste de avaliação patrimonial classificados no Patrimônio líquido (nota 11.c) como segue:

Ajuste de avaliação patrimonial	**35.469**
(-) Imposto de renda e Contribuição social	(16.014)
Ajuste de avaliação patrimonial líquida (Patrimônio líquido)	**19.455**

a. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social com o resultado da aplicação direta da alíquota dos respectivos tributos sobre o resultado societário

	2024 Imposto de renda	2024 Contribuição social	2023 Imposto de renda	2023 Contribuição social
Lucro antes dos tributos	16.128	16.128	16.381	16.381
Alíquota	25%	9%	25%	9%
	(4.032)	(1.452)	(4.095)	(1.474)
Ajuste diferença alíquota (lucro presumido)	3.660	1.254	3.375	1.151
Tributos no resultado do exercício	(372)	(198)	(720)	(323)
Efeito corrente	(376)	(200)	(724)	(325)
Efeito diferido	4	2	4	2

11. Patrimônio líquido a. Capital social Em 31/03/2024 e 2023, o capital social está dividido em 2.412.816 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **b. Reserva legal** Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social realizado. **c. Ajuste de avaliação patrimonial** Refere-se à reavaliação própria, líquida dos efeitos tributários, e é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados e o montante apurado da realização é transferido para lucros retidos. Os valores estão demonstrados líquidos do efeito do imposto de renda e da contribuição social, conforme nota explicativa nº 10. **d. Dividendos** A reversão de dividendos propostos, no montante de R$ 3.643, foi deliberada pela Assembleia Geral Ordinária (AGO) n° 5 do dia 21/07/2023. De acordo com o estatuto social, aos titulares das ações serão atribuídos dividendos de 25% do lucro líquido de cada exercício, após a apropriação da reserva legal, correspondentes a 5% do lucro líquido do exercício.

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	15.558	15.338
Base para destinações	15.558	15.338
(-) Constituição da reserva legal	(778)	(767)
Base elegível de distribuição de dividendos	14.780	14.571
Dividendos - percentual de 25% (mínimo obrigatório de acordo com estatuto social)	3.694	3.643

e. Reservas de retenção de lucros Constituída com os lucros remanescentes, após as destinações legais e estatutárias, ficando a disposição da assembleia para futuras destinações. **12. Lucro básico e diluído por ação** A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação utilizados para o cálculo do lucro/prejuízo básico e do lucro diluído por ação:

Básico e diluído	2024	2023
Lucro líquido do exercício	15.558	15.338
Número de ações durante o exercício (milhares)	2.413	2.413
Lucro por ação - básico e diluído - R$	6,45	6,36

Para os exercícios findos em 31/03/2024 e 2023, a Companhia não tinha potencial para diluição das ações ordinárias e, consequentemente, o lucro por ação diluído é equivalente ao lucro por ação básico, conforme demonstrado anteriormente. **13. Receita líquida de vendas** A receita líquida de vendas é demonstrada a seguir:

	2024	2023
Receita de Vendas		
Cana de açúcar	15.431	15.455
Receita bruta	15.431	15.455
Impostos	(316)	(317)
Receita líquida	15.115	15.138

14. Resultado financeiro	2024	2023
Despesas financeiras:		
Despesas bancárias e outras despesas financeiras	(1)	(2)
Total das despesas financeiras	(1)	(2)
Receitas financeiras:		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.633	1.742
Total das receitas financeiras	1.633	1.742
Total do resultado financeiro	1.632	1.740

15. Instrumentos financeiros a. Classificação contábil e valores justos A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e o valor justo dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

31 de março de 2024	Nota	Valor contábil Custo amortizado	Valor justo Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa		103	103	-	-
Aplicações financeiras	7	21.398	-	21.398	-
Contas a receber de partes relacionadas	8	4.275	4.275	-	-
Outras contas a receber		38	38	-	-
Total		25.814	4.416	21.398	-
Passivos					
Dividendos propostos a pagar	11.d	3.694	3.694	-	-
Total		3.694	3.694	-	-

31 de março de 2023	Nota	Valor contábil Custo amortizado	Valor justo Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa		51	51	-	-
Aplicações financeiras	7	11.895	-	11.895	-
Contas a receber de partes relacionadas	8	5.127	5.127	-	-
Outras contas a receber		38	38	-	-
Total		17.111	5.216	11.895	-
Passivos					
Dividendos propostos a pagar	11.d	3.643	3.643	-	-
Total		3.643	3.643	-	-

b. Determinação do valor justo Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. ***Caixa e equivalentes de caixa*** Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento destes instrumentos. **c. Gerenciamento de riscos financeiros** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: Risco de crédito; Risco de liquidez; Risco de mercado; e Risco operacional. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. ***Estrutura do gerenciamento de risco*** *Risco de crédito* Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento. O direcionamento dos negócios é tratado em reuniões para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados. A administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, o que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento. A Companhia opera com poucos instrumentos financeiros, sendo eles: caixa e equivalentes de caixa e créditos. Durante o exercício findo de 31/03/2024, não foi realizada nenhuma reclassificação de instrumentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*, buscando rendimentos conservadores e taxas de juros para operações financeiras com menor custo. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Ativos financeiros	Nota	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa		103	51
Aplicações financeiras	7	21.398	11.895
Contas a receber de partes relacionadas	8	4.275	5.127
		25.776	17.073

Risco de liquidez Risco de liquidez é o risco em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos gerenciando sua geração de receita através da venda de cana de açúcar. Adicionalmente a Companhia possui como prática manter recursos em aplicações financeiras de liquidez imediata, visando principalmente garantir sua liquidez de curto prazo. A seguir, estão os ativos e passivos financeiros demonstrados por ano de vencimento.

2024						
Ativos	**Fluxo de caixa**	**6 meses ou menos**	**6 - 12 meses**	**1 - 2 anos**	**2 - 5 anos**	**Mais que 5 anos**
Caixa e equivalentes de caixa	103	103	-	-	-	-
Aplicações financeiras	21.398	5.948	15.450	-	-	-
Contas a receber de partes relacionadas	4.275	4.275	-	-	-	-
Outras contas a receber	38	38	-	-	-	-
	25.814	10.364	15.450	-	-	-
Passivos						
Dividendos propostos a pagar	3.694	3.694	-	-	-	-
	3.694	3.694	-	-	-	-

2023						
Ativos	**Fluxo de caixa**	**6 meses ou menos**	**6 - 12 meses**	**1 - 2 anos**	**2 - 5 anos**	**Mais que 5 anos**
Caixa e equivalentes de caixa	51	51	-	-	-	-
Aplicações financeiras	11.895	6.278	5.617	-	-	-
Contas a receber de partes relacionadas	5.127	5.127	-	-	-	-
Outras contas a receber	39	39	-	-	-	-
	17.112	11.495	5.617	-	-	-
Passivos						
Dividendos propostos a pagar	3.643	3.643	-	-	-	-
	3.643	3.643	-	-	-	-

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores diferentes. *Análise de sensibilidade – Risco de taxa de juros* A análise é feita considerando os movimentos das respectivas taxas de juros e qual seria o impacto da variação das taxas de juros no resultado ou no patrimônio líquido em diferentes cenários. A tabela a seguir resume todas as posições da situação financeira da Companhia impactada pela variação da taxa de juros.

Descrição	Valor de referência (nocional)	Impactos em um cenário provável 10%	-10%	Impactos em um cenário possível 25%	-25%	Impactos em um cenário remoto 50%	-50%
Aplicações financeiras com taxa de juros flutuantes sem "hedge"	21.398	229	(229)	571	(571)	1.143	(1.143)
Impacto no resultado operacional		229	(229)	571	(571)	1.143	(1.143)

No cenário anterior, a taxa de juros foi combinada de duas maneiras de acordo com três cenários: provável, possível e remoto. Para o cenário provável, é suposta uma variação de +/- 10% da taxa de juros, com base em observações das condições de mercado atuais. Todas as outras variáveis dos montantes anteriores foram mantidas constantes. Seguem as principais premissas da análise: *Aplicações financeiras.* A taxa

A Diretoria

Celso Luís Tadioto - Contador - CRC 1SP181853/O-8

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores da Lincoln Junqueira Agro S.A. Caiabu - SP **Opinião** Examinamos as demonstrações financeiras da Lincoln Junqueira Agro S.A ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lincoln Junqueira Agro S.A em 31 de março de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 05 de Julho de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-027666/O-5 F SP

Aline Peres Eleutério

Contadora CRC 1SP263189/O-7

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B880-D7FF-5FCF-0203.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 19/07/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP**. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B880-D7FF-5FCF-0203.

EBEX S.A.

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 27 de maio de 2024, às 9:00 horas, à Rua Padre João Manoel nº 222 - sala 118 - na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01411-000. **2. Convocação e Presença:** dispensada a convocação pela imprensa, na forma do art. 124. §4º da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”), em razão da presença da totalidade dos subscritores do capital inicial da Companhia ora constituída, conforme conferência das assinaturas apostas à Lista de Presença e nos respectivos boletins de subscrição de ações em anexo à presente ata, a saber: (i) Ecoinvest Assessoria - Desenvolvimento e Participações Ltda., CNPJ/MF nº 04.130.575/0001-80, com sede nesta Capital do Estado de São Paulo à Rua Padre João Manoel, 222, parte, CEP 01.411-000, neste ato representado na forma de seu contrato social por Carlos de Mathias Martins Júnior, casado, empresário. RG nº 10.773.380-SSP/SP. CPF nº 134.499.018-50, com domicílio comercial nesta Capital do Estado de São Paulo à Rua Padre João Manuel nº 222 - parte, CEP 01411-000; (ii) Ecopart Assessoria em Negócios Empresariais Ltda CNPJ/MF nº 07.216.414/0001-00. com sede nesta Capital do Estado de São Paulo à Rua Padre João Manoel. 222, parte, CEP 01411-000, neste ato representado na forma de seu contrato social por Carlos de Mathias Martins Júnior, casado, empresário, RG nº 10.773.380 - SSP/SP, CPF nº 134.499.018-50, com domicílio comercial nesta Capital do Estado de São Paulo à Rua Padre João Manuel nº 222 - parte, CEP 01411-000 **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Carlos de Mathias Martins Júnior, e secretariados pela Sr Adelino Ricardo Jacinlho Esparta **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre **(i)** a constituição de uma sociedade anônima de capital fechado sob a denominação de “EBEX S.A.” (“Companhia”); **(ii)** subscrição e integralização das ações representativas do capital social da Companhia; **(iii)** aprovação do Estatuto Social da Companhia; **(iv)** eleição dos Diretores da Companhia e fixação de sua remuneração; **(v)** não instalação do conselho fiscal da Companhia. **5. Deliberações:** Após os debates, resolveram os acionistas fundadores da Companhia, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas: **5.1. Constituição da Companhia:** Aprovar a constituição de sociedade de ações de capital fechado, regida pela Lei das S.A. e demais disposições legais pertinentes, sob a denominação HBEX S.A., que terá sede com sede e foro na Capital do listado de São Paulo, à Rua Padre João Manoel nº 222 - sala 118; **5.2. Subscrição e integralização do capital social:** Aprovar o capital social da Companhia, que será de RS 100.000,00 (cem mil reais), dividido em 1000 (mil) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas neste ato e data em moeda corrente nacional, conforme registrado nos Boletins de Subscrição (**Anexo I**), de forma a resultar nas seguintes participações societárias:

Acionista	Ações Ordinárias Subscritas
Ecoinvest Assessoria - Desenvolvimento e Participações Lida.	990
Heopari Assessoria em Negócios Empresariais Ltda	10
TOTAL	1000

5.3. Estatuto Social. Aprovar a redação do Estatuto Social da Companhia (Anexo II). **5.4.** Administração. Eleger os senhores Carlos de Mathias Martins Júnior e Adelino Ricardo Jacintho Esparta, todos já qualificados anteriormente, para exercerem os cargos de Diretores da Companhia (Anexos III e IV). O Senhor Carlos de Mathias Martins Júnior será designado Diretor Presidente, o Senhor Adelino Ricardo Jacintho Esparta não terá designação específica. Os ora eleitos declararam não estar incursos em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer atividade mercantil, e, ato contínuo, tomaram posse do cargo mediante termo lavrado no livro de “Atas das Reuniões da Diretoria”. Os Diretores ora eleitos não receberão remuneração pelo exercício de suas funções. **5.5.** Conselho Fiscal. Resolvem não instalar, de imediato, o Conselho Fiscal previsto no Estatuto Social até que seja conveniente para os negócios da Companhia. **6. Encerramento:** Declarada constituída a Companhia, o Sr. Presidente submeteu aos presentes o exame dos Termos de Abertura dos livros obrigatórios, que foram devidamente assinados pelo Presidente da Assembleia nesta data, sendo tais livros os seguintes: **(a)** Livro de Registro das Ações Nominativas; **(b)** Livro de Registro de Transferência das Ações Nominativas; **(c)** Livro de Atas das Assembléias Gerais; **(d)** Livro de Presença dos Acionistas; **(e)** Livro de Atas de Reuniões de Diretoria. Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente declarou suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata em livro próprio, a qual, logo após, foi lida, aprovada e por todos assinada. São Paulo, 27 de maio de 2024. **Carlos de Mathias Martins Júnior,** Presidente; **Adelino Ricardo Jacintho Esparta**, Secretário. Confere com a original lavrada em livro próprio. **Acionistas:** Carlos de Mathias Martins Júnior Ecoinvest Assessoria - Desenvolvimento e Participações Ltda. Carlos de Mathias Martins Júnior Ecopart Assessoria em Negócios Empresariais Ltda.

ANEXO I - BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Ecoinvest Assessoria - Desenvolvimento e Participações Ltda., CNPJ/MF nº 04.130.575/0001-80, com sede nesta Capital do Estado de São Paulo à Rua Padre João Manoel, 222, parte, CEP 01411-000, neste ato representado na forma de seu contrato social por Carlos de Mathias Martins Júnior, casado, empresário, RG nº 10.773.380 - SSP/SP, CPF nº 134.499.018-50, residente e domiciliado nesta Capital do Estado de São Paulo à Rua Padre João Manuel nº 222 - parte, CEP 01411-000, subscreve neste ato 990 (novecentas e noventa) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, emitidas pelo valor de R$ 100,00 (cem reais) cada uma, correspondendo ao total de R$ 99.000,00 (noventa e nove mil reais), totalmente subscritos em moeda corrente nacional conforme recibo de integralização ora apresentado. São Paulo, 27 de maio de 2024. Carlos de Mathias Martins Júnior Ecoinvest Assessoria-Desenvolvimento e Participações Ltda.

ANEXO I - BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO E LNTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Ecopart Assessoria em Negócios Empresariais Ltda., CNPJ/MF nº 07.216.414/0001-00, com sede nesta Capital do Estado de São Paulo à Rua Padre João Manoel, 222, parte, CEP 01411-000, neste ato representado na forma de seu contrato social por Carlos de Mathias Martins Júnior, casado, empresário, RG nº 10.773.380 - SSP/SP, CPF nº 134.499.018-50, residente e domiciliado nesta Capital do Estado de São Paulo à Rua Padre João Manuel nº 222 - parte, CEP 01411-000, subscreve neste ato 10 (dez) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, emitidas pelo valor de R$ 100,00 (cem reais) cada uma, correspondendo ao total de RS 1.000,00 (hum mil reais), totalmente subscritos em moeda corrente nacional conforme recibo de integralização ora apresentado. São Paulo, 27 de maio de 2024. Carlos de Mathias Martins Júnior Ecopart Assessoria em Negócios Empresariais Ltda.

ANEXO II - ESTATUTO SOCIAL

Capítulo I - Da Denominação, Sede, Foro, Prazo de Duração e Objeto: Artigo 1º- EBEX S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima, sendo regida pelo disposto no presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas alterações posteriores (“Lei nº 6.404”). Parágrafo Único - A Companhia, na realização de suas atividades, poderá utilizar-se da expressão **“EBEX”** como nome fantasia. **Artigo 2º** A Companhia tem por objeto social a prestação de serviços de assessoria no desenvolvimento de projetos e a participação no capital de outras empresas como sócia, acionista ou cotista. § 1º- O exercício das atividades relacionadas ao objeto social da Companhia deverá considerar os interesses de curto e longo prazo da Companhia e de seus acionistas, bem como os efeitos econômicos, sociais, ambientais e jurídicos de curto e longo prazo de suas operações em relação aos empregados ativos, fornecedores, consumidores e demais credores da Companhia, como também em relação à comunidade em que ela atua, local e globalmente. § 2º- A Companhia poderá exercer as atividades de seu objeto social no país ou no exterior, direta ou indiretamente, através da participação em outras sociedades. **Artigo 3º** - A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Padre João Manuel, nº 222 - sala 118, Cerqueira César, CEP: 01411-000, podendo por deliberação da Diretoria, criar e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos, e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior. **Artigo 4º**- O prazo de duração da sociedade será indeterminado. **Capítulo II - Do Capital Social e Ações: Artigo 5º**- O Capital Social da Companhia é de RS 100.000,00 (cem mil reais), divididos em 1.000 (mil) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. § 1º- Todas as ações da Companhia serão nominativas, facultada adoção de forma escritural, em conta corrente de depósito mantida em nome de seus titulares, junta à instituição financeira indicada pela Diretoria, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o parágrafo 3º do artigo 35 da lei 6.404/76. § 2º- A cada ação ordinária corresponde um voto nas Assembléias Gerais. § 3º- A capitalização de lucros e reservas será obrigatoriamente efetivada sem modificação do número de ações. § 4º- Poderão ser emitidas sem direito de preferência para os antigos acionistas ações, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações e bônus de subscrição cuja colocação seja feita por uma das formas previstas no artigo 172 da lei 6.404/76, desde que a eliminação do direito de preferência seja previamente aprovada em Assembleia Especial, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias. § 5º- A alteração deste Estatuto Social na parte que regula a diversidade de espécies ou classe de ações não requererá a concordância de todos os titulares das ações antigas, sendo suficiente a aprovação de acionistas que representem a maioria tanto do conjunto das ações com direito a voto, quanto das ações de cada espécie ou classe de ações. § 6º- A emissão de debêntures conversíveis, bônus de subscrição, outros títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações e partes beneficiárias, estas conversíveis ou não, bem como a outorga de opção de compra de ações dependerá da prévia aprovação de acionistas representando a maioria das ações de cada espécie ou classe de ações. §7º- Os acionistas terão direito de preferência para aquisição de novas ações, bem como na hipótese de cessão, transferência, usufruto ou qualquer forma de alienação ou oneração, direta ou indireta, das ações ou direitos inerentes às ações, para os próprios acionistas ou para terceiros. O prazo para exercício do direito de preferência será de, no mínimo, 30 (trinta) dias. **Artigo 6º**- O montante a ser pago pela Companhia a título de reembolso pelas ações detidas por acionistas que tenham exercido direito de retirada, nos casos autorizados por lei, deverá corresponder ao valor econômico de tais ações, a ser apurado de acordo com o procedimento de avaliação aceita pela Lei nº. 9.457/97, sempre que tal valor for inferior ao valor patrimonial apurado de acordo com o artigo 45 da Lei nº. 6.404/76. **Artigo 7º**- A Companhia só registrará a transferência de ações se forem observadas as disposições pertinentes do Acordo de Acionistas, desde que esteja arquivado em sua sede. **Capitulo III - Da Administração: Artigo 8º-** A Companhia será administrada por uma Diretoria, composta por até 3 (três) Diretores, sendo um Diretor Presidente, e dois diretores sem designação específica, residentes no País, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, observado o disposto neste Estatuto. § 1º- O mandato da Diretoria será de 02 (dois) anos, permitida a reeleição, sendo o mandato prorrogado, automaticamente, até a eleição e posse dos respectivos substitutos. § 2º- A investidura dos Diretores far-se-á mediante termo lavrado no livro de “Atas das Reuniões da Diretoria”. Os Diretores reeleitos serão investidos nos seus cargos pela própria Assembleia Geral, dispensadas quaisquer outras formalidades. § 3º- Em caso de vaga, será convocada a Assembleia Geral para eleição do respectivo substituto, que completará o mandado do Diretor substituído, com observância dos direitos de eleição em separado previstos no § 2º do artigo 5º deste Estatuto. § 4º - Em suas ausências ou impedimentos eventuais, os Diretores serão substituídos por quem vierem a indicar. § 5º- A remuneração dos Diretores será fixada pela Assembleia Geral, em montante global ou individual, ficando os Diretores dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão. **Artigo 9º.** - A Diretoria terá plenos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, para a prática de todos os atos e realização de todas as operações que se relacionarem como objeto social, observado o disposto neste Estatuto. § 1º- Além das demais matérias submetidas a sua apreciação por este Estatuto, compete à Diretoria, reunida em colegiado: (a) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; (b) zelar pela observância deste Estatuto Social e pelo cumprimento das deliberações tomadas nas Assembléias Gerais e nas suas próprias reuniões; (c) administrar, gerir e superintender os negócios sociais, podendo comprar, vender, permutar e contratar em nome da Companhia, determinando os respectivos preços, termos e condições; (d) expedir regimentos internos, regulamentos e outras normas da mesma natureza no tocante à administração da Companhia; (e) distribuir entre seus membros as funções de administração da Companhia, respeitando-se sempre o disposto neste Estatuto Social; (f) representar a Companhia, nos termos deste Estatuto Social; (g) disseminar diretrizes estratégicas e cultura organizacional; (h) outorgar mandatos em nome da Companhia, na forma prevista neste Estatuto Social. (i) Manifestar-se previamente sobre os relatórios, contas e orçamentos e propostas elaboradas para apresentação à Assembleia Geral; e (j) Distribuir entre os membros da Diretoria, a verba global dos Diretores, fixada em Assembleia Geral, se for o caso. § 2º- A Diretoria rcunir-se-á preferencialmente na sede social, sempre que convier aos interesses sociais, por convocação escrita, com indicação circunstanciada da ordem do dia, subscrita pelo Diretor Presidente, com antecedência mínima de 3 (três) dias, exceto se a convocação ou o prazo forem renunciados, por escrito, por todos os Diretores. § 3º- A Diretoria somente se reunirá com a presença de, no mínimo 2 (dois) Diretores, considerando-se presente o Diretor que enviar voto escrito sobre as matérias objeto da ordem do dia. § 4º-As decisões da Diretoria serão tornadas pelo voto favorável da maioria de seus membros presentes à reunião. § 5º- As reuniões da Diretoria serão objeto de atas circunstanciadas, lavradas em livro próprio. § 6º- No desempenho de suas funções, a Diretoria deverá considerar o melhor interesse da Companhia, incluindo os interesses, expectativas e efeitos de curto e longo prazo de seus atos sobre os seguintes atores a ela relacionados: acionistas; empregados ativos; fornecedores, consumidores e demais credores; e comunidade e meio ambiente local e global. **Artigo 10º-** Os Diretores terão a representação ativa e passiva da Companhia. Além disso, todos os atos e documentos que importem em responsabilidade ou obrigação da Companhia, tais como escrituras de qualquer natureza, cheques, notas promissórias, letras de câmbio, ordens de pagamento, títulos de dívida em geral, contratos em geral e outros documentos não especificados, serão obrigatoriamente assinados: (a) pelo Diretor Presidente isoladamente; (b) por 1 Diretor em conjunto com um procurador. § 1º- Os instrumentos de mandato outorgados pela Companhia serão sempre assinados pelo Diretor Presidente em conjunto com outro Diretor, devendo especificar os poderes concedidos e terão prazo certo de duração, limitado a um ano, exceto no caso de mandato judicial, que poderá ser por prazo indeterminado. § 2º. - Excepcionalmente, a Companhia poderá ser representada nos atos a que se refere o caput deste artigo mediante a assinatura isolada de um Diretor ou de um mandatário, desde que haja, em cada caso específico, autorização expressa da Diretoria. §3º - Os poderes para (i) vender, hipotecar ou, por qualquer outro modo, alienar ou gravar bens imóveis ou outros bens constantes do ativo imobilizado da Companhia, (ii) contratar quaisquer empréstimos em nome da Companhia, ou (iii) prestar garantias de qualquer natureza em nome da Companhia, deverão ser exercidos apenas mediante assinatura conjunta do Diretor Presidente e de outro Diretor. §4º - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, atos de quaisquer acionistas, diretores, procuradores ou funcionários que envolverem obrigações relativas aos negócios ou operações estranhas ao objeto social, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros. **Capítulo IV - Assembleia Geral: Artigo 11º**- A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por ano, dentro dos 4 (quatro) meses subsequentes ao término do exercício social para fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem, bem como nos casos previstos em lei e neste Estatuto. § 1º - A Assembleia Geral poderá ser convocada, na forma da lei, por quaisquer dos 3 (três) Diretores e será presidida pelo Diretor Presidente, que designará um ou mais secretários. As Assembléias Gerais serão consideradas validamente instaladas (i) em primeira convocação, com a presença de acionistas detentores de, no mínimo, a maioria das ações ordinárias; ou (ii) em segunda convocação, com qualquer número de acionistas. Independentemente das formalidades de convocação para Assembleia Geral, será considerada regularmente convocada a Assembleia na qual comparecerem todos os acionistas da Companhia. § 2º- As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, e neste estatuto, serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco. § 3º- Os acionistas poderão ser representados nas Assembléias Gerais por mandatários nomeados na forma do § 1º do artigo 126 da Lei nº. 6.404/76, devendo os respectivos instrumentos de mandato serem depositados na sede social, com 3 (três) dias de antecedência da data marcada para realização da Assembleia Geral. **Capítulo V - Conselho Fiscal: Artigo 12º**- O Conselho Fiscal da Companhia, que não terá caráter permanente, somente será instalado quando por solicitação dos acionistas na forma da Lei, e será composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral em que for requerido o seu funcionamento. § 1º- Os membros do Conselho Fiscal, quando em exercício, terão direito a remuneração a ser fixada pela Assembleia Geral que os eleger, observado, a respeito, o que dispuser a lei. § 2º- As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e lançadas no livro próprio. **Artigo 13º**- O exercício social terminará no dia 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício a Diretoria fará elaborar, com base em escrituração mercantil, as demonstrações financeiras previstas em Lei, observadas as normas então vigentes, as quais compreenderão a propostas de destinação do lucro do exercício. **Artigo 14º**- Do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição da reserva legal, a qual não excederá o importe de 20% (vinte por cento) do Capital Social. Do saldo, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº. 6.404/76, se existente, 25% (vinte e cinco por cento) serão atribuídos ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório. § 1º. - Atribuir-se-á à Reserva para Investimentos, que não excederá 80% (oitenta por cento) do Capital Social subscrito, importância não inferior a 5% (cinco por cento) e não superior a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº. 6.404/76, com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital, ou a criação de novos empreendimentos. § 2º- O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, terá a destinação que lhe for atribuída pela Assembleia Geral. **Artigo 15º**- Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei, somente incidindo correção monetárias e/ou juros se assim for determinado pela Assembleia Geral, e, se não reclamados dentro de 3 (três) anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia. **Artigo 16º-** A Companhia poderá levantar balanços semestrais, ou em períodos menores, e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos à conta de lucros apurado nesses balanços, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício social, observadas as limitações previstas em lei. § 1º- Ainda por deliberação da Assembleia Geral, poderão ser declarados dividendos intermediários, à sua conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço levantado, inclusive à conta da reserva para Investimento a que se refere o § 1º do artigo 16 deste Estatuto. § 2º- Também mediante decisão da Assembleia Geral os dividendos ou dividendos intermediários poderão ser pagos a título de juros sobre o capital social. § 3º- Dividendos intermediários e os juros sobre capital próprio deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório. **Capitulo VII - Liquidação Artigo 17º**- A Companhia somente será dissolvida e entrará em liquidação por deliberação da Assembleia Geral ou nos demais casos previstos em lei. § 1º- A Assembleia Geral que deliberar sobre a liquidação caberá nomear o respectivo liquidante e fixar-lhe a remuneração. § 2º- A Assembleia Geral, se assim solicitarem os acionistas que representem o número fixado em lei, elegerá o Conselho Fiscal, para o período da liquidação. Confere com o original lavrado em livro próprio e corresponde à versão do Estatuto Social da EBEX S.A. aprovado na Assembleia Geral de Constituição de 27 de maio de 2024. São Paulo, 27 de maio de 2024. **Carlos de Mathias Martins Junior**, Presidente, **Adelino Ricardo Jacintho Esparta**, Secretário. Visto Advogado Tiago do Valle Janke OAB-RJ nº 167.108.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://izisign.com.br/Verificar/87B5-BB7C-7F88-9998 ou vá até o site https://izisign.com.br:443 e utilize o código a seguir para verificar se este documento é válido. **Código para verificação**: 87B5-BB7C-7F88-9998. **Hash do Documento:** 20EAE75886884A974AB4D69175B953B3916CA9DF16EB7B1200EEECA3B352F826. Este documento foi assinado eletronicamente por Adelino Ricardo Jacintho Esparta, Carlos de Mathias Martins Junior e Tiago do Valle Janke. Para verificar as assinaturas vá ao site https://izisign.com.br:443 e utilize o código 87B5-BB7C-7F88-9998.

SIRIUS SECURITIZADORA S/A

CNPJ nº 55.149.375/0001-00

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE ANÔNIMA E ESTATUTO SOCIAL

Data, Hora e Local: 30/04/2024, às 11h na sede social, localizada à Rua do Rosário, 260, 3º andar, Sala 36, Bairro Macedo, Município de Guarulhos, SP, CEP: 07111-080. **Presença de Acionistas**: Representando 100% do Capital Social votante. **Composição da mesa**: Presidente Sr. **Rodrigo Barrionuevo Feliciano,** Secretário Sr. **Renato Gennaro Gorga Neto**. **Publicações**: Dispensada da convocação por Edital segundo § 4º do artigo 124 da Lei 6.404/76, em razão da presença de todos os acionistas e recolhida assinatura de todos no livro de presença. **Ordem do Dia e Deliberações:** O Sr. Presidente declarou instalada a assembleia de Constituição da sociedade **Sirius Securitizadora S/A**, e, por unanimidade de voto e sem quaisquer restrições foi deliberado: 1) Leitura e aprovação da minuta do Estatuto Social – Dando início aos trabalhos, o Sr. Presidente solicitou-me que procedesse a leitura da minuta do Estatuto Social para os presentes. Terminada a leitura, o Sr. Presidente da Mesa submeteu-a à discussão e votação, o que resultou em sua aprovação unânime pelos presentes, passando o Estatuto Social da **Sirius Securitizadora S/A**, a ter a redação estabelecida ao final das deliberações desta Ata. 2) Boletins de Subscrição das Ações – Foi aprovada a subscrição do Capital Social da Companhia, nos seguintes termos: Boletim de Subscrição: **a) Guia Asset Participações Ltda.,** sociedade empresária limitada, com sede e foro no Município de SP/SP, à Rua Dona Elisa de Moraes Mendes, 290, sala 02, Vila Madalena, CEP: 05.449-000, CNPJ 08.695.510/0001-32, com seus atos constitutivos e alterações contratuais registrados na JUCESP, NIRE 35.221.058.876, neste ato representada por seus sócios **José Antonio Floresi Guizardi,** RG 17.817.878-0, CPF 132.795.228-97, e **José Henrique Floresi Guizardi**, RG 17.817.876-7, CPF 132.801.318-98; **b) Lubianjo Participações Societárias Limitada,** sociedade empresária limitada, com sede e foro no Município de São José do Rio Preto, SP, à Rua Jorge Tibiriça, 2728, 7º Andar, sala 72-B, Centro, CEP: 15010-050, CNPJ 29.010.078/0001-79, com seus atos constitutivos e alterações contratuais registrados na JUCESP, NIRE 35230787401, neste ato representada por seu sócio administrador: **David José da Rocha Dattolo,** RG 441180759-SSP-SP, CPF 312.316.978-22; **c) Cesar de Franca Galvão Neto,** RG 33.383.559-SSP/SP e CPF 298.608.778-74; **d) Sérgio Lorenzetti da Silva,** RG 23.822.167-2-SSP-SP e CPF 148.984.148-26; **e) Emerson Roberto Vieira,** RG 21.273.404-0-SSP/SP e CPF 131.405.338-88; **f) Luciane Lorenzetti Bordon,** CPF 192.746.718-73, RG 24.665.666-9 SSP/SP; **g) Renato Gennaro Gorga Neto,** RG 13.898.121-SSP/SP e CPF 261.634.348-70; **h) Alan Eizo Goto,** RG 32.218.133-SSP/SP e CPF 328.327.688-90; **i) Rodrigo Barrionuevo Feliciano,** RG 30.457.464-SSP/SP e CPF 296.062.658-38; **j) Sérgio Granna Junior,** RG 27.176.673-6-SSP/SP e CPF 195.339.128-12; 3) Ações subscritas: 20.000,00, dividido em 20.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Percentual de integralização das Ações: 100% ; Distribuição por subscritor: **Cesar de Franca Galvão Neto** – 25% das ações; **Sérgio Lorenzetti da Silva** – 12,50% das ações; **Emerson Roberto Vieira** – 12,50% das ações; **Rodrigo Barrionuevo Feliciano** – 12,50% das ações; **Luciane Lorenzetti Bordon** – 6,00% das ações; **Alan Eizo Goto** – 5,00% das ações; **Renato Gennaro Gorga Neto** – 3,50% das ações; **Sérgio Granna Junior** – 1,00% das ações; **Guia Asset Participações Ltda.** – 12,50% das ações; **Lubianjo Participações Societárias Limitada** – 9,50% das ações; 4) Eleição dos Membros da Diretoria e definição da remuneração global dos Diretores. A Diretoria será composta 2 membros e no máximo, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pelos acionistas e por estes destituíveis a qualquer tempo, sendo Diretor Presidente, Diretor de Relação com Investidores. Os acionistas aprovaram a eleição dos Diretores: Rodrigo Barrionuevo Feliciano, já qualificado - como Diretor-Presidente da Companhia; e, Renato Gennaro Gorga Neto, já qualificado - como Diretor de Relação com Investidores da Companhia, todos com mandato de até 03 anos. 4 (i.1) aprovar a remuneração global anual de até R$ 24.000,00 para os membros da Diretoria, cuja distribuição será deliberada nos termos do Estatuto Social da Companhia; 4 (i.2) os membros da Diretoria ora eleitos aceitaram os cargos para os quais foram nomeados, afirmando expressamente, sob as penas da lei, que não estão impedidos, por lei especial, de exercer a administração de sociedades, e nem condenados ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, e tomaram posse em seus respectivos cargos, nos termos da legislação aplicável, mediante assinatura do Termo de Posse, lavrado em livro próprio. 5) Definição dos periódicos nos quais serão efetuadas as publicações legais – Os acionistas decidiram que as publicações dos atos da Companhia, quando forem necessárias, nos moldes do disposto no art. 289 da Lei 6.404/76, serão realizadas no “DOESP” e no periódico, qualquer outro jornal de grande circulação editado na localidade em que está situada a sede da companhia. 6) Aprovação do endereço da sede social da Companhia, Rua do Rosário, 260, 3º andar, Sala 36, Bairro Macedo, Município de Guarulhos, SP, CEP: 07111-080. 7) Descrição da integralização do capital social – Foi declarado que o capital social é de R$ 20.000,00, e, encontra-se integralmente subscrito, e R$ 2.000,00, foi integralizado neste ato, em moeda corrente nacional, pelos acionistas, através de transferência bancária, na proporção de suas ações, e o valor remanescente a integralizar em até 12 (doze) meses em moeda corrente nacional. **Encerramento:** Deliberados todos os itens contidos na Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Mesa, após observadas as formalidades legais, e não havendo oposição de nenhum dos subscritores, declarou constituída a companhia, deu por encerrados os trabalhos, agradecendo a presença de todos, pedindo-me que lavrasse a presente ata, a qual vai ao final assinada por mim, Rodrigo Barrionuevo Feliciano, Presidente da Mesa, pelos acionistas fundadores e membros da Diretoria, antes, porém, transcreve-se o Estatuto Social aprovado no item 1. **Estatuto Social - Denominação, Objeto Social, Sede e Duração - Artigo 1º - Sirius Securitizadora S/A**, (doravante simplesmente referida como “Companhia”) é uma sociedade por ações, regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º -** A Companhia tem por objeto social: a aquisição e securitização de direitos creditórios padronizados e/ou não padronizados, vencidos e/ou a vencer, performados ou a performar, originados de operações realizadas por pessoas físicas ou jurídicas nos segmentos comercial, industrial e de prestação de serviços, que sejam passíveis de securitização, conforme Política de Crédito devidamente aprovada pela Diretoria. **§Único:** A Companhia não poderá, em hipótese alguma, participar do capital de qualquer sociedade, nem integrar grupo de sociedades, bem como conceder fianças ou avais em favor de terceiros quaisquer, incluindo seus acionistas e administradores. **Artigo 3º** - A Companhia tem sede na Rua do Rosário, 260, 3º andar, sala 36, Bairro Macedo, Município de Guarulhos, SP, CEP: 07111-080, sendo-lhe facultada, por deliberação dos Acionistas, abrir outros estabelecimentos, tais como: filiais, agências, sucursais, escritórios ou depósitos em qualquer localidade do país ou do exterior. **Artigo 4º -** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capital Social e Ações - Artigo 5º -** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R$ 20.000,00, dividido em 20.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **§1º:** Cada ação ordinária corresponderá a um voto nas deliberações da assembleia Geral. **§2º:** A propriedade das ações será comprovada pela inscrição do nome do acionista no livro de “Registro de Ações Nominativas”. **§3º:** Novas ações de emissão da Companhia poderão adquirir a forma escritural, sendo mantidas em conta depósito, aberta em nome de cada acionista, em instituição financeira devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários. **§4º:** As ações preferenciais não tem direito a voto, gozando apenas das seguintes vantagens: (a) prioridade no reembolso do capital, no caso de liquidação da companhia; (b) prioridade no recebimento de dividendo legal da Companhia. **§5º:** Por deliberação dos acionistas, tomadas em assembleia Geral, a Companhia poderá emitir, novas ações ordinárias, inclusive com cláusula de resgate ou amortização. **Da Administração - Artigo 6º** - A administração da Companhia compete a Diretoria, que terá as atribuições conferidas por lei e pelo presente Estatuto Social, estando os Diretores dispensados de oferecer garantia, para o exercício de suas funções. **§1º:** Todos os membros da Diretoria tomarão posse mediante assinatura dos respectivos termos no livro próprio, permanecendo em seus respectivos cargos até a posse de seus sucessores. **§2º:** Cabe à assembleia Geral fixar a remuneração dos administradores da Companhia. A remuneração poderá ser votada em verba individual, para cada membro, ou verba global, cabendo, então à Diretoria deliberar sobre a sua distribuição. Ressalvada deliberação em contrário da assembleia Geral, o montante global fixado deverá ser dividido igualmente entre os administradores. **§3º:** É vedado aos administradores conceder avais, endossos e cauções em favor de terceiros e o uso do nome da sociedade em negócios particulares. Serão considerados nulos de pleno direito, e de responsabilidade exclusiva e pessoal do administrador, os atos praticados e/ou compromissos assumidos em nome da sociedade, com a não observância do caput e parágrafos desta cláusula. **§4º:** É vedada **(i)** a contratação de empréstimo bancário de qualquer natureza com garantia de contrato, nota promissória, ou mesmo conta garantida com garantia de recebíveis (duplicatas, cheques etc.), bem como cheque especial, leasing, CDC e qualquer outro tipo de financiamento, somente sendo permitido com assinatura dos acionistas que constituam no mínimo 3/4 do capital social; **(ii)** é vedada a celebração de contrato de mútuo com terceiros, que não sejam acionistas; (iii) fica vedada a alienação ou oneração de bens móveis ou imóveis que integrem o ativo imobilizado da sociedade, bem como alienação de quaisquer bens recebíveis (duplicatas ou notas promissórias ou cheques) que integrem o ativo circulante sendo somente permitida com assinatura dos acionistas que constituam no mínimo 3/4 do capital da empresa. **§5º:** Serão considerados nulos de pleno direito, e de responsabilidade exclusiva e pessoal dos acionistas recalcitrantes, os atos praticados e/ou compromissos assumidos em nome da sociedade, com a não observância do caput e parágrafos desta cláusula. **Da Diretoria - Artigo 7º** - A Diretoria será composta de por 2 diretores, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pelos acionistas e por estes destituíveis a qualquer tempo, sendo Diretor-Presidente, Diretor de Relação com Investidores. **§1º:** O prazo de gestão de cada Diretor será de até 3 anos, permitida a recondução, sendo que no período que ocupar o cargo fará jus a pró-labore mensal a ser definido em assembleia. **§2º:** Os Diretores, findo o prazo de gestão, permanecerão no exercício dos respectivos cargos, até a eleição e posse dos novos Diretores. **§3º:** Ocorrendo vaga no cargo de Diretor, deverá ser convocada assembleia Geral para nova eleição. **§4º:** Em caso de ausência ou impedimento temporário, os Diretores substituir-se-ão, reciprocamente, por designação da Diretoria. **Artigo 8º -** Compete à Diretoria a representação ativa e passiva da Companhia e a prática de todos os atos necessários ou convenientes à administração dos negócios sociais, respeitados os limites previstos em lei ou neste Estatuto Social. **Artigo 9º -** Compete exclusivamente ao Diretor de Relações com Investidores e/ou Diretor Presidente. I – Representar a Companhia perante a Comissão de Valores Mobiliários, Banco Central do Brasil e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais; II – Representar a Companhia junto a seus investidores e acionistas; e, III – manter atualizado os registros necessários a Companhia. **Artigo 10 -** Compete ao Diretor -Presidente e ao Diretor de Relações com Investidores, em conjunto: (a) a representação ativa e passiva da Companhia, em juízo ou fora dele, especialmente para receber notificação ou citação judicial; (b) instalar e presidir as reuniões de Diretoria; (c) outorgar procurações com poderes específicos; (d) analisar e propor à Diretoria de políticas, métodos e sistemas de atuação operacional; (e) acompanhar a atividade social sob o prisma negocial; supervisionar a movimentação econômico-financeira da Companhia; Compete aos Diretores de forma isolada: (f) executar as operações e atividades da Companhia; (g) implementação dos planos e orçamentos; (h) representar a Companhia perante terceiros; (i) assinar carta de anuência (j) Contratação de serviços de terceiros pelos administradores. **Do Conselho Fiscal - Artigo 11 -** A Companhia poderá ter um Conselho Fiscal composto de 3 membros efetivos e, igual número de suplentes, o qual funcionará em caráter não permanente. **§1º:** Os membros do Conselho Fiscal, quando instalado, devem ser pessoas naturais, residentes no país, legalmente qualificadas, serão eleitos pela assembleia Geral que deliberar a instalação do órgão, a pedido de acionistas, com mandato até a primeira assembleia geral ordinária que se realizar após a eleição. **§2º:** Os membros do Conselho Fiscal somente farão jus a remuneração que lhe for fixada pela assembleia Geral, durante o período em que o órgão funcionar e estiverem no efetivo exercício das funções. **§3º:** O Conselho Fiscal, quando instalado, terá as atribuições previstas em lei, sendo indelegáveis as funções de seus membros. **Das Assembleias Gerais - Artigo 12 -** A assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 meses seguintes ao término do exercício social da Companhia, a fim de serem discutidos os assuntos previstos em lei e, extraordinariamente quando convocada, a fim de discutirem assuntos de interesse da Companhia, ou ainda quando as disposições do Estatuto Social ou da legislação vigente exigirem deliberações dos Acionistas, devendo ser convocada: a) por iniciativa do Diretor-Presidente, pelo Conselho Fiscal ou pelos Acionistas, nos casos previstos em lei. **§1º:** Todas as convocações deverão indicar a ordem do dia, explicitando, ainda, no caso de reforma estatutária, a matéria objeto. **§2º:** A representação do Acionista na assembleia Geral se dará nos termos do §1º do artigo 126 da Lei 6.404/76, desde que o respectivo instrumento de procuração tenha sido entregue na sede social da Companhia com até 24 horas de antecedência do horário para o qual estiver convocada a assembleia. Se o instrumento de representação for apresentado fora do prazo de antecedência acima mencionado, este somente será aceito com a concordância do Presidente da assembleia. **§3º:** A assembleia Geral tem poder para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as decisões que julgar conveniente à sua defesa e desenvolvimento. **Artigo 13 -** É necessária a aprovação de acionistas que representem no mínimo metade do capital social com direito a voto para: a) As matérias listadas no art. 136 da Lei 6.404/76; b) Alterações deste Estatuto Social; c) Emissão de bônus de subscrição, a adoção de regime de capital autorizado e de aprovação de planos de opção de compra de ações; d) Emissão de debêntures conversíveis ou não em ações; e) Distribuição de dividendos, em cada exercício, em valor superior a 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei; f) Atribuição a terceiros (inclusive administradores e empregados) de participação nos lucros da Companhia; g) Aumento de capital por subscrição, bem como a redução do capital social, para restituição aos acionistas. **Do Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Destinação do Lucro - Artigo 14 -** O exercício social da Companhia terminará em 31 de dezembro de cada ano, findo o qual serão elaboradas pela Diretoria as demonstrações financeiras do correspondente exercício, as quais serão apreciadas pela Assembleia Geral Ordinária em conjunto com a proposta de destinação do lucro líquido do exercício, bem como da distribuição de dividendos. **§1º:** A destinação do lucro líquido do exercício se dará da seguinte forma: I – 5% será aplicado na constituição de reserva legal, observado que não poderá exceder 20% do capital social; II – 25% de pagamento de dividendo mínimo obrigatório; e III – pagamento de dividendos extraordinários, caso aprovado pela assembleia Geral. **§2º:** O saldo remanescente, depois de atendidas as exigências legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral. **Artigo 15 -** Será distribuído em cada exercício social, como dividendo mínimo obrigatório pela Companhia, o montante correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da legislação em vigor. **§1º:** O montante a ser distribuído será aquele já diminuído pela importância destinada à constituição da reserva legal e da importância destinada à formação da reserva para contingências, acrescido do montante eventualmente revertido da reserva para contingência formada em exercícios anteriores. **§2º:** Até que a assembleia geral ordinária a que se refere o art. 14 seja realizada, a diretoria poderá, independentemente de reforma do estatuto social, declarar e pagar dividendos intermediários, nos termos do disposto no art. 204 da Lei 6.404/76. **Artigo 16 -** A Companhia poderá pagar juros sobre o capital próprio, imputando-os como dividendo mínimo obrigatório. A qualquer tempo durante o exercício social, a Diretoria poderá declarar e pagar dividendos intermediários à conta de reservas de lucros e de lucros acumulados existentes no último balanço ou balancete levantado pela Companhia. **Artigo 17 -** Os acordos de acionistas, devidamente registrados na sede da Companhia, que estabeleçam cláusulas e condições em caso de alienação de ações de sua emissão, discipline o direito de preferência na respectiva aquisição ou regulem o exercício do direito de voto dos acionistas, serão respeitados pela Companhia e pela administração. **Parágrafo Único:** Os direitos, as obrigações e as responsabilidades resultantes de tais acordos de acionistas serão válidas e oponíveis a terceiros tão logo tenham os mesmos sido devidamente averbados nos livros de registro de ações da Companhia ou nos registros mantidos pela instituição depositária das ações e consignados nos certificados de ações, se emitidos, ou nas contas de depósito mantidas em nome dos acionistas junto à instituição depositária das ações. Os administradores da Companhia zelarão pela observância desses acordos e a Presidente da assembleia Geral ou a Presidente do Conselho de Administração, conforme o caso, não deverá computar o(s) voto(s) proferido(s) por acionista em contrariedade com os termos de tais acordos. **Da Liquidação - Artigo 18 -** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da assembleia Geral, caso em que competirá à assembleia Geral nomear o liquidante, bem como fixar a remuneração do mesmo. No período de liquidação da Companhia, a Administração continuará em funcionamento. **Artigo 19 -** Fica eleito o Foro da Comarca de SP, SP, com renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja, como o único competente a conhecer e julgar qualquer questão ou causa que, direta ou indiretamente, derivem da celebração deste Estatuto Social ou da aplicação de seus preceitos. O presente estatuto foi aprovado em assembleia Geral de Constituição, ficando os diretores responsabilizados pelo seu arquivamento na JUCESP, e demais órgãos competentes. **Guia Asset Participações Ltda. -** José Antônio Floresi Guizardi; José Henrique Floresi Guizardi. **Lubianjo Participações Societárias Limitada -** David José da Rocha Dattolo; **Rodrigo Barrionuevo Feliciano; Emerson Roberto Vieira; Cesar de Franca Galvão Neto**; **Sérgio Lorenzetti da Silva; Luciane Lorenzetti Bordon; Alan Eizo Goto; Renato Gennaro Gorga Neto; Sérgio Granna Junior.** *Visto Advogado: Dr. Sandro Luciano de Godoi - OAB/SP: 491610.* **JUCESP - NIRE:** 3530063800 em 16/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

CREDIHOME SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

NIRE: 35.300.557.611 - CNPJ/ME nº 39.416.705/0001-20

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 01 DE ABRIL DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: Assembleia realizada no dia 01 de abril de 2024, às 10:00 horas, na sede social da **CREDIHOME SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.** (”Companhia”), localizada na Av. Santo Amaro, 48, 2º andar, conjunto 21 parte, na Capital do Estado de São Paulo, CEP: 04506-000. **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação, nos termos do §04 do Artigo 124 da Lei Nº 6.404/76 e suas respectivas alterações (”lei das S.A.”), tendo em vista a presença dos acionistas representado a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes no Livro de Presença de acionistas da Companhia e nesta ata. **3. COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente** - Sr. Marcio Garcia de Souza e **Secretário** - Sr. Flávio Borges Fortes. **4. ORDEM DO DIA:** deliberar sobre: **(i)** alteração da duração do mandato dos diretores Srs. **FLAVIO BORGES FORTES**, **MARCIO GARCIA DE SOUZA** e **ALEXANDRE WIDLT BORGES; (ii)** alterar o Estatuto Social, a fim de prever a possibilidade de cumulação de cargos na Diretoria; **(iii)** alterar o parágrafo primeiro do artigo 32 do Estatuto Social, a fim de fixar o prazo de mandato do Ouvidor em meses. **5. DELIBERAÇÕES:** Os Sócios aprovam sem quaisquer emendas ou ressalvas, as seguintes matérias: 5.1. **(i)** Todos os Diretores abaixo qualificados, eleitos pela Assemblei Geral Ordinária realizada em 30 de novembro de 2023, com **declarações de desimpedimento arquivadas na sede,** terão seus mandatos efetivos pelo prazo de 3 (três) anos, até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2026. 5.1.2. Considerando a deliberação aprovada, a Diretoria da Companhia passa a ser composta da seguinte forma: **DIRETOR - TÉRMINO DO MANDATO: FLÁVIO BORGES FORTES**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador do RG Nº 8.783.506 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 022.266.888-11, com endereço comercial na Avenida Santo Amaro, nº 48, conjunto 32, Itaim Bibi, São Paulo - SP, CEP: 04506-000. Até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2026; **MARCIO GARCIA DE SOUZA**, brasileiro, casado, engenheiro, portador do RG nº03.503.790-2/IFP-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 425.539.467-91, com endereço comercial na Avenida Santo Amaro, nº 48, conjunto 32, Itaim Bibi, São Paulo - SP, CEP: 04506-000. Até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2026; **ALEXANDRE WIDLT BORGES**, brasileiro, solteiro, administrador, portador do RG Nº 13.021.743-3 (DIC/RJ), inscrito no CPF/MF sob o nº 739.656.931-15, com endereço comercial na Avenida Santo Amaro, nº 48, conjunto 32, Itaim Bibi, São Paulo - SP, CEP: 04506-000. Até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2026. 5.2. **(ii)** A alteração do Estatuto Social afim de prever a possibilidade de cumulação de cargos na Diretoria. 5.2.1. Considerando a deliberação aprovada, o Artigo 15º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação: *“**Artigo 15º** - A Companhia será administrada por uma Diretoria, composta de, no mínimo, 2 (dois) Diretores e, no máximo, 5 (cinco) Diretores, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Administrativo-Financeiro, um Diretor Operacional e um Diretor de Produtos, e os demais sem designação específica, todos residentes no País, acionistas ou não. A Diretoria operará em conformidade com a legislação aplicável e com este Estatuto Social. **Parágrafo Primeiro** - Os Diretores deverão atender aos requisitos estabelecidos na legislação e regulamentação do Sistema Financeiro Nacional para o exercício de cargos de administração de instituições financeiras, bem como prestar as informações e declarações exigidas nos prazos e condições previstos na legislação e regulamentação em vigor. **Parágrafo Segundo** – Atendidos aos requisitos estabelecidos na legislação e regulamentação do Sistema Financeiro Nacional para o exercício de cargos, e atendido os número mínimo de diretores, poderão os diretores ocupar de forma cumulativa mais de um cargo de Diretoria.”* 5.3. **(iii)** A alteração do parágrafo primeiro do Artigo 32 do Estatuto Social, a fim de fixar o prazo de mandato do Ouvidor em meses. 5.3.1. Considerando a deliberação aprovada, o Parágrafo Primeiro do Artigo 32º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação: ***“Parágrafo Primeiro** - O Ouvidor e o Diretor responsável pela Ouvidoria terão mandatos de 24 (vinte e quatro) meses, cada, sempre coincidentes com o mandato dos demais Diretores, com direito a reeleição. O primeiro mandato do Ouvidor e do Diretor responsável pela Ouvidoria poderá ter prazo inferior ao aqui estabelecido, para coincidir com o mandato dos demais Diretores.”* **6. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente Assembleia da qual se lavrou a presente Ata que, lida e deliberada conforme os itens acima, foi por todos assinada: **a) Presidente:** Marcio Garcia de Souza**; b) Secretário:** Flávio Borges Fortes**; c) Acionistas:** (i) **FINCAPITAL PARTICIPAÇÕES S.A.** por seus diretores **(a)** Marcio Garcia de Souza e **(b)** Flávio Borges Fortes; (ii) **FINVEST FINANÇAS E INVESTIMENTO S.A.,** por seus diretores **(a)** Aline Pereira Stumpf Gomes e **(b)** Marcelo de Andrade; e (iii) Marcio Garcia de Souza. A presente é cópia fiel da ata lavrada nos livros da Companhia. Assinatura na próxima página. São Paulo, 01 de abril de 2024. **Mesa: Marcio Garcia de Souza -** Presidente, **Flávio Borges Fortes -** Secretário. **Sócios: FINCAPITAL PARTICIPAÇÕES S.A -** Por seus diretores Marcio Garcia de Souza e Flávio Borges Fortes, **FINVEST FINANÇAS E INVESTIMENTO S.A. -** Por seus diretores Aline Pereira Stumpf Gomes e Marcelo de Andrade, **MARCIO GARCIA DE SOUZA.** JUCESP nº 259.845/24-3 em 03.07.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Ambipar Participações e Empreendimentos S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 12.648.266/0001-24 - NIRE 35.300.384.466 | Código CVM 2496-1

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária a ser Realizada em 12 de Agosto de 2024

O Conselho de Administração da **Ambipar Participações e Empreendimentos S.A.** (“Companhia”) convoca os acionistas da Companhia para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”), a ser realizada de modo exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“RCVM 81”), em primeira convocação, **no dia 12 de agosto de 2024, às 11h,** para deliberarem a respeito da seguinte ordem do dia: (i) proposta de aumento do percentual máximo de ações abrangidas pela Política de Outorga de Ações da Companhia aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08 de abril de 2020, com o consequente ajuste dos itens 6.1 e 10.2 da referida política, bem como de ajuste à redação dos itens 4.2 (c), 5.6 e 7.1 da Política de Outorga para esclarecer a liquidação em dinheiro das opções e a recompra das ações em caso de desligamento dos beneficiários; e (ii) alteração do Artigo 17 do Estatuto Social da Companhia a fim de incluir novo item (y) delegando ao Conselho de Administração a competência para não apenas autorizar a aquisição de ações de emissão da Companhia, para permanência em tesouraria e posterior alienação, mas também para seu cancelamento, observadas as disposições legais aplicáveis. A AGE será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ocorrer via plataforma Microsoft Teams (“Plataforma Digital”). A Companhia informa aos acionistas que desejarem participar da AGE que as instruções detalhadas para acesso à Plataforma Digital, nos termos da RCVM nº 81, constam da Proposta da Administração e Manual para Participação dos Acionistas na AGE (“Proposta”), que podem ser acessados nos endereços eletrônicos da Companhia (http://ri.ambipar.com), da CVM (http://www.cvm.gov.br) e da B3 (http://www.b3.com.br). Sem prejuízo do disposto acima, os acionistas interessados em participar da AGE por meio da Plataforma Digital deverão enviar e-mail para o endereço ri@ambipar.com, com até 2 (dois) dias de antecedência da data de realização da AGE, **ou seja, até 10 de agosto de 2024**, manifestando seu interesse em participar da AGE e solicitando o link de acesso à Plataforma Digital, observando as demais instruções contidas na Proposta (“Solicitação de Acesso”). A Solicitação de Acesso deverá (i) conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal ou procurador que comparecerá à AGE, incluindo os respectivos nomes completos e CPF e/ou CNPJ, conforme o caso, bem como o telefone e endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para a participação da AGE, conforme abaixo: **Pessoa Física:** (a) identificação válida com foto (cópia original ou certificada) do acionista, podendo ser apresentados os seguintes documentos: (i) Carteira de Identidade (RG); (ii) Carteira de Identidade de Estrangeiro (RNE); (iii) Passaporte; (iv) Cartão de Associação Profissional aceito como identificação para fins legais (por exemplo, OAB, CRM, CRC, CREA); ou (v) Carteira de Motorista (CNH); (b) comprovante de propriedade de ações de emissão da Ambipar, emitido pela instituição financeira depositária ou custodiante com, no máximo, 10 (dez) dias de antecedência da data de realização da AGE; (c) indicação de e-mail para recebimento de convite individual para acesso à Plataforma Digital e consequente participação na AGE; e (d) instrumento de mandato devidamente regularizado na forma da lei e conforme as instruções previstas abaixo, se for o caso. **Pessoa Jurídica:** (a) identificação válida com foto do representante legal (cópia original ou certificada), podendo ser enviados os seguintes documentos: (i) Carteira de Identidade (RG) ou Carteira de Identidade de Estrangeiro (RNE); (ii) Passaporte; (iii) Cartão de Associação Profissional aceito como identificação para fins legais (por exemplo, OAB, CRM, CRC, CREA); ou (iv) Carteira de Motorista (CNH); (b) último estatuto social ou contrato social consolidado do acionista, e os documentos societários que comprovem a sua representação legal, devidamente registrados perante a autoridade competente; (c) comprovante de propriedade de ações de emissão da Ambipar, emitido pela instituição financeira depositária ou custodiante com, no máximo, 10 (dez) dias de antecedência da data de realização da AGE; (d) indicação de e-mail para recebimento de convite individual para acesso à Plataforma Digital e consequente participação na AGE; e (e) instrumento de mandato devidamente regularizado na forma da lei e conforme as instruções previstas abaixo, se for o caso. **Fundos de Investimento:** (a) identificação válida com foto do representante legal (cópia original ou certificada), podendo ser enviados os seguintes documentos: (i) Carteira de Identidade (RG) ou Carteira de Identidade de Estrangeiro (RNE); (ii) Passaporte; (iii) Cartão de Associação Profissional aceito como identificação para fins legais (por exemplo, OAB, CRM, CRC, CREA); ou (iv) Carteira de Motorista (CNH); (b) último regulamento consolidado do fundo, com comprovante de seu depósito no site da Comissão de Valores Mobiliários; (c) último estatuto social ou contrato social consolidado do administrador ou gestor do fundo, conforme o caso, observada a política de voto do fundo, e os documentos societários que comprovem a sua representação legal, devidamente registrados perante a autoridade competente; (d) comprovante de propriedade de ações de emissão da Ambipar, emitido pela instituição financeira depositária ou custodiante com, no máximo, 10 (dez) dias de antecedência da data de realização da AGE; (e) indicação de e-mail para recebimento de convite individual para acesso à Plataforma Digital e consequente participação na AGE; e (f) instrumento de mandato devidamente regularizado na forma da lei e conforme as instruções previstas abaixo, se for o caso. Nos casos de participação na AGE por meio de procuração, deverão ser apresentadas na Solicitação de Acesso: (i) cópia da procuração autenticada, quando não for apresentada com assinatura digital (com certificado digital, conforme acima indicado), a qual deverá ter sido outorgada há menos de 1 (um) ano; (ii) cópia do documento de identificação do procurador com foto; e, em caso de acionista pessoa jurídica ou fundo de investimento, (iii) cópia da documentação societária que comprove os poderes do(s) representante(s) legal(is) que outorgaram a procuração. Os documentos dos acionistas expedidos no exterior devem conter reconhecimento das firmas dos signatários por Tabelião Público, ser apostilados ou, caso o país de emissão do documento não seja signatário da Convenção de Haia (Convenção da Apostila), legalizados em Consulado Brasileiro, traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial, e registrados no Registro de Títulos e Documentos. Excepcionalmente, os documentos em inglês e espanhol não precisam ser registrados no Registro de Títulos e Documentos, bastando a sua tradução para o português. Encontra-se à disposição dos acionistas, nos endereços eletrônicos da Companhia (https://ri.ambipar.com/), da CVM (http://www.cvm.gov.br) e da B3 (http://www.b3.com.br), toda a documentação pertinente às matérias que serão deliberadas na AGE, nos termos da RCVM nº 81. São Paulo, 18 de julho de 2024.

Carlos Augusto Leone Piani - Presidente do Conselho de Administração

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B880-D7FF-5FCF-0203.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 19/07/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B880-D7FF-5FCF-0203.

ALTA MOGIANA

USINA ALTA MOGIANA S.A. - AÇÚCAR E ÁLCOOL

CNPJ nº 53.009.825/0001-33

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de março de 2024 e 2023. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer informações que fizerem necessárias relativamente às contas apresentadas.

São Joaquim da Barra, 05 de julho de 2024

A Diretoria.

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2024	2023	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2024	2023
Circulante				**Circulante**			
Caixa e equivalentes de caixa	9	982.054	728.490	Fornecedores	18	117.950	99.085
Aplicações financeiras	9.a	7.601	22.272	Empréstimos e financiamentos	19	155.905	104.150
Contas a receber de clientes	10	224.399	183.260	Parceria agrícola a pagar	17	230.805	212.947
Estoques	11	275.075	242.006	Salários e encargos sociais		32.828	30.437
Adiantamentos a fornecedores	11	40.842	16.090	Tributos a recolher		9.937	12.531
Ativo biológico	14	206.005	279.578	Imposto de renda e contribuição social a pagar	22.b	42.512	38.976
Impostos a recuperar	13	42.500	35.052	Adiantamentos de clientes	20	3.957	1.960
Instrumentos financeiros derivativos	27	39.700	11.450	Instrumentos financeiros derivativos	27	8.023	51.634
Outros créditos		15.166	5.976	Dividendos propostos a pagar	23.d	194.467	213.499
				Outras contas a pagar		1.833	1.613
Total do ativo circulante		**1.833.342**	**1.524.174**	**Total do passivo circulante**		**798.217**	**766.832**
Não Circulante				**Não Circulante**			
Depósitos judiciais	21	6.670	6.378	Empréstimos e financiamentos	19	266.381	437.350
Adiantamentos a fornecedores	11	11.848	48.531	Parceria agrícola a pagar	17	570.552	610.390
Impostos a recuperar	13	15.894	9.751	Provisão para contingências	21	47.989	45.472
Outros investimentos		2.550	2.550	Imposto de renda e contribuição social diferidos	22.a	315.775	297.781
Outros créditos		262	247	Imposto de renda e contribuição social a pagar	22.b	128.049	48.977
		37.224	**67.457**	**Total do passivo não circulante**		**1.328.746**	**1.439.970**
				Total do passivo		**2.126.963**	**2.206.802**
Imobilizado	15	1.495.856	1.317.701	**Patrimônio líquido**			
Intangível	16	6.721	4.427	Capital social	23.a	760.000	610.000
Direito de uso	17	937.438	947.799	Ajuste de avaliação patrimonial	23.c	4.070	4.899
		2.440.015	**2.269.927**	Reservas de lucros		1.419.548	1.039.857
Total do ativo não circulante		**2.477.239**	**2.337.384**	**Total do patrimônio líquido**		**2.183.618**	**1.654.756**
Total do ativo		**4.310.581**	**3.861.558**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**4.310.581**	**3.861.558**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2024	2023
Receita líquida de vendas	24	**2.404.526**	**1.913.061**
Ajuste ao valor justo - ativo biológico	14 e 25	(61.763)	15.716
Custos dos produtos vendidos e revendidos	25	(1.330.757)	(1.156.489)
Lucro bruto		**1.012.006**	**772.288**
Despesas operacionais			
Com vendas	25	(88.840)	(37.862)
Gerais e administrativas	25	(77.683)	(64.787)
Outras receitas operacionais, líquidas	25	36.199	34.650
		(130.324)	**(67.999)**
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		**881.682**	**704.289**
Despesas financeiras	26	(388.796)	(207.096)
Receitas financeiras	26	464.260	257.554
Variações cambiais, líquidas	26	8.842	(40.996)
Resultado financeiro	26	**84.306**	**9.462**
Lucro antes dos impostos		**965.988**	**713.751**
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	22.a	(298.164)	(229.817)
Diferido	22.a	(17.994)	(6.045)
Lucro líquido do exercício		**649.830**	**477.889**
Lucro líquido básico e diluído por ação			
(Expresso em R$ por ação)	28	**42,24**	**31,06**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	**649.830**	**477.889**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**649.830**	**477.889**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		**649.830**	**477.889**
Ajustes para conciliar o lucro do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	15, 16 e 25	196.557	157.857
Resultado de alienação ou baixa de bens	25 e 31.a	(9.082)	(7.131)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22.a	17.994	6.045
Despesa com imposto de renda e contribuição social	22.a	298.164	229.817
Resultado não realizado com instrumentos financeiros		(42.151)	126.386
Juros, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos e financiamentos	31.b	20.868	74.305
Juros e multas de provisão para contingências	21 e 26	2.517	2.567
Reversão de provisão para contingências e juros / multas	21	-	(666)
Ajuste ao valor justo - ativo biológico	14 e 25	61.763	(15.716)
Juros e variações monetárias sobre outros ativos a receber		(15)	(15)
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosas	10	(74)	(77)
Diminuição do ativo biológico devido a colheita de cana-de-açúcar	14	244.630	198.898
Depreciação do direito de uso	17	224.210	212.093
Ajuste a valor presente	17 e 26	10.020	7.301
		1.675.231	**1.467.553**
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) ou redução dos ativos			
Contas a receber de clientes		(41.065)	(10.078)
Estoques		(33.069)	4.332
Adiantamentos a fornecedores		312	3.224
Impostos a recuperar - circulante e não circulante		(13.591)	(2.014)
Instrumentos financeiros derivativos		(28.207)	(32.663)
Depósitos judiciais		(292)	422
Outros ativos a receber - circulante e não circulante		(9.190)	(1.324)
Aumento ou (redução) dos passivos			
Fornecedores		18.865	28.598
Salários e encargos sociais		2.391	3.931
Tributos a recolher		(2.594)	420
Imposto de renda e contribuição social a pagar		(87.758)	(32.141)
Adiantamentos de clientes		1.997	(5.471)
Instrumentos financeiros derivativos		(1.503)	(70.945)
Outros passivos a pagar - circulante e não circulante		220	320
		1.481.747	**1.354.164**
Imposto de renda e contribuição social pagos		(127.798)	(129.540)
Amortização de juros de empréstimos e financiamentos	31.b	(29.605)	(31.908)
Caixa líquido decorrente das atividades operacionais		**1.324.344**	**1.192.716**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Recebimento pela venda de ativos	31.a	15.225	13.128
Aplicações financeiras		14.671	(14.009)
Aplicação de recursos em ativo biológico	14	(232.820)	(246.614)
Aplicação de recursos em imobilizado	15	(379.256)	(315.630)
Aplicação de recursos em intangível	16	(3.893)	(2.631)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		**(586.073)**	**(565.756)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Captação de empréstimos e financiamentos	31.b	-	5.000
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	31.b	(110.477)	(194.187)
Dividendos pagos	12.e	(140.000)	(100.000)
Amortização de parcerias agrícolas	17	(234.230)	(219.394)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		**(484.707)**	**(508.581)**
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa, líquido		**253.564**	**118.379**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**728.490**	**610.111**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**982.054**	**728.490**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial – Custo atribuído de ativos	Reservas de lucros – Reserva legal	Reservas de lucros – Lucros retidos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de março de 2022		**480.000**	**5.888**	**96.144**	**765.854**	**-**	**1.347.886**
Reversão de dividendos propostos	23.d	-	-	-	92.480	-	92.480
Distribuição de dividendos complementares	23.d	-	-	-	(150.000)	-	(150.000)
Aumento de capital com reservas	23.a	130.000	-	-	(130.000)	-	-
Realização do custo atribuído		-	(989)	-	989	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	477.889	477.889
Destinações:							
Constituição de reserva legal	23.b	-	-	23.894	-	(23.894)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	23.d	-	-	-	-	(113.499)	(113.499)
Constituição de reservas de lucros	23.e	-	-	-	340.496	(340.496)	-
Saldos em 31 de março de 2023		**610.000**	**4.899**	**120.038**	**919.819**	**-**	**1.654.756**
Reversão de dividendos propostos	23.d	-	-	-	113.499	-	113.499
Distribuição de dividendos complementares	23.d	-	-	-	(80.000)	-	(80.000)
Aumento de capital com reservas	23.a	150.000	-	-	(150.000)	-	-
Realização do custo atribuído		-	(829)	-	829	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	649.830	649.830
Destinações:							
Constituição de reserva legal	23.b	-	-	31.962	-	(31.962)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	23.d	-	-	-	-	(154.467)	(154.467)
Constituição de reservas de lucros	23.e	-	-	-	463.401	(463.401)	-
Saldos em 31 de março de 2024		**760.000**	**4.070**	**152.000**	**1.267.548**	**-**	**2.183.618**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional A Usina Alta Mogiana S.A. - Açúcar e Álcool ("Companhia"), sediada em São Joaquim da Barra/SP, tem como atividade preponderante a fabricação e o comércio de açúcar e etanol. Também atua na cogeração e comercialização de energia elétrica. No exercício findo em 31/03/2024, aproximadamente 70% da cana-de-açúcar processada pela Companhia foram cultivados em terras de terceiros, mediante exploração de parceria agrícola, e o restante é adquirido junto a produtores agrícolas. A Companhia tem capacidade de produzir e processar aproximadamente 7,5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por safra. O plantio de cana-de-açúcar requer um período de 12, 18 meses e 2 verões para maturação e o período de colheita inicia-se geralmente entre os meses de abril e maio de cada ano e termina, em geral, entre os meses de novembro e dezembro, período em que também ocorre a produção de açúcar e etanol. A comercialização da produção ocorre durante todo o ano e não sofre variações decorrentes de sazonalidade, somente de oferta e demanda normais de mercado. Em função de seu ciclo de produção, o exercício social da Companhia tem início em 1º/04 e termina em 31/03 de cada ano. **2. Base de preparação das demonstrações financeiras Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelos administradores da Companhia em 05/07/2024. Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentados na nota explicativa nº 6. **3. Base de mensuração** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de ativos imobilizados quando permitido pelas práticas contábeis e legislação brasileira, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado e do valor justo dos ativos biológicos. **4. Moeda funcional e moeda de apresentação** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real ("R$"), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **5. Uso de estimativas e julgamentos** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Julgamentos** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota explicativa nº 17** – Passivo de parceria agrícola e direito de uso. A Companhia não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento e parcerias agrícolas. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento e da parceria no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento e parceria, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Adicionalmente a Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogações. A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser em função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento/parceria, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo. **Nota explicativa nº 21** - Provisão para contingências: A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, ambientais e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. **Nota explicativa nº 27** - Instrumentos financeiros. A Companhia adota o CPC 48 Instrumentos Financeiros (exceto os itens relacionados a contabilidade de *hedge*), onde classifica seus ativos financeiros em: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. O cálculo de *impairment* dos instrumentos financeiros é realizado utilizando o conceito híbrido de "perdas de crédito esperadas e incorridas". Referidas provisões serão mensuradas em: (i) perdas de crédito esperadas para 12 meses, (ii) perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro e (iii) perdas de créditos incorridas pela incapacidade de realização dos pagamentos contratuais do instrumento financeiro. **b. Incertezas sobre premissas e estimativas** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31/03/2025 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota explicativa nº 14** - Ativo biológico; Representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados. A Companhia avalia seu ativo biológico ao valor justo, conforme orientações do CPC 29. Essa avaliação considera a melhor estimativa da Companhia na determinação das premissas utilizadas para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa da cana-de-açúcar na data das demonstrações financeiras. Essas premissas dizem respeito, substancialmente, a: (i) produtividade estimada desses canaviais, (ii) quantidade de açúcar total recuperável (ATR) por tonelada de cana-de-açúcar, (iii) preços futuros estimados do ATR, (iv) custos necessários para manutenção do canavial (tratos culturais), custo da terra utilizada (aluguel ou parceria) e custos correspondentes ao corte, carregamento e transporte dessa cana-de-açúcar. **Nota explicativa nº 17** – Direito de uso, Parceria agrícola a pagar e Arrendamento agrícola a pagar; Taxa de desconto e Nota explicativa nº 22 - Imposto de renda e contribuição social. A Companhia mantém certas discussões administrativas e judiciais com as autoridades fiscais no Brasil, relacionadas a certas posições fiscais adotadas na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido (IRPJ/CSLL), cuja análise atual de prognóstico, com base em avaliação interna e externa dos assessores jurídicos, é de que elas serão provavelmente aceitas em decisões de tribunais superiores de última instância. Contudo, a determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pela Companhia, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários. **c. Mensuração do valor justo** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e os passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabelece uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. **Nível 1**: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. **Nível 2**: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou o passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **Nível 3**: *inputs*, para o ativo ou o passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 27 - Instrumentos financeiros. ***Contas a receber de clientes*** O valor justo de contas a receber e outros recebíveis, que é determinado para fins de divulgação, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. ***Imobilizado*** O valor justo dos itens do ativo imobilizado, para fins de custo atribuído, foi baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos por meio de preços de mercado cotados na data de transição para ativos semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. ***Instrumentos financeiros derivativos*** O valor justo de contratos de câmbio a termo é baseado no preço de mercado listado, se disponível. O valor justo dos instrumentos derivativos de proteção de moeda e juros consiste em apurar o valor futuro com base nas condições contratadas e determinar o valor presente com base em curvas de mercado, extraídas da base de dados da BM&F e *NYBOT*. Caso um preço de mercado listado não esteja disponível, o valor justo é estimado descontando da diferença entre o preço a termo contratual e o preço a termo corrente para o período de vencimento residual do contrato usando uma taxa de juros livre de riscos (baseada em títulos públicos) - vide nota explicativa nº 27 - Instrumentos financeiros. ***Passivos financeiros não derivativos*** Os passivos financeiros não derivativos são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e, para fins de divulgação, a cada data de apresentação. O valor justo é calculado com base no valor presente do principal e dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras, considerando os fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado. Quanto aos componentes passivos dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. ***Outros passivos financeiros não derivativos*** O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. **6. Políticas contábeis materiais Mudanças nas políticas contábeis materiais** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. Além disso, a Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º/04/2023. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações sobre políticas contábeis divulgadas. *Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação* A Companhia adotou o imposto diferido relacionado a ativos e passivos que surgem de uma única transação (alterações ao CPC 32 a partir de 1º/01/2023). As alterações restringem o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias – por exemplo, arrendamentos e passivos para desativação e restauração. Para arrendamentos e passivos de desmontagem e remoção, uma entidade deve reconhecer os ativos e passivos fiscais diferidos associados desde o início do exercício comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como reserva de lucros, prejuízos acumulados ou em outros componentes do patrimônio líquido nessa data. Para todas as outras transações, a Companhia aplica as alterações às transações que ocorrem em ou após o início do exercício mais antigo apresentado. Em 31/03/2024, em sua avaliação a Companhia não identificou possíveis impactos relacionados da adoção dessa norma. *Imposto mínimo complementar global* A Companhia analisou a Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo do Pilar Dois (alterações ao CPC 32) quando da sua publicação. As alterações fornecem uma exceção obrigatória temporária da contabilização de impostos diferidos para o imposto adicional, que entra em vigor imediatamente, e exigem novas divulgações sobre a exposição ao Pilar Dois. No entanto, como nenhuma nova legislação para implementar o imposto adicional foi promulgada ou substancialmente promulgada em 31 de março de 2024 em qualquer jurisdição em que a Companhia operou e nenhum imposto diferido relacionado foi reconhecido nessa data, a aplicação retrospectiva não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. *Informação de políticas contábeis materiais* A Companhia também adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º/01/2023 (no caso da Companhia em 1º/04/2023). Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as Empresas a fornecerem informações úteis sobre políticas contábeis específicas da Companhia que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas nesta nota explicativa Políticas contábeis materiais (2023: Principais políticas contábeis) em determinados casos, de acordo com as alterações. **a. Moeda estrangeira** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações, exceto pelos ativos e pelos passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação, que são convertidas para moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros efetivos e pagamentos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são geralmente reconhecidas no resultado. **b. Capital social** As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto social, são reconhecidos como passivo. **c. Imobilizado *(i) Reconhecimento e mensuração*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, acrescido das reavaliações registradas em 1999 e 2006, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável acumulado, quando necessária. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando estes estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos não sofrem depreciação. Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias, e classificados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas operacionais, líquidas, no resultado. ***(ii) Custos subsequentes*** Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. A Companhia realiza anualmente manutenções em sua unidade industrial, aproximadamente no período de dezembro a março. Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra, materiais, serviços externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Tais custos são reconhecidos no resultado como despesa. ***(iii) Depreciação*** A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear durante o período da safra, no caso dos ativos utilizados neste período, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. As taxas utilizadas estão apresentadas na nota explicativa nº 15. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **d. Intangível** Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, substancialmente formados por direitos de uso de *software*, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. **e. Ativos arrendados *(leasing)*** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2). A luz da referida norma contábil, o impacto mais significativo identificado foi que a Companhia reconheceu novos ativos e passivos para os seus arrendamentos, anteriormente reconhecidos como operacionais, relacionados aos arrendamentos e parcerias agrícolas. Os contratos de arrendamento e parcerias agrícolas firmados pela Companhia (terras agriculturáveis) junto a terceiros, preveem, em sua maioria, o pagamento de um valor, em uma determinada data, indexados a produção de cana-de-açúcar. As oscilações dos preços são reconhecidas nas rubricas de Direito de uso dos ativos e Passivos de arrendamento e parceria agrícola a pagar. ***(i) Como arrendatário*** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia alocou a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. A Companhia reconheceu um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento e parceria a pagar na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento ou parceria agrícola efetuados até a da data de início. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pela efetiva colheita desde a data de início até o final do prazo do arrendamento. O passivo de arrendamento e parceria agrícola é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento e parceria agrícola que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento/parceria agrícola ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. A Companhia determina sua taxa incremental com base nas taxas de juros observáveis no mercado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento são realizados de acordo com a variação do preço do Consecana-SP. *Arrendamentos de ativos de baixo valor* A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de tecnologia da informação. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **f. Ativo biológico** O ativo biológico (cana-de-açúcar em pé) é reconhecido ao valor justo menos as despesas estimadas no ponto de venda, considerando a maturidade da cana-de-açúcar de doze e de dezoito meses. A metodologia adotada pela Companhia para satisfazer essa exigência de cálculo é o fluxo de caixa descontado, cujo resultado do cálculo é apresentado na nota explicativa nº 14. A avaliação do ativo biológico é feita anualmente pela Companhia, sendo o ganho ou perda na variação do valor justo menos despesas de venda, reconhecido no resultado do exercício em que ocorrem. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A cana-de-açúcar em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apuradas na data do corte. **g. Estoques e adiantamentos a fornecedores** Mensurados pelo custo das compras, líquido dos impostos compensáveis, quando aplicável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O custo dos estoques de produtos acabados contempla valores incorridos na aquisição e nos gastos gerais de fabricação e ajustados ao valor líquido realizável, se aplicável, que corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para a conclusão e custos necessários para realizar a venda. Quando aplicável, é constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização e obsolescência dos estoques. Os adiantamentos são para fornecedores de cana e são demonstrados ao custo. A realização se dá de acordo com a expectativa de colheita onde é segregado entre curto e longo prazo. **h. Instrumentos financeiros *(i) Ativos financeiros*** A partir de 1°/05/2019, os ativos financeiros são classificados como (a) mensurados ao custo amortizado e (b) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A mensuração dos ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: *a. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado* Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são: (1) para receber o fluxo de caixa contratual e não para a venda com realização de lucros e perdas; e (2) cujos termos contratuais originam, em datas específicas, fluxos de caixa de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Em 31/03/2024 e 2023, os ativos financeiros classificados nessa categoria referem-se à caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber de clientes e depósitos judiciais, sendo os principais critérios adotados descritos abaixo: **Caixa e equivalentes de caixa:** incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor e contas garantidas, quando aplicável; **Aplicações financeiras vinculadas:** referem-se a investimentos vinculados a contratos de instrumentos financeiros derivativos com restrição de liquidez; **Contas a receber de clientes:** correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos no decurso normal das atividades da Companhia e são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da perda de crédito esperada para contas a receber, quando aplicável. A perda de crédito esperada para contas a receber é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber, sendo calculada pela diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. As contas a receber no mercado externo são ajustadas pela variação cambial apurada na data de fechamento do balanço; e **Depósitos judiciais:** são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante, exceto se há intenção da administração e um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos com o respectivo passivo registrado no passivo não circulante, na rubrica provisão para contingências. Nesse caso, são apresentados líquidos no balanço patrimonial. *b. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado* Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e são contabilizados pelo valor justo. Os custos da transação são debitados ao resultado. Exceto por instrumentos financeiros derivativos, em 31/03/2024 e 2023, a Companhia não possui ativos financeiros incluídos nessa categoria. ***(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros*** A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos ("um evento de perda") e que tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. ***(iii) Passivos financeiros*** Passivos financeiros são classificados como (a) mensurados ao valor justo por meio do resultado ou (b) mensurados ao custo amortizado. A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: *a. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado* Incluem os passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Exceto por instrumentos financeiros derivativos, em 31/03/2024 e 2023, a Companhia não possui passivos financeiros incluídos nessa categoria. *b. Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado* Após reconhecimento inicial, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os passivos financeiros da Companhia incluídos nessa categoria são: fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar. ***(iv) Instrumentos financeiros – Apresentação líquida*** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***(v) Instrumentos financeiros derivativos*** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos é reconhecido imediatamente no resultado, como receitas ou despesas financeiras. Os valores justos dos instrumentos derivativos usados para fins de *hedge* estão divulgados na nota explicativa nº 27. ***(vi) Valor justo dos instrumentos financeiros*** O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. ***(vii) Ativos não financeiros*** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. A administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 31/03/2024 e 2023. As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **i. Benefícios a empregados *(i) Benefícios de curto prazo a empregados*** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **j. Provisões** Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício apresentado, considerando os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidá-la, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados serem recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. A provisão para contingências, especificamente, refere-se a questões fiscais e está registrada de acordo com a avaliação de risco (perdas prováveis) efetuada pela administração da Companhia e por seus consultores jurídicos, inclusive quanto à sua classificação no longo prazo. **k. Demais passivos - Circulantes e não circulantes** Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. **l. Outros ativos circulantes e não circulantes** Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, ajustes a valor presente, rendimentos, variações cambiais e monetárias auferidas e provisões para perdas na realização desses ativos que são constituídas com base na análise das expectativas de sua efetiva realização. **m. Reconhecimento da receita** A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de venda de produtos é reconhecida quando (i) já houve a transferência ao comprador do controle relacionado à propriedade do produto; (ii) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (iii) os benefícios econômicos associados à transação fluirão à Companhia; e (iv) os custos incorridos ou a incorrer podem ser mensurados com confiabilidade. Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as obrigações de desempenho são cumpridas. ***(i) Açúcar e etanol*** As receitas são reconhecidas quando a Companhia efetua a entrega desses produtos para os clientes, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos, e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado ou retirados pelo cliente; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. Essas vendas são, substancialmente, realizadas mediante o recebimento antecipado, ou ainda com prazo de pagamento inferior a 90 dias. ***(ii) Energia elétrica*** A receita é reconhecida com base na quantidade de energia elétrica (em megawatts) disponibilizada para a concessionária de energia elétrica, apurada ao final de cada mês. **n. Receita financeira e despesa financeira** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida. **o. Imposto de renda e contribuição social** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados, respectivamente, com base nas alíquotas de 15% (acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda) e, 9% sobre o lucro tributável, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro tributável anual. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **p. Lucro líquido básico e diluído por ação** O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuível aos detentores de capital próprio da Companhia pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício. **7. Novas normas e interpretações ainda não efetivas** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º/01/2024 (no caso da Companhia em 1°/04/2024). As seguintes normas alteradas e interpretações serão avaliadas pela Companhia e não deverão ter impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. (a) *Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26)* As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º/01/2024 (no caso da Companhia em 1°/04/2024). A Companhia possui empréstimos que estão sujeitos a covenants específicos. Embora ambos os passivos estejam classificados como não circulantes em 31/03/2024, uma futura quebra dos covenants específicos, pode exigir que a Companhia liquide os passivos antes das datas de vencimento contratuais. A Companhia não possui contratos sujeitos a *covenants* financeiros. (b) *Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40)* As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º/01/2024 (no caso da Companhia em 1°/04/2024). A Companhia não possui transações de Risco Sacado em 31/03/2024. (c) *Reforma tributária* Em 20/12/2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132 ("EC nº 132"), que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias, contados a partir da promulgação da EC nº 132. O modelo da Reforma está baseado no Imposto sobre Valor Agregado repartido ("IVA dual") em suas competências, uma Federal (Contribuição sobre Bens e Serviços ("CBS")) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços ("IBS")), que substituirá as tributações por meio do Programa de Integridade Social ("PIS"), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), Impostos sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços ("ICMS") e Imposto Sobre Serviços ("ISS"). Foi criado também um Imposto Seletivo ("IS"), de competência Federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos das LC. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários, antigo e novo, coexistirão. Dessa forma, os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras do exercício findo em de 31/03/2024. (d) *Outras normas* Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06). • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02). **8. Determinação do valor justo** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. **Caixa e equivalentes de caixa** compreendem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos; **O ativo biológico** (cana-de-açúcar em pé) e os respectivos produtos agrícolas devem ser reconhecidos ao valor justo menos as despesas estimadas no ponto de venda. A metodologia adotada pela Companhia, para satisfazer essa exigência de cálculo no ativo biológico correspondente a cana-de-açúcar em pé, foi de acordo com método de fluxo de caixa futuro descontado; **Contas a receber e outros recebíveis, fornecedores e outras contas** decorrentes diretamente das operações da Companhia: os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos; **Empréstimos e financiamentos** estão classificados como outros passivos financeiros e estão contabilizados pelos seus custos amortizados. O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos; e **Instrumentos financeiros derivativos:** o valor justo de contratos de câmbio a termo é baseado no preço de mercado listado, caso disponível. Caso um preço de mercado listado não esteja disponível, o valor justo é estimado descontando da diferença entre o preço a termo contratual e o preço a termo corrente para o período de vencimento residual do contrato usando uma taxa de juros livre de riscos (baseada em títulos públicos). O valor justo de contratos de *swaps* de taxas de juros é baseado nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto a razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da entidade e contraparte quando apropriado. **9. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras**

	2024	2023
Caixa e bancos	26.545	66.539
Numerário em trânsito (moeda estrangeira)	89.762	2.967
Aplicações financeiras	865.747	658.984
	982.054	**728.490**

O saldo em bancos compreende, também, valores em moeda estrangeira mantidos em conta corrente junto a corretoras no exterior, no montante de US$ 5.264 (US$ 13.045 em 31/03/2023). Numerário em trânsito (moeda estrangeira) refere-se a recursos disponíveis em dólares norte-americanos que, em 31/03/2024, totalizavam US$ 17.966 (US$ 584 em 31/03/2023), provenientes de operações de pré-pagamento de exportações e câmbio pronto, cujas liberações ocorrerão mediante solicitação da administração da Companhia no fechamento de câmbio dessas operações/contratos. Os valores em moeda estrangeira (dólares norte-americanos) são sensibilizados e avaliados conforme demonstrado na nota explicativa nº 27. As aplicações financeiras são resgatáveis sem qualquer carência e são representadas substancialmente por Certificados de Depósito Bancário - CDB, remunerados às taxas de 100% a 105,5% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (98% a 110 % em 31/03/2023). **a. Aplicações financeiras vinculadas** Aplicações financeiras mantidas em garantia às operações de instrumentos financeiros derivativos em 31/03/2024, totalizavam R$ 7.601 (R$ 22.272 em 31/03/2023), remunerados às taxas de 101% a 103,5% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (98% a 102% em 31/03/2023).

10. Contas a receber de clientes	2024	2023
Por venda de produtos:		
Mercado externo	55.687	1.182
Mercado interno	168.949	182.389
Perdas por redução ao valor recuperável	(237)	(311)
	224.399	**183.260**

O saldo de contas a receber, em 31 de março, está distribuído conforme segue:

	2024	2023
Vencidos:		
Até 30 dias	442	441
De 31 a 60 dias	-	1
Acima de 90 dias	1.681	880
Total vencido	**2.123**	**1.322**
Total a vencer	**222.513**	**182.249**
	224.636	**183.571**

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes são divulgadas na nota explicativa nº 27. As contas a receber de clientes são classificadas como recebíveis demonstrados ao custo amortizado. A perda de crédito esperada para contas a receber foi constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos, em montante, considerado pela administração suficiente para a cobertura de eventuais perdas. Essa classificação leva em consideração, entre outras, o histórico de inadimplência, análise periódica da operação, a conjuntura e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, quando aplicável. A despesa com constituição da perda de crédito esperada para contas a receber foi registrada na rubrica "Despesas com vendas" na demonstração do resultado do exercício. A movimentação da perda por redução ao valor recuperável para contas a receber é como segue:

	2024	2023
Saldo inicial	(311)	(388)
Reversão	74	77
Saldo final	**(237)**	**(311)**

11. Estoques e adiantamentos a fornecedores	2024	2023
Produtos acabados:		
Açúcar	109.518	65.111
Etanol	38.899	17.492
Materiais em almoxarifados	90.591	96.873
Estoque em poder de terceiros (insumos agrícolas)	35.297	61.368
Outros	770	1.162
	275.075	**242.006**
Adiantamento a fornecedores		
Adiantamentos (matéria prima cana-de-açúcar)	52.690	64.621
Circulante	**40.842**	**16.090**
Não circulante	**11.848**	**48.531**

A realização dos adiantamentos de fornecedores de cana serão conforme segue:

Prazo	Valor
De 1º/04/2024 a 31/03/2025	40.842
De 1º/04/2025 a 31/03/2026	3.048
De 1º/04/2026 a 31/03/2027	3.137
De 1º/04/2027 a 31/03/2028	2.781
A partir de 1º/04/2028	2.882
	52.690

12. Partes relacionadas a. Controladora A controladora da Companhia é a Cia. Agrícola e Pecuária Lincoln Junqueira que detém 85,00% de suas ações, que por sua vez é controlada pela JLV Participações S.A., que detém 57,03% de suas ações em 31/03/2024 e 2023. **b. Principais saldos e transações que afetam o balanço** Foram registrados de acordo com o CPC 06 (R2) o direito de uso e o passivo de parceria da Companhia, referente aos contratos de parceria mantidos com partes relacionadas Alta Mogiana Agro S.A. nos exercícios findo em 31/03/2024 no montante de R$ 91.664 (R$ 89.785 em 31/03/2023) vide nota explicativa nº 17. **c. Principais saldos e transações que afetam o resultado** As operações mantidas com partes relacionadas nos exercícios findos em 31/03/2024 e 2023 resumem-se à compra de cana-de-açúcar e a venda de vapor industrial. No exercício findo em 31/03/2024, as referidas compras de cana-de açúcar foram de R$ 23.682 (R$ 26.287 em 31/03/2023), e as vendas de vapor industrial foram de R$ 12.260 (R$ 10.413 em 31/03/2023), sendo essas compras e vendas pagas e recebidas durante o exercício. **d. Operações com pessoal chave** A remuneração dos principais administradores, que compreendem empregados

Continua...

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B880-D7FF-5FCF-0203.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 19/07/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B880-D7FF-5FCF-0203.

Continuação...

USINA ALTA MOGIANA S.A. - AÇÚCAR E ÁLCOOL - CNPJ nº 53.009.825/0001-33

com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle da Companhia, inclui benefícios de curto prazo, cujo montante é reconhecido contabilmente como despesa e, no exercício findo em 31/03/2024, foi de R$ 6.328 (R$ 5.270 em 31/03/2023). A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em participações societárias. **e. Remuneração aos acionistas** A Companhia possui uma Política de Remuneração aos Acionistas (Dividendos) pela qual fica assegurado de acordo com o estatuto social, um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal correspondente a 5% do lucro líquido do exercício. Em 31/03/2024 os dividendos propostos foram de R$ 154.467 (R$ 113.499 em 31/03/2023). Em 20/07/2023, através da 29ª Assembleia Geral Ordinária de Acionistas ("AGO"), foi aprovado na referida AGO, a reversão e incorporação dos dividendos propostos do exercício anterior no montante de R$ 113.499, para a conta de Lucros Retidos. Em 09/01/2024, mediante 30ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas ("AGE"), foi proposto e aprovado o pagamento de dividendos complementares no montante de R$ 80.000, com utilização de parte do saldo da conta de "Lucros retidos", dos quais, R$ 40.000 foram pagos nesse exercício e o restante será pago no exercício seguinte. (R$ 100.000 em 31/03/2023, pagos no exercício seguinte). **13. Impostos a recuperar**

	2024	2023
Imposto de Renda - antecipações	14.675	11.404
Contribuição Social - antecipações	8.363	6.578
	23.038	**17.982**
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - (ICMS)	25.479	16.935
Pis / Cofins a recuperar	6.152	6.304
Imposto sobre Produtos Industrializados - (IPI)	433	455
Imposto de Renda Retido na Fonte - (IRRF)	3.292	3.127
	35.356	**26.821**
Total de impostos a recuperar	**58.394**	**44.803**
Circulante	**42.500**	**35.052**
Não circulante	**15.894**	**9.751**

Os créditos de ICMS são oriundos da aquisição de imobilizado. A parcela deste imposto a ser compensada no próximo exercício está classificada no curto prazo. Todos os impostos são considerados realizáveis, pela administração, no curso normal das operações da Companhia. **14. Ativo biológico** O ativo biológico da Companhia está representado pela cana-de-açúcar destinada a produção de açúcar e etanol. O canavial em formação encontra-se localizado na região norte do Estado de São Paulo. Na determinação do valor justo do ativo biológico, as projeções estão baseadas em um único cenário prospectivo, com produtividade e áreas de plantio (cana-de-açúcar) em uma área de 52.677 hectares em 31/03/2024 (48.430 hectares em 31/03/2023). **Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo** O valor justo das lavouras de cana-de-açúcar foi determinado utilizando-se uma metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando as seguintes principais premissas: **Entradas de caixa** obtidas pela multiplicação da expectativa da produtividade da cana-de-açúcar, medida em toneladas e nível de concentração de açúcar - ATR, pelo preço de mercado da cana-de-açúcar, o qual é estimado com base em dados divulgados pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo- CONSECANA; **Saídas de caixa** representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais); (ii) custos com corte, carregamento e transporte (CCT); (iii) custos de capital (custo da parceria agrícola e de máquinas e equipamentos); e (iv) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo; e **Taxa de desconto** utilizada no cálculo do fluxo de caixa descontado de 8,59% (6,10% em 31/03/2023), líquida de impostos. As variações no valor justo das lavouras de cana-de-açúcar (cana em pé) são registradas na rubrica "Ativo biológico" no ativo circulante e tem como contrapartida o resultado do exercício. O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da administração na data das demonstrações financeiras e são revisados anualmente e, se necessário, ajustados. O preço líquido médio de venda foi projetado com base na cotação do preço do futuro de açúcar ajustado para o mercado local para refletir o preço da cana no ponto de corte. O custo padrão médio estimado contempla gastos com os tratos culturais, corte, carregamento e transporte (CCT), bem como o custo dos ativos que contribuem, tais como terras próprias considerando o mesmo preço utilizado nas terras de parceiros. Foram também considerados os efeitos tributários com base nas alíquotas vigentes. O saldo do ativo biológico consumível da Companhia é composto pelo preço estimado de mercado das lavouras de cana-de-açúcar (cana em pé) menos os custos necessários para colocação dos ativos em condição de uso ou venda. O diferencial entre eles é reconhecido para que o saldo do ativo biológico como um todo seja registrado a valor justo. A movimentação do ativo biológico encontra-se descrita a seguir:

Em 31 de março de 2022	**214.146**
Em 31 de março de 2022	
Saldo a custo	190.449
Saldo do ajuste a valor justo	23.697
Saldo contábil líquido	**214.146**
Adições - tratos culturais	246.614
(-) Amortização dos tratos culturais	(196.898)
(-) Amortização valor justo	(22.323)
(+) Ajuste a valor justo	38.039
Em 31 de março de 2023	**279.578**
Em 31 de março de 2023	
Saldo a custo	240.165
Saldo do ajuste a valor justo	39.413
Saldo contábil líquido	**279.578**
Adições - tratos culturais	232.820
(-) Amortização dos tratos culturais	(244.630)
(-) Amortização valor justo	(36.211)
(-) Ajuste a valor justo	(25.552)
Em 31 de março de 2024	**206.005**
Em 31 de março de 2024	
Saldo a custo	228.355
Saldo do ajuste a valor justo	(22.350)
Saldo contábil líquido	**206.005**

A estimativa do valor justo poderia aumentar (diminuir) se: O preço estimado do ATR fosse maior (menor); A produtividade (toneladas por hectare e quantidade de ATR) prevista fosse maior (menor); e A taxa de desconto fosse menor (maior). **Análise de sensibilidade do valor justo** A Companhia avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31/03/2024, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis: (i) preço da tonelada de cana-de açúcar e (ii) volume de produção de cana-de-açúcar. As demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana resultaria em um aumento ou redução de R$ 24.713. Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 5%, resultaria em um aumento ou redução de R$ 26.047. As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas às variações decorrentes das mudanças climáticas, pragas, doenças e incêndios florestais e outras forças naturais. Historicamente as condições climáticas podem causar volatilidade no setor sucroenergético e, consequentemente, nos resultados operacionais da Companhia, por influenciarem as safras aumentando ou reduzindo as colheitas. A Companhia está exposta a uma série de riscos relacionados às suas plantações: ***Riscos regulatórios e ambientais*** A Companhia está sujeita às leis e regulamentos pertinentes as atividades em que opera. A Companhia estabeleceu políticas ambientais e procedimentos que visam o cumprimento das leis ambientais. A administração realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes são suficientes para gerir esses riscos. ***Riscos de oferta e demanda*** A Companhia está exposta aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de açúcar e etanol produzidos a partir da cana-de-açúcar. Quando possível, a Companhia faz a gestão desses riscos, alinhando o seu volume de produção para o abastecimento do mercado e da procura. A administração realiza análises de tendência regular do setor para garantir que as estratégias operacionais estão em linha com o mercado e assegurar que os volumes projetados de produção são coerentes com a demanda esperada. ***Riscos climáticos e outros*** As atividades operacionais de cultivo de cana-de--açúcar estão expostas ao risco de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios florestais e outras forças naturais. A Companhia tem processos extensivos com recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares de situação da lavoura de cana-de-açúcar. A produção de açúcar depende do volume e teor de sacarose contida na cana-de-açúcar cultivada ou adquirida de agricultores. O rendimento da safra e o teor de sacarose da matéria-prima cana-de-açúcar dependem principalmente de condições climáticas favoráveis a essa cultura, tais como índice de chuvas e de temperatura, que podem variar. Historicamente as condições climáticas têm causado volatilidade na produção e comercialização de açúcar e etanol, e, por conseguinte nos resultados operacionais, por prejudicarem as safras ou reduzirem os volumes das colheitas. Enchentes, secas e geadas podem afetar negativamente a produção, a oferta e o preço das commodities agrícolas vendidas e utilizadas no processo de produção. Condições climáticas futuras poderão alterar as quantidades e os rendimentos agrícolas que a Companhia irá obter e que foi utilizada em suas premissas para a avaliação do seu ativo biológico. **15. Imobilizado**

Custo	Terras	Edifícios e dependências	Máquinas, equipamentos e instalações industriais	Lavouras de cana-de-açúcar	Veículos e equipamentos	Máquinas e implementos agrícolas	Móveis, utensílios e equipamentos de informática	Total
Em 31 de março de 2022	**10.115**	**211.180**	**724.666**	**751.017**	**159.235**	**155.180**	**27.033**	**2.038.426**
Aquisições	-	15.033	37.671	188.226	31.057	35.987	7.656	315.630
Baixas	-	(80)	(1.634)	-	(11.567)	(10.890)	(2.571)	(26.742)
Transferência	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de março de 2023	**10.115**	**226.133**	**760.703**	**939.243**	**178.725**	**180.277**	**32.118**	**2.327.314**
Aquisições	-	47.072	130.692	111.408	31.747	54.382	3.955	379.256
Baixas	-	(425)	(1.166)	(86.795)	(13.609)	(13.037)	(1.240)	(116.272)
Transferência	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de março de 2024	**10.115**	**272.780**	**890.229**	**963.856**	**196.863**	**221.622**	**34.833**	**2.590.298**

Depreciação	Terras	Edifícios e dependências	Máquinas, equipamentos e instalações industriais	Lavouras de cana-de-açúcar	Veículos e equipamentos	Máquinas e implementos agrícolas	Móveis, utensílios e equipamentos de informática	Total
Em 31 de março de 2022	-	**(70.977)**	**(392.443)**	**(235.683)**	**(97.577)**	**(58.214)**	**(18.596)**	**(873.490)**
Adição	-	(6.829)	(37.783)	(82.175)	(11.823)	(15.604)	(2.654)	(156.868)
Baixas	-	47	1.346	-	10.384	6.473	2.495	20.745
Em 31 de março de 2023	-	**(77.759)**	**(428.880)**	**(317.858)**	**(99.016)**	**(67.345)**	**(18.755)**	**(1.009.613)**
Adição	-	(8.001)	(46.373)	(105.185)	(14.080)	(17.910)	(3.452)	(195.001)
Baixas	-	204	1.024	86.795	12.781	8.225	1.143	110.172
Em 31 de março de 2024	-	**(85.556)**	**(474.229)**	**(336.248)**	**(100.315)**	**(77.030)**	**(21.064)**	**(1.094.442)**
Saldo líquido em 31 de março de 2023	**10.115**	**148.374**	**331.823**	**621.385**	**79.709**	**112.932**	**13.363**	**1.317.701**
Saldo líquido em 31 de março de 2024	**10.115**	**187.224**	**416.000**	**627.608**	**96.548**	**144.592**	**13.769**	**1.495.856**
Taxas médias anuais de depreciação		**3,66%**	**7,53%**	**14,50%**	**10,51%**	**10,15%**	**10,00 a 20,00%**	

a. Reavaliações Proveniente de reavaliações espontâneas registradas em 30/12/1999 e 30/04/2006, deduzidas das subsequentes depreciações e baixas de bens. A depreciação e o valor residual de bens reavaliados baixados, debitados ao resultado do exercício findo em 31/03/2024, totalizaram R$ 1.139 (R$ 1.380 em 31/03/2023). A reserva de reavaliação constituída, líquida dos efeitos fiscais aplicáveis, está sendo realizada a crédito de resultados acumulados, em função da depreciação ou baixa dos respectivos ativos que lhe deram origem. O saldo do imposto de renda e contribuição social diferido sobre referidas reavaliações, em 31/03/2024 é de R$ 5.695 (R$ 6.122 em 31/03/2023) e está classificado no passivo não circulante, na rubrica "Imposto de renda e contribuição social diferidos". **b. Provisão para redução no valor recuperável** Durante os exercícios encerrados em 31/03/2024 e de 2023, a Companhia não identificou indicadores de que seus ativos possam estar registrados por um valor maior que o seu valor recuperável, uma vez que a projeção de geração futura de caixa é suficiente para cobertura dos mesmos. **c. Garantia** Para alguns empréstimos e financiamentos, em 31/03/2024, aproximadamente R$ 52.066 de bens do ativo imobilizado (R$ 75.463 em 31/03/2023) encontravam-se gravados em garantia e são representados em sua grande maioria por máquinas e equipamentos. **d. Lavouras de cana-de-açúcar** Refere-se aos custos de plantio. As baixas de custo histórico e depreciação acumulada das lavouras de cana-de-açúcar referem-se aos canaviais totalmente depreciados.

16. Intangível

Custo	Softwares	Marcas e patentes	Total
Em 31 de março de 2022	**9.348**	**33**	**9.381**
Aquisições	2.631	-	2.631
Baixas	(221)	-	(221)
Transferência	-	-	-
Em 31 de março de 2023	**11.758**	**33**	**11.791**
Aquisições	3.893	-	3.893
Baixas	(58)	-	(58)
Transferência	-	-	-
Em 31 de março de 2024	**15.593**	**33**	**15.626**
Amortização	**Softwares**	**Marcas e patentes**	**Total**
Em 31 de março de 2022	**(6.596)**	-	**(6.596)**
Adições	(989)	-	(989)
Baixas	221	-	221
Em 31 de março de 2023	**(7.364)**	-	**(7.364)**
Adições	(1.556)	-	(1.556)
Baixas	15	-	15
Em 31 de março de 2024	**(8.905)**	-	**(8.905)**
Saldo líquido em 31 de março de 2023	**4.394**	**33**	**4.427**
Saldo líquido em 31 de março de 2024	**6.688**	**33**	**6.721**
Taxa média anual de depreciação	**20,00%**		

17. Direito de uso e parceria agrícola a pagar A movimentação do direito de uso durante o exercício atual foi o seguinte:

Direito de uso	Parceria agrícola	Ajuste a valor presente	Adiantamentos efetuados	Total
Em 31 de março de 2022	**1.000.091**	**(216.699)**	**123.063**	**906.455**
Novos contratos/renovação contratual	297.418	(105.476)	-	191.942
Remensuração anual	10.257	49.839	-	60.096
Compensação de adiantamentos	-	-	(123.063)	(123.063)
Adiantamentos efetuados	-	-	124.462	124.462
Depreciação	(219.394)	7.301	-	(212.093)
Em 31 de março de 2023	**1.088.372**	**(265.035)**	**124.462**	**947.799**
Novos contratos/renovação contratual	148.683	(43.376)	-	105.307
Remensuração anual	33.034	63.889	-	96.923
Compensação de adiantamentos	-	-	(124.462)	(124.462)
Adiantamentos efetuados	-	-	136.081	136.081
Depreciação	(234.230)	10.020	-	(224.210)
Em 31 de março de 2024	**1.035.859**	**(234.502)**	**136.081**	**937.438**
Vida útil (anos)	1 a 20			

A movimentação de parceria agrícola a pagar durante o exercício atual foi a seguinte:

Parceria agrícola a pagar	Saldo dos compromissos	Ajuste a valor presente	Adiantamentos efetuados	Total
Em 31 de março de 2022	**1.000.091**	**(216.699)**	-	**783.392**
Novos contratos/renovação contratual	297.418	(105.476)	-	191.942
Remensuração anual	10.257	49.839	-	60.096
Apropriação encargos financeiros	-	7.301	-	7.301
Adiantamentos efetuados	-	-	124.462	124.462
Reclassificação adiantamentos efetuados	-	-	(124.462)	(124.462)
Pagamentos efetuados	(219.394)	-	-	(219.394)
Em 31 de março de 2023	**1.088.372**	**(265.035)**	-	**823.337**
Novos contratos/renovação contratual	148.683	(43.376)	-	105.307
Remensuração anual	33.034	63.889	-	96.923
Apropriação encargos financeiros	-	10.020	-	10.020
Adiantamentos efetuados	-	-	136.081	136.081
Reclassificação adiantamentos efetuados	-	-	(136.081)	(136.081)
Pagamentos efetuados	(234.230)	-	-	(234.230)
Em 31 de março de 2024	**1.035.859**	**(234.502)**	-	**801.357**
Passivo circulante				**230.805**
Passivo não circulante				**570.552**
				801.357

Composição do saldo de longo prazo por exercício:

De 1º/04/2025 a 31/03/2026	182.331
De 1º/04/2026 a 31/03/2027	137.354
De 1º/04/2027 a 31/03/2028	98.566
De 1º/04/2028 a 31/03/2029	71.595
De 1º/04/2029 a 31/03/2030	45.036
De 1º/04/2030 a 31/03/2031	16.434
De 1º/04/2031 a 31/03/2032	9.617
De 1º/04/2032 a 31/03/2033	5.995
A partir de 1º/04/2033	3.624
	570.552

A Companhia chegou às suas taxas incrementais nominais, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado, para os prazos de seus contratos ajustadas a sua realidade econômica. A Companhia, em plena conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pela norma. No saldo de parceria agrícola a pagar demonstrado no quadro anterior, está considerado em 31/03/2024, o valor de R$ 91.664 referente a contratos com a parte relacionada Alta Mogiana Agro S/A (R$ 89.785 em 31/03/2023) vide nota explicativa nº 12b. **18. Fornecedores**

	2024	2023
Fornecedores de materiais, insumos, bens e serviços	85.565	81.177
Fornecedores de cana-de-açúcar	32.385	17.908
	117.950	**99.085**

A exposição da Companhia a riscos de moeda e liquidez relacionados a fornecedores é divulgada na nota explicativa nº 27. **19. Empréstimos e financiamentos**

Modalidade	Encargos financeiros	Vencimento final	2024	2023
Capital fixo				
Em moeda nacional:				
BNDES:				
Moderfrota / PSI / PCA (a)	Juros médios ponderados de 4,09% ao ano (juros médios ponderados em 2023 de 4,95% ao ano)	jul/29	9.289	17.389
Programa ABC (b)	Juros médios ponderados de 6,28% ao ano (juros médios ponderados em 2023 de 6,25% ao ano)	jul/29	14.784	17.721
Capital de giro				
Em moeda estrangeira:				
Adiantamentos de contrato de exportação	Variação do dólar norte-americano e juros médios ponderados de 5,47% ao ano (juros médios ponderados em 2023 de 5,53% ao ano)	out/26	367.010	464.433
Em moeda nacional:				
Cédula de Produto Rural Financeira	Variação de 100% do CDI e juros médios ponderados de 0,90% ao ano (juros médios ponderados em 2023 de 0,90% ao ano)	nov/26	31.203	41.957
			422.286	**541.500**
Passivo circulante			**155.905**	**104.150**
Passivo não circulante			**266.381**	**437.350**
Total em moeda nacional			**55.276**	**77.067**
Total em moeda estrangeira			**367.010**	**464.433**

(a) **Moderfrota-** financiamento destinado à aquisição isolada ou associada a investimento, de tratores e colheitadeiras agrícolas; **PSI -** financiamento destinado à estimular a produção, aquisição e exportação de bens de capital e a inovação; e **PCA -** financiamento destinado a apoiar investimentos necessários à ampliação da capacidade de armazenagem por meio da construção e ampliação de armazéns; (b) **Programa ABC** - financiamento destinado à investimentos que contribuam para a redução de impactos ambientais causados por atividades agropecuárias. Os financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária dos próprios bens financiados, em montantes de acordo com o valor de mercado destes bens, notas promissórias, títulos federais e avais de diretores e acionistas. Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição de vencimento por exercício social:

	2024	2023
A partir de abril de 2024	-	167.098
2025	129.888	131.824
2026	129.387	131.323
A partir de abril de 2027 até julho de 2029	7.106	7.105
	266.381	**437.350**

20. Adiantamentos de clientes Os adiantamentos de clientes correspondem a recebimentos antecipados para futuro fornecimento de etanol e de açúcar, sobre os quais não incidem encargos financeiros. **21. Provisão para contingências** A administração, baseada em pareceres de seus consultores jurídicos, está questionando a legalidade de determinados tributos, bem como apresentou defesa administrativa e judicial relativa a diversos autos de infração e reclamações trabalhistas e cíveis. Quando aplicável esses tributos estão atualizados com base em índices oficiais. Tais processos são registrados e estão classificados no passivo não circulante (exigível a longo prazo), tendo em vista a expectativa de desfecho dos mesmos e estão assim demonstrados:

	2024	2023
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (a)	43.383	41.147
(-) Depósito judicial - ICMS	(2.795)	(2.795)
Contrib. para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (b)	10.395	10.512
(-) Depósito judicial - COFINS	(2.994)	(3.392)
Programa de Integração Social - PIS (b)	-	61
(-) Depósito judicial - PIS	-	(61)
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (c)	1.083	1.083
(-) Depósito judicial - INSS	(1.083)	(1.083)
	47.989	**45.472**

As provisões para contingência acima, têm as seguintes principais naturezas: (a) ICMS referente, substancialmente, à provisão de autos de infração relativos a compensações de créditos sobre aquisições de partes e peças de bens destinados ao ativo imobilizado. A Companhia entende que há o direito constitucional de utilizar-se dos referidos créditos. No exercício findo em 31/03/2023, a Companhia registrou três autos de infração de ICMS, no valor de R$ 13.813. (b) COFINS e PIS referentes, substancialmente, a autos de infração relativos a contribuições não recolhidas no período de janeiro de 1997 a dezembro de 2002, sobre receitas de venda de etanol carburante, em função de determinação da Constituição Federal, que estabelece que nenhum outro imposto poderá incidir sobre operações relativas a combustíveis e minerais do país, parcialmente garantidos por depósito judicial no montante de R$ 2.994 (R$ 3.453 em 31/03/2023). A provisão compreende também os efeitos da majoração da alíquota da COFINS e da inclusão das outras receitas na base de cálculo da COFINS e do PIS, devido à inconstitucionalidade da EC nº 20/98 e da Lei 9.718/98. (c) INSS refere-se substancialmente, a autos de infração e imposição de multa relacionados a Contribuição Previdenciária, rubricas Rat/Sat; Rural e Terceiros, incidentes sobre as exportações diretas e indiretas efetuadas em 2008 e 2009. (d) Valores de reclamações trabalhistas, relacionados a reclamações de ex-funcionários da Companhia. (e) Depósitos judiciais - A Companhia ainda mantém registrado no ativo não circulante, em 31/03/2024 o montante de R$ 6.670 referente a depósitos judiciais, para os quais não foram contabilizadas provisões para contingências, uma vez que o risco de perda foi classificado como possível, de acordo com a avaliação de seus assessores jurídicos (R$ 6.378 em 31/03/2023). (f) Contingências classificadas como possível - A Companhia possui processos de natureza cível, trabalhista e tributária avaliados pela administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, como de possível perda. Essas contingências, classificadas como de possível perda, foram estimadas como segue:

	2024	2023
Cível	6.055	6.061
Trabalhista	8.008	7.072
Tributária		
Contrib. para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	12.685	12.818
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	6.313	4.961
Outros	2.408	1.895
	35.469	**32.807**

As provisões para contingências constituídas pela Companhia foram avaliadas pela administração como suficientes para cobrir as perdas prováveis esperadas quando da conclusão das correspondentes contingências. A movimentação das provisões para contingência é como segue:

Em 31 de março de 2022	**43.571**
Adições de contingências	-
Movimentação dos depósitos judiciais	812
Juros e multas	2.567
Reversão / Pagamentos	(1.478)
Em 31 de março de 2023	**45.472**
Adições de contingências	-
Movimentação dos depósitos judiciais	459
Juros e multas	2.517
Reversão / Pagamentos	(459)
Em 31 de março de 2024	**47.989**

22. Imposto de renda e contribuição social a) Composição dos tributos diferidos

Créditos tributários:	2024 (12 meses)	Movimentação no resultado do exercício	2023 (12 meses)	Movimentação no resultado do exercício	2022 (11 meses)
Imposto de renda sobre:					
Prejuízos fiscais	-	-	-	(443)	443
Operações com perdas na BM&F	-	(7.159)	7.159	7.159	-
Variação cambial passiva	38.131	4.691	33.440	30.115	3.325
Ativo biológico	6.388	6.388	-	-	-
Adições temporárias (provisões não dedutíveis)	5.549	(59)	5.608	(107)	5.715
	50.068	**3.861**	**46.207**	**36.724**	**9.483**
Contribuição social sobre:					
Base de cálculo negativa acumulada	-	-	-	(159)	159
Operações com perdas na BM&F	-	(2.577)	2.577	2.577	-
Variação cambial passiva	13.727	1.688	12.039	10.842	1.197
Ativo biológico	2.300	2.300	-	-	-
Adições temporárias (provisões não dedutíveis)	989	(8)	997	(7)	1.004
	17.016	**1.403**	**15.613**	**13.253**	**2.360**
Total dos créditos tributários	**67.084**	**5.264**	**61.820**	**49.977**	**11.843**
Débitos tributários:					
Imposto de renda sobre:					
Ajuste de avaliação patrimonial	4.187	(314)	4.501	(375)	4.876
Operações com ganhos na BM&F	9.304	9.304	-	(14.294)	14.294
Depreciação acelerada incentivada	218.647	13.224	205.423	35.603	169.820
Variação cambial ativa	48.576	3.941	44.635	16.329	28.306
Ativo biológico	800	(9.053)	9.853	3.929	5.924
	281.514	**17.102**	**264.412**	**41.192**	**223.220**
Contribuição social sobre:					
Ajuste de avaliação patrimonial	1.507	(114)	1.621	(135)	1.756
Operações com ganhos na BM&F	3.350	3.350	-	(5.145)	5.145
Depreciação acelerada incentivada	78.713	4.761	73.952	12.817	61.135
Variação cambial ativa	17.487	1.418	16.069	5.879	10.190
Ativo biológico	288	(3.259)	3.547	1.414	2.133
	101.345	**6.156**	**95.189**	**14.830**	**80.359**
Total dos débitos tributários	**382.859**	**23.258**	**359.601**	**56.022**	**303.579**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**315.775**	**17.994**	**297.781**	**6.045**	**291.736**

Expectativa de realização Os créditos e os débitos sobre adições e exclusões temporárias e prejuízos fiscais serão realizados quando tais adições e exclusões forem realizadas. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social com o resultado da aplicação direta da alíquota dos respectivos tributos sobre o resultado societário:

	2024 Imposto de renda	2024 Contribuição social	2023 Imposto de renda	2023 Contribuição social
Lucro antes dos tributos	965.988	965.988	713.751	713.751
Alíquota	25%	9%	25%	9%
	(241.497)	**(86.939)**	**(178.438)**	**(64.238)**
Tributos sobre adições/exclusões permanentes	10.500	1.778	5.664	1.150
Tributos no resultado do exercício representado por	(230.997)	(85.161)	(172.774)	(63.088)
Alíquota efetiva	**24%**	**9%**	**24%**	**9%**
Efeito corrente	**(217.756)**	**(80.408)**	**(168.306)**	**(61.511)**
Efeito diferido	**(13.241)**	**(4.753)**	**(4.468)**	**(1.577)**

b) Composição dos saldos de tributos a pagar Circulante: Em 31/03/2024, o saldo de Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar monta em R$ 42.512 e refere-se a provisão dos valores apurados através dos balancetes de suspensão ou redução. Desse montante, R$ 23.038 foi recolhido em forma de antecipação por estimativa e está registrado no ativo circulante conforme demonstrado na nota explicativa nº 13 (R$ 38.976 em 31/03/2023). **Não Circulante:** Em 31/03/2024, o saldo de Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar monta em R$ 128.049 e refere-se a tributos "suspensos" relativos aos exercícios de 2021; 2022 e 2023, em função de liminar concedida através de mandado de segurança impetrado, a qual, concede segurança à Companhia para aproveitamento de benefícios fiscais de ICMS na base de cálculo dos referidos tributos (R$ 48.977 em 31/03/2023). Em 29/12/2023, foi publicada a Lei n°14.789/2023 com vigência a partir de 2024, que alterou o tratamento tributário dos benefícios fiscais de ICMS para fins de IRPJ/CSLL e PIS/COFINS, trazendo um novo mecanismo para aproveitamento de créditos. A Companhia está avaliando os procedimentos e impactos para o próximo ano. **23. Patrimônio líquido a. Capital social** Em 31/03/2024 e 2023, o capital social está dividido em 15.384.424 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 19/03/2024, mediante 31ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas ("AGE"), foi aprovado o aumento no capital da Companhia em R$ 150.000, sem emissão de novas ações, com utilização de parte do saldo da conta de "Lucros retidos", passando o capital social a ser de R$ 760.000. **b. Reserva legal** A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social realizado. **c. Ajuste de avaliação patrimonial** Refere-se a reavaliação própria (nota explicativa nº 15 (a)), líquida dos efeitos tributários, e é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados e o montante apurado da realização é transferido para lucros acumulados. **d. Dividendos** Em 20/07/2023, através da 29ª Assembleia Geral Ordinária de Acionistas ("AGO"), foi aprovado na referida AGO, a reversão e incorporação dos dividendos propostos do exercício anterior no montante de R$ 113.499, para a conta de Lucros Retidos. Em 09/01/2024, mediante 30ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas ("AGE"), foi proposto e aprovado o pagamento de dividendos complementares no montante de R$ 80.000, com utilização de parte do saldo da conta de "Lucros retidos", dos quais, R$ 40.000 foram pagos nesse exercício e o restante será pago no exercício seguinte. De acordo com o estatuto social, aos titulares das ações serão atribuídos, em cada exercício, dividendos de 25% do lucro líquido, após a apropriação da reserva legal, correspondente a 5% do lucro líquido do exercício, os quais são calculados como segue:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	**649.830**	**477.889**
Base para cálculo das destinações:	649.830	477.889
Constituição de reserva legal	(31.962)	(23.894)
Base elegível a distribuição de dividendos	**617.868**	**453.995**
Dividendos - 25%		
(mínimo obrigatório de acordo com Estatuto Social)	**(154.467)**	**(113.499)**

No exercício findo em 31/03/2024, a Companhia apresentou lucro líquido de R$ 649.830, constituindo base para o registro da Reserva Legal e, por conseguinte os Dividendos mínimos obrigatórios. **e. Reservas de lucros** Constituída com os lucros remanescentes, após as destinações legais e estatutárias, ficando a disposição da assembleia para futuras destinações. Nos termos do art. 199 da Lei nº 6404/76, a Companhia possui excesso de reservas sobre o capital, o que será tema de deliberação na próxima Assembleia Geral. **24. Receita líquida de vendas** A receita líquida de vendas é demonstrada a seguir:

Receita de vendas:	2024	2023
Açúcar mercado externo	975.321	318.440
Açúcar mercado interno	1.042.923	1.065.258
Etanol mercado externo	29.762	90.960
Etanol mercado interno	447.829	509.077
Energia elétrica	38.699	55.303
Outros	36.117	50.242
Receita bruta	**2.570.651**	**2.089.280**
Impostos	(163.388)	(172.150)
Devoluções de vendas	(2.737)	(4.069)
Receita líquida	**2.404.526**	**1.913.061**

25. Despesas por natureza A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	2024	2023
Matéria prima e insumos	(910.406)	(833.968)
Salários, encargos e benefícios	(232.990)	(171.008)
Depreciação e amortização	(196.557)	(157.857)
Despesas com prestadores de serviços	(137.242)	(79.341)
Ajustes ao valor justo do ativo biológico	(61.763)	15.716
Outras receitas, líquidas	16.114	17.686
	(1.522.844)	**(1.208.772)**
	2024	**2023**
Classificadas como:		
Custo dos produtos vendidos e revendidos	(1.330.757)	(1.156.489)
Ajuste do valor justo - ativo biológico	(61.763)	15.716
Com vendas	(88.840)	(37.862)
Gerais e administrativas	(77.683)	(64.787)
Outras receitas operacionais, líquidas	36.199	34.650
	(1.522.844)	**(1.208.772)**

A composição de "Outras receitas operacionais, líquidas" é demonstrada a seguir:

	2024	2023
Reversão de provisão para contingências	-	666
Resultado de alienação ou baixa de bens	9.082	7.131
Créditos reintegra (Lei nº 13.043/2014)	810	211
Crédito outorgado de ICMS (a)	-	11.296
Receitas de créditos de descabornização (Cbios) (b)	30.301	18.103
Outros créditos, líquidos	5.178	3.981
	45.371	**41.388**
Despesas tributárias	(9.172)	(6.738)
	36.199	**34.650**

a. Refere-se a auxílio financeiro a título de crédito outorgado do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) aos produtores ou distribuidores de etanol hidratado, de acordo com o inciso V do caput e no § 5º, ambos do art. 5º da Emenda Constitucional nº 123, de 14/07/2022 e Convênio ICMS 116, de 27/07/2022. **b.** Receita de créditos de descarbonização (Cbios).

26. Resultado financeiro	2024	2023
Receitas financeiras:		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	89.077	76.745
Ganhos em operações com derivativos (nota explicativa nº 27.1.c)	369.989	174.567
Outras receitas financeiras	5.194	6.242
Total das receitas financeiras	**464.260**	**257.554**
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros sobre financiamentos	(29.946)	(33.493)
Encargos financeiros sobre outros passivos	(2.517)	(2.567)
Perdas em operações com derivativos (nota explicativa nº 27.1.c)	(344.652)	(162.425)
Outras despesas financeiras	(1.661)	(1.310)
AVP - parceria agrícola - CPC 06	(10.020)	(7.301)
Total das despesas financeiras	**(388.796)**	**(207.096)**
Variações cambiais:		
Variação cambial ativa	75.029	115.004
Variação cambial passiva	(66.187)	(156.000)
Variações cambiais, líquidas	**8.842**	**(40.996)**
Resultado financeiro	**84.306**	**9.462**

27. Instrumentos financeiros 27.1 Considerações gerais sobre gerenciamento de riscos A Companhia realiza normalmente operações com instrumentos financeiros e utiliza os derivativos com o objetivo de minimizar os riscos resultantes das flutuações dos preços de mercado de seus produtos (açúcar, etanol e soja) e reduzir os riscos de desvalorização do real frente ao dólar norte-americano. A contratação de instrumentos financeiros derivativos está relacionada com operações de mercado futuro de moeda (dólar norte-americano) e de *commodities* (açúcar, etanol e soja) e contratos de opções de compra e venda de açúcar, etanol, soja, petróleo e moeda (dólar norte--americano). Adicionalmente, são utilizados instrumentos de *swap* visando complementar tal estratégia. A gestão dos instrumentos financeiros derivativos é efetuada através de políticas de controle e estratégias operacionais. As políticas de controle consistem na comparação das taxas e atualizações contratadas pela Companhia com aquelas vigentes no mercado. Conforme tais políticas, instrumentos financeiros derivativos podem ser contratados com a finalidade de negociação, de proteção de ativos ou passivos financeiros denominados em moeda estrangeira ou para precificar e proteger as operações de exportação de açúcar da Companhia contra riscos de variação cambial e de flutuação do preço do açúcar no mercado internacional. ***a. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, outros ativos circulantes*** Os valores contabilizados aproximam-se dos valores de realização. As aplicações financeiras são representadas substancialmente por CDBs indexados ao CDI, com alta liquidez e são firmados com instituições financeiras que atendem aos critérios de avaliação de riscos da Companhia. ***b. Empréstimos e financiamentos e contas a pagar*** Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pela taxa cambial e pelas taxas de juros conforme nota explicativa nº 19 e representam o valor de realização em 31/03/2024. Os valores contabilizados como contas a pagar aproximam-se aos de realização. ***c. Derivativos*** A determinação do valor justo ("*fair value*") dos instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia é efetuada com base em metodologia padrão no mercado e com base em informações obtidas junto às corretoras e são classificados como "mantidos para negociação" e registrados no ativo circulante quando seu valor justo é positivo e no passivo circulante quando seu valor justo é negativo. As variações do valor justo são registradas no resultado do período. Os saldos de ativo e passivo relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em 31/03/2024 e 2023, são como segue:

	2024	2023
Posição ativa:		
Resultado potencial com derivativos - MTM(i)	33.142	10.358
Saldo a receber (ii)	6.558	1.092
	39.700	**11.450**
Posição passiva:		
Saldo a pagar (iii)	**8.023**	**51.634**

(i) Resultado potencial com derivativos - MTM: refere-se ao efeito acumulado positivo do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos pendentes de liquidação no montante de R$ 33.142, relacionados substancialmente a operações de futuro e de opções de açúcar e opções de moeda (dólar) (Em 31/03/2023, R$ 10.358). (ii) Saldo a receber: refere-se a ajustes positivos pendentes de liquidação no montante de R$ 6.558, relacionados substancialmente a prêmios pagos em operações de opções de moeda (dólar) (Em 31/03/2023, R$ 1.092 relacionados substancialmente a prêmios pagos em operações de opções de moeda (dólar). (iii) Saldo a pagar: refere-se a ajustes negativos pendentes de liquidação no montante de R$ 8.023, relacionados a prêmios recebidos e MTM de operações de opções de moeda (dólar), de MTM de operações de NDF e de MTM de operações de mercado futuro e de opções de açúcar (Em 31/03/2023, R$ 51.634 relacionados substancialmente a prêmios recebidos e MTM de operações de opções de moeda (dólar), de MTM de operações de NDF e de MTM de operações de mercado futuro e de opções de *commodities)*. Os resultados das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos encerrados durante os exercícios findos em 31 de março, que afetaram as contas de resultado, são resumidos a seguir (valores positivos referem-se a receitas (ganhos) e valores negativos referem-se a despesas (perdas)):

	2024	2023
Contratos vinculados a produto:		
Contratos futuros e de opções	(12.280)	(25.772)
Comissões e corretagens	1.743	1.452
Variação cambial	8.940	7.889
	(1.597)	**(16.431)**
Contratos vinculados a moeda:		
Contratos futuros e de opções (Hedge Comercial)	26.643	25.155
Contratos de SWAP e a termo (Hedge Comercial)	291	3.418
	26.934	**28.573**
Efeito líquido	**25.337**	**12.142**
Efeito nas rubricas da demonstração de resultado:		
Resultado financeiro (nota explicativa nº 26):		
Ganhos com instrumentos derivativos	369.989	174.567
Perdas com instrumentos derivativos	(344.652)	(162.425)
Efeito líquido	**25.337**	**12.142**

Referidas transações são liquidadas nos seus vencimentos pelo valor líquido do ganho ou perda verificado, sem ocorrer trânsito de caixa do valor do principal contratado. A composição dos instrumentos financeiros derivativos, em aberto e por natureza de risco coberto, em 31 de março, é como segue:

Contratos futuros de commodities e moeda

2024

Instrumentos	Volume (Ton.)	Preço médio fixado (¢/lb)	Valor de referência (Nocional) R$	Valor Justo (Fair Value) R$	Efeito (pagar) / receber - R$
Contratos futuros - Açúcar:					
Posição comprada com vencimentos entre abril de 2024 e outubro de 2025	119.284	21,2113	278.692	292.150	13.458
Posição vendida com vencimentos entre abril de 2024 e fevereiro de 2025	198.258	22,5636	492.734	488.841	3.893
Contratos futuros - Etanol:	**(m³)**	**(R$m³)**			
Posição comprada com vencimentos entre maio de 2024 e fevereiro de 2025	10.500	2.353,0000	24.707	25.586	879
Contratos futuros - Soja:		**(US$BU)**			
Posição comprada com vencimentos para junho e outubro de 2024	972	11,3375	2.022	2.140	118
Contratos futuros - Dólar:	(US$)	(R$)			
Posição comprada com vencimento para outubro de 2024	1.000	5,9400	5.940	5.134	(806)
Posição vendida com vencimentos entre maio e outubro de 2024	14.198	5,4735	77.713	70.437	7.276
Total - registrado em instrumentos financeiros					**24.818**

2023

Instrumentos	Volume (Ton.)	Preço médio fixado (¢/lb)	Valor de referência (Nocional) R$	Valor Justo (Fair Value) R$	Efeito (pagar) / receber - R$
Contratos futuros - Açúcar:					
Posição comprada com vencimentos entre abril de 2023 e maio de 2024	92.638	17,6022	182.637	224.442	41.805
Posição vendida com vencimentos entre abril de 2023 e setembro de 2024	271.202	20,1435	611.870	665.217	(53.347)
Contratos futuros - Dólar:	**(US$)**	**(R$)**			
Posição comprada com vencimentos entre maio de 2023 e outubro de 2024	38.801	5,1390	199.402	197.974	(1.428)
Posição vendida com vencimentos entre maio de 2023 e outubro de 2024	30.000	5,7624	172.873	166.802	6.071
Total - registrado em instrumentos financeiros					**(6.899)**

Contratos de opções de commodities e moeda

2024

Instrumentos	Volume (Ton.)	Preço médio fixado (¢/lb)	Valor de referência (Nocional) R$	Valor Justo (Fair Value) R$	Efeito (pagar) / receber - R$
Contratos de Opções - Açúcar:					
Opções de Compra (Call):					
Posição comprada com vencimentos entre abril de 2024 e março de 2025	86.821	0,1714	1.639	5.725	4.086
Posição vendida com vencimentos entre abril de 2024 e março de 2025	272.251	0,2051	6.151	12.902	(6.751)
Opções de Venda (Put):					
Posição comprada com vencimentos entre abril de 2024 e março de 2025	176.050	0,0632	1.225	4.833	(3.608)
Posição vendida com vencimentos entre abril de 2024 e fevereiro de 2025	187.480	0,3152	6.510	21.986	15.476
Contratos de Opções - Etanol					
Opções de Venda (Put):	**(m³)**	**(R$m³)**			
Posição comprada com vencimento entre maio de 2024 e fevereiro de 2025	10.500	-	-	561	(561)
Contratos de Opções - Soja:					
Opções de Compra (Call):		**(US$BU)**			
Posição comprada com vencimentos para abril e agosto de 2024	2.722	-	-	(72)	(72)
Posição vendida com vencimento para abril de 2024	1.361	-	-	(1)	(1)
Opções de Venda (Put):					
Posição comprada com vencimento para novembro de 2024	680	0,4450	55	25	30
Contratos de Opções - Petróleo:					
Opções de Venda (Put):	**(m³)**	**(R$m³)**			
Posição vendida com vencimento para maio de 2024	7.950	28,2804	224	62	(162)
Contratos de Opções - Dólar:					
Opções de Compra (Call):	**(US$)**	**(R$)**			
Posição comprada com vencimento para maio de 2024	6.000	0,0080	48	-	(48)
Posição vendida com vencimentos entre maio de 2024 e abril de 2025	31.350	0,1558	4.883	1.397	3.486
Opções de Venda (Put):					
Posição comprada com vencimento para maio de 2024	4.000	0,1310	524	-	524
Total - registrado em instrumentos financeiros					**12.399**

2023

Instrumentos	Volume (Ton.)	Preço médio fixado (¢/lb)	Valor de referência (Nocional) R$	Valor Justo (Fair Value) R$	Efeito (pagar) / receber - R$
Contratos de Opções - Açúcar:					
Opções de Compra (Call):					
Posição comprada com vencimentos entre abril de 2023 e fevereiro de 2024	23.877	-	-	6.655	6.655
Posição vendida com vencimentos entre abril de 2023 e junho de 2024	233.336	0,0885	2.314	45.920	(43.606)
Opções de Venda (Put):					
Posição comprada com vencimentos entre abril de 2023 e junho de 2024	160.739	0,0294	530	3.510	(2.980)
Posição vendida com vencimentos entre abril de 2023 e junho de 2024	172.170	0,0860	1.658	12.741	11.083
Contratos de Opções - Soja:					
Opções de Compra (Call):		**(US$BU)**			
Posição vendida com vencimento para fevereiro de 2024	6.805	-	-	912	(912)
Contratos de Opções - Dólar:					
Opções de Compra (Call):	**(US$)**	**(R$)**			
Posição vendida com vencimentos entre abril de 2023 e janeiro de 2024	54.500	0,2047	11.155	3.280	7.875
Opções de Venda (Put):					
Posição comprada com vencimentos entre junho e julho de 2023	4.000	0,1000	400	252	148
Total - registrado em instrumentos financeiros					**(21.737)**

27.2 Fatores de risco e análise de sensibilidade 27.2.1 ***Análise de sensibilidade - Risco de taxa de juros:*** A análise é feita considerando os movimentos das respectivas taxas de juros, qual seria o impacto da variação das taxas de juros no resultado em diferentes cenários. A tabela abaixo resume todas as posições da situação financeira da Companhia pela variação da taxa de juros.

Descrição	Valor de referência	Impactos em um cenário provável 10%	(10%)	Impactos em um cenário possível 25%	(25%)	Impactos em um cenário remoto 50%	(50%)
Financiamentos com taxa de juros flutuantes sem hedge	134.897	(726)	726	(1.814)	1.814	(3.628)	3.628
Aplicações financeiras com taxa de juros flutuantes sem hedge	873.348	9.388	(9.388)	23.471	(23.471)	46.942	(46.942)
Impacto no resultado operacional		**8.662**	**(8.662)**	**21.657**	**(21.657)**	**43.314**	**(43.314)**

No cenário acima, a taxa de juros foi combinada de duas maneiras de acordo com três cenários: provável, possível e remoto. Para o cenário provável, é suposta uma variação de +/- 10% da taxa de juros, com base em observações das condições de mercado atuais. Todas as outras variáveis dos montantes acima foram mantidas constantes. Segue abaixo as principais premissas da análise: Empréstimos captados com taxa de juros flutuantes, sem *hedge*; Aplicações financeiras com taxa de juros flutuantes, sem *hedge*; Índices de comparação da taxa de juros: SOFR 6 meses e CDI. **27.2.2** ***Análise de sensibilidade - Risco de variação cambial*** A análise é feita considerando os movimentos das respectivas taxas de câmbio, qual seria o impacto da variação na taxa de câmbio no resultado em diferentes cenários.

Descrição	Valor de referência	Impactos em um cenário provável 10%	(10%)	Impactos em um cenário possível 25%	(25%)	Impactos em um cenário remoto 50%	(50%)
Passivos financeiros em moeda estrangeira	357.230	(35.722)	35.722	(89.307)	89.307	(178.614)	178.614
Ativos financeiros em moeda estrangeira	230.833	23.083	(23.083)	57.708	(57.708)	115.417	(115.417)
Derivativos em moeda estrangeira (Venda)	66.700	(6.670)	6.670	(16.675)	16.675	(33.350)	33.350
Impacto no resultado operacional		**(19.309)**	**19.309**	**(48.274)**	**48.274**	**(96.547)**	**96.547**

Todos os saldos de balanço foram incluídos na análise acima. A tabela acima mostra a sensibilidade do resultado operacional da Companhia para as possíveis

Continua...

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B880-D7FF-5FCF-0203.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 19/07/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B880-D7FF-5FCF-0203.

Continuação...

USINA ALTA MOGIANA S.A. - AÇÚCAR E ÁLCOOL - CNPJ nº 53.009.825/0001-33

variações na paridade das moedas. A paridade de moeda incluída na análise é: US$/R$. Cada paridade foi combinada de duas maneiras, de acordo com três cenários, em que uma variação de +/- 10% foi considerada provável, baseada em observações do mercado em geral. Todas as demais variáveis foram mantidas constantes. Segue abaixo as principais premissas da análise: Passivos financeiros em moeda estrangeira; Ativos financeiros em moeda estrangeira; e Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos de taxa de câmbio. **27.2.3** ***Análise de sensibilidade - Risco de commodities***

Descrição	Valor de referência	Impactos em um cenário provável 10%	(10%)	Impactos em um cenário possível 25%	(25%)	Impactos em um cenário remoto 50%	(50%)
Instrumentos derivativos:							
Açúcar:							
Posição Comprada	286.841	28.684	(28.684)	71.710	(71.710)	143.421	(143.421)
Posição Vendida	500.110	(50.011)	50.011	(125.028)	125.028	(250.055)	250.055
Etanol:							
Posição Comprada	24.707	2.471	(2.471)	6.177	(6.177)	12.354	(12.354)
Petróleo:							
Posição Comprada	224	22	(22)	56	(56)	112	(112)
Soja:							
Posição Comprada	2.022	202	(202)	506	(506)	1.011	(1.011)
Posição Vendida	55	(6)	6	(14)	14	(28)	28
Impacto no resultado operacional		**(18.638)**	**18.638**	**(46.593)**	**46.593**	**(93.185)**	**93.185**

Foram incluídos na análise o valor justo dos instrumentos derivativos das commodities contratadas. A tabela acima mostra a análise de sensibilidade sobre o resultado operacional da Companhia para as possíveis variações dos preços das commodities contratadas. A análise baseia-se: Tela dos contratos de açúcar NY (*NYBOT Sugar Number* 11); Tela dos contratos de açúcar LN (*Liffe White Sugar*); Tela dos contratos de etanol (BM&F); Os contratos futuros e de opções de preços das *commodities* contratadas foram combinados de duas maneiras, de acordo com três cenários, provável, possível e remoto, em que uma variação de +/- 10% foi considerada provável, baseada em observações do mercado em geral. Todas as demais variáveis foram mantidas constantes. *Gerenciamento de risco financeiro* Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta reflete aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são endereçados pelo modelo de gestão da Companhia. Os riscos econômicos financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como preço do açúcar e etanol, taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia utiliza. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da alta administração que atua ativamente na gestão operacional da Companhia. A Companhia possui como prática gerir os riscos existentes de forma conservadora, sendo que esta prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da alta administração são: Risco de crédito; Risco de liquidez; Risco de mercado; Risco operacional; e Risco de capital. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. *Estrutura de gerenciamento de risco* **Risco de crédito** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis originados de contas a receber de clientes e adiantamentos a fornecedores. A gestão do risco de crédito da Companhia em relação a clientes, no que pertence ao negócio do açúcar e etanol é centrada no relacionamento formalizado com clientes chaves de grande porte. Para os demais negócios, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente da carteira em aberto. De forma geral, os direcionamentos dos negócios são tratados em reuniões para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Ativos financeiros	Nota	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	9	982.054	728.490
Aplicações financeiras	9.a	7.601	22.272
Contas a receber de clientes	10	224.399	183.260
Adiantamentos a fornecedores	11	52.690	64.621
Instrumentos financeiros	27	39.700	11.450
Depósitos judiciais	21	6.670	6.378
Outros créditos		15.428	6.223
		1.328.542	**1.022.694**

Os saldos apresentados em caixa e equivalentes de caixa, são pulverizados em diversas instituições financeiras (considerados bancos de primeira linha). Adicionalmente, a Companhia possui junto a maioria dessas instituições, operações de empréstimos e financiamentos. No geral a Administração entende que não há risco de crédito significativo no qual a Companhia está exposta, considerando as características das contrapartes, níveis de concentração e relevância dos valores em relação ao faturamento. **Risco de liquidez** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados. A seguir, estão as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

						2024
Ativos	**Fluxo de caixa**	**6 meses ou menos**	**6 - 12 meses**	**1 - 2 anos**	**2 - 5 anos**	**Mais que 5 anos**
Caixa e equivalentes de caixa	982.054	982.054	-	-	-	-
Aplicações financeiras	7.601	7.601	-	-	-	-
Instrumentos financeiros	39.700	39.700	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	224.399	224.399	-	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	52.690	20.421	20.421	3.048	8.800	-
Depósitos judiciais	6.670	-	-	-	6.670	-
Outros créditos	15.428	15.428	-	-	-	-
	1.328.542	**1.289.603**	**20.421**	**3.048**	**15.470**	**-**
Passivos						
Fornecedores	117.950	117.950	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	422.286	86.225	69.680	129.888	136.493	-
Dividendos Propostos	194.467	194.467	-	-	-	-
Parceria agrícola a pagar	801.357	115.403	115.402	182.331	307.515	80.706
Instrumentos financeiros	8.023	8.023	-	-	-	-
Outras contas a pagar	1.833	1.833	-	-	-	-
	1.545.916	**523.901**	**185.082**	**312.219**	**444.008**	**80.706**

						2023
Ativos	**Fluxo de caixa**	**6 meses ou menos**	**6 - 12 meses**	**1 - 2 anos**	**2 - 5 anos**	**Mais que 5 anos**
Caixa e equivalentes de caixa	728.490	728.490	-	-	-	-
Aplicações financeiras	22.272	22.272	-	-	-	-
Instrumentos financeiros	11.450	11.450	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	183.260	183.260	-	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	64.621	8.045	8.045	19.221	29.310	-
Depósitos judiciais	6.378	-	-	-	6.378	-
Outros créditos	6.223	6.223	-	-	-	-
	1.022.694	**959.740**	**8.045**	**19.221**	**35.688**	**-**
Passivos						
Fornecedores	99.085	99.085	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	541.500	56.412	47.738	167.098	266.121	4.131
Dividendos Propostos	213.499	213.499	-	-	-	-
Parceria agrícola a pagar	823.337	106.474	106.473	177.338	322.669	110.383
Instrumentos financeiros	51.634	51.634	-	-	-	-
Outras contas a pagar	1.613	1.613	-	-	-	-
	1.730.668	**528.717**	**154.211**	**344.436**	**588.790**	**114.514**

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significantemente mais cedo ou em montantes significantemente diferentes. **Risco de mercado** Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e dos demais insumos utilizados no processo de produção. ***Risco de taxas de câmbio*** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras. Para minimizar este risco a Companhia procura conciliar suas exportações em moeda estrangeira com a exposição ao risco de taxas de câmbio geradas pelos passivos em moeda estrangeira. ***Risco de taxas de juros*** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e *swaps*, bem como, operações com subsídios rurais. ***Risco de oscilação dos preços de produtos, mercadorias e insumos*** Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços. **Risco operacional** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. **Risco de estrutura de capital** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. *Instrumentos financeiros* Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme quadros abaixo:

	Nota	2024	2023
Ativos			
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	9	982.054	728.490
Aplicações financeiras	9.a	7.601	22.272
Contas a receber de clientes	10	224.399	183.260
Adiantamentos a fornecedores	11	52.690	64.621
Depósitos judiciais	21	6.670	6.378
Outros créditos		15.428	6.223
Valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos	27	39.700	11.450
Total		**1.328.542**	**1.022.694**
	Nota	**2024**	**2023**
Passivos			
Custo amortizado			
Fornecedores	18	117.950	99.085
Empréstimos e financiamentos	19	422.286	541.500
Parceria agrícola a pagar	17	801.357	823.337
Dividendos propostos	23.d	194.467	213.499
Outras contas a pagar		1.833	1.613
Valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos	27	8.023	51.634
Total		**1.545.916**	**1.730.668**

Durante o exercício não houve nenhuma reclassificação entre as categorias apresentadas no quadro acima. **Gestão de capital** O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é garantir o crescimento contínuo do negócio balizado em uma estrutura adequada de capital, tendo como política o acompanhamento dos seus índices de alavancagem financeira. Estes índices correspondem substancialmente à dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

	2024	2023
Total dos empréstimos junto à instituições financeiras (Nota explicativa nº 19)	422.286	541.500
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota explicativa nº 9)	(982.054)	(728.490)
Menos: aplicações financeiras (Nota explicativa nº 9.a)	(7.601)	(22.272)
Dívida líquida	**(567.369)**	**(209.262)**
Total do patrimônio líquido	**2.183.618**	**1.654.756**
Total do capital	**1.616.249**	**1.445.494**
Índice de alavancagem financeira - %	**(35)**	**(14)**

Valor justo versus valor contábil Para todas as operações, a administração da Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para essas operações, o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data. ***Hierarquia de valor justo*** A nota explicativa nº 5.c fornece um resumo dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos Níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo. ***Apuração do valor justo*** **Nível 1** - São classificados nesse nível, caixa e bancos, registrados pelo valor depositado nas instituições financeiras. **Nível 2** - São classificados nesse nível operações com instrumentos financeiros derivativos contratadas junto a instituições financeiras, sendo o valor justo representado pelo método de fluxo de caixa futuro da operação, descontado a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, extraídas da BMF & Bovespa. **Nível 3** - Não foi classificado nenhum instrumento financeiro nesse nível.

			2024			2023
	Nível 1	**Nível 2**	**Nível 3**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**
Ativo						
Instrumentos financeiros derivativos	-	39.700	-	-	11.450	-
Passivo						
Instrumentos financeiros derivativos	-	8.023	-	-	51.634	-

Instrumentos financeiros derivativos A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos à variação cambial e de flutuações nos preços de mercado de seus produtos. Os instrumentos financeiros derivativos são apresentados no balanço patrimonial pelo seu valor justo, em conta de ativo ou passivo, respectivamente. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados como "valor justo por meio do resultado". As variações periódicas do valor justo dos derivativos são reconhecidas como receita ou despesa financeira no mesmo período em que ocorrem. O valor justo destes derivativos é obtido por modelo de fluxos de caixa futuros, de acordo com as taxas contratuais, descontados para valor presente utilizando-se as taxas de mercado. Foram utilizadas informações e projeções para o Dólar e CDI, divulgadas pela BM&F. **28. Lucro líquido básico e diluído por ação** As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e o valor por ação e a média ponderada do valor por ação utilizados para o cálculo do lucro básico em 31/03/2024 e 2023, respectivamente.

Básico e diluído	**2024**	**2023**
Lucro líquido do exercício	649.830	477.889
Número de ações (milhares)	15.384	15.384
Lucro líquido por ação - básico e diluído - R$	**42,24**	**31,06**

Para os exercícios findos em 31/03/2024 e 2023, a Companhia não tinha potencial para diluição de ações ordinárias e, consequentemente, o lucro por ação diluído é equivalente ao lucro por ação básico, conforme demonstrado anteriormente. **29. Compromissos** Em 31/03/2024, a Companhia possui contratos com parceiros e fornecedores de cana-de-açúcar, com a finalidade de garantir parte de sua produção futura, no montante aproximado de 11.686 mil toneladas de cana-de-açúcar (11.337 mil em 31/03/2023), sendo 2.852 mil toneladas de cana-de-açúcar na próxima safra, 8.834 mil toneladas de cana-de-açúcar para as safras seguintes, que serão valorizadas pelos preços a serem fixados a cada safra pelo sistema CONSECANA- SP. Adicionalmente, a Companhia possui compromissos para a próxima safra, firmados com clientes para o fornecimento no mercado externo de cerca de 220.250 toneladas de açúcar cristal branco (45.000 toneladas de açúcar cristal branco em 31/03/2023). Possui ainda compromissos firmados para a próxima safra, com clientes para o fornecimento no mercado interno de cerca de 209.080 toneladas de açúcar cristal branco (294.000 toneladas em 31/03/2023). Em 31/03/2024 não existe compromisso firmado com clientes para o fornecimento de etanol. **30. Cobertura de seguros** A Companhia mantêm apólices de seguro contratadas junto a algumas das principais seguradoras do País, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. Em 31/03/2024, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado, conforme demonstrado abaixo.

Bens segurados	Riscos cobertos	Cobertura Máxima
Estoques, edifícios, máquinas e instalações industriais	Incêndio, raio, explosão e outros	1.414.570
Veículos (Cobertura)	Danos materiais, pessoais e casco	4.300

31. Outras divulgações sobre o fluxo de caixa a. Venda de imobilizado

	2024	2023
Valor contábil líquido (Nota explicativa nº 15 e 16)	6.143	5.997
Lucro da alienação de imobilizado (Nota explicativa nº 25)	9.082	7.131
Valores recebidos na alienação de imobilizado	15.225	13.128

b. Reconciliação da dívida líquida

	Empréstimos bancários		
	Circulante	**Não circulante**	**Total da dívida**
Total em 31 de março de 2022	**161.182**	**527.108**	**688.290**
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa			
Amortização de juros de empréstimos e financiamentos	(31.908)	-	(31.908)
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	(194.187)	-	(194.187)
Financiamentos diversos	-	5.000	5.000
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa			
Variações monetárias / cambiais	7.484	33.512	40.996
Transferências para o circulante	128.270	(128.270)	-
Juros e encargos	33.309	-	33.309
Total em 31 de março de 2023	**104.150**	**437.350**	**541.500**
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa			
Amortização de juros de empréstimos e financiamentos	(29.605)	-	(29.605)
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	(110.477)	-	(110.477)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa			
Variações monetárias / cambiais	(1.854)	(6.988)	(8.842)
Transferências para o circulante	163.981	(163.981)	-
Juros e encargos	29.710	-	29.710
Total em 31 de março de 2024	**155.905**	**266.381**	**422.286**

A Diretoria

Carlos Eduardo Lima Nozella - Contador CRC 1SP253467/O-2

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores da Usina Alta Mogiana S.A. – Açúcar e Álcool São Joaquim da Barra – SP **Opinião** Examinamos as demonstrações financeiras da Usina Alta Mogiana S.A. – Açúcar e Álcool ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usina Alta Mogiana S.A. – Açúcar e Álcool em 31 de março de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 05 de julho de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-027666/O-5 F SP

Aline Peres Eleutério

Contadora CRC 1SP263189/O-7

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B880-D7FF-5FCF-0203.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme **MP nº 2.200-2** de **24/08/2001.** A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 19/07/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link: **https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal**

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B880-D7FF-5FCF-0203.

USINA ALTO ALEGRE S.A. - AÇÚCAR E ÁLCOOL

CNPJ nº 48.295.562/0001-36

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de março de 2024 e 2023. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer informações que fizerem necessárias relativamente às contas apresentadas.

Presidente Prudente-SP, 05 de julho de 2024

A Diretoria.

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.365.096	1.102.922
Contas a receber de clientes	9	206.502	119.441
Estoques	10	442.894	369.364
Ativos biológicos	13	547.277	798.059
Impostos a recuperar	12	68.131	89.146
Instrumentos financeiros derivativos	24	49.650	83.153
Outras contas a receber		27.856	12.776
Total do ativo circulante		2.707.406	2.574.861
Não circulante			
Impostos a recuperar	12	18.833	12.659
Depósitos judiciais e depósito em caução	18.a	118.234	114.697
Ativo Biológico	13	55.369	40.627
Outros Investimentos		896	896
		193.332	168.879
Imobilizado	14	2.296.649	1.993.108
Intangível		3.454	3.831
Direito de uso	17	1.947.293	1.774.806
Total do ativo não circulante		4.440.728	3.940.624
Total do ativo		7.148.134	6.515.485

Passivo	Nota	2024	2023
Circulante			
Fornecedores	16	141.212	84.914
Empréstimos e financiamentos	15	291.897	210.518
Parceria agrícola a pagar	17	366.791	329.376
Arrendamentos a pagar	17	32.436	22.398
Salários e encargos sociais		80.451	74.842
Tributos a recolher		9.598	5.357
Imposto de renda e contribuição social a pagar	19	53.835	37.025
Dividendos propostos a pagar	20.d	262.625	305.984
Instrumentos financeiros derivativos	24	7.942	43.313
Total do passivo circulante		1.246.787	1.113.727
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	504.133	820.102
Parceria agrícola a pagar	17	1.278.906	1.168.760
Arrendamentos a pagar	17	181.195	158.403
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	482.962	468.500
Imposto de renda e contribuição social a pagar	19	147.764	66.201
Provisão para contingências	18	15.410	15.333
Total do passivo não circulante		2.610.370	2.697.299
Total do passivo		3.857.157	3.811.026
Patrimônio líquido			
Capital social	20	1.200.000	1.000.000
Ajuste de avaliação patrimonial		14.970	16.946
Reservas de lucros		2.076.007	1.687.513
Total do patrimônio líquido		3.290.977	2.704.459
Total do passivo e do patrimônio líquido		7.148.134	6.515.485

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	21	3.764.008	3.254.920
Mudança no valor justo de ativos biológicos	13	(222.567)	211.325
Custos dos produtos vendidos	22	(2.137.928)	(1.937.302)
Lucro bruto		1.403.513	1.528.943
(Despesas) receitas operacionais			
Com vendas	22	(225.457)	(178.885)
Gerais e administrativas	22	(93.696)	(85.648)
Outras receitas operacionais, líquidas	22	62.590	68.062
		(256.563)	(196.471)
Lucro antes do resultado financeiro		1.146.950	1.332.472
Despesas financeiras	23	(95.292)	(100.582)
Receitas financeiras	23	144.560	120.661
Derivativos	23	55.437	2.866
Variações cambiais, líquidas	23	20.442	(61.697)
Resultado financeiro		125.147	(38.752)
Lucro antes dos impostos		1.272.097	1.293.720
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	19	(404.476)	(402.632)
Diferido	19	(14.462)	(23.788)
Lucro líquido do exercício		853.159	867.300
Lucro líquido básico e diluído por ação (Expresso em R$ por ação)	25	28,20	28,67

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		853.159	867.300
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização		374.813	350.192
Valor residual das baixas do ativo imobilizado		21.182	2.204
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	14.462	23.788
Despesa com imposto de renda e contribuição social	19	404.476	402.632
Resultado não realizado com instrumentos financeiros	24.1c	(38.639)	(35.811)
Provisão (reversão da provisão) para devedores duvidosos	9	23	(47)
Provisão (reversão da provisão) para contingências, líquidas		77	14.615
Juros, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos e financiamentos		47.346	146.108
Juros, variações monetárias e cambiais sobre outros ativos e passivos		(13.592)	(13.562)
Diminuição do ativo biológico devido a colheita de cana-de-açúcar		612.206	536.243
Mudança no valor justo de ativos biológicos	13	222.567	(211.325)
Depreciação do direito de uso	17	366.153	345.389
Ajuste a valor presente	17	17.829	14.417
Variação nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes		(87.084)	108.449
Estoques		(73.530)	(51.181)
Impostos a recuperar - circulante e não circulante		14.841	(7.458)
Depósitos judiciais e depósito em caução		10.055	(5.068)
Outras contas a receber e instrumentos financeiros		18.423	143.204
Variação nos passivos operacionais:			
Fornecedores		56.298	4.431
Salários e encargos sociais		5.609	13.345
Tributos a recolher		4.241	(14.473)
Imposto de renda e contribuição social a pagar		(23.002)	7.174
Outras contas a pagar e instrumentos financeiros		3.268	79.124
		2.811.181	2.719.690
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(283.101)	(308.985)
Amortização de juros de empréstimos e financiamentos	29	(68.260)	(74.516)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		2.459.820	2.336.189
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicação de recursos em ativo biológico		(598.733)	(637.998)
Aplicação de recursos em imobilizado	14	(699.010)	(505.709)
Aplicação de recursos em intangível		(149)	(572)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(1.297.892)	(1.144.279)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos		98.579	-
Amortização de parceria e arrendamentos agrícolas	17	(474.656)	(368.858)
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	29	(213.677)	(362.697)
Dividendos pagos	11.e	(310.000)	(176.871)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(899.754)	(908.426)
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa, líquido		262.174	283.484
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.102.922	819.438
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		1.365.096	1.102.922

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Lucros retidos	Lucros acumulados	Total
Em 31 de março de 2022		800.000	19.094	143.661	1.152.364	-	2.115.119
Aumento de capital social com lucros retidos	20.a	200.000	-	-	(200.000)	-	-
Reversão de dividendos propostos	20.d	-	-	-	78.024	-	78.024
Dividendos distribuidos	20.e	-	-	-	(150.000)	-	(150.000)
Realização do custo atribuído	20.c	-	(2.148)	-	2.148	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	867.300	867.300
Destinações:							
Constituição da reserva legal	20.b	-	-	43.365	-	(43.365)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	20.d	-	-	-	-	(205.984)	(205.984)
Constituição de reserva de retenção de lucros	20.e	-	-	-	617.951	(617.951)	-
Em 31 de março de 2023		1.000.000	16.946	187.026	1.500.487	-	2.704.459
Aumento de capital social com lucros retidos	20.a	200.000	-	-	(200.000)	-	-
Reversão de dividendos propostos	20.d	-	-	-	205.984	-	205.984
Dividendos distribuidos	20.e	-	-	-	(270.000)	-	(270.000)
Realização do custo atribuído	20.c	-	(1.976)	-	1.976	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	853.159	853.159
Destinações:							
Constituição da reserva legal	20.b	-	-	42.658	-	(42.658)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	20.d	-	-	-	-	(202.625)	(202.625)
Constituição de reserva de retenção de lucros	20.e	-	-	-	607.876	(607.876)	-
Em 31 de março de 2024		1.200.000	14.970	229.684	1.846.323	-	3.290.977

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	**853.159**	**867.300**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**853.159**	**867.300**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional A Usina Alto Alegre S.A. - Açúcar e Álcool ("Companhia"), sediada em Presidente Prudente/SP, tem como atividade preponderante a fabricação e o comércio de açúcar e etanol carburante. Também atua na cogeração e comercialização de energia elétrica, desenvolvida em quatro unidades industriais localizadas nos municípios de Presidente Prudente-SP, Colorado-PR, Santo Inácio-PR e Florestópolis-PR. Aproximadamente 98% da cana-de-açúcar processada pela Companhia são cultivadas em terras próprias e de terceiros, mediante exploração de parceria agrícola e arrendamento, e o restante é adquirido junto a produtores agrícolas. O plantio de cana-de-açúcar requer um período de 12, 18 meses e 2 verões para maturação e o período de colheita inicia-se geralmente entre os meses de abril e maio de cada ano e termina, em geral, entre os meses de novembro e dezembro, período em que também ocorre a produção de açúcar e etanol. A comercialização da produção ocorre durante todo o ano e não sofre variações decorrentes de sazonalidade, somente de oferta e demanda normais do mercado. Em função de seu ciclo de produção, o exercício social da Companhia tem início em 1º/04 e termina em 31/03 de cada ano. **2. Base de preparação Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelos administradores da Companhia em 05/07/2024. Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentados na nota explicativa nº 6. **3. Base de mensuração** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto, quando aplicável, pela valorização de determinados ativos e passivos como ativos biológicos e instrumentos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) os quais são mensurados pelo valor justo. **4. Moeda funcional e moeda de apresentação** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real ("R$"), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **5. Uso de estimativas e julgamentos** Na preparação destas demonstrações financeiras, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Julgamentos** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota explicativa nº 17** - Passivo de parceria agrícola e arrendamento e direito de uso. A Companhia não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento e parcerias agrícolas. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento e da parceria no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento e parceria, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Adicionalmente a Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogações. A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento/parceria, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo. **Nota explicativa nº 18** - Provisões para contingências. A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, ambientais e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. **Nota explicativa nº 24** - Instrumentos financeiros. A Companhia adota o CPC 48 Instrumentos Financeiros (exceto os itens relacionados a contabilidade de *hedge*), onde classifica seus ativos financeiros em: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. O cálculo de *impairment* dos instrumentos financeiros é realizado utilizando o conceito híbrido de "perdas de crédito esperadas e incorridas". Referidas provisões serão mensuradas em: (i) perdas de crédito esperadas para 12 meses, (ii) perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro e (iii) perdas de créditos incorridas pela incapacidade de realização dos pagamentos contratuais do instrumento financeiro. **b. Incertezas sobre premissas e estimativas** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31/03/2025 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota explicativa nº 13** - Ativo biológico; Representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados. A Companhia avalia seu ativo biológico ao valor justo, conforme orientações do CPC 29. Essa avaliação considera a melhor estimativa da Companhia na determinação das premissas utilizadas para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa da cana-de-açúcar na data das demonstrações financeiras. Essas premissas dizem respeito, substancialmente, a: (i) produtividade estimada desses canaviais, (ii) quantidade de açúcar total recuperável (ATR) por tonelada de cana-de-açúcar, (iii) preços futuros estimados do ATR, (iv) custos necessários para manutenção do canavial (tratos culturais), custo da terra utilizada (aluguel ou parceria) e custos correspondentes ao corte, carregamento e transporte dessa cana-de-açúcar. **Nota explicativa nº 14** - Vida útil do ativo imobilizado; **Nota explicativa nº 17** – Direito de uso, Parceria agrícola a pagar e Arrendamento agrícola a pagar; taxa de desconto e **Nota explicativa nº 19** - Imposto de renda e contribuição social diferidos. A Companhia mantém certas discussões administrativas e judiciais com as autoridades fiscais no Brasil, relacionadas a certas posições fiscais adotadas na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido (IRPJ/CSLL), cuja análise atual de prognóstico, com base em avaliação interna e externa dos assessores jurídicos, é de que elas serão provavelmente aceitas em decisões de tribunais superiores de última instância. Contudo, a determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pela Companhia, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários. **c. Mensuração do valor justo** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e os passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabelece uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. **Nível 2** - inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou o passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **Nível 3** - inputs, para o ativo ou o passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota explicativa nº 24 - Instrumentos financeiros. ***(i) Contas a receber de clientes*** O valor justo de contas a receber e outros recebíveis, que é determinado para fins de divulgação, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. ***(ii) Imobilizado*** O valor justo dos itens do ativo imobilizado, para fins de custo atribuído, foi baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos por meio de preços de mercado cotados na data de transição para ativos semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. ***(iii) Instrumentos financeiros derivativos*** O valor justo de contratos de câmbio a termo é baseado no preço de mercado listado, se disponível. O valor justo dos instrumentos derivativos de proteção de moeda e juros consiste em apurar o valor futuro com base nas condições contratadas e determinar o valor presente com base em curvas de mercado, extraídas da base de dados da BM&F e *NYBOT*. Caso um preço de mercado listado não esteja disponível, o valor justo é estimado descontando da diferença entre o preço a termo contratual e o preço a termo corrente para o período de vencimento residual do contrato usando uma taxa de juros livre de riscos (baseada em títulos públicos) - vide nota explicativa nº 24 - Instrumentos financeiros. ***(iv) Passivos financeiros não derivativos*** Os passivos financeiros não derivativos são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e, para fins de divulgação, a cada data de apresentação. O valor justo é calculado com base no valor presente do principal e dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras, considerando os fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado. Quanto aos componentes passivos dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência em contratos de arrendamentos semelhantes. ***(v) Outros passivos financeiros não derivativos*** O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. **6. Políticas contábeis materiais Mudanças nas políticas contábeis materiais** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. Além disso, a Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º/04/2023. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações sobre políticas contábeis divulgadas. *Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação* A Companhia adotou o imposto diferido relacionado a ativos e passivos que surgem de uma única transação (alterações ao CPC 32) a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações restringem o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias – por exemplo, arrendamentos e passivos para desativação e restauração. Para arrendamentos e passivos de desmontagem e remoção, uma entidade deve reconhecer os ativos e passivos fiscais diferidos associados desde o início do exercício comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como reserva de lucros, prejuízos acumulados ou em outros componentes do patrimônio líquido nessa data. Para todas as outras transações, a Companhia aplica as alterações às transações que ocorrem em ou após o início do exercício mais antigo apresentado. Em 31/03/2024, em sua avaliação a Companhia não identificou possíveis impactos relacionados da adoção dessa norma. *Imposto mínimo complementar global* A Companhia analisou a Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo do Pilar Dois (alterações ao CPC 32) quando da sua publicação. As alterações fornecem uma exceção obrigatória temporária da contabilização de impostos diferidos para o imposto adicional, que entra em vigor imediatamente, e exigem novas divulgações sobre a exposição ao Pilar Dois. No entanto, como nenhuma nova legislação para implementar o imposto adicional foi promulgada ou substancialmente promulgada em 31/03/2024 em qualquer jurisdição em que a Companhia operou e nenhum imposto diferido relacionado foi reconhecido nessa data, a aplicação retrospectiva não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. *Informação de políticas contábeis materiais* A Companhia também adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º/01/2023 (no caso da Companhia em 1º/04/2023). Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as Empresas a fornecerem informações úteis sobre políticas contábeis específicas da Companhia que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas nesta nota explicativa Políticas contábeis materiais (2023: Principais políticas contábeis) em determinados casos, de acordo com as alterações. **a. Moeda estrangeira** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações, exceto pelos ativos e pelos passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação, que são convertidas para moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros efetivos e pagamentos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são geralmente reconhecidas no resultado. **b. Capital social** As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto social, são reconhecidos como passivo. **c. Imobilizado** ***(i) Reconhecimento e mensuração*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, acrescido das reavaliações registradas em 1999 e 2006, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável acumulado, quando necessária. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando estes estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos não sofrem depreciação. Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias, e classificados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa no período em que ocorrem. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. ***(ii) Custos subsequentes*** Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. A Companhia realiza anualmente manutenções em suas unidades industriais, aproximadamente no período de dezembro a março. Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra, materiais, serviços externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Tais custos são contabilizados no resultado. ***(iii) Depreciação*** A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear durante o período da safra, no caso dos ativos utilizados neste período, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. As taxas médias anuais utilizadas estão apresentadas na nota explicativa nº 14. **d. Intangível** Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, substancialmente formados por direitos de uso de software, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. **e. Ativos arrendados (*leasing*)** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2). Os contratos de arrendamento e parcerias agrícolas firmados pela Companhia (terras agriculturáveis) junto a terceiros, preveem, em sua maioria, o pagamento de um valor, em uma determinada data, indexados a produção de cana-de-açúcar. As oscilações dos preços são reconhecidas nas rubricas de Direito de uso dos ativos e Passivos de arrendamento e parceria agrícola a pagar. ***(i) Como arrendatário*** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia alocou a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. A Companhia reconheceu um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento e parceria a pagar na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento ou parceria agrícola efetuados até a data de início. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pela efetiva colheita desde a data de início até o final do prazo do arrendamento. O passivo de arrendamento e parceria agrícola é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento e parceria agrícola que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento/parceria agrícola ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. A Companhia determina sua taxa incremental com base nas taxas de juros observáveis no mercado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento são realizados de acordo com a variação do preço do Consecana-SP. *Arrendamentos de ativos de baixo valor* A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de tecnologia da informação. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **f. Ativo biológico** O ativo biológico (cana-de-açúcar em pé), é reconhecido ao valor justo menos as despesas estimadas no ponto de venda, considerando a maturidade da cana-de-açúcar de doze, de dezoito meses e de dois verões. A metodologia adotada pela Companhia para satisfazer essa exigência de cálculo é o fluxo de caixa descontado, cujo resultado do cálculo é apresentado na nota explicativa nº 13. A avaliação do ativo biológico é feita anualmente pela Companhia, sendo o ganho ou perda na variação do valor justo menos despesas de venda, reconhecido no resultado do exercício em que ocorrem. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A cana-de-açúcar em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apuradas na data do corte. **g. Estoques** Mensurados pelo custo das compras, líquido dos impostos compensáveis, quando aplicável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O custo dos estoques de produtos acabados contempla valores incorridos na aquisição e nos gastos gerais de fabricação e ajustados ao valor líquido realizável, se aplicável, que corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para a conclusão e custos necessários para realizar a venda. Quando aplicável, é constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização e obsolescência dos estoques. **h. Instrumentos financeiros** ***(i) Ativos financeiros*** Os ativos financeiros são classificados como (a) mensurados ao custo amortizado e (b) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A mensuração dos ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: *a. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado* Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são: (1) para receber o fluxo de caixa contratual e não para a venda com realização de lucros e perdas; e (2) cujos termos contratuais originam, em datas específicas, fluxos de caixa de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Em 31/03/2024 e 2023, os ativos financeiros classificados nessa categoria referem-se à caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber de clientes e depósitos judiciais, sendo os principais critérios adotados descritos abaixo: **Caixa e equivalentes de caixa:** incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor e contas garantidas, quando aplicável; **Aplicações financeiras vinculadas:** referem-se a investimentos vinculadas a contratos de empréstimos com restrição de liquidez; **Contas a receber de clientes:** correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos no decurso normal das atividades da Companhia e são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da perda de crédito esperada para contas a receber, quando aplicável. A perda de crédito esperada para contas a receber é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber, sendo calculada pela diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. As contas a receber no mercado externo são ajustadas pela variação cambial apurada na data de fechamento do balanço; e **Depósitos judiciais:** são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante, exceto se há intenção da administração e um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos com o respectivo passivo registrado no passivo não circulante, na rubrica provisão para contingências. Nesse caso, são apresentados líquidos no balanço patrimonial. *b. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado* Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e são contabilizados pelo valor justo. Os custos da transação são debitados ao resultado. Exceto por instrumentos financeiros derivativos, em 31/03/2024 e 2023, a Companhia não possui passivos financeiros incluídos nessa categoria. ***(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros*** A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos ("um evento de perda") e que tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. ***(iii) Passivos financeiros*** Passivos financeiros são classificados como (a) mensurados ao valor justo por meio do resultado ou (b) mensurados ao custo amortizado. A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: *a. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado* Incluem os passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Exceto por instrumentos financeiros derivativos, em 31/03/2024 e 2023, a Companhia não possui passiv

Continuação...

USINA ALTO ALEGRE S.A. - AÇÚCAR E ÁLCOOL - CNPJ nº 48.295.562/0001-36

calizado em unidades próprias nos Estados de São Paulo e Paraná. Na determinação do valor justo do ativo biológico, as projeções estão baseadas em um único cenário prospectivo, com produtividade e áreas de plantio (cana-de-açúcar) em uma área de 134.769 hectares em 31/03/2024 (137.639 hectares em 31/03/2023). O valor justo das lavouras de cana-de-açúcar foi determinado utilizando a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando as seguintes principais premissas: **Entradas de caixa** obtidas pela multiplicação da expectativa da produtividade futura da cana-de-açúcar, para a próxima safra, medida em toneladas e nível de concentração de açúcar - ATR, pelo preço de mercado da cana-de-açúcar, o qual é estimado com base em dados divulgados pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo - CONSECANA. **Saídas de caixa** representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais); (ii) custos com corte, transbordo e transporte (CTT); (iii) custos de capital (custo da parceria agrícola e de máquinas e equipamentos); e (iv) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo. **A taxa de desconto** utilizada no cálculo do fluxo de caixa descontado foi de 8,59% em 31/03/2024 (6,54% em 31/03/2023), líquida de impostos. As variações no valor justo das lavouras de cana-de-açúcar são registradas na rubrica "Ativo biológico" no ativo circulante e têm como contrapartida o resultado do exercício. O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da administração na data das demonstrações financeiras e são revisados anualmente e, se necessário, ajustados. O preço líquido médio de venda foi projetado com base na cotação do preço futuro de açúcar ajustado para o mercado local para refletir o preço da cana no ponto de corte. O custo padrão médio estimado contempla gastos com os tratos culturais, corte, transbordo e transporte (CTT), bem como o custo dos ativos que contribuem, tais como terras próprias considerando o mesmo preço utilizado nas terras de parceiros. Foram também considerados os efeitos tributários com base nas alíquotas vigentes. O saldo do ativo biológico consumível da Companhia é composto pelo preço estimado de mercado das lavouras de cana-de-açúcar (cana em pé) menos os custos necessários para colocação dos ativos em condição de uso ou venda. O diferencial entre eles é reconhecido para que o saldo do ativo biológico como um todo seja registrado a valor justo. A movimentação do ativo biológico encontra-se descrita a seguir:

Em 31 de março de 2022	525.606
Adições - tratos culturais	637.998
(-) Amortização	(536.243)
(-) Amortização do valor justo	(12.955)
(+) Ajuste a valor justo	224.280
Saldo contábil líquido	838.686
Em 31 de março de 2023	
Saldo a custo	612.161
Saldo do ajuste a valor justo	226.525
Saldo contábil líquido	838.686
Circulante	798.059
Não circulante	40.627
Saldo inicial - em 1º de abril de 2023	838.686
Adições - tratos culturais	598.733
(-) Amortização	(612.206)
(-) Amortização do valor justo	(221.088)
(+) Ajuste a valor justo	(1.479)
Saldo contábil líquido	602.646
Em 31 de março de 2024	
Saldo a custo	598.688
Saldo do ajuste a valor justo	3.958
Saldo contábil líquido	602.646
Circulante	547.277
Não circulante	55.369

Em 31/03/2024, o saldo de ativo biológico classificado como não circulante, compreende a lavoura formada por cana-de-açúcar que será colhida a partir da safra 2025/2026. **Análise de sensibilidade do valor justo** A Companhia avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31/03/2024, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis: (i) preço da tonelada de cana-deaçúcar e (ii) volume de produção de cana-de-açúcar. As demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana resultaria em um aumento ou redução de R$ 61.429. Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 5%, resultaria em um aumento ou redução de R$ 53.637. A Companhia está exposta a uma série de riscos relacionados às suas plantações: **a. Riscos regulatórios e ambientais** A Companhia está sujeita às leis e regulamentos pertinentes as atividades em que opera. A Companhia estabeleceu políticas ambientais e procedimentos que visam o cumprimento das leis ambientais. A administração realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes são suficientes para gerir esses riscos. **b. Riscos de oferta e demanda** A Companhia está exposta aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de açúcar e etanol produzidos a partir da cana-de-açúcar. Quando possível, a Companhia faz a gestão desses riscos, alinhando o seu volume de produção para o abastecimento do mercado e da procura. A administração realiza análises de tendência regular do setor para garantir que as estratégias operacionais estão em linha com o mercado e assegurar que os volumes projetados de produção são coerentes com a demanda esperada. **c. Riscos climáticos e outros** As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas ao risco de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios florestais e outras forças naturais. A Companhia tem processos extensivos com recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares de situação da lavoura de cana-de-açúcar. A produção de açúcar depende do volume e teor de sacarose contida na cana-de-açúcar cultivada ou adquirida de agricultores. O rendimento da safra e o teor de sacarose da matéria-prima cana-de-açúcar dependem principalmente de condições climáticas favoráveis a essa cultura, tais como índice de chuvas e de temperatura, que podem variar. Historicamente as condições climáticas têm causado volatilidade na produção e comercialização de açúcar e etanol, e, por conseguinte nos resultados operacionais, por prejudicarem as safras ou reduzirem os volumes das colheitas. Enchentes, secas e geadas podem afetar negativamente a produção, a oferta e o preço das commodities agrícolas vendidas e utilizadas no processo de produção. Condições climáticas futuras poderão alterar as quantidades e os rendimentos agrícolas que a Companhia irá obter e que foi utilizada em suas premissas para a avaliação do seu ativo biológico.

14. Ativo imobilizado

Custo	Terras	Edifícios e dependências	Máquinas, equipamentos e instalações industriais	Lavouras de cana de açúcar	Veículos	Máquinas e implementos agrícolas	Móveis, utensílios e equipamentos de informática	Imobilizado em andamento	Outros	Total
Em 31/03/2022	9.854	251.453	1.130.521	1.494.676	278.253	356.786	30.498	-	1.337	3.553.378
Aquisições	-	56.950	81.892	309.448	12.127	41.582	3.333	-	377	505.709
Baixas	-	(6)	(6.072)	-	(3.279)	(6.657)	(1.250)	-	(148)	(17.412)
Transferências	-	(567)	1.491	-	(898)	(13)	(13)	-	-	-
Em 31/03/2023	9.854	307.830	1.207.832	1.804.124	286.203	391.698	32.568	-	1.566	4.041.675
Aquisições	6.806	5.975	122.884	364.213	126.308	58.355	4.921	9.322	226	699.010
Baixas	-	-	(13.472)	(245.944)	(35.964)	(25.947)	(697)	-	(167)	(322.191)
Em 31/03/2024	16.660	313.805	1.317.244	1.922.393	376.547	424.106	36.792	-	1.625	4.418.494

Depreciação	Terras	Edifícios e dependências	Máquinas, equipamentos e instalações industriais	Lavouras de cana de açúcar	Veículos	Máquinas e implementos agrícolas	Móveis, utensílios e equipamentos de informática	Imobilizado em andamento	Outros	Total
Em 31/03/2022	-	(89.982)	(680.786)	(502.514)	(205.491)	(209.767)	(24.176)	-	(154)	(1.712.870)
Adições	-	(6.192)	(40.970)	(255.554)	(15.895)	(30.110)	(2.092)	-	(91)	(350.904)
Baixas	-	3	5.692	-	2.758	5.520	1.234	-	-	15.207
Transferências	-	20	(383)	-	339	13	11	-	-	-
Em 31/03/2023	-	(96.151)	(716.447)	(758.068)	(218.289)	(234.344)	(25.023)	-	(245)	(2.048.567)
Adições	-	(7.270)	(44.216)	(274.463)	(14.430)	(31.440)	(2.356)	-	(112)	(374.287)
Baixas	-	-	13.303	245.944	18.014	23.092	656	-	-	301.009
Em 31/03/2024	-	(103.421)	(747.360)	(786.587)	(214.705)	(242.692)	(26.723)	-	(357)	(2.121.845)
Saldo líquido em 31/03/2023	9.854	211.679	491.385	1.046.056	67.914	157.354	7.545	-	1.321	1.993.108
Saldo líquido em 31/03/2024	16.660	210.384	569.884	1.135.806	161.842	181.414	10.069	-	1.268	2.296.649
Taxas médias anuais de depreciação		de 1% a 7%	de 1% à 20%	de 17% à 20%	de 4% à 20%	de 2% à 20%	de 1% à 40%			

a. Reavaliações Proveniente de reavaliação espontânea registrada em 30/12/1999 e 30/04/2006, deduzida das subsequentes depreciações e baixas de bens. A depreciação e os valores decorrentes de baixa de bens reavaliados, debitados ao resultado do exercício findo em 31/03/2024, montam a R$ 3.121 (R$ 3.382 em 31/03/2023). A reserva de reavaliação constituída, líquida dos efeitos fiscais aplicáveis, está sendo realizada a crédito de resultados acumulados, em função da depreciação ou baixa dos respectivos ativos que lhes deram origem. O saldo do imposto de renda diferido sobre referidas reavaliações, em 31/03/2024, é de R$ 9.718 (R$ 10.863 em 31/03/2023) classificado no passivo não circulante, na rubrica "Imposto de renda e contribuição social diferidos". **b. Provisão para redução no valor recuperável** Durante o exercício encerrado em 31/03/2024 e 2023, a Companhia não identificou indicadores de que seus ativos possam estar registrados por um valor maior que o seu valor recuperável, uma vez que a projeção de geração futura de caixa é suficiente para cobertura dos mesmos. **c. Garantia** Para alguns empréstimos e financiamentos, em 31/03/2024, aproximadamente R$ 9.069 de bens do ativo imobilizado (R$ 28.779 em 31/03/2023) encontravam-se gravados em garantia e são representados em sua grande maioria por máquinas e equipamentos. **d. Lavouras de cana-de-açúcar** Refere-se aos custos de plantio. As baixas de custo histórico e depreciação acumulada das lavouras de cana-de-açúcar referem-se aos canaviais totalmente depreciados. **15. Empréstimos e financiamentos**

Modalidade	Encargos financeiros incidentes	Vencimento final	2024	2023
Capital fixo				
Em moeda nacional:				
. FINAME	juros médios de 4,58% ao ano (2023 - juros médios de 5,01%)	junho-30	14.286	28.196
Capital de giro				
Em moeda estrangeira:				
. Pré-pagamentos	Variação cambial do dólar norte-americano e juros médios anual de 8,00%, inclusa a variação da Sofr (2023 - juros médios de 7,15%, inclusa a variação da Sofr)	outubro-26	311.884	435.353
. Pré-pagamentos	Variação cambial do dólar norte-americano e juros médios anual de 2,70% (2024 e 2023)	outubro-26	107.061	106.768
. Créditos à exportação	Variação cambial do dólar norte-americano e juro fixo de 4,05% ao ano (2024 e 2023)	agosto-26	170.931	173.774
. Créditos à exportação	Variação cambial do dólar norte-americano e juros médios anual de 7,17%, inclusa a variação da Sofr	julho-23	-	25.701
Financiamento Agrícola				
Em moeda nacional:				
. CPR - Cédula de Produto Rural Financeira	CDI + juros médios de 0,90% ao ano (2024 e 2023)	novembro-26	190.332	258.557
. Custeio agrícola - Resolução 2471/98	Fixo em real e juro anual de 3,00% ao ano (2024 e 2023)	outubro-25	1.536	2.271
			796.030	1.030.620
Passivo circulante			291.897	210.518
Passivo não circulante			504.133	820.102
Total em moeda nacional			206.154	289.024
Total em moeda estrangeira			589.876	741.596

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição de vencimento por exercício social:

	2024	2023
2025	-	310.835
2026	250.443	252.446
2027	248.659	251.807
2028 à 2031	5.031	5.014
	504.133	820.102

Os financiamentos estão garantidos por avais de acionistas e alienação fiduciária dos bens, cujos montantes estão divulgados na nota explicativa nº 14. A avaliação de sensibilidade consta na nota explicativa nº 24.2.2. **16. Fornecedores** Os saldos de fornecedores a pagar são decorrentes preponderantemente na aquisição de materiais e serviços.

	2024	2023
Fornecedores de materiais, insumos, bens e serviços	137.411	82.159
Fornecedores de cana	3.801	2.755
	141.212	84.914

17. Direito de uso, parceria a pagar e arrendamentos a pagar A movimentação do direito de uso encontra-se descrita a seguir:

Direito de uso	Parceria agrícola	Arrendamento agrícola	Saldo de adiantamentos	Total
31 de março de 2022	1.609.382	33.714	108.007	1.751.103
Compensação de adiantamentos	-	-	(95.438)	(95.438)
Novos contratos/atualização contratual	248.672	-	-	248.672
Remensuração anual	(36.504)	154.971	-	118.467
Adiantamentos efetuados	-	-	97.391	97.391
Depreciação	(337.505)	(7.884)	-	(345.389)
31 de março de 2023	1.484.045	180.801	109.960	1.774.806
Compensação de adiantamentos	-	-	(100.070)	(100.070)
Novos contratos/atualização contratual	262.779	-	-	262.779
Remensuração anual	258.220	13.137	-	271.357
Adiantamentos efetuados	-	-	104.574	104.574
Depreciação	(357.895)	(8.258)	-	(366.153)
31 de março de 2024	1.647.149	185.680	114.464	1.947.293
Vida útil (anos)	1 a 12	15		

A movimentação de parceria agrícola e arrendamentos agrícola a pagar encontra-se descrita a seguir:

Parcerias agrícolas e arrendamentos a pagar	Saldo dos compromissos	Ajuste a valor presente	Total
Em 31 de março de 2022	2.184.593	(522.936)	1.661.657
Novos contratos/atualização contratual	420.536	(171.864)	248.672
Remensuração anual	62.846	60.203	123.049
Pagamentos efetuados	(368.858)	-	(368.858)
Apropriação de encargos financeiros	-	14.417	14.417
Em 31 de março de 2023	2.299.117	(620.180)	1.678.937
Novos contratos/atualização contratual	561.132	(199.785)	361.347
Remensuração anual	207.545	68.326	275.871
Pagamentos efetuados	(474.656)	-	(474.656)
Apropriação de encargos financeiros	-	17.829	17.829
Em 31 de março de 2024	2.593.138	(733.810)	1.859.328
Passivo circulante			399.227
Passivo não circulante			1.460.101
			1.859.328

Composição do saldo de longo prazo por exercício:	
De 01/04/2025 a 31/03/2026	345.850
De 01/04/2026 a 31/03/2027	294.048
De 01/04/2027 a 31/03/2028	226.606
De 01/04/2028 a 31/03/2029	181.427
De 01/04/2029 a 31/03/2030	132.386
De 01/04/2030 a 31/03/2031	94.061
De 01/04/2031 a 31/03/2032	66.382
De 01/04/2032 a 31/03/2033	45.247
A partir de 01/04/2033	74.092
	1.460.101

No saldo de parceria agrícola a pagar demonstrado no quadro anterior, está considerado em 31/03/2024, o valor de R$ 75.314 (R$ 67.841 em 31/03/2023) referente a contratos com as partes relacionadas, Alto Alegre Agro S.A. e Lincoln Junqueira Agro S.A.. **18. Provisão para contingências** A Administração da Companhia, baseada em pareceres de seus consultores jurídicos, está questionando a legalidade de determinados tributos, bem como apresentou defesa administrativa e judicial relativa a autos de infração e reclamações trabalhistas. Quando aplicável, esses tributos estão atualizados com base em índices oficiais. Tais processos são registrados e estão classificados no passivo não circulante, devido ao fato de que parte substancial dos mesmos encontra-se em esfera administrativa, e estão assim demonstrados:

	2024	2023
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	17.789	17.789
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	629	775
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	547	517
Contingências trabalhistas	21.616	19.411
(-) Depósitos judiciais	(25.171)	(23.159)
	15.410	15.333

As provisões para contingências acima, têm as seguintes principais naturezas: (a) INSS relacionado, substancialmente, a autuações relativas a contribuições incidentes sobre folha de pagamento de trabalhadores rurícolas em períodos diversos. (b) INCRA relacionado a valores não recolhidos entre dezembro de 2002 e dezembro de 2007, que estão sendo questionados judicialmente. Os valores não recolhidos correspondem ao questionamento que a Companhia está fazendo com o INSS sobre a diferença de alíquota (de 0,2% para 2,7%). Postula-se judicialmente o reconhecimento da revogação da contribuição ao INCRA, tendo em vista a nova ordem constitucional que, na avaliação da Companhia, não recepcionou a exação prevista no Decreto-lei nº 1.146/70. Como tese auxiliar, na hipótese de se entender pela compatibilidade da contribuição ao INCRA com a Constituição de 1988, pede-se o reconhecimento da inconstitucionalidade da desigualdade de alíquotas entre as agroindústrias (2,7%) e pessoas jurídicas que exploram outras atividades (0,2%), de modo que seja reconhecido à Companhia o direito de recolher o tributo em questão com base na alíquota de 0,2%. (c) Valores de reclamações trabalhistas, relacionados a ex-funcionários da Companhia. A movimentação das provisões para contingências é como segue:

Em 31 de março de 2022	718
Adições de contingências	8.105
Ajuste depósito judicial	6.447
Juros e multas	63
Em 31 de março de 2023	15.333
Adições de contingências	2.205
Baixas de contingências	(164)
Ajuste depósito judicial	(1.982)
Juros e multas	18
Em 31 de março de 2024	15.410

a. Depósitos judiciais Os depósitos judiciais que representam ativos restritos da Companhia são relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionadas. O saldo dos depósitos judiciais para os quais não há provisão para contingência constituída, está classificado na rubrica "Depósitos judiciais e depósito em caução" no ativo não circulante.

	2024	2023
Trabalhistas	16.427	17.251
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	7.714	15.578
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	2.884	2.739
Depreciação acelerada incentivada	56.571	51.507
Pis/Cofins	9.866	9.076
Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Senar	24.318	18.090
Outros	454	456
	118.234	114.697

b. Contingências A Companhia possui processos de natureza trabalhista, cível e tributária avaliados pela administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, como de possível perda. Essas contingências, classificadas como possível perda, foram estimadas como segue:

	2024	2023
Cível	4.082	4.346
Trabalhista	47.935	52.802
Tributário		
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	12.826	13.354
Depreciação acelerada incentivada	78.350	74.849
Pis/Cofins	9.690	9.076
Outros	5.942	4.582
	158.825	159.009

As provisões para contingências constituída pela Companhia foram avaliada pela Administração como suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas quando da conclusão das correspondentes contingências. **19. Imposto de renda e contribuição social a) Composição dos tributos diferidos**

	2024	Movimentação no resultado do exercício	2023	Movimentação no resultado do exercício	2022
Créditos tributários					
Imposto de renda sobre:					
. Adições temporárias	7.536	616	6.920	955	5.965
	7.536	616	6.920	955	5.965
Contribuição social sobre:					
. Adições temporárias	1.989	222	1.767	344	1.423
	1.989	222	1.767	344	1.423
Total dos débitos tributários ativos	9.525	838	8.687	1.299	7.388
Débitos tributários					
Imposto de renda sobre:					
. Exclusões temporárias	26.361	13.924	12.437	(44.695)	57.132
. Ajuste de avaliação patrimonial	7.145	(843)	7.988	(907)	8.895
. Depreciação acelerada incentivada (i)	302.660	48.473	254.187	32.977	221.210
. Variação cambial - tributação em regime de caixa	24.979	5.338	19.641	(21.759)	41.400
. Ativos biológicos - nota explicativa nº 13	978	(55.642)	56.620	52.831	3.789
	362.123	11.250	350.873	18.447	332.426
Contribuição social sobre:					
. Exclusões temporárias	9.490	5.013	4.477	(16.091)	20.568
. Ajuste de avaliação patrimonial	2.572	(304)	2.876	(326)	3.202
. Depreciação acelerada incentivada (i)	108.957	17.450	91.507	11.871	79.636
. Variação cambial - tributação em regime de caixa	8.993	1.922	7.071	(7.833)	14.904
. Ativos biológicos - nota explicativa nº 13	352	(20.031)	20.383	19.019	1.364
	130.364	4.050	126.314	6.640	119.674
Total dos débitos tributários passivos	492.487	15.300	477.187	25.087	452.100
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos - passivo não circulante	482.962	14.462	468.500	23.788	444.712

(i) Corresponde aos débitos tributários diferidos calculados sobre o benefício permitido por lei, que consiste na depreciação integral, para fins fiscais, no próprio ano, dos gastos incorridos com imobilizações agrícolas. (a) Expectativa de realização dos tributos diferidos Os créditos e débitos sobre adições e exclusões temporárias serão realizados quando tais adições e exclusões forem realizadas. (b) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social com o resultado da aplicação direta da alíquota dos respectivos tributos sobre o resultado societário:

	2024 Imposto de renda	2024 Contribuição social	2023 Imposto de renda	2023 Contribuição social
Lucro antes dos tributos	1.272.097	1.272.097	1.293.720	1.293.720
Alíquota máxima	25%	9%	25%	9%
	(318.024)	(114.489)	(323.430)	(116.435)
Tributos sobre adições/ exclusões permanentes	10.544	3.033	10.978	2.468
Tributos no resultado do exercício	(307.481)	(111.456)	(312.452)	(113.967)
Alíquota efetiva	(24,2%)	(8,8%)	(24,2%)	(8,8%)
Efeito corrente	(296.848)	(107.628)	(294.962)	(107.670)
Efeito diferido	(10.633)	(3.828)	(17.491)	(6.297)

b) Composição dos saldos de tributos a pagar Circulante: Em 31/03/2024, o saldo de Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar monta em R$ 53.835 e refere-se a diferença a recolher entre os valores apurados através dos balancetes de redução e os valores pagos por estimativa mensal sobre a receita bruta (R$ 37.025 em 31/03/2023). **Não Circulante:** Em 31/03/2024, o saldo de Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar monta em R$ 147.764 e refere-se a tributos "suspensos" relativos aos exercícios de 2022 e 2023, em função de liminar concedida através de mandado de segurança e que concede segurança à Companhia para aproveitamento de benefícios fiscais de ICMS na base de cálculo dos referidos tributos (R$ 66.201 em 31/03/2023). Em 29/12/2023, foi publicada a Lei n°14.789/2023 com vigência a partir de 2024, que alterou o tratamento tributário dos benefícios fiscais de ICMS para fins de IRPJ/CSLL e PIS/COFINS, trazendo um novo mecanismo para aproveitamento de créditos. A Companhia está avaliando os procedimentos e impactos para o próximo ano. **20. Patrimônio líquido a. Capital social** O capital social está dividido em 30.252.737 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal (em 31/03/2024 e 2023). Em 15/03/2023, mediante Assembleia Geral Extraordinária de acionistas ("AGE"), foi aprovado o aumento de capital da Companhia em R$ 200.000, sem emissão de novas ações, com utilização de parte do saldo da conta de "Lucros retidos", passando o capital social para R$ 1.000.000. Em 18/03/2024, mediante Assembleia Geral Extraordinária de acionistas ("AGE"), foi aprovado o aumento de capital da Companhia em R$ 200.000, sem emissão de novas ações, com utilização de parte do saldo da conta de "Lucros retidos", passando o capital social para R$ 1.200.000. **b. Reserva legal** Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social realizado. **c. Ajuste de avaliação patrimonial** Refere-se à reavaliação própria (Nota 14.a), líquida dos efeitos tributários, e é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados e o montante apurado da realização é transferido para lucros acumulados. **d. Dividendos** Em 31/07/2022, foi deliberado pela Assembleia Geral Ordinária (AGO) nº 27, reversão de dividendos propostos no valor de R$ 78.024. Em 15/03/2023, foi deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária (AGE) nº 35, distribuição de dividendos no valor de R$ 150.000. Em 20/09/2023, foi deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária (AGE) nº 36, distribuição de dividendos no valor de R$ 150.000. Em 08/01/2024, foi deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária (AGE) nº 37, distribuição de dividendos no valor de R$ 120.000. De acordo com o estatuto social, aos titulares das ações serão atribuídos dividendos de 25% do lucro líquido de cada exercício, após a apropriação da reserva legal, correspondentes a 5% do lucro líquido do exercício.

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	853.159	867.300
Base para destinações	853.159	867.300
(-) Constituição da reserva legal	(42.658)	(43.365)
Base elegível de distribuição de dividendos	800.501	823.935
Dividendos (25% mínimo obrigatório de acordo com estatuto social)	202.625	205.984

O saldo de dividendos a pagar em 31/03/2024 é de R$ 262.625 (R$ 305.984 em 31/03/2023). **e. Reservas de retenção de lucros** Constituída com os lucros remanescentes, após as destinações legais e estatutárias, ficando à disposição da assembleia para futuras destinações. **21. Receita operacional líquida** A receita líquida de vendas é demonstrada a seguir:

Receita de Vendas	2024	2023
Açúcar mercado externo	1.828.250	1.542.075
Açúcar mercado interno	1.298.727	1.078.530
Etanol mercado externo	23.819	52.407
Etanol mercado interno	784.885	632.732
Energia elétrica	74.463	149.393
Outros	14.913	15.541
Receita bruta	4.025.057	3.470.678
Impostos	(253.583)	(210.338)
Devolução de vendas	(7.466)	(5.420)
Receita líquida	3.764.008	3.254.920

22. Apresentação da demonstração do resultado por natureza A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	2024	2023
Materia prima e insumos	(1.240.927)	(1.166.312)
Salários, encargos e benefícios	(438.568)	(385.217)
Depreciação e amortização	(373.347)	(350.192)
Despesas com prestadores de serviços	(233.378)	(192.566)
Outras despesas líquidas	(108.271)	(39.486)
	(2.394.491)	(2.133.773)
Classificadas como:		
Custos dos produtos vendidos	(2.137.928)	(1.937.302)
Com vendas	(225.457)	(178.885)
Gerais e administrativas	(93.696)	(85.648)
Outras receitas operacionais	62.590	68.062
	(2.394.491)	(2.133.773)

A composição de "Outras receitas operacionais, líquidas" é demonstrada a seguir:

	2024	2023
Crédito de Pis/Cofins	-	15.759
Crédito de Pis/Cofins - Reintegra	1.559	1.506
Crédito outorgado de ICMS (a)	-	41.939
Crédito de Cbio's (b)	33.862	20.541
Resultado na venda de ativo imobilizado	32.131	4.472
	67.552	84.217
Provisão de contingências trabalhistas	(2.205)	(8.105)
Outros créditos/débitos, líquidos	(2.757)	(8.050)
	(4.962)	(16.155)
	62.590	68.062

(a) Refere-se a auxílio financeiro a título de crédito outorgado do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) aos produtores e distribuidores de etanol hidratado, de acordo com o inciso V do caput e no § 5º, ambos do art. 5º da Emenda Constitucional nº 123, de 14/07/2022 e Convênio ICMS 116, de 27/07/2022. (b) Receita de créditos de descarbonização (Cbios).

23. Resultado financeiro	2024	2023
Despesas financeiras:		
Juros sobre financiamentos	(65.025)	(74.860)
Juros e variações monetárias sobre outros passivos	(2.002)	(3.391)
Despesas bancárias e outras despesas financeiras	(28.265)	(22.331)
Total das despesas financeiras	(95.292)	(100.582)
Receitas financeiras:		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	130.028	100.454
Outras receitas financeiras	14.532	20.207
Total das receitas financeiras	144.560	120.661
Derivativos:		
Ganho nas operações com derivativos	524.250	349.938
Perdas em operações com derivativos	(468.813)	(347.072)
Derivativos líquidos	55.437	2.866
Variações cambiais:		
Variação cambial ativa	421.052	915.286
Variação cambial passiva	(400.610)	(976.983)
Variações cambiais, líquidas	20.442	(61.697)
Total do resultado financeiro	125.147	(38.752)

24. Instrumentos financeiros 24.1 Considerações gerais A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Adicionalmente, a Companhia também opera com instrumentos financeiros derivativos objetivando minimizar os riscos resultantes das flutuações dos preços de mercado de seus produtos (açúcar) e reduzir os riscos de desvalorização do real frente ao dólar norte-americano. Os instrumentos financeiros derivativos são contratados com a finalidade de negociação, de proteção de ativos ou passivos em moeda estrangeira, ou para precificar e proteger as operações de exportação contra riscos de variação cambial e de flutuação do preço do açúcar no mercado internacional. As operações contratadas não ultrapassam os volumes e valores de vendas a entregar para clientes e têm por objetivo assegurar níveis mínimos de rentabilidade às vendas futuras. Os saldos dos derivativos são atualizados, diariamente, a preço cotado em mercado ativo tendo o seu valor justo ("*fair value*") determinado naturalmente e, quando aplicável, é utilizado o método do fluxo de caixa descontado para determinar o valor justo. Os demais valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Ao considerar o prazo e as características desses instrumentos, sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos. ***a. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, outros ativos circulantes*** Os valores contabilizados aproximam-se dos valores de realização. As aplicações financeiras são representadas substancialmente por CDBs indexados ao CDI, com alta liquidez, e são firmadas com instituições financeiras que atendem aos critérios de avaliação de riscos da Companhia. ***b. Empréstimos e financiamentos e contas a pagar*** Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pela taxa cambial e pelas taxas de juros, conforme Nota 15, e representam o valor de realização em 31/03/2024. Os valores contabilizados como contas a pagar aproximam-se dos de realização. ***c. Derivativos*** Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação na taxa de juros. O saldo de derivativo de taxa de juros é composto por "*swap*" e registrou, em 31/03/2024, ganho de R$ 2.828 (ganho de R$ 1.572 em 31/03/2023), registrada no resultado financeiro. Em 31/03/2024 e 2023, a Companhia possuía contratos a termo em moeda estrangeira para proteção de recebimentos por vendas futuras no mercado externo e proteção da dívida, cujo ganho está registrado no resultado financeiro, para as operações encerradas e para as operações não encerradas, registrados em "Instrumentos financeiros derivativos" no ativo circulante no caso de ganho e no passivo circulante no caso de perda:

				2024	
Montante em mil US$	**Valor de referência (nocional)**	**Ajuste a valor presente**	**Valor ajustado p/ R$/US$**		**Ganho / Perda**
Posição vendida: Vencimento entre julho de 2024 a fevereiro de 2025	210.407	1.124.966	1.100.885	1.051.235	49.650
				2023	
Montante em mil US$	**Valor de referência (nocional)**	**Ajuste a valor presente**	**Valor ajustado p/ R$/US$**		**Ganho / Perda**
Posição vendida: Vencimento entre julho de 2023 a fevereiro de 2024	191.999	1.107.103	1.058.585	975.432	83.153

Em 31/03/2024 a Companhia possuía contratos de opção de dolar ainda não encerrados como segue:

	Contratos em 31/03/2024		
	Valor de referência (nocional)	**Valor justo ("fair value")**	**Efeito

Continuação...

USINA ALTO ALEGRE S.A. - AÇÚCAR E ÁLCOOL - CNPJ nº 48.295.562/0001-36

Para os exercícios findos em 31/03/2024 e 2023, a Companhia não tinha potencial para diluição das ações ordinárias e, consequentemente, o lucro/prejuízo por ação diluído é equivalente ao lucro/prejuízo por ação básico, conforme demonstrado anteriormente. **26. Compromissos** A Companhia possui compromissos firmados com clientes para o fornecimento no mercado externo de cerca de 83.000 toneladas de açúcar cristal branco e 535.000 toneladas de açúcar *VHP - Very Hight Polarization*, cujas entregas estão previstas a partir da safra 2024/2025. **27. Aspectos ambientais** As instalações de produção da Companhia e suas atividades industriais e agrícolas são ambas sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados a assuntos ambientais, por procedimentos e controles operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor. **28. Cobertura de seguros** A Companhia mantêm apólices de seguro contratadas junto a algumas das principais seguradoras do País, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. Em 31/03/2024, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado, conforme demonstrado abaixo.

Bens segurados	Riscos cobertos	Cobertura Máxima
Estoques, edifícios, máquinas e instalações industriais	Incêndio, raio, explosão e outros	1.682.205
Veículos e Equipamentos agrícolas	Danos materiais, pessoais e casco	Valor de mercado

29. Reconciliação da dívida líquida

	Empréstimos bancários	Arrendamento financeiro	Total da dívida
Total em 31 de março de 2022	1.319.630	2.095	1.321.725
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa			
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	(360.929)	(1.768)	(362.697)
Amortização de juros de empréstimos e financiamentos	(74.469)	(47)	(74.516)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa			-
Juros,variaçõesmonetárias/cambiais	146.388	(280)	146.108
Total em 31 de março de 2023	1.030.620	-	1.030.620
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa			
Captação de empréstimos e financiamentos	98.567	-	98.567
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	(213.677)	-	(213.677)
Amortização de juros de empréstimos e financiamentos	(68.260)	-	(68.260)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa			-
Juros,variaçõesmonetárias/cambiais	47.347	-	47.347
Total em 31 de março de 2024	894.597	-	894.597

A Diretoria

Celso Luís Tadioto - Contador - CRC 1SP181853/O-8

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores da Usina Alto Alegre S.A. – Açúcar e Álcool Presidente Prudente- SP **Opinião** Examinamos as demonstrações financeiras da Usina Alto Alegre S.A. – Açúcar e Álcool ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usina Alto Alegre S.A. – Açúcar e Álcool em 31 de março de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 05 de julho de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-027666/O-5 F SP

Aline Peres Eleutério

Contadora CRC 1SP263189/O-7

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B880-D7FF-5FCF-0203.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme **MP nº 2.200-2** de **24/08/2001.**
A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 19/07/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link: **https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal**

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B880-D7FF-5FCF-0203.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/B880-D7FF-5FCF-0203 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: B880-D7FF-5FCF-0203

Hash do Documento

19ABE1D13196998A183EE140E54EA3FB0C05E7412FF6CEA0BB86EE52BA73F638

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 19/07/2024 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 39.732.792/0001-24 em 19/07/2024 00:03 UTC-03:00
  Nome no certificado: O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda
  Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24